

**JOSÉ ARBEX JR.**

**Telejornovelismo  
(mídia e história no contexto  
da Guerra do Golfo)**

**Tese apresentada  
ao Departamento de História da Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo  
para a obtenção do título  
de Doutor em História**

**Orientador: Prof. Dr. Nicolau Sevcenko**

**São Paulo  
2000**

# **Telejornovelismo**

## **(mídia e história no contexto da Guerra do Golfo)**

### **Resumo**

A Guerra do Golfo (janeiro / fevereiro de 1991) anunciou um novo momento na história da mídia, marcado pelo impacto das novas tecnologias de comunicação de massa — instalação de redes planetárias ligadas por satélite, técnicas de digitalização de imagens, sistemas informatizados de transmissão de dados. Essas novas tecnologias abrem um novo campo de questões sobre a maneira pela qual os meios de comunicação de massa constroem suas narrativas e as difundem em escala planetária. O objetivo deste trabalho é discutir a relação do historiador com este novo campo de práticas e possibilidades.

**Palavras-chave:** Mídia, televisão, jornal, imprensa, informática, imagem, historiografia, memória.

# **Telesoapoperanews**

## **(media and history in the context of the Gulf War)**

### **Abstract**

The Gulf War (January / February, 1991) announced a new moment in the history of the media, marked by the impact of the new mass communication technologies - installation of planetary nets linked by satellite, techniques of digitization of images, computerized systems of data transmission. Those new technologies opened a new set of questions on how the broadcastings companies build their narratives and diffuse them in planetary scale. The objective of this work is to discuss the historian's relationship with this new field of practices and possibilities.

**Key-words:** Media, television, newspaper, presses, computer science, image, historiography, memory.



**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gilson Schwartz

---

Prof. Dr. István Jancsó

---

Prof. Dr. Jair Borin

---

Prof. Dr. Jorge Grespan

---

Prof. Dr. Nicolau Sevcenko  
Orientador

## Agradecimentos

Certa vez, um amigo me disse, em tom de anedota, que uma tese é um livro ao qual foram acrescentadas dezenas de citações e notas de rodapé. Aprendi a duras penas, escrevendo essa tese, que a observação do meu amigo pode até ser muito boa como anedota, mas nada tem a ver com a realidade. Uma tese é, de fato, o resultado mais visível de um imenso esforço coletivo, que envolve muitos anos de pesquisa, do qual participam professores, funcionários da universidade e amigos — como esse, da anedota — que, não raro com paciência quase infinita, mostram-se dispostos a ouvir e a debater os argumentos do pobre candidato aterrorizado pela perspectiva de enfrentar a banca examinadora, isto é, o ritual de iniciação que o aguarda no final da linha.

Não pretendo nomear aqui, um a um, todos aqueles a quem devo os meus agradecimentos, por estar certo de que, ao fazê-lo, estaria inevitavelmente cometendo alguma injustiça. Seria impossível não omitir o nome de algumas pessoas que, direta ou indiretamente, tenham me ajudado ao longo dos oito anos dedicados à elaboração deste trabalho. Ainda assim, destaco a contribuição absolutamente decisiva de três pessoas:

**Nicolau Sevcenko:** a própria idéia desta tese foi resultado de uma conversa informal com o amigo, professor e orientador. Minha idéia original era fazer uma reflexão sobre a política externa dos Estados Unidos para a América Latina (ou, mais precisamente, a adequação da Doutrina Monroe ao mundo pós-Gerra Fria). Partiu de Nicolau Sevcenko a idéia de que eu deveria fazer um trabalho que tivesse como referência a minha própria experiência como correspondente, editor, autor de livros e professor, amarrando todas as “pontas” do processo de produção e análise das notícias. Durante a elaboração da tese, suas intervenções foram decisivas para corrigir alguns “desvios de rumo”, principalmente uma tentação de adotar posturas muito rígidas no plano ideológico. Como sou, por natureza, tremendamente teimoso, nem sempre ele foi bem sucedido. Só me cabe assumir a responsabilidade pelos erros que, certamente, serão aqui detectados.

**Elias Thomé Saliba:** Quase cedo à tentação de chamá-lo “santo”, por sua sempre pronta e, sobretudo, bem-humorada disposição de me ajudar em todos os momentos em que pedi “socorro” (e não foram poucos).

**Caterina Koltai:** Sua imensa capacidade de escuta deu-me a liberdade de “colocar para fora” os fantasmas e ousar transformar idéias em texto.

Imagens, milhões de imagens, eis o que eu devoro... Já procurou abandonar esse vício com apomorfina?

**WILLIAM BURROUGHS**

Debruçado sobre fonte, Narciso sacia a sede: sua imagem já não é “outra”, ela é sua própria superfície que o absorve, que o seduz, de forma que ele pode apenas aproximar-se sem nunca passar além dela, pois ele só existe além na medida da distância reflexiva entre ele e ela. O espelho d’água não é uma superfície de reflexão mas uma superfície de absorção.

**JEAN BAUDRILLARD**

César tinha suas legiões e Napoleão tinha o seu Exército. Eu tenho minhas divisões: TV, jornais, revistas. E, à meia-noite de hoje, estarei influenciando o maior número de pessoas que alguém jamais conseguiu, a não ser Deus. E o máximo que ele fez foi o Sermão da Montanha.

**ELLIOT CARVER**, megaempresário das telecomunicações,  
no filme *007 – o amanhã nunca morre*.

Military censors went crazy when one field commander let reporters watch a gun camera video from an Apache gunship that snuck up on an Iraqi squad. In the tape, terror-stricken teenagers rush wildly in all directions as cannon rounds from the helicopter, which they can't see, slice their bodies in half. This video was quickly withdrawn from circulation. When I asked a senior Pentagon official why, he replied, "If we let people see that kind of thing, there would never again be any war".

**GREG EASTERBROOK**

Although the mass media have properly kept our eyes glued to the dismal results of centralized control by political dictators, such as Hitler and Stalin, they remain virtually silent about the contemporary threat — the same kind of nightmare of mass conformity envisioned by Huxley but this time created by a family of powerful private corporations and four hundred years before Huxley's twenty-fifth-century prediction.

**BEN BAGDIKIAN**

É pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento. (...) Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável. Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes.

**OCTAVIO IANNI**

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>1. Memórias e histórias</b> .....	<b>21</b>
<b>2. Fatos e notícias</b> .....	<b>62</b>
<b>3. <i>Folha de S. Paulo</i> (1984 - 1992)</b> .....	<b>96</b>
<b>4. <i>Nuestra América</i></b> .....	<b>124</b>
<b>5. Gorbatchov, ilustre desconhecido</b> .....	<b>154</b>
<b>5.1 Apêndice: entrevista com Mikhail Gorbatchov</b> .....	<b>182</b>
<b>Conclusão</b> .....	<b>185</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>I</b>

## Introdução

Nove de novembro de 1989, 18h45, Sala de Imprensa do Departamento de Relações Exteriores da Alemanha Oriental. Gunter Schabowski, chefe do Comitê Municipal do Partido Comunista de Berlim Oriental, declara encerrada uma entrevista a cerca de trezentos correspondentes estrangeiros, quando um dos jornalistas ainda encontra brecha para fazer uma última pergunta: “O governo pretende tomar alguma atitude em relação aos milhares de berlinenses que querem passar para o lado ocidental?”. Em tom casual, como quem faz uma declaração totalmente corriqueira, Schabowski responde: “Como? Vocês não sabiam? Está aberta a passagem para todos os que queiram se dirigir a Berlim Ocidental”.<sup>1</sup>

A primeira reação é de perplexidade, seguida de uma enxurrada de perguntas nervosas e incrédulas. Em seguida, todos os correspondentes se retiram da sala, excitados, comunicam a grande notícia aos seus jornais, emissoras de TV e rádio, e se dirigem rapidamente ao “Checkpoint Charlie”, o mais famoso posto fronteiro do muro (o nome Charlie corresponde à letra C no jargão de pilotos e radio amadores americanos). O inacreditável acontece diante dos olhos de todos. É tudo verdade. A passagem está livre, apesar de ainda haver fiscalização de fronteira. O Muro de Berlim acaba de ruir.

A notícia espalha-se por Berlim Oriental com espantosa rapidez. Em poucos minutos, as vias públicas que conduzem ao muro ficam abarrotadas por pequenos e poluidores automóveis Trabants (“trabi”, na gíria local) ou por pessoas a pé. Para, ainda, um estranho silêncio na noite fria (pouco acima de zero grau): todos temem que de um momento para o outro a situação volte à sua normalidade repressora. Um resto de incredulidade impede, ainda, que a euforia simplesmente aconteça. Uma velhinha desce de seu apartamento, de chinelo e usando só um sobretudo de lã sobre a camisola, apesar do frio. Teme perder a chance de pisar no “outro lado”. Berlim, nos dois lados, não dormirá esta noite.

---

<sup>1</sup> Esta passagem e os demais trechos que narram os eventos referentes ao dia 9 de novembro de 1989, quando caiu o Muro de Berlim, foram extraídos de reportagens por mim enviadas e publicadas nas páginas de Exterior do jornal *Folha de S. Paulo*, entre os dias 10 e 20 de novembro.

Uma Berlim contempla a outra, e o reconhecimento da alteridade, numa operação mágica de oposição de planos, destaca aquilo que há de idêntico nas duas. A festa na rua recupera, momentaneamente, o clima frenético da antiga capital da Alemanha. Começa a ser superada a ruptura geopolítica da cidade. Durante horas a fio, milhares e milhares de alemães-orientais passam para o outro lado, onde cada um recebe do governo a quantia de 100 marcos (equivalentes a US\$ 55) como símbolo de boas-vindas. Essa quantia, cedida mediante a apresentação de passaporte alemão-oriental, era tradicionalmente garantida a todos os alemães-orientais que conseguissem ultrapassar o antes quase intransponível muro.

O carnaval começa na Kurfurstendamm (avenida principal de Berlim Ocidental, mais conhecida como Ku'damm), feito de fogos de artifício, de beijos e abraços de casais e famílias que se reencontram após anos de separação, ou de pura euforia coletiva. Não há como ficar indiferente. Carnaval sim, mas carnaval germânico, bem entendido. Basta dizer que ninguém, nem os mais bêbados, ultrapassa a faixa reservada aos ônibus, até que seja dada permissão para isso. Há uma incrível ordem no meio da euforia. Isso só faz aumentar a estranheza, a sensação onírica de que algo extraordinário acontece diante de nossos olhos.

Os postos fronteiriços colocados ao longo do muro logo se tornam insuficientes para dar vazão ao fluxo de pessoas. Em comum acordo, as prefeituras das duas Berlim começam a abrir passagens. O processo escapa ao controle das autoridades, e o muro começa a ser furiosamente destruído. No início, há até incidentes com a polícia alemã-oriental, mas nada pode conter a mistura de fúria e euforia da multidão. O cenário parece extraído de algum livro maluco de ficção. Jovens armados de pás e picaretas arremetem, furiosos, contra o muro de cimento, estimulados por gritos de milhares de pessoas. Toda vez que uma laje cai, o fato é celebrado como num ritual bárbaro de luta e conquista. É o poder do herói sobre a presa. Só que, desta vez, o monstro não está dentro do labirinto — como o Minotauro de Creta —, mas é o próprio labirinto. Os jovens sentem-se investidos da aura coletiva de Teseus contemporâneos.

Impessoais e implacáveis, as escavadeiras enviadas pelo governo alemão-ocidental para abrir oito novas passagens são também saudadas como instrumentos de redenção. São adoradas em sua missão heróica. As lajes que caem do lado oriental estão todas pichadas, cada centímetro quadrado. Milhões de turistas ao longo dos anos deixam ali a impressão de suas memórias, os “Baby I love you”, os “I was here” e também as palavras de ordem contra o muro e o regime. Em algum momento, uma laje com a caricatura do odiado ex-dirigente Erich Honecker cai sob o impacto de uma picareta. Os aplausos são tremendos, como se se tratasse de uma espécie de vudu político, com a propriedade de destruir ou, talvez, de causar dor ao próprio Honecker.

Ao destruir o Muro de Berlim — metáfora da dilaceração da alma de uma nação — os jovens buscam reconstruir sua própria integridade psicológica. Nesse contexto, mesmo os fatos mais prosaicos, os diálogos e gestos mais rotineiros parecem emanar de um sonho. As horas passam muito rapidamente, e ainda muito devagar. A precipitação de fatos históricos causa confusão na percepção normal da passagem do tempo. Éramos partícipes de um filme que narra, em algumas horas, minutos ou segundos, a epopéia de uma nação, do planeta no século XX. Em síntese, o tempo vivido adquire uma dimensão mitológica.

Presenciei tudo isso como correspondente do *jornal Folha de S. Paulo*. Lembro-me perfeitamente bem de que, à época, eu tinha plena consciência de que estava vivendo eventos de dimensões singulares, de importância crucial para os rumos de toda a humanidade. Como todas as outras pessoas que receberam em cheio o impacto daqueles dias alucinantes, fiquei “embriagado” sem ter bebido uma única gota de álcool. Tudo aquilo era, ao mesmo tempo, simplesmente inacreditável e real. Tornava-se impossível separar a percepção dos eventos de ordem pessoal, estritamente vinculados à esfera subjetiva, do grande significado histórico (isto é, público) que aqueles acontecimentos tinham para todos. Ou, para utilizar uma expressão de Eric Hobsbawn, acontecia ali um cruzamento entre o evento público e a pequena história individual:



Os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas. Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho.<sup>2</sup>

Mas aquela não foi nem a primeira nem seria a última vez que algo assim acontecia em minha vida. Uma série de circunstâncias profissionais e pessoais permitiu que eu presenciasse muitos fatos que teriam grande significação para nações inteiras, ou para todo o planeta, como no caso da queda do Muro de Berlim. Essa experiência pessoal e profissional provocaria em mim, nos anos subseqüentes, muitas indagações sobre as relações entre história, narrativas da história, a importância social, política e cultural dos meios de comunicação de massa, poder político, opinião pública, memória, lembranças subjetivas e convicções ideológicas.

Na dupla qualidade de jornalista e indivíduo de carne e osso (isto é, exposto subjetiva e emocionalmente aos fatos que cobri), eu considerava e ainda considero perturbadora a distinção de percepção entre os tempos “histórico”<sup>3</sup> (isto é, aquele que resulta da análise do observador que mantém uma “distância crítica” em relação ao fato analisado) e “subjetivo” (o tempo vivido pelo indivíduo), entre memória coletiva (mecanismo de registro e retenção de informações, conhecimentos e experiências formadores de uma certa identidade de grupo) e memória individual ou lembrança (impressões subjetivas, impregnadas de afetos, preconceitos e tendências inconscientes).

Apenas para dar um exemplo muito claro: no momento mesmo em que releio o relato sobre a noite em que caiu o muro, misturam-se, de maneira completamente anacrônica, a análise histórico-política — acrescida do conhecimento dos desdobramentos geopolíticos, culturais, sociais, institucionais e

---

<sup>2</sup> Eric HOBBSBAWN, *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*, p. 14.

<sup>3</sup> Em vários momentos, utilizei o termo “história” como “acontecimentos históricos” e em outros, como apreensão cognitiva, intelectual, como historiografia. Sempre que necessário, esclarecerei em que sentido o conceito estará sendo empregado.



políticos posteriores, a memória do acontecimento em si, como um fato da vida berlinense —, e minhas próprias lembranças, as emoções que associo ao conjunto dos eventos. Nessa condição, eu jamais poderei discutir a queda do muro com o mesmo tipo de distanciamento de, por exemplo, um estudioso que dele tenha tomado conhecimento por meio da imprensa ou de livros.

Mas se essas questões constituíam um problema para mim, como jornalista, elas também remetiam às outras etapas do processo de produção, circulação e interpretação do jornal como um produto final. Até que ponto aquilo que eu sentia, avaliava, escrevia e enviava ao jornal seria levado em consideração pelos editores? No caso concreto da queda do Muro de Berlim, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* optou por dar a manchete geral para a cassação da candidatura do apresentador Sílvio Santos à Presidência da República. Isso, apesar de tudo o que significava o Muro de Berlim, e apesar de eu ter sido o único correspondente brasileiro presente em Berlim naquela noite magnífica.<sup>4</sup>

Mais além na cadeia de relações que une o jornalista ao consumidor do produto final, está o próprio consumidor, aquele que recebe as notícias: como, e em que medida, os tempos vividos, as asserções ideológicas, os relatos e as memórias transmitidas pelos jornalistas e editadas pelo jornal serão captados e experimentados pelo indivíduo exposto ao fluxo ininterrupto de informações veiculado pela mídia?<sup>5</sup> Era comum que entre nós, correspondentes estrangeiros, fizéssemos, no decorrer de cada cobertura, observações anedóticas sobre a inutilidade ou completa imponderabilidade de nosso trabalho. Até que ponto nossas matérias conseguiriam traduzir, para o leitor ou telespectador, o clima de

<sup>4</sup> A manchete de capa da FSP, no dia 10 de novembro de 1989, foi: “Tribunal cassa candidatura de Santos”; a queda do Muro de Berlim mereceu um título que tomava três das seis colunas do jornal. No dia seguinte, a manchete foi: “TSE afasta polícia do caso Lubeca e assume apuração”; as notícias de Berlim foram para o pé da primeira página, com o título: “Alemães-orientais atravessam muro e passeiam no Ocidente”. No dia 12, novamente o destaque foi para as eleições no Brasil: “Covas sobe e embola disputa pelo 2º”; o muro ganhou três colunas, abaixo da dobra da primeira página: “Berlim fecha semana em festa”.

<sup>5</sup> Em geral, vou utilizar o termo “mídia” ao referir-me, indistintamente, à televisão e ao jornal impresso (optei por usar o termo incorreto “mídia” e não *media*, plural de *medium*, apenas para adotar o uso corrente). Este estudo não se estende ao rádio, veículo relativamente secundário na cobertura de eventos relativos à política internacional, minha principal área de interesse. A fotografia e o cinema serão analisados à medida que isso contribuir para a melhor compreensão do processo de difusão das notícias. Tampouco me estendo sobre outros meios de comunicação, como a Internet, cujo uso ganhou amplitude de massa já em meados dos anos 90, período que ultrapassa os limites temporais fixados por esta tese. Farei, obviamente, referência a esses meios sempre que necessário para iluminar determinado aspecto do problema.

ansiedade nas ruas de uma capital onde estava para acontecer uma batalha campal entre polícias e manifestantes, ou um importante pronunciamento de algum chefe político? Até que ponto, apenas para dar um exemplo, conseguíamos traduzir as incertezas, angústias e indagações das pessoas comuns em Moscou em relação ao futuro da *perestroika* — isto é, em relação ao seu próprio futuro?

Finalmente, coloca-se a questão do “leitor especializado”: o historiador, o intelectual, o analista econômico, o crítico da cultura. Como ele poderá, a partir daquilo que está exposto nas páginas de um jornal, ou mostrado na tela da televisão, analisar os fatos em profundidade, construindo uma teoria ou uma versão que se aproxime daquilo que “realmente aconteceu”? Como se coloca para ele a questão da “verdade”? Que tipo de instrumentos esse “leitor especializado” poderá mobilizar para apreender em profundidade o significado de determinado evento? Em que medida o trabalho do historiador, feito a frio, em seu gabinete, auxiliado pelas bibliotecas, arquivos e instalações, difere do trabalho do jornalista, que seleciona e “caça” a notícia, elaborando no mesmo instante sua própria versão da história?

Retomando o exemplo do Muro de Berlim: até que ponto um historiador poderá reconstruir, na linguagem, os eventos daquela noite, sem cair em alguma espécie de esquematismo redutor (mediante o uso de clichês, de fórmulas prontas, do tipo “o socialismo real foi vítima de sua própria incompetência” etc.) ou, no outro extremo, sem ceder à tentação do subjetivismo psicologizante (por exemplo, ao tentar “reconstruir” o impacto emocional provocado nos berlinenses pelo reencontro entre as partes da cidade dividida)? E até que ponto essa reconstrução “não reducionista”, se possível, terá alguma relevância?

Essas questões me “perseguiam” desde 1986, quando comecei a fazer coberturas jornalísticas no exterior. Entre 1986 e 1992, tive a grande chance de cobrir várias guerras, revoluções e processos históricos importantes. Fui correspondente da *Folha* em Nova York (1987) e Moscou (maio de 1988 – outubro de 1990), editor de Exterior da *Folha* (1990-1991, quando “fechava” um caderno diário de doze páginas) e repórter especial daquele jornal (1991 – 1992). Nesse período, também conheci e entrevistei muita gente que fazia parte de meu

“universo mitológico” (como Paulo Francis, Iasser Arafat, Mikhail Gorbatchov, John Cage e outros), dado que me permitiu comparar aquilo que eu “sabia” sobre eles antes de conhecê-los — isto é, a projeção de sua imagem na mídia — com minhas impressões após ter com eles mantido contato.

Em 1992, deixei a “grande imprensa” e passei a dedicar-me, sobretudo, a escrever livros, tendo por tema história, geopolítica e cultura (somando oito livros de minha própria lavra e outros catorze em co-autoria). Também ajudei a criar, em 1993, um jornal de política externa, *Mundo – Geografia e Política Internacional*, cujo objetivo é explicar, em linguagem jornalística, eventos do mundo contemporâneo. A partir de 1994, iniciei uma nova “experiência”, agora com a linguagem televisiva — como comentarista de notícias internacionais na TV Cultura e TV USP e também como autor do texto base e responsável pela seleção de imagens de arquivo de uma longa série televisiva (sete horas de duração) sobre a Guerra Fria (produzida pela TV Cultura de São Paulo). Finalmente, a partir de 1996 comecei a dar aulas sobre história e jornalismo internacional (na Fundação Casper Líbero e, em 1997, no curso de pós-graduação *lato sensu* da PUC/SP).

O confronto de idéias e percepções suscitado por essas diversas experiências do ato de comunicar fatos históricos – como correspondente, editor, autor de livros de história, professor e autor de roteiros para televisão – tornou ainda mais aguda as minhas indagações. O método mais natural de enfrentar a questão foi refletir sobre a minha própria produção jornalística, não por efeito de narcisismo ou por alguma tendência irresistível ao solipsismo, mas porque ela fornece o material que dá base às minhas reflexões. Esta tese, em síntese, é consequência de uma conjugação de dois grandes dados: em primeiro lugar, da envergadura, amplitude e profundidade dos eventos que cobri; segundo, do fato de eu ter participado de todas as pontas do processo de produção e veiculação de notícias e textos historiográficos.

Lendo, hoje, aquilo que eu mesmo escrevi, comparando as minhas convicções à época e sua transformação (ou permanência) com o passar do tempo, fazendo um contraste entre aquilo que eu, como jornalista, tentei mostrar aos leitores e os fatos encadeados pela própria vida, tenho a rara oportunidade de fazer

uma análise crítica sobre o meu lugar como agente produtor de textos noticiosos e divulgador de fatos históricos, mas também – sobretudo, aliás – como objeto de uma ampla rede empresarial, cultural e tecnológica de percepções que condiciona, em dado momento, a minha própria capacidade de enxergar e analisar os fatos. Com base nessa experiência, posso fazer uma reflexão acadêmica devidamente “condimentada” por um saber empírico sobre o fazer jornalístico e os procedimentos adotados pela mídia no mundo contemporâneo.

Isso explica por que quis retomar o caminho da universidade, em 1992, como “historiador”, e não como “jornalista”, embora de início não estivesse muito clara para mim a distinção entre ambos. Eu sabia que não queria estudar “teoria da comunicação”, mas a imbricação entre jornalismo e história. Para atingir esse objetivo, eu deveria entrar em contato com as várias concepções e métodos sobre o estudo da história. A primeira grande dificuldade colocou-se como uma grande indagação: é possível fazer uma reflexão histórica sobre o contemporâneo? Steven Connor formula muito bem a resposta a essa questão, ao criticar a percepção segundo a qual só podemos conhecer processos “acabados e encerrados”, herdeira da crença de que a experiência é separada do conhecimento:

Boa parte do trabalho crítico e teórico na filosofia e nas ciências sociais nos últimos vinte anos nos dá motivos para suspeitar dessa separação, razão para especular se o conhecimento e a experiência não poderiam ser integrados num contínuo muito mais complexo. Pode ser que a experiência sempre seja, senão realmente determinada, ao menos interpretada de antemão pelas várias estruturas de compreensão e de interpretação vigentes em momentos particulares de sociedades particulares e em diferentes setores dessas sociedades. Na verdade, a própria relação que se afirma haver entre experiência e conhecimento também pode ser reflexo dessas estruturas de conhecimento e de compreensão. Disso se concluiria que a nossa atual maneira de conceber a oposição entre experiência e conhecimento como, por exemplo, uma distinção entre transiência e fixidez também tem sua origem e história em estruturas particulares de conhecimento.

(...) Essas reflexões nos levam ao fato de termos de estar conscientes da história e da natureza “constructa” de nosso sentido do que são experiência e conhecimento.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Steven CONNOR, *Cultura pós-moderna – introdução às teorias do contemporâneo*, p. 11 – 13.

A “natureza ‘constructa’ de nosso sentido do que são experiência e conhecimento” está passando por uma profunda transformação, graças à vertiginosa aceleração das transformações tecnológicas, particularmente após a instalação de uma mídia planetária informatizada, espetacularmente anunciada pela cobertura que a mídia internacional, em particular a televisão, fez da Guerra do Golfo, a partir de janeiro de 1991.

Desde que Gutemberg imprimiu a primeira *Bíblia* com tipos móveis, o surgimento de cada novo meio de comunicação de massa — ou mesmo o simples aperfeiçoamento de uma tecnologia já existente, como a passagem da TV preto-e-branco para a TV em cores — cria sua própria problemática e interfere naquilo que se tinha como certo em relação aos meios já existentes. O surgimento do cinema, por exemplo, provocou um deslocamento do lugar ocupado pelo teatro, pelo circo e pela imprensa escrita na construção do imaginário, assim como o surgimento da televisão colocou problemas integralmente novos para a indústria cinematográfica.

A Guerra do Golfo serviu como um divisor de águas nesta longa história. Pela primeira vez, uma guerra era transmitida “ao vivo”, em tempo real, por uma rede que tinha alcance planetário (a Cable News Network, CNN), graças a um satélite retransmissor estrategicamente colocado em órbita polar estacionária.<sup>7</sup> Também foi a primeira vez que se utilizou, em larga escala, a técnica de transmissão de imagens digitalizadas (isto é, criadas por um processo de simulação). E — outro fato inédito — a grande personagem da guerra, ao contrário daquilo que, apenas em certa medida, havia caracterizado a cobertura da Guerra do Vietnã, nos anos 60, não foi o homem, os horrores, ódios e esperanças provocados pela destruição, mas a tecnologia, as armas “inteligentes”, as operações “cirúrgicas” (assim como, mais recentemente, durante a Guerra do Kosovo, entre 24 de março e 10 de junho de 1999, foi dado muito mais destaque

---

<sup>7</sup> Paul Virilio faz o seguinte registro: “Às 13 e 22, hora local, do dia 26 de outubro de 1987, na base californiana de Vandenberg, um foguete Titan-34D lançava um satélite KH11. Colocado numa órbita polar que lhe permite visualizar o planeta inteiro, este satélite pode, a qualquer instante, utilizar o zoom, girar sobre si próprio e transmitir imagens convertidas em impulsos eletrônicos.” (*A inércia polar*, p. 22.).



aos supostos “erros” das armas altamente sofisticadas da Otan do que à tragédia vivida por cerca de 900 mil kosovares de etnia albanesa).

O salto tecnológico, do qual a CNN é símbolo e instrumento, permitiu que a Guerra do Golfo fosse apresentada como uma espécie de telenovela sinistra que prometia renovadas emoções no próximo capítulo. A cobertura “ao vivo” da Guerra do Golfo consagrou, definitivamente, a “espetacularização” da notícia. E exatamente por ser um espetáculo, a transmissão das imagens teve que obedecer às mesmas regras que se aplicam a um *show*.

Na televisão, em que tudo corria às mil maravilhas para as forças aliadas, nem uma gota de sangue apareceu. Esquemas estratégicos e imagens sintéticas reafirmavam a soberania dos “deuses” da tecnologia. O olhar omnividente e onnipresente dessa mesma tecnologia que permitiu a realização da primeira “guerra electrónica em tempo real”, segundo a designação de Paul Virilio, não podia deixar, ironicamente, que os campos de batalha aparecessem na sua crueza e horror característicos. A transparência revelou-se impossível.

Lipovetsky, numa entrevista à revista *Globe*, disse que a morte se tornara intolerável tanto social como moralmente. O holocausto nazi e a tragédia do Vietname estão ainda muito presentes na nossa memória.

“Asseptizar” a guerra tornou-se uma necessidade para aqueles que a fizeram. Legitimá-la foi a primeira preocupação dos políticos e dos beligerantes. O princípio da justiça e o respeito pelas resoluções da ONU foram a base do discurso dos que apoiaram a guerra. Mas antes de mais nada foi preciso recriar, através dos media, no imaginário ocidental, a figura do tirano intolerante, do louco que arrastava milhares de soldados para uma guerra em que, à partida, seria derrotado.<sup>8</sup>

A Guerra do Golfo mudou a relação da televisão com a notícia, de um lado, e com o público, de outro. Ela — a televisão — tornou-se “a” notícia:

Assim, a Humanidade inteira acomodou-se frente ao pequeno ecrã para assistir ao maior espectáculo de todos os tempos, à “guerra em directo”. A angústia por um acontecimento que ninguém tinha acreditado ser realmente possível passou a segundo plano, face ao fascínio daquele incrível jogo de vídeo, às imagens filmadas pelas câmaras de televisão instaladas no nariz das bombas “inteligentes”, que enquadravam o alvo até uma fracção de segundo antes da explosão. As primeiras conferências de imprensa do comando aliado pareciam uma feira das maravilhas tecnológicas: aviões “invisíveis”, mísseis capazes de entrar nas mais recônditas vias de acesso aos bem fornecidos bunkers inimigos,

<sup>8</sup> Mônica PÉREIRA, “Guerra e Mass Media”, in Mario PERNIOLA, Feliz GUATTARRI, Jean BAUDRILLARD e outros, *Guerra Virtual, Guerra Real – Reflexão sobre o Conflito no Golfo*, p. 7

aparelhagens electrónicas capazes de oferecer em tempo real todos os mínimos detalhes das operações em curso. O cenário da guerra real repetia em grande estilo os cenários computadorizados da guerra simulada. (...) O dispositivo mediático de esmagamento da realidade pelo imaginário continuava a funcionar a pleno ritmo, gerando um fluxo imparável de metáforas eufemizantes: não guerra mas “operação de polícia”, uma “operação cirúrgica” rápida, limitada e quase indolor. O bem-amado público ocidental era calorosamente convidado a afugentar as manias catastróficas das cassandras pacifistas e ligar a TV para assistir tranqüilamente à vitória anunciada. Nada de medo, senhores, o espetáculo continua!<sup>9</sup>

Após a Guerra do Golfo, a onipresença da televisão, a sua capacidade de transmitir instantaneamente imagens de e para todo o planeta, tornou-se um fato do cotidiano, de todos conhecido e por muitos esperado — nos episódios de invasão da Somália (1992) e Haiti (1994) por tropas da ONU comandadas pelos Estados Unidos, as câmaras de TV já estavam lá antes mesmo das tropas chegarem. As imagens do desembarque das tropas, nos dois casos, lembravam muito mais um filme.

Já é amplamente conhecido, lugar-comum, o fato de que, em todos os países, os líderes políticos e os chefes militares planejam suas ações calculando o tempo certo para que sejam apresentadas em horário nobre de televisão. A televisão adquiriu o poder de definir o que será ou não um acontecimento político, assim como o âmbito geográfico em que esse acontecimento será conhecido. Claro que esse poder não é absoluto, e que excepcionalmente as circunstâncias podem se impor à vontade das grandes corporações da mídia. Mas isso é a exceção, não a regra.<sup>10</sup> O acontecimento político (e, mais amplamente, social e/ou cultural) adquire as características de um grande *show*. Ora, uma das conseqüências imediatas da prática de se apresentar o jornalismo como o “show-narlismo” é o enfraquecimento ou o total apagamento da fronteira entre o real e o fictício.

<sup>9</sup> Carlo FORMENTI, “A guerra sem inimigos”, in Mario PERNIOLA, Feliz GUATTARRI, Jean BAUDRILLARD e outros, *Guerra Virtual, Guerra Real...*, p. 37-8.

<sup>10</sup> No dia 5 de junho de 1999, por exemplo, cerca de mil entidades sindicais, de defesa dos direitos humanos e de minorias étnicas, estudantis etc. convocaram uma “marcha em Washington”, para protestar contra os ataques da Otan a Kosovo. A CNN transmitiu as imagens da marcha apenas para a região de Washington. Outras grandes emissoras (ABC, CBS, NBC) nem isso fizeram. O mundo só pôde tomar conhecimento disso por meio de informações divulgadas pela Internet.

É este novo cenário do império das imagens, da experiência do mundo vivida por meio da tela planetária, que obriga o historiador, ou o crítico da cultura, a lançar um novo olhar sobre a teia de relações estabelecidas entre meios de comunicação de massa e o conjunto das instituições econômicas, políticas, culturais, científicas e sociais. Mais especificamente, trata-se de saber de que forma, e em que medida, esse novo cenário afeta o olhar, a vida, a relação de um indivíduo com o mundo:

Não faz sentido imaginar que há um fato de verdade e um fabricado. Fatos de verdade e fabricados convivem como parte de uma realidade histórica na qual é possível fabricar fatos, da mesma forma como fatos podem se desdobrar por si mesmos, por uma cadeia genética de eventos históricos. É o caso, bem evidente, da Guerra do Golfo, que foi montada como um grande show dos media para representar o sucesso da nova ordem mundial (...). Estava presente, de qualquer forma, o show de comunicações junto com processos históricos de lutas políticas e por recursos. Estes acontecimentos são tão intrinsecamente embaraçados que seria desnaturado querer separar uma coisa da outra. Todas elas compõem o campo de significação e não uma significa e outra falsifica. Cada vez mais é preciso um historiador afinado com esse novo tempo, capaz de ser receptivo aos impactos que as tecnologias de comunicação e de imagem têm sobre as pessoas e os observadores, para entender de que maneira se vive num limiar de indistinção do que poderia, em outra situação, ser chamado de “o fato cru” e “o mediatizado”, “mediático”, construído pelos meios de comunicação. As coisas estão em estágio de perfeita colisão, o ser humano vive as duas situações indistinguívelmente. Daí ser preciso um historiador capaz de ver essa indistinção.<sup>11</sup>

O que se pretende aqui desenvolver, basicamente, é uma discussão sobre esse novo “campo de significação”. A História com agá maiúsculo — construção épica linear, evolutiva e finalista, emanação da vontade de Deus, a realização da Idéia, do Espírito Absoluto (no caso da concepção hegeliana) ou a do Trabalho não alienado de si (Karl Marx) — cedeu lugar às histórias múltiplas de sujeitos parciais, narradas por historiadores que não podem mais reivindicar para si o estatuto final da “verdade científica”. Por outro, o ambiente tecnológico do final do século XX criou percepções de tempo, espaço e pertinência cultural

<sup>11</sup> “Fim da História”, debate com Nicolau Sevcenko, revista *Atrator Estranho*, nº 19, jan.1996, p. 35-6. A revista é publicada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura da ECA — USP.



integralmente novos. A idéia é justamente explorar esse “limiar de indistinção”, a forma como ele é construído, vivido e experimentado. Para refletir sobre esse quadro, delineei um horizonte composto por algumas indagações básicas:

*1) Qual a diferença, do ponto de vista do meu conhecimento sobre um acontecimento qualquer, entre tê-lo presenciado “em carne e osso”, ter tomado conhecimento por meio da leitura do jornal e tê-lo visto por meio da tela de televisão?*

Somos resultado e parte integrante de uma cultura que privilegia a percepção visual como fonte principal do conhecimento. Trata-se de uma tradição solidamente ancorada nas raízes de nossa cultura (mesmo Deus teve de “ver” o ato mediante o qual Abraão se dispunha a sacrificar o seu filho Isaac para comprovar a sua fé; S. Tomé foi admoestado por Cristo porque só poderia acreditar na sua ressurreição se “visse” os sinais das feridas deixados em seu corpo pelos pregos da cruz e pela lança do soldado romano). O próprio conceito de história era, originalmente, indissociável do “testemunho ocular”, da visão, como mostra Jacques Le Goff:

A palavra “história” (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico. Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid-*, *weidi*, “ver”. Daí o sânscrito *vettas* “testemunha” e o grego *histor* “testemunha” no sentido de “aquele que vê”. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à idéia que *histor* “aquele que vê” é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é “procurar saber”, “informar-se”. *Historie* significa pois “procurar”. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias, que são “investigações”, “procuras”. Ver, logo saber, é um primeiro problema.<sup>12</sup>

Quando testemunhamos diretamente um evento, temos a sensação de que estamos vendo “a” realidade empírica, é “a” verdade do fato que está se manifestando diante de nossos olhos. Assim, aparentemente, a minha presença em Berlim na noite de 9 de novembro de 1989 garantiu-me o acesso aos fatos “tais

<sup>12</sup> Jacques LE GOFF, *História e memória*, p. 17.

como eles realmente aconteceram” — miragem objetivista de Leopold Von Ranke —, de uma forma muito mais completa e autêntica do que se recebesse as imagens via televisão. Mas, a televisão, com o seu aparato tecnológico cada vez mais aperfeiçoado, reivindica para si a capacidade de substituir com vantagem o olhar do observador individual. Diversas câmaras postadas em lugares distintos podem captar um número maior de imagens — ou a mesma imagem segundo vários ângulos —, com muito mais detalhes e com maior precisão do que é facultado ao observador individual, como sabe qualquer torcedor que algum dia pôde comparar um jogo de futebol visto diretamente, a partir das arquibancadas do estádio, com o mesmo jogo transmitido pela TV. Desse ponto de vista, o telespectador que acompanhou de sua casa as imagens da queda do Muro de Berlim teve ao seu alcance um panorama visual muito maior do que aquele ao qual eu tive acesso direto.

À luz da tradição cultural que identifica “ver” com “saber”, é coerente, e até esperado, que o desenvolvimento tecnológico dos meios de registro e comunicação, em particular a partir do final do século XIX (fotografia, cinema, televisão, Internet), tenha reforçado a importância da percepção visual. Mas, quem vê, vê o quê? Da psicanálise e das ciências sociais sabemos, hoje, que o olhar é condicionado pela cultura, mas também — talvez, sobretudo — por uma série quase infinita de mecanismos inconscientes (preconceitos, afetos, traumas, automatismos), a imensa maioria forjada na primeira infância.<sup>13</sup>

Não existe o “observador neutro”. Testemunhar um evento é também construí-lo segundo o “aparelho psíquico” e a formação social e cultural da testemunha. Seria equivocados, por isso, opor radicalmente, de forma maniqueísta, uma suposta “neutralidade objetiva” daquele que presencia diretamente um acontecimento à “intencionalidade manipuladora” da câmara de televisão. E não só o olhar daquele que vê é social e culturalmente moldado, mas também o é a

<sup>13</sup> Já em 1901, quando escreveu *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana – esquecimentos, lapsos de fala, equívocos na ação, superstições e erros*, Sigmund Freud mostrou, pela primeira vez, que os pequenos lapsos do cotidiano são a manifestação ou erupção de impulsos e mecanismos inconscientes e oferecem uma via para entender o psiquismo.

memória individual que faz reviver o evento presenciado, como evidencia a experiência de coleta de depoimentos acumulada pela prática da história oral:

Reconhecemos que a história oral está longe de ser uma história espontânea, não é a experiência vivida em estado puro, e que os relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes que os historiadores costumam consultar. Entendemos, mais precisamente, que as entrevistas da história oral mostram menos a experiência direta dos informantes do que o resultado do trabalho que a memória faz com essa experiência.

Para complicar ainda mais a questão, infelizmente não possuímos dados muito satisfatórios sobre como funciona a memória humana. Como é, por exemplo, que lembramos de certos tipos de experiência com precisão e esquecemos de outros? Como é que o envolvimento emocional altera as lembranças? Afinal, como é que a memória se organiza e se modifica? O que podemos afirmar com alguma confiança é que a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas resulta de determinações sociais complexas. Pensamos, lembramos e exprimimo-nos em formas social e culturalmente determinadas — como, aliás, os antropólogos reconheceram faz bastante tempo.<sup>14</sup>

Descartado, assim, o maniqueísmo que opõe o “observador neutro”, “espontâneo” e, nesse sentido, “inocente”, àquele que é “contaminado” e “manipulado” pelas imagens televisivas, recoloca-se ainda com maior força a questão inicial: qual a diferença entre presenciar pessoalmente um acontecimento e vê-lo pela televisão?

No caso da imprensa escrita, o problema é de outra ordem. Enquanto a televisão propicia a “comunicação total” — isto é, recebemos texto e imagem prontos —, o texto solicita do leitor um acervo de conhecimentos com o qual ele possa compor e interpretar aquilo que está sendo narrado (a televisão não “descreve”, mas “mostra” a cena, ao passo que no caso da imprensa escrita o leitor é solicitado a imaginar a cena). Ao contrário do que acontece na relação do telespectador com televisão, que trabalha com a velocidade, a profusão de imagens segundo um ritmo ditado pelos *clips* publicitários, o leitor tem um controle muito maior do tempo que poderá dedicar ao texto impresso (poderá ler

<sup>14</sup> Michael M. HALL, “História oral: os riscos da inocência”, in Maria Clementina PEREIRA DA CUNHA (org.), *O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania*, p. 157.

tudo de uma vez, interromper a leitura e retomá-la depois, reler alguns parágrafos, anotar observações etc.).<sup>15</sup>

*2) Como a televisão e a imprensa escrita criam metáforas que “explicam” o mundo, transformando-as em convicções individuais? Até que ponto a mídia tem o poder de sedimentar como “a” realidade (isto é, como “fatos que realmente aconteceram”), na memória coletiva, as “suas” imagens dos eventos (isto é, as imagens por ela selecionadas e editadas)?*

É essa questão, precisamente, que coloca com toda a força o problema da “memória” neste final do século. Na memória que as pessoas evocam aparecem, sobrepostas, interligadas, fundidas e confundidas, camadas de acontecimentos que foram vividos e experimentados no convívio direto com outras pessoas, com outras camadas de acontecimentos que foram vividos e testemunhados por meio da televisão (e, secundariamente, da leitura de jornais e livros), e não raro as memórias televisivas são mais fortes e vivas do que as outras. Torna-se, por isso, impossível discutir memória sem discutir mídia:

Não requer muita sofisticação teórica ver que todas as representações — sejam na linguagem, na narrativa, na imagem ou no som gravado — estão baseadas na memória. Re-presentation sempre vem depois, embora alguns meios de comunicação tentem nos fornecer a ilusão da “pura presença”. Mas ao invés de nos guiar até alguma origem supostamente autêntica, ou nos dar um acesso verificável ao real, a memória, até mesmo, ou especialmente, por vir sempre depois, é em si baseada na representação. O passado não está simplesmente ali na memória, mas tem de ser articulado para se transformar em memória. A fissura que se opera entre experienciar um acontecimento e lembrá-lo como representação é inevitável.

(...) Central em qualquer discussão sobre a memória (pública, geracional, pessoal) neste final do século XX é o papel da mídia e dos sistemas high-tech de informação. Existe uma contradição desconcertante em nossa cultura. De um lado, há aquela lamentação bem conhecida a respeito da amnésia induzida pela mídia, um tema recorrente da crítica cultural desde o início do século XX. Porém este inquestionável “enfraquecimento da história” e da consciência histórica, a lamentação quanto ao esquecimento político, social e cultural, e os vários discursos, celebratórios ou apocalípticos, sobre a *post histoire* têm sido acompanhados na última década e meia por um boom da memória de proporções

<sup>15</sup> À exceção de poucos jornais e revistas, a imprensa escrita adotou uma série de procedimentos destinados a “competir com a TV” (textos curtos, parágrafos pequenos, letras em corpos garrafais, fotos coloridas) de tal forma que o leitor não se sinta “cansado” e possa ler da maneira mais rápida e cômoda possível. Assim, o leitor do jornal está exposto ao impacto da televisão, mesmo que não assista à televisão.

sem precedentes. Há grandes debates sobre a memória nas ciências culturais, sociais e naturais. Numa era de estruturas supranacionais emergentes, o problema da identidade nacional está sendo cada vez mais discutido em termos de memória cultural ou coletiva, ao invés de em termos de uma suposta identidade da nação e do Estado baseada na linhagem de sangue ou mesmo de cidadania.

(...) A dificuldade da conjuntura atual é pensar a memória e a amnésia juntas, em vez de simplesmente opô-las. Portanto, nossa febre não é uma febre de consumir a história, no sentido nietzschiano, que pode ser curada por um esquecimento produtivo. É antes uma febre mnemônica que é causada pelo vírus da amnésia e que por vezes ameaça consumir a própria memória.<sup>16</sup>

Se a “crise da memória” só pode ser compreendida à luz do contexto pós-moderno de crise de identidades e de ideologias, para retomar os famosos diagnósticos levantados por Max Weber (desencanto do mundo) e, mais tarde, por Lyotard (crise das grandes metáforas explicativas), a convivência da amnésia com a memória é o mecanismo fundamental do jogo praticado pela mídia – a qual, basicamente, constitui um imenso banco de dados que, aparente paradoxo, aposta permanentemente no esquecimento como condição básica para apresentar o “velho”, o “já visto” como o “sempre novo”. As metáforas construídas pela mídia ocorrem neste contexto preciso, em que, à falta de novas (e velhas) utopias, instaura-se a “ética da sobrevivência”, é o império do “eu narcísico”<sup>17</sup> que faz a glória do discurso neoliberal.

*3) E, finalmente, quais as implicações políticas, econômicas e sociais do poder adquirido pela mídia na sociedade contemporânea? Ou: até que ponto os meios de comunicação de massa são uma força determinante nos rumos dos fatos históricos (isto é, da história pública, do evento político)?*

Todas as questões anteriores convergem, obviamente, para a questão do poder. Simultaneamente à aceleração do desenvolvimento tecnológico, ocorreu um processo de concentração de poder nas mãos de um pequeno número de corporações da mídia. Cada vez mais, um número menor de corporações detém o poder de determinar o que é e o que não é notícia, o que vai e o que não vai ser

<sup>16</sup> Andreas HUYSSSEN, *Memórias do modernismo*, p. 12-9.

<sup>17</sup> Cf. Christopher LASCH, *O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis*.

visto em todo o mundo. O processo de concentração de poder “mediático” jogou água fria nas esperanças daqueles que acreditavam que as redes de televisão a cabo iriam permitir um processo de descentralização, mediante a eventual multiplicação de centros emissores de notícia. Ao contrário, as grandes corporações acabaram dominando também o filão da TV a cabo (ou digitalizada).

As grandes corporações mantêm estreitos vínculos com o poder de Estado, ainda que nem sempre estes vínculos sejam simples e diretos (como foram, por exemplo, entre a Rede Globo e a ditadura militar, desde 1966, quando a emissora foi fundada com a “missão” declarada de contribuir para a “integração nacional”).

Esses são, portanto, os problemas que pretendo abordar. Resta, ainda, uma observação importante sobre a bibliografia adotada e a maneira pela qual utilizo as citações neste trabalho. Recorro a um quadro de referências teóricas delimitado por quatro grandes “eixos” que poderiam, de forma muito panorâmica, ser descritos como “marxista” (incluindo a Teoria Crítica e seus seguidores contemporâneos, entre os quais Jürgen Habermas e Andreas Huyssen), “conservador” (centralmente, Martin Heidegger), os “pós-modernos” (Jean Baudrillard, Paul Virilio, Michel Foucault e outros que se filiam ao método da genealogia de Nietzsche) e outros que se debruçaram sobre a questão da crítica da cultura e da mídia (Pierre Bourdieu, Umberto Eco, Richard Rorty, Noam Chomsky, Hannah Arendt).

Claro que me preocupa a possibilidade de cair em “armadilhas” e impropriedades conceituais, ainda mais quando se sabe que vários dos autores citados mantiveram entre si fortes polêmicas no campo da teoria. Mas esse é um risco que acredito ser inevitável, dado que é próprio ao objeto deste estudo o seu caráter fragmentário, elástico e fluido. Não vejo como abarcá-lo adotando um método de análise historiográfico filosoficamente “homogêneo” ou “puro”. É justamente a possibilidade de empregar conceitos como o de “simulacro” (Baudrillard); “Dasein” (Heidegger); “mundo vivido” em oposição a “mundo colonizado” (Habermas) e tantos outros que permite enriquecer este trabalho, explorando novos caminhos de reflexão.



Precisamente porque recorro a fontes tão polêmicas e contraditórias, procurei definir precisamente os limites de uso de determinados conceitos. Um bom exemplo das dificuldades enfrentadas pelo historiador contemporâneo quando se trata de selecionar e “classificar” conceitualmente suas fontes teóricas, foi dado por Sérgio Paulo Rouanet, em seu belo trabalho *As razões do Iluminismo*. Ao longo de 45 páginas<sup>18</sup>, Rouanet procura sistematizar e explicar as diferenças que separam Habermas de Foucault, nos campos da crítica da sociedade, do saber e do sujeito. Mostra as razões de Habermas para qualificar Foucault como um pensador “conservador”, avesso à modernidade e às conquistas do Iluminismo. Explicados os numerosíssimos antagonismos entre ambos, Rouanet conclui que as diferenças “não bastam para caracterizar a existência de qualquer fronteira, de direito ou de fato, entre Jürgen Habermas e Michel Foucault”! Sustenta que Habermas poderia ser classificado como “pós-moderno”, assim como Foucault de “moderno”. Essa conclusão é sintomática de uma época, que tornou extremamente tênues as fronteiras entre os saberes e seu modo de organização.<sup>19</sup>

A produção de saber e conhecimento, no mundo contemporâneo, se dá-se por meio de um inevitável jogo que coloca em ação (em relações de cooperação e / ou de choque) vários sistemas de conceitos científicos e filosóficos, de valores éticos e estéticos. É essa percepção que permite (ou melhor, obriga) o historiador a arriscar-se, ousar na hora de propor possibilidades interpretativas dos eventos culturais, sociais, políticos e econômicos, sem dúvida correndo o risco de compor, no final das contas, apenas um pastiche.

Minha principal “fonte” é o meu próprio trabalho profissional nos campos da mídia e da universidade, procedimento apenas e unicamente propiciado pela rara oportunidade de ter presenciado fatos monumentais neste final de século. Encerro, por isso, esta introdução com outra citação de Hobsbawn, obviamente sem a menor ou a mais longínqua pretensão de equiparar-me ao grande mestre:

Meu conhecimento de pessoas e lugares, embora forçosamente parcial e enganador, me foi de enorme valia, mesmo tratando-se tão-somente de visitar a

<sup>18</sup> Sérgio Paulo ROUANET, *As razões do Iluminismo*, p. 147-192

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 188-190

mesma cidade num intervalo de 30 anos — Valência ou Palermo —, fato que permite compreender a rapidez e o âmbito da transformação social no terceiro quartel do presente século, ou mesmo tratando-se tão-somente da lembrança de algo dito há muito tempo em alguma conversa e guardado, às vezes sem motivo claro, para uso futuro. Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Eric HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 8 (o grifo é meu).



## 1. Memórias e histórias

Na noite de 29 de dezembro de 1992, foi assassinada a jovem atriz da Rede Globo Daniela Perez, que à época interpretava a personagem Iasmin na novela *De corpo e alma* (levada ao ar de agosto de 1992 a março de 1993). A jovem atriz foi assassinada pelo ator Guilherme de Pádua, com quem contracenava na telenovela. Nos dias que se seguiram ao assassinato, jornais, revistas e emissoras de televisão dedicaram páginas e páginas ao assunto. As reportagens participavam da confusão entre Daniela e Iasmin, assim como leitores e telespectadores, ao conversarem sobre o assunto. Daniela e Iasmin se tornaram um só ser, nem humano nem fictício, algo existente numa espécie de fronteira tênue e difusa entre as duas coisas. Daniela emprestou seu corpo e sua aparência a Iasmin, Iasmin tirou Daniela do anonimato e lhe deu uma identidade, um enredo, uma trama na qual as pessoas se espelhavam e se reconheciam.

Glória Perez, mãe de Daniela e autora do enredo da telenovela, incluiu o desaparecimento da filha num capítulo solene da novela. Nesse capítulo, as personagens, uma por uma, faziam declarações de saudade e apreço por Daniela — não por Iasmin, a personagem, mas pela atriz assassinada. Foi um momento de cumplicidade catártica absoluta com os telespectadores: a representação da vida deixou de ser apenas representação para ser a própria vida. Todas as distâncias entre ficção e “vida real” — aqui entendida como mundo empírico, fora da tela — foram apagadas. A telenovela virou “reportagem”, assim como os telejornais, naqueles dias, viraram os capítulos mais “quentes” da telenovela.

É como se a vida houvesse permitido, subitamente, uma inversão do antigo sonho de todo cinéfilo, penetrar na tela e passar a fazer parte do mundo do filme, tão maravilhosamente explorado por Woody Allen em *A rosa púrpura do Cairo*. As personagens da telenovela saltaram da TV para a vida. Em tom sensacionalista, os telejornais — e, logicamente, a imprensa escrita e mais ainda a especializada em programas de televisão — divulgavam com detalhes cada mínimo fato refe-

rente às investigações da polícia, além de reverberar com exagero desmedido as mínimas declarações de qualquer personalidade, artista, jornalista, policial, médico ou quem quer que fosse com o mínimo de projeção pública.<sup>1</sup>

As notícias sobre o caso disputavam as atenções dadas aos eventos referentes à renúncia do então presidente Fernando Collor de Mello, anunciada em 28 de dezembro. No momento em que o Jornal Nacional da Rede Globo mostrou a reportagem sobre a morte da atriz, o Ibope atingiu 66 pontos, quando a média, à época, era de 55 pontos.<sup>2</sup> É muito ilustrativa, a esse respeito, a seguinte reportagem, intitulada “Crime passionai bate renúncia de Collor” e com subtítulo “Nas ruas de São Paulo, assassinato da atriz Daniela Perez é mais comentado que a mudança do presidente”:

O assassinato da atriz Daniela Perez tirou o brilho ontem do acontecimento político mais esperado em 1992, a renúncia de Fernando Collor de Mello. “Que Collor que nada. O papo do dia é a morte da menina”, disse o jornalista da praça Vilaboim (Higienópolis, região central de São Paulo) Feliciano Oliveira, 29. “Só umas duas pessoas perguntaram da renúncia. O resto queria saber detalhes do assassinato”, acrescentou.<sup>3</sup>

Esse episódio atesta, de maneira exemplar, a capacidade que tem a televisão de criar mundos “reais”. Ou melhor, mundos aos quais o olhar dos telespectadores empresta uma realidade, que se torna assim uma realidade vivida no seu íntimo, com o seu consentimento. O telespectador funciona como um deus que concede vida às imagens, mas sem perceber que ele, telespectador — e não a televisão —, é a fonte de vida. A identidade do telespectador com as personagens da telenovela ocorre por esse processo de “enquadramento” da vida num certo enredo permitido e tolerado. O processo de identificação permite que ele viva certas emoções sem

<sup>1</sup> O que torna o caso de Daniela Perez singularmente interessante é, precisamente, a confusão das narrativas entre os fatos da vida real e os da telenovela. Como ela foi protagonista de ambos, o apagamento de fronteiras entre os gêneros foi total. Distingue-se, nesse sentido, de outros episódios de transformação dos fatos da vida em telenovela, como o julgamento de O. J. Simpson e o da vida e morte da princesa Diana.

<sup>2</sup> FSP, 30.dez.1992, p. 3-5. Mesmo as revistas semanais *Veja* e *IstoÉ*, endereçadas a um público supostamente de elite, dedicaram várias páginas à cobertura do crime (edições de 6.jan.1993). *Veja* dedicou uma capa sensacionalista ao assunto (edição de 13.jan.1993), com os seguintes título e subtítulos: “O pacto de sangue - Guilherme: peças gays, histeria e sucesso a qualquer preço; Paula: ciúme doentio e contato com a noite barrapitada”, chamando para uma reportagem de seis páginas. A Paula a quem *Veja* se refere era a mulher de Guilherme e sua cúmplice no assassinato de Daniela.

<sup>3</sup> *Ibid.*

correr riscos, no isolamento de sua casa e cercado de todas as garantias (nada mais conhecido do que o enredo de uma telenovela).

É óbvio que há uma elevada dose de narcisismo nesses processos de identificação. Eu escolho — mesmo que inconscientemente — os aspectos que merecem ser iluminados na composição de tal ou qual personagem, os aspectos que melhor me descrevam para mim mesmo e para os outros de acordo com aquilo que penso a meu próprio respeito. Ou, ao contrário, escolho a personagem que deve ser odiada por se opor à minha imagem ideal. Em outros termos, eu projeto minha imagem ideal nas personagens com quem me identifico, e os meus problemas, minha sombra, a área “escura” de minha vida eu joga na lata do lixo.

No ato de participar intensamente da trama da telenovela, perde-se a consciência de que tudo não passa de fantasia. Os telespectadores depositam nas personagens de telenovela expectativas que transcendem o mundo do faz-de-conta, como se as imagens correspondessem a pessoas vivas, de carne e osso. O drama da personagem é fantasioso, mas a lágrima que o telespectador derrama ou a palpitação de seu coração é real. As pessoas projetam nas personagens e tramas da telenovela os problemas, as frustrações, as expectativas e as emoções sentidos em sua vida diária. Esse mecanismo de projeção torna-se parte constitutiva da economia psíquica dos telespectadores, inscreve-se no seu corpo como memória de emoções efetivamente vividas.

Fredric Jameson nota que os filmes “são uma experiência física e como tal são lembrados, armazenados em sinapses corpóreas que escapam à mente racional. Baudelaire e Proust mostraram-nos como as memórias são na verdade parte do corpo, mais próximas do odor ou do paladar que da combinação das categorias de Kant; ou talvez fosse melhor dizer que memórias são, acima de tudo, recordações dos sentidos, pois são os sentidos que lembram, e não a ‘pessoa’ ou a identidade pessoal. Isso pode acontecer com livros, se as palavras forem suficientemente sensoriais (...).”<sup>4</sup> E um processo semelhante se dá, também, com as ima-

---

<sup>4</sup> Fredric JAMESON, *As Marcas do Visível*, p. 1

gcaptadas por meio da televisão, desde que elas sejam suficientemente carregadas de dramaticidade e/ou sedução estética.<sup>5</sup>

A telenovela adquiriu a densidade de um fato do mundo. Noite após noite, durante os anos 90, cerca de 30 milhões de brasileiros assistiram a telenovelas e minisséries (mais de 500 já produzidas, desde que a primeira novela foi ao ar, em julho de 1963, às 19h, pelos canais 9 de São Paulo e 2 do Rio de Janeiro, com o título *2-5499 ocupado*<sup>6</sup>). Em alguns casos, as personagens adquiriram visibilidade muito maior do que, em geral, aquela conquistada por políticos. Dificilmente alguém foi mais odiado no Brasil do que Felipe Barreto, o playboy interpretado por Antônio Fagundes na novela *O dono do mundo* (Rede Globo, maio de 1991 a janeiro de 1992). Fagundes experimentou em sua pele esse ódio, ao ser agredido por pessoas na rua, ou ao ser elogiado por certas “sociedades machistas”. Tampouco pode ser esquecido o clima de sensacionalismo que tomou conta do país quando se colocou a questão sobre a identidade do assassino de Odete Roitman, personagem interpretada pela atriz Beatriz Segall na novela *Vale tudo* (Rede Globo, maio de 1988 a fevereiro de 1989).

Ao analisar o efeito da telenovela sobre os espectadores, *Ciro Marco...des* nota que...

A telenovela faz parte, domina, preenche o cotidiano das pessoas, e, na maioria dos casos, de forma mais rica, mais densa e emocionante do que a própria vida. A imediaticidade deve-se ao fato de ela estar assim “colada” ao cotidiano de cada um e substituir um convívio social que por uma série de fatores já não se dá mais, mas, principalmente, por entrar para esse convívio através de um componente de familiaridade. É essa familiaridade do dia-a-dia telenovelístico que garante e facilita a aceitação das pessoas. Mas a familiaridade em termos narrativos também está no fato de a narrativa não introduzir uma subversão muito flagrante na cotidianidade; de ela ser exatamente adorada por voltar sempre a modelos básicos, costumeiros e já digeridos dos receptores.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> O seguinte depoimento, ainda sobre o assassinato de Daniela Perez, deixa muito claro o poder que tem a “ficção” de gravar sua presença no espírito: “A dona-de-casa Leila Khatchoian Bezerra Silva, 49, está ‘arrasada’ com a continuação da novela *De corpo e alma* após a morte da atriz Daniela Perez e a prisão de Guilherme de Pádua. ‘Isso é um crime da Globo’, diz. Leila afirma que a emissora está promovendo uma ‘banalização da violência’. ‘O Jornal Nacional coloca no ar esse crime e depois mostra a atriz na telenovela como se nada tivesse acontecido’, diz”. (FSP, 30.dez.1992, p. 3-5) É obsceno, para Leila, mostrar Daniela morta (no telenoticiário) e viva (como Iasmin). A sensação de obscenidade é provocada pela confusão emocional do momento (ninguém sente ser uma “violência” assistir a um filme cujos atores estejam mortos há muito).

<sup>6</sup> Cf. Ismael FERNANDES, *Telenovela brasileira – memória*. Esse e outros dados técnicos sobre as telenovelas foram extraídos da mesma obra.

<sup>7</sup> *Ciro MARCONDES FILHO, Televisão*, p. 45

No interior dessa trama que alimenta e é alimentada pelas projeções dos telespectadores, as diversas personagens são moralmente definidas, equacionadas e metabolizadas pelo autor e esteticamente construídas por uma equipe de produção. O telespectador é então permanentemente solicitado a tomar partido e sua voz passa a ser auscultada por pesquisas de opinião, que, por sua vez, alimentam um processo reiterativo que sedimenta e reforça preconceitos, consensos, percepções. Cria-se, assim, o espaço de manipulação do imaginário coletivo. A partir da ficção — mesmo quando apresentada como ficção —, a televisão é capaz de mobilizar as pessoas, criar debates e forjar um simulacro de “participação”.

A ilusão da “participação interativa” foi levada a um nível radical com a série semanal *Você decide*, da Rede Globo. O programa funciona como uma espécie de consulta plebiscitária: ele propõe algum problema, em geral de conteúdo moral — fulana deve ou não ceder ao assédio sexual do patrão para manter o emprego?; ciclano deve ou não entregar uma mala de dinheiro que encontrou no banco de um táxi? etc. — e oferece duas soluções possíveis (“sim” ou “não”). O telespectador é chamado a opinar, por telefone, ou era convocado a “participar diretamente”, dirigindo-se a uma concentração na praça pública de alguma cidade previamente selecionada. Participavam milhares de telespectadores.<sup>8</sup>

Os resultados das votações por telefone são armazenados em um gigantesco banco de dados da emissora, que assim adquire uma noção exata de tendências de comportamento social. Trata-se de um valioso capital, que será depois usado na produção de telejornais, telenovelas ou vendido a empresas interessadas em utilizar os dados para a produção de mensagens comerciais e campanhas de políticos.

Umberto Eco atribui grande parte do poder sedutor da televisão à “ilusão de cordialidade” que o veículo propicia. Basta ligar o aparelho (“fácil veículo de fáceis sugestões”) e a sala da casa, antes imersa na mais profunda solidão, será invadida por imagens, vozes e sons do mundo, criando a sensação de participação de uma comunidade ilusória. O telespectador mantém uma relação “onanística”

<sup>8</sup> O extraordinário poder mobilizador da série pode ser avaliado pelo episódio intitulado “Um mistério do outro mundo”. Um empresário é assassinado. Seu espírito, recebido por um médium, diz quem foi o assassino. O público é convidado a dizer se a polícia deve ou não aceitar o depoimento do morto para elucidar o caso. Por 48.359 votos contra 21.926 ganhou o “sim” (Cf. Eugênio BUCCI, *Brasil em tempo de TV*, p. 78)



com essas imagens, tanto no sentido de que projetará suas fantasias em ídolos (artistas, cantores, galãs de novela etc.) quanto no de que experimentará o gozo da participação nos eventos, sem contudo se expor ao acaso ou correr qualquer risco real.

Por outro lado, sobre a relação “hipnótica” com o vídeo, psicólogos e estudiosos de ciências sociais já de há muito discorreram, levantando exatamente o problema de uma comunicação que se propõe como “experiência cultural”, quando, na realidade, não tem as conotações fundamentais desta. Uma comunicação, para tomar-se experiência cultural, requer uma atitude crítica, a clara consciência da relação em que se está inserido, e o intuito de fruir de tal relação. Esse estado de ânimo pode verificar-se seja numa situação pública (num debate) seja numa situação privada, melhor ainda, de absoluta intimidade (a leitura de um livro). A maior parte das investigações psicológicas sobre a audiência televisiva tendem, ao contrário, a defini-la como um particular tipo de recepção na intimidade, que se diferencia da intimidade crítica do leitor por assumir o aspecto de uma aceitação passiva, de uma forma de hipnose.

(...) Nesse tipo de recepção passiva, o espectador está relaxed: não se acha (...) no estado de espírito da disputa, mas aceita sem reservas o que lhe é oferecido (...). Nesse estado de ânimo de relaxamento, estabelece-se um tipo muito particular de transação, pelo qual se tende a atribuir à mensagem o significado que inconscientemente se deseja. Mais do que em hipnose, pode-se aqui falar em auto-hipnose, ou projeção.<sup>9</sup>

A televisão, lembra Eco, não é um gênero artístico, um fato artisticamente unitário como o cinema ou o teatro. É um “serviço”, um meio técnico de comunicação pelo qual se pode veicular uma série de gêneros, entre os quais o cinema, o teatro, a poesia, além, é claro, de sua programação de *shows*, espetáculos, telejornais e comerciais. Embora não seja um gênero artístico, existe uma linguagem televisiva, que não apenas obedece a leis próprias, mas que, no ato de transmissão, também modifica o modo de recepção dos gêneros transmitidos. É completamente diferente, por exemplo, assistir a um filme sozinho ou acompanhado da família e

<sup>9</sup> Umberto Eco, *Apocalípticos e Integrados*, p. 341. Eco lembra, ainda, que os mecanismos de projeção de desejos inconscientes ficaram patentes em 1938, quando Orson Welles fez a famosa transmissão radiofônica que noticiava a invasão da terra por marcianos, baseando-se em conto de H. G. Wells. O programa causou pânico e episódios de fuga em massa em Nova York. “No seu estudo sobre os efeitos da famosa transmissão radiofônica da invasão dos marcianos, enviada ao ar nos Estados Unidos, em 1940, o próprio Cantril salientava que muitos daqueles que levaram o programa tragicamente a sério tinham-no escutado desde o início, e tendo ouvido o título, estavam aptos a perceber que se tratava de um artifício dramático: mas, num período de particular tensão internacional, escolheram a solução que inconscientemente esperavam.”

amigos, dentro de casa, pela televisão, e numa sala tradicional de projeção, compartilhada por estranhos.

Exatamente por ser um canal de serviço que oferece, indistintamente, uma multiplicidade de programas de todos gêneros — artísticos, jornalísticos, esportivos etc. —, sem definir uma fronteira rígida entre eles, a televisão permite a fácil transposição de fronteira entre ficção e realidade. A atraente e sedutora linguagem da telenovela (articulada, por sua vez, como linguagem publicitária, com diálogos curtos e de baixa complexidade, sempre em cenários esteticamente atrativos) passa a ser utilizada na produção das reportagens jornalísticas. A televisão — diz Jürgen Habermas — promoveu a diluição das fronteiras entre as diversas esferas, em especial da política, comércio, espetáculo.<sup>10</sup> O comportamento de um político candidato a um cargo eletivo (incluindo a aparência, a gesticulação, o estilo do discurso) deve espelhar-se no de celebridades e artistas, de tal forma que o candidato seja percebido pela opinião pública como parte de um mundo espetacular.<sup>11</sup> Ou, como dirá Stefano Rodotà, “o político aparece como um produto entre outros, é avaliado com critérios que se aproximam bastante dos vigentes no mundo do consumo. Assim, esta mudança dos parâmetros de referência vem do fato que a tecnopolítica é constituída cada vez mais amplamente pelos instrumentos que vêm diretamente do mundo da produção, do comércio, da publicidade”.<sup>12</sup>

Jean Baudrillard dirá que não apenas a mídia cria os fatos, como cria também a “opinião pública” sobre os fatos que ela mesma gerou. Para ele, a capacidade de “colonização do imaginário” pela mídia transformou a própria opinião em mero simulacro:

Bombardeadas de estímulos, de mensagens e de testes, as massas não são mais do que um jazigo opaco, cego, como os amontoados de gases estelares que

<sup>10</sup> Também Umberto Eco analisou, no começo dos anos 80, o fato de que a que a distinção entre “verdade” e “ficção” foi gradualmente diluída pela televisão, à medida que a forma de produção dos programas atenuou a fronteira entre os “programas de informação” e os de “entretenimento” (In Umberto Eco, *Viagem na Irrealidade Cotidiana*, p. 182-204.).

<sup>11</sup> Na disputa ao governo do Estado de São Paulo, em 1998, tornou-se pública e notória a total subordinação da campanha de Paulo Salim Maluf ao publicitário Duda Mendonça, que chegou a redigir alguns de seus discursos. Por exigência de Mendonça, Maluf fez uma cirurgia para não ter que usar óculos e uma operação plástica para eliminar “bolsas” na parte inferior de seus olhos.

<sup>12</sup> Stefano RODOTÀ, *Tecnopolítica (La Democrazia e le Nuove Tecnologia della Comunicazione)*, Roma, Laterza, 1997, p. 12, apud Octavio IANNI, *O príncipe eletrônico*, p. 16

só são conhecidos através da análise de seu espectro luminoso — espectro de radiações equivalente às estatísticas e às pesquisas de opinião (...) A massa se cala como os animais e seu silêncio é comparável ao silêncio dos animais. Embora examinada até a morte (e a solicitação incessante a que é submetida, a informação, equivale ao suplício experimental dos animais nos laboratórios), ela não diz nem onde está a verdade: à direita, à esquerda? Nem o que prefere: a revolução? A repressão? Ela não tem verdade nem razão. Embora lhe emprestem todas as palavras artificiais, ela não tem consciência nem inconsciente. Esse silêncio é insuportável. É a incógnita da equação política, a incógnita que anula todas as equações políticas.<sup>13</sup>

Descontadas eventuais hipérboles e exageros, a comparação entre a “massa”, considerada um todo orgânico e indistinto (idéia central de todos os projetos totalitários) e os animais que são submetidos a “exames de laboratório” oferece uma chave muito interessante. Os resultados da “cirurgia” (a auscultação da “opinião pública”) são “vendidos” pela mídia como a própria expressão da “verdade”, tornando-se com isso parte constitutiva da própria situação que foi objeto da “pesquisa de opinião”.<sup>14</sup>

Esse mecanismo, de resto amplamente praticado no campo da telenovela — mesmo o autor do texto não sabe, de antemão, como será o seu desfecho, já que as empresas patrocinadoras querem que ela tenha o final mais desejado pela “opinião pública”, para assim construir uma relação de simpatia para com a marca —, é uma poderosa arma para a mídia. Trata-se, obviamente, de uma simulação da democracia: aparentemente, a “opinião”, devidamente divulgada pela mídia, interfere no curso dos acontecimentos, dando a ilusão de que o público foi levado em consideração, quando na realidade os indivíduos permanecem isolados, espalhados pelas mais distintas regiões das cidades, regiões, estados e países, sendo virtualmente “unificados” pela mídia, mas sem terem exercido qualquer interlocução.<sup>15</sup> É o “ágora eletrônico” que simula a antiga pólis, onde tudo se debatia.

<sup>13</sup> Jean BAUDRILLARD, *A Sombra das Maiorias Silenciosas*, p. 23

<sup>14</sup> Um dos exemplos mais claros disso aconteceu durante as eleições para o governo do Estado de S. Paulo, em outubro de 1998, quando foi reeleito, em segundo turno, o governador Mário Covas (do PSDB). Apurados os votos do primeiro turno, constatou-se que Marta Suplicy, a candidata do PT, poderia ter ido ao segundo turno, para disputar com Maluf, não fosse o fato de que muitos de seus eleitores mudaram o voto, por acreditar em pesquisas de opinião, segundo as quais Covas teria mais chances de derrotar Maluf. As pesquisas, posteriormente, provaram-se incorretas: Marta Suplicy tinha muito mais votos do que o divulgado pelas pesquisas. Assim, o “diagnóstico de opinião” tornou-se parte da “opinião”: foi decisivo para criar uma situação que acabou confirmando sua própria previsão.

<sup>15</sup> Cf. Octavio IANNI, *O príncipe eletrônico*, p. 16-21.



Trata-se, em síntese, de uma operação discursiva, que, fingindo-se “transparente” e “democrática”, parece oferecer ao leitor (ou telespectador) várias alternativas possíveis, quando de fato impede o debate. Durante uma de suas visitas ao Brasil, em 1997, Chomsky voltou a essa questão:

John Dewey apontou há muito tempo que uma crítica séria dos “abusos específicos” cometidos por “nossa imprensa não-livre” deve buscar suas origens: “o efeito necessário do atual sistema econômico sobre todo o sistema de publicidade, sobre a avaliação do que é notícia, sobre a seleção e eliminação dos assuntos que são divulgados, sobre o tratamento dado às notícias tanto nas colunas editoriais quanto nas do noticiário”. O conselho é válido. Se quisermos entender os órgãos de imprensa, devemos começar por perguntar o que são.

Os maiores órgãos de imprensa são empresas enormes que integram conglomerados ainda maiores. São estreitamente integrados com o nexos Estado-privado que domina a vida econômica e política. Como outras empresas, vendem um produto a um mercado. Seu mercado é composto por outras empresas (anunciantes). O “produto” que vendem é a audiência; no caso da mídia de elite, que estabelece a agenda para as outras, são audiências privilegiadas.

(...) O esquema geral consiste em incentivar o debate, mas dentro de um quadro estreito de pressupostos que constituem uma espécie de “doutrina oficial”.<sup>16</sup>

É, como diz Jürgen Habermas, o espaço em que se fabrica o consenso, com base na simulação de uma “opinião pública”:

Por outro lado, o consenso sobre algo que, na aparência, é necessário para o interesse público tem, efetivamente, alguma coisa de uma “opinião pública” encenada. Embora as *public relations* devam estimular algo como a venda de determinados artigos, o seu efeito acaba sempre sendo alguma coisa mais que isso; já que a publicidade para produtos específicos passa a ser desenvolvida pelas vias indiretas de um fingido interesse geral, ela não acarreta nem assegura apenas o perfil da marca e uma clientela de consumidores — muito mais, ela ao mesmo tempo mobiliza para a firma, para um ramo da economia e até para todo um sistema um crédito quase-político, uma espécie que só se teria com autoridades públicas.

Naturalmente, o consenso fabricado não tem a sério muito em comum com a opinião pública, com a concordância final após um laborioso processo de recíproca “*Aufklärung*”, pois o “interesse geral”, à base do qual é que somente seria possível chegar a uma concordância racional de opiniões em concorrência aberta, desapareceu exatamente à medida que interesses privados a adotaram para si a fim de se auto-representarem através da publicidade.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> FSP, Caderno Mais, p. 1, 9.mar.1997.

<sup>17</sup> Jürgen HABERMAS, *Mudança estrutural da esfera pública*, p. 228-9.

A própria capacidade adquirida pela mídia de simular o “ágora” e “colonizar o imaginário” foi um resultado, no campo dos meios de comunicação de massa, do processo de evolução do capitalismo comercial para o contemporâneo, dominado pelas megacorporações.<sup>18</sup> No começo de sua história, até final do século XVIII, a imprensa era organizada como empresa artesanal, unicamente preocupada com a divulgação de notícias e com o eventual engajamento nas grandes lutas políticas que consolidaram o regime burguês. Já no início do século XIX, o estabelecimento do Estado burguês de Direito e a legalização de uma esfera pública, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, fizeram com que a imprensa começasse a abandonar suas características “politizadoras” para voltar-se, cada vez mais, para os negócios. Os jornais passaram a publicar anúncios, que, com o tempo, tornaram-se a parte mais importante de suas receitas.

O desenvolvimento das tecnologias da comunicação (após o telégrafo e o telefone, o telégrafo sem fio, a telecomunicação e o rádio, o cinema, a televisão) implicou a unificação tecnológica das formas de produzir e imprimir a notícia, acelerando o processo de cartelização da imprensa: os pequenos jornais locais tornam-se dependentes dos jornais urbanos das circunvizinhanças e passam a ser incorporados a estes como redações municipais ou redações afiliadas.<sup>19</sup> Quanto mais rapidamente um jornal era impresso, e quanto maior o seu alcance, maior a sua importância para os interesses econômicos privados que o sustentavam, assim como o seu papel de “pórtico de entrada” para dar visibilidade social às empresas anunciantes. Por outro lado, quanto maior o capital necessário ao investimento em novas tecnologias, mais a mídia se tornou dependente dos anunciantes e dos sistemas de crédito. Como resultado, a imprensa, que até então fora “instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública”.

<sup>18</sup> Cf. Jürgen HABERMAS, *Mudança Estrutural...*, p. 201-233.

<sup>19</sup> Paul Virílio já notou que “o movimento cria o acontecimento”, e que a força da mídia é sua capacidade de “ritmar uma perpétua modificação das aparências”, sempre prometendo o “novo”. Virílio data essa capacidade “cinedramática” da mídia a partir de 1814, quando John Waler II, diretor do *Times* de Londres, “instala a primeira impressora a vapor realmente eficaz, capaz de imprimir mil jornais por hora”. Do início do século XIX até os nossos dias, a história tecnológica da mídia pode ser resumida como a história da fabricação e instalação de meios cada vez mais rápidos de propagar a informação (Paul VIRILIO, *A arte do motor*, p. 29).

Principalmente a partir do final dos anos 80, as novas tecnologias impulsionaram o crescimento das comunicações em todo o mundo, com a multiplicação do número de emissoras e satélites domésticos, bem como dos meios de transmissão e recepção de imagens (com as antenas parabólicas, o uso do UHF, a televisão a cabo, por satélite e microondas). Os montantes de capital necessário para adquirir e desenvolver essas tecnologias acentuaram a tendência à concentração oligopólica em setores de ponta (rádio, televisão, cabo, mídia impressa, cinema, vídeo, música, editorial).

Em 1980, 50 companhias respondiam por 90% do faturamento com informação e entretenimento; em 1990, menos da metade delas ficava com os mesmos 90%. O encurtamento do mercado agravou-se após a primeira onda de fusões e aquisições de empresas. As principais transações foram as compras da rede NBC pela General Electric e da rede ABC pelo grupo Capital Cities, ambas em 1986; a fusão da Time Incorporated com a Warner Communications, em 1989; a constituição da cadeia Fox pela News Corporation, graças à incorporação de emissoras independentes, em 1990; as transferências dos controles acionários da Columbia Pictures e da MCA/Universal para as japonesas Sony e Matsushita, respectivamente, em 1990. (A MCA/Universal foi revendida, em 1995, por US\$ 5,7 bilhões, ao grupo canadense Seagram).<sup>20</sup>

Consolidou-se uma curiosa inversão do modelo liberal de esfera pública: se, inicialmente, a mídia nas mãos do poder privado oferecia uma garantia frente ao poder público, na medida em que os meios de comunicação se associaram em “oligopólios” eles foram obrigados a inibir as funções críticas do jornalismo. Se em sua fase inicial a imprensa cumpria o papel de informar, divulgar e intermediar publicamente o raciocínio das pessoas privadas, agora, ao contrário, o público passa a receber a informação determinada por grupos privados. É por essa razão que, segundo Habermas, “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública”.<sup>21</sup> A disputa entre interesses privados, que por meio da mídia assume uma aparência pública, passa a ser regulada pelas regras do mercado. Essa disputa, de “proprietários privados que agem sobre pessoas privadas enquanto público”, é travada sob a forma da publicidade e propaganda.

<sup>20</sup> Dênis de MORAES, *Planeta mídia – tendências da comunicação na era global*, p. 64-65.

<sup>21</sup> E Habermas observa que também a esfera da vida privada foi enfraquecida, já que para a mídia, em princípio, tudo pode ser publicado, mesmo os detalhes mais íntimos da vida de uma pessoa, se isso representar uma fonte de lucro.

A esfera pública foi inundada por publicações jornalístico-publicitárias, que adotaram métodos de *marketing* cada vez mais sofisticados, ampliando a um grau fantástico o seu controle sobre os mecanismos que formam e condicionam o imaginário da massa de telespectadores. Se no passado a publicidade tinha como objetivo vender produtos, no mundo contemporâneo ela vai muito mais além, para estabelecer modelos a serem seguidos, padrões físicos, estéticos, sensuais e comportamentais. Por atuar no espaço psicossocial, a publicidade funciona como suporte e alavanca de valores ideológicos, ao criar e reforçar fetiches e ideais de felicidade que podem ser adquiridos no mercado de consumo. “Naturalmente, não é só ela que faz isso: o cinema, a telenovela, a revista de moda, o vídeo-clip, os cadernos de jornais (femininos, principalmente) também. A diferença é que a publicidade não disfarça a apresentação das normas. Não é indireta nem discreta. Ela é quem determina os tipos estéticos a serem seguidos.”<sup>22</sup>

É na televisão que a publicidade se realiza plenamente, impondo os seus padrões aos demais gêneros. Habermas diz que “há uma relação evidente entre, por um lado, a tendência à formação da grande empresa capitalista levando a uma limitação oligopólica do mercado e, por outro, as famosas *soap operas* (telenovelas): exatamente um jornalismo e uma publicidade que atravessam toda a cultura de integração dos mídias.”<sup>23</sup> Trata-se de uma avançada tecnologia empregada na “fabricação de consenso”, uma gigantesca operação de preparação da opinião pública para aceitar determinadas práticas políticas, sedimentar valores estéticos e estabelecer percepções culturais (por exemplo, sobre o papel “civilizador” dos Estados Unidos na Guerra do Golfo). E Hans Magnus Enzensberger denunciaria a “indústria da manipulação das consciências”:

A indústria da manipulação das consciências é uma criação dos últimos cem anos. Seu desenvolvimento tem sido tão rápido e tão diversificado, que sua existência permanece ainda hoje incompreendida e quase incompreensível... En-

<sup>22</sup> Ciro MARCONDES FILHO, *Televisão - a vida pelo vídeo*, p. 77.

<sup>23</sup> As agências de publicidade e propaganda alegam que elas aumentam a transparência do mercado, ao promover a concorrência entre os vários produtos. Mas o que acontece é justamente o contrário. Como o consumo de determinada marca não tem mais nada a ver com o uso concreto que se fará de determinado produto (mas sim com um complexo de emoções e fetichismos), não há mais concorrência real dos preços. É cada vez mais difícil comparar produtos e marcas entre si de acordo com padrões de racionalidade econômica. (Cf. Oliviero TOSCANI, *A publicidade é um cadáver que nos sorri*)

quanto se discute com paixão e detalhadamente acerca dos novos meios técnicos — rádio, cinema, televisão, disco, cd, fax, internet e outros —; enquanto se estuda o poder da propaganda, da publicidade e das relações públicas, a indústria da manipulação das consciências continua sem ser considerada em seu conjunto, como um todo... A indústria da manipulação das consciências nos vai constrianger, em futuro muito próximo, a que a consideremos como uma potência radicalmente nova, em crescente desenvolvimento, impossível de ser medida com base nos parâmetros disponíveis. Estamos ante a indústria chave do século vinte.<sup>24</sup>

Essa mesma idéia foi desenvolvida por Noam Chomsky, para quem o poder de “fabricar consenso” transformou-se em uma potencial ameaça à democracia nos Estados Unidos. Para Chomsky, a “engenharia do consenso” é, ao mesmo tempo, reflexo e coluna de sustentação do poder exercido pela elite política e intelectual americana, que do jornalista Walter Lippmann (estrela maior da mídia americana no início do século) aos atuais governantes, passando por nomes como Samuel Huntington, acreditam que “as massas” não têm a capacidade de julgar, por si próprias, aquilo que é melhor para a sociedade como um todo.<sup>25</sup>

Mas seria um equívoco imaginar que há uma “distribuição democrática” do poder exercido pelo império da mídia, mesmo entre os países mais ricos do planeta. Ao contrário, o núcleo central da “indústria de manipulação de consciências” são os Estados Unidos.

Entre 1984 e 1988, o volume de filmes, programas televisivos e videoteipes exportados dos Estados Unidos para a Europa cresceu 22%, com receita média anual de US\$ 561 milhões. Das 130 mil horas de programas veiculados na Europa, somente 25 mil eram de produções europeias. Mais da metade da programação provinha dos EUA, assim como 60% dos filmes exibidos. De 1987 a 1991, Hollywood dobrou as vendas de filmes e seriados de TV para o exterior, evoluindo o faturamento de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 2,2 bilhões. No mesmo período, as gravadoras norte-americanas duplicaram as suas exportações, num total de US\$ 419 milhões em 1991. Na virada para a década de 1990, CNN International, MTV e ESPN já eram distribuídos em vários continentes. A CNN — que ao

<sup>24</sup> Hans Magnus ENZENSERGER, *La Manipulación Industrial de las Conciencias*, in *Detalles*, Editorial Anagrama, Barcelona, 1969, p. 7-10, apud Octavio IANNI, *O Príncipe Eletrônico*, p. 10-11

<sup>25</sup> Noam CHOMSKY, *Necessary Illusions – Thought Control in Democratic Societies*, p. 18-9. O seguinte trecho é particularmente ilustrativo: “Harold Lasswell explained in *the Encyclopaedia of the Social Sciences* that we should not succumb to ‘democratic dogmatism about men being the best judges of their own interests.’ They are not; the best judges are the elites, who must, therefore, be ensured the medias to impose their will, for the common good. When social arrangements deny them the requisite force to compel obedience, it is necessary to run to ‘a whole new technique of central, largely through propaganda’ because of the ignorance and superstition [of ... the masses]”.



entrar no ar em 1º de junho de 1980 alcançava 1,7 milhão de lares norte-americanos conectados por cabo — chegou a 70 milhões de casas nos EUA e a 91 países, em 1991, na seqüência do êxito de sua cobertura ao vivo, via satélite, da Guerra do Golfo. (...) Em 1991, os EUA respondiam por 77% da programação das TVs latino-americanas, exportando 150 mil horas de filmes, seriados, desenhos animados, esportes e variedades.

(...) Para obter diferenciais competitivos, os conglomerados transnacionais assenhoram-se de satélites e cabos, abrem subsidiárias para a coordenação dos investimentos regionais e estabelecem acordos e parcerias com firmas locais. Sem a segunda onda de fusões e aquisições, tais ações dificilmente teriam a abrangência geográfica, a contundência mercadológica e a sobredeterminância de fluxos de informação e entretenimento. Abalos sísmicos sucederam-se em 1995, quando (...) nada menos do que 243 fusões se registraram na área de comunicações nos EUA. A Disney adquiriu a Capital Cities/ABC por US\$ 19 bilhões; a Westinghouse comprou a rede CBS por US\$ 5,4 bilhões; a Time Warner pagou US\$ 8,5 bilhões pela Turner Broadcasting Corporation, passando a ser o maior conglomerado de mídia e diversão do planeta; Rupert Murdoch, dono da News Corporation, incorporou a New World Communications à rede Fox, tornando-se o maior proprietário de emissoras de TV dos EUA; a Silver King Communications Inc. e a Home Shopping Network Inc., que haviam sido separadas em 1992, voltaram a fundir-se; a gravadora britânica EMI desvinculou-se da Thorn, mas manteve a quinta colocação no mercado fonográfico. Antes, a Viacom havia comprado, por US\$ 4 bilhões, a Paramount Pictures.<sup>26</sup>

Os programas de telejornalismo produzidos por esse megaimpério que aboliu as fronteiras entre “informação” e “entretenimento” têm de se adaptar ao ritmo das mensagens publicitárias: ninguém que tenha acabado de passar pelo impacto visual proporcionado pelas mensagens da Coca-Cola, Marlboro, Chevrolet etc. suportaria uma seqüência muito longa (mais do que 30 segundos) ou densa sobre determinado evento. Da mesma forma, as notícias são apresentadas por belas mulheres, não tendo importância o fato de elas saberem ou não de que se trata a notícia lida no *teleprompter*, ou por âncoras que funcionam como “*show-men*”.<sup>27</sup>

O que importa é o impacto da imagem, assim como o ritmo de sua transmissão. O princípio é o mesmo do videoclipe: uma sucessão de imagens é “costu-

<sup>26</sup> Dênis de MORAES, *Planeta mídia*, p. 64-7.

<sup>27</sup> Sintomaticamente, as três últimas décadas, e mais ainda os anos 90, foram ricas em filmes que tiveram a mídia como tema, e mais especificamente, ainda, a relação entre mídia, notícia e espetáculo. É emblemática a série televisiva *Max Headroom, 20 Minutes in the Future* (Francis Delia e Janet Greek, 1987), apresentada em catorze episódios. Max, apresentador de telenoticiário criado por computador, é o herói de um mundo em que é proibido desligar a televisão. Outros filmes dramatizam o tema, como *Network* (Sidney Lumet, 1976), *Broadcast News* (James Brooks, 1987), *Hero* (Stephen Frears, 1992), *The Paper* (Ron Howard, 1994), *Mad City*, Costa-Gravas, 1997), *Winchell* (Paul Mazursky, 1998), *The Truman Show* (Peter Weir, 1998). Não se trata mais de mostrar o jornal como um panfleto politicamente instrumentalizado pelo seu proprietário, como no caso do clássico *Citizen Kane* (Orson Welles, 1941), mas da espetacularização da notícia.



rada” de maneira aparentemente aleatória, mas que em seu conjunto reforçam uma certa mensagem. No caso do videoclipe musical, as imagens servem para criar um clima psicológico propício à fruição de determinada fantasia: romântica no caso de “baladas”, erótica no caso de muitas canções de “rock” pesado e assim por diante. No caso do telenoticiário, as imagens reiteram uma certa percepção do mundo (mulheres com véu no Islã, negros famintos na África, donas de casa que reforçam o senso comum no Brasil, “bandidos” negros e mulatos etc.).<sup>28</sup> O que resta do telenoticiário, na memória do telespectador, são os *flashes* de imagem, que fingem explicar o mundo.

Permito-me, neste ponto, fazer uma observação de ordem prática, para ilustrar um pouco melhor essa questão. Como consequência de minha profissão, fui convidado, ao longo dos anos 90, a dar palestras a jovens estudantes universitários e do Ensino Médio sobre temas relacionados à política internacional. Participei de centenas de eventos desse tipo, com a presença de milhares de estudantes de idade variando entre os 16 e os 30 anos, de Porto Alegre a Macapá. Na maioria desses eventos, quando eu já estava em fase de elaboração desta tese, aproveitei a oportunidade oferecida pelo contato com amplas audiências e adotei a prática de, em dado momento da palestra, sempre colocar a questão: “Vocês se lembram da queda do Muro de Berlim (ou da Guerra do Golfo, ou da invasão da Somália etc.)?” Alguns — não muitos — respondiam afirmativamente. Perguntava, então, do que, exatamente, eles se “lembravam”, e eles, em resposta, narravam, mais ou menos fragmentariamente, aquilo que havia sido transmitido pela TV.

Como era de se esperar, as lembranças se referiam, invariavelmente, às cenas mais “espetaculares” e carregadas de dramaticidade (a multidão que derrubava com picaretas o Muro de Berlim; a sensação de video-game na Guerra do Golfo; soldados desembarcando de helicópteros no Haiti; cenas de fome “na África” (difícilmente era lembrado o nome do país “na África”) etc. Eles se lembravam das imagens relativas ao evento, mas não conseguiam explicá-las. Sabiam que, em

<sup>28</sup> O *Jornal Nacional* da Rede Globo, por exemplo, se notabiliza por jamais terminar um noticiário de sexta-feira com uma nota “triste”. É necessário que um tom otimista anime o fim-de-semana. No final de 1998, quando a súbita desvalorização do real criou expectativas sombrias, o *Jornal Nacional* sempre incluía o relato de pessoas que haviam conseguido “superar a crise”, com “criatividade” e “muito trabalho”.

algum momento, por alguma razão mais ou menos obscura, havia acontecido uma Guerra no Golfo, ou havia caído o Muro de Berlim, que os islâmicos são “fanáticos” e que “o socialismo não deu certo”. Mas foram, em geral, incapazes de criar uma narrativa sobre um acontecimento que, no entanto, fazia parte de sua memória.

Em algumas ocasiões, muito raras, o mecanismo hipnótico da simulação e espetacularização do mundo pela televisão se rompe, permitindo identificar claramente a sua estrutura, alcance e profundidade. Uma dessas ocasiões aconteceu no Brasil, no início de setembro de 1994. O então ministro da Economia, Rubens Ricupero, conversava informalmente nos estúdios da Rede Globo com o jornalista Carlos Monforte, pouco antes do início de uma entrevista sobre o Plano Real, sem saber que sua imagem e suas palavras estavam sendo captadas por antenas parabólicas. Durante a conversa, Ricupero cometeu a espantosa imprudência de ser... sincero! Disse que o Plano Real era mesmo um tremendo artifício eleitoral para captar votos para seu candidato, Fernando Henrique Cardoso. Sua frase mais reveladora foi: “Não tenho escrúpulos. O que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”.<sup>29</sup> Comentou, também, que a Globo teve “muita sorte” porque podia usar a imagem dele — Ricupero — para apoiar o candidato FHC, coisa que a rede não poderia fazer diretamente sem entrar em conflito com a legislação eleitoral do país.

Ricupero, conscientemente, funcionava como uma espécie de ventríloquo de FHC, era sua imagem refratada por um processo de simulação. Algo da seguinte ordem: diante dos telespectadores, Ricupero fazia de conta que era ele mesmo quem falava; os telespectadores fingiam acreditar que estavam assistindo a Ricupero, quando o que de fato viam era o candidato FHC. A TV era o veículo desse pacto, desse processo de simulação, dessa falsa transparência que oculta o jogo da forma mais eficaz possível, porque o brilho de suas imagens cega, impede com excesso de luz a capacidade de desvendamento do olhar. Ricupero destruiu momentaneamente esse mecanismo. Como em Frankenstein, a criatura se voltou

---

<sup>29</sup> A íntegra da famosa conversa entre Ricupero e Monforte pode ser encontrada no *jornal Folha de S. Paulo*, 3.set.1994, p. Especial - 1

contra o criador, não por ódio, vingança ou sede de justiça, mas, ao contrário, por excesso de amor e ingenuidade. Ricupero acreditou-se tão protegido pela máquina, estava tão inebriado pela personagem que ele mesmo representava, que se excedeu. Violou a regra fundamental do jogo: por alguns instantes deixou de simular. Foi ele mesmo. Caiu.

Mesmo aqueles que já se haviam dado conta da manipulação eleitoral inerente ao Plano Real ficaram indignados com o *affair* Ricupero. Isso só aconteceu porque a crise colocou em jogo muito mais do que uma consideração de natureza político-partidária e eleitoral. De uma forma muito direta, foi colocado em questão o papel da televisão, seu estatuto como instrumento de criar, falsear e destruir mundos e “realidades”. Foi perturbador dar-se conta de que ali, na tela de TV, onde esperávamos ver “a realidade”, vimos a destruição de fantasias que a própria TV criara. Rompia-se, assim, subitamente um dos rituais que na era do Plano Real davam uma cara familiar ao cotidiano. Não mais veríamos Ricupero representar o papel de cidadão acima de qualquer suspeita, preocupado antes de tudo com o bem da nação — com o nosso bem —, e disposto a romper com as piores tradições da política nacional. A “realidade”, graças à indiscrição do próprio Ricupero, provou que poderia ser bem distinta da mostrada diariamente ao girar de um botão. Quebrou-se a “relação hipnótica” com a televisão, que se revelou como máquina de simular o mundo. Precisamente isso tornou todo o episódio tão perigoso quanto insuportável.

Esse fascínio “hipnótico” exercido pelos meios de comunicação de massa só pode ser adequadamente compreendido como um componente central do próprio desenvolvimento da modernidade. Walter Benjamin captará na condição concreta do cenário moderno, no mundo urbano e tecnológico, a sociedade e os indivíduos sobre quem incidem nossas indagações. Benjamin se debruça sobre a irrupção avassaladora das tecnologias no cotidiano de seu tempo, em especial a fotografia e o cinema como novas formas de perceber o próprio homem e o cenário urbano em que está destinado a viver. É na grande cidade que procurará identificar as imagens de sonho e “novidades”, materializadas sob a forma de mercadorias e moda, disposições e uso dos espaços, edifícios e vias públicas.

O homem moderno — Ulisses contemporâneo, se quisermos empregar a metáfora de James Joyce — vaga pelas ruas da metrópole, herói anônimo que absorve e é absorvido pelas malhas e vias urbanas. Premido pelas circunstâncias da vida na metrópole, bombardeado pela mídia cada vez mais poderosa e abrangente e entregue à sua própria solidão em meio à multidão, restringirá ao máximo a eclosão do acaso, na tentativa (aliás, vã) de preservar o controle sobre suas próprias ações e emoções, até como estratégia de sobrevivência. “Covardia ou preguiça” — diz Benjamin, em seu ensaio sobre aqueles que, dominados pela ansiedade, indagam “madame Ariadne”, uma vidente, sobre seu futuro —, tornam-se ingredientes que temperam e limitam o âmbito de ação de cada indivíduo em busca de sua felicidade, da conquista de seus sonhos<sup>30</sup>.

Mas Benjamin mantém uma relação relativamente “otimista” com a tecnologia. Inspirado pelas conquistas tecnológicas da então recente Revolução Russa — uma equação criada por Lênin igualava o socialismo à eletricidade mais coletivização —, ele via na tecnologia um potencial de libertação do homem em relação às limitações do cotidiano. Em sua história da fotografia, por exemplo, Benjamin nota que a redução dos prédios e das vias públicas às dimensões do fotograma foi uma maneira encontrada pelo homem moderno de poder abarcar sensorialmente, enxergar, absorver um mundo que escapava completamente ao seu controle, à capacidade perceptiva de seus sentidos. A máquina fotográfica permitiu ao ser humano captar um “valor mágico que um quadro nunca mais terá para nós”:

Apesar de toda a perícia do fotógrafo e de tudo o que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás. A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente. Percebemos, em geral, o movimento de um homem que caminha, ainda que em grandes traços, mas nada percebemos de sua atitude na exata fração de segundo em que ele dá um passo. A fotografia nos mostra essa atitude, através

<sup>30</sup> Walter BENJAMIN, “Madame Ariadne, Segundo Pátio à Esquerda”, in *Rua de Mão Única*, p. 63-4.

dos seus recursos auxiliares: câmara lenta, ampliação. Só a fotografia revela esse inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional”.<sup>31</sup>

A máquina, nessa perspectiva, não obsta — ao contrário, estimula — a participação do acaso que empresta realidade à obra. Ao discutir o cinema, Benjamin explora a potencialidade da tecnologia da imagem como um instrumento capaz de ampliar o poder do homem de perceber a si próprio e de representar o seu mundo. A ênfase recai, novamente, na relação entre o “inconsciente ótico” e o “inconsciente pulsional”, na capacidade que tem a tecnologia da imagem de revelar o movimento na fração de segundo, de descobrir novos significados e possibilidades psicológicas estéticas no gesto banal. Concentrando o seu foco nos “pormenores ocultos dos objetos que nos são familiares” (por exemplo, um isqueiro), fazendo a câmara percorrer os ambientes mais vulgares e descobrindo detalhes que, diariamente, nos passam despercebidos, o cinema cria novos espaços de liberdade, justamente por abolir os condicionamentos, as respostas automáticas do cotidiano.<sup>32</sup>

Os políticos logo souberam apreciar as novas potencialidades abertas pela tecnologia das imagens — não no sentido “libertário” ambicionado por Benjamin, mas para atingir os seus próprios objetivos, mediante um processo de condicionamento psicológico e cultural das massas. Ao analisar a relação íntima entre guerra e cinema, e particularmente a utilização que os governos fizeram do cinema como meio de mobilização, Paul Virilio dirá que há mais do que um simples acaso no fato de que a nitro-celulose empregada na fabricação de filmes virgens é o mesmo material utilizado na produção de explosivos: “A divisa da artilharia — *‘o que é iluminado é revelado’* — não seria a mesma do cinegrafista?”<sup>33</sup>

Não há guerra sem representação visual, da mesma forma que o estímulo visual é fundamental à mobilização das energias. “Assim como, no New Deal, Roosevelt lança mão do rádio e do cinema para decretar a ‘guerra do mercado doméstico’ e reativar assim a máquina da produção industrial americana, Hitler coloca em cena os milhões de desempregados alemães para relançar a guerra como su-

<sup>31</sup> Walter BENJAMIN, “Pequena história da fotografia”, in *Magia e Técnica, Arte e Política*, p. 94

<sup>32</sup> Walter BENJAMIN, “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, in *Magia e técnica*, p. 191

<sup>33</sup> Paul VIRILIO, *Guerra e cinema*, p. 29



perprodução.”<sup>34</sup> Josef Goebbels fazia experimentos com cinema e televisão, na Alemanha, no final dos anos 30, trabalhando com os efeitos exercidos pelas cores e formas sobre o cérebro e o corpo, tanto aqueles percebidos conscientemente quanto os subliminares.<sup>35</sup> A máquina de propaganda nazista provou a eficácia do uso político do clichê incessantemente repetido pelos meios de comunicação de massa (por exemplo, sobre o mal que os judeus, ciganos e comunistas causam à humanidade).

Goebbels também foi um mestre na arte de utilizar a tática da desinformação, por meio da multiplicação de imagens completamente falsificadas, a ponto de conseguir iludir até mesmo suas principais vítimas, os judeus: “Ainda que, em 1942, mais de dois milhões de judeus já tivessem sido assassinados, a imprensa judaica na Palestina ainda encontrava motivos para estar tranqüila em relação aos centros de educação agrícola na Polônia e em outros países(...)”<sup>36</sup> Goebbels sabia que a capacidade humana de suportar o terror é limitada, e que por isso as pessoas iriam preferir, pelo menos por um certo tempo, acreditar na “veracidade” do documento fotográfico, descartando a idéia do holocausto.

A “experiência nazista” colocou, obviamente, uma indagação bastante sombria sobre o uso da tecnologia e o futuro da cultura pelo homem. Ernst Jünger, um dos grandes inspiradores do nazismo, propunha a fusão entre a mais avançada tecnologia e os valores tradicionais da cultura alemã (*Kultur* — o universo dos valores folclóricos, nacionais e patrióticos germânicos, os símbolos irracionais de amor ao solo de origem, à região). Sua utopia era a reprodução permanente da *Fronterlebnis* (experiência do *front*), uma concepção altamente estetizada da vida na frente de batalha, quando eram exaltados valores como a coragem, a camaradagem, o espírito de sacrifício em defesa da “comunidade do sangue” (o apelo ao sentimento irracional é que contava, muito mais do que a defesa das fronteiras na-

<sup>34</sup> Ibid., p. 129

<sup>35</sup> “No começo da guerra, Goebbels proibiu a projeção do primeiro filme em Agfácolor, *A bela diplomata*, porque julgou suas cores abomináveis e sinistras.” (Ibid., pág. 15), ou “Hitler era também o maior criador de logotipos de sua época: o desenho da suástica, por exemplo, desencadeia fortes conotações afetivas e não se confunde com qualquer outro símbolo, caracterizando-se por uma simplicidade que continua a impressionar os espíritos, como ainda provam os numerosos grafites.” (Ibid., p. 128).

<sup>36</sup> Ibid. p. 61



cionais). A tecnologia, para ele, era um instrumento para a realização do homem-soldado ideal, que encarnava o belo estético.

Trata-se da conciliação da máquina com o corpo, exemplificada pela relação entre o soldado e a tecnologia de guerra: “Temos de transferir para a máquina aquilo que se encontra dentro de nós. Isso inclui a frieza e a mente fria como gelo que transformam em desempenho consciente e lógico o relampejar do sangue em movimento. O que seriam estas armas de ferro, dirigidas contra o universo, se nelas os nossos nervos não estivessem entrançados e se o nosso sangue não fluísse em torno de cada eixo”.

Transferir para a tecnologia “aquilo que se encontra dentro de nós” não cria uma simbiose homem-máquina, apenas. É também uma melhoria para o corpo, porque a máquina, ao contrário do corpo, é capaz de atingir o estágio utópico de funcionar sem errar. Mas se, como insiste Jünger, os nossos nervos estão de fato entrançados na tecnologia, a suspeita e a hostilidade conservadoras em relação a esse aspecto da modernidade devem ser postas de lado. Cito integralmente a justificativa de Jünger: “Sim, a máquina é bela. Deve ser bela para aquele que ama a vida em toda a plenitude e potência. A máquina deve também ser incorporada àquilo que Nietzsche (o qual, em sua paisagem renascentista, ainda não tinha lugar algum para a máquina) queria dizer quando atacava o darwinismo. Nietzsche insistia que a vida não é só uma luta sem misericórdia pela sobrevivência, mas também possui uma vontade de metas mais altas e profundas. A máquina não pode apenas ser um meio de produção que sirva para nos satisfazer as desprezíveis necessidades materiais. Antes, deveria nos conferir satisfações mais altas e profundas.(...)”.<sup>37</sup>

Tendo sofrido o pleno impacto do “socialismo real” na União Soviética, a ascensão do nazi-fascismo, a destruição de Hiroxima e Nagasáqui e o processo de assimilação da classe operária americana e europeia ao modo de vida burguês, Theodor Adorno desenvolveu uma visão profundamente pessimista, identificando a tecnologia com a “indústria da morte”, nisso se distanciando radicalmente de Benjamin (que cometeu suicídio antes de eclodir o inferno nazista). É bastante conhecido o diagnóstico de Adorno, segundo o qual Auschwitz demonstrou, de maneira irrefutável, o fracasso da cultura.<sup>38</sup> Em consonância com Georg Lukács e Herbert Marcuse<sup>39</sup>, Adorno denuncia a “barbárie tecnológica”.

No pós-guerra, o desenvolvimento vertiginoso das tecnologias industriais foi um componente central do extraordinário crescimento da “sociedade de con-

<sup>37</sup> Jeffrey HERF, *O modernismo reacionário – tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º Reich*, p. 185-7.

<sup>38</sup> Theodor ADORNO, *Dialética negativa*, p. 366-7

<sup>39</sup> Cf., respectivamente, *História e consciência de classe* e *Eros e civilização*.

sumo”, em particular nos países capitalistas mais industrializados.<sup>40</sup> As novas tecnologias permitiram a ampliação extraordinária da “indústria cultural”, que, para Adorno, rebaixa e vulgariza a criação espiritual, despindo a cultura de sua substância crítica, por subordiná-la ao lucro, aos ditames do mercado. “A indústria cultural é a integração intencional de seus consumidores de cima para baixo. Ela força também uma conciliação entre a arte alta e a baixa, que estavam separadas por milhares de anos — uma conciliação que prejudica a ambas. A alta arte fica desprovida de sua seriedade, porque seu efeito passa a ser programado; a baixa arte é acorrentada e desprovida de resistência sem o controle que é inerente a ele quanto o controle social não é total ainda.”<sup>41</sup>

No outro extremo, empolgado com as novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa, Marshall McLuhan anunciou o advento da “aldeia global”<sup>42</sup>: o mundo tornava-se cada vez menor, a comunicação entre os homens, cada vez mais fácil e rápida, instaurava-se a sensação de simultaneidade global dos eventos. As novas tecnologias, dizia McLuhan, criarão um novo “ambiente cultural” que fornecerá os códigos para a interpretação dos produtos culturais oferecidos pela própria mídia. “Toda mídia trabalha sobre nós de uma forma total. Esses meios são tão intensos em suas conseqüências pessoais, políticas, econômicas, estéticas, psicológicas, morais, éticas e sociais que não deixam nenhuma parte nossa intocada, não afetada, inalterada. O meio é a mensagem. Qualquer compreensão sobre mudanças sociais e culturais é impossível sem um conhecimento do modo como a mídia funciona como contexto.”<sup>43</sup> Na “aldeia global” emancipada das antigas limitações impostas pelos regionalismos e culturas nacionais, as guerras — resultado da defesagem tecnológica

<sup>40</sup> O desenvolvimento tecnológico no pós-guerra foi, obviamente, um resultado da disputa científica e militar travada entre Estados Unidos e União Soviética no quadro da Guerra Fria. Esse fato é da maior importância, já que estabelece uma relação íntima, indissociável, entre os suportes tecnológicos da produção cultural (cinema, televisão, vídeo, computador, Internet etc.) e o complexo industrial militar.

<sup>41</sup> Theodor ADORNO, 1963, apud Andreas HUYSSSEN, *Memórias do modernismo...*, p. 99

<sup>42</sup> Sua obra de maior impacto teórico, nos anos 60, foi *Understanding Media: The Extensions of Man* (1964), precedida de *The Mechanical Bride* (1951) e *The Gutenberg Galaxy* (1962).

<sup>43</sup> Marshall McLUHAN, *The Medium is the Message: an inventory of effects*, p. 26

entre as nações — seriam logo uma coisa do passado.<sup>44</sup> A nova cultura, planetária e visual, iria alterar a própria estrutura dos sentidos, aproximando as formas de percepção das múltiplas sociedades.

Em 1967, no mesmo ano em que McLuhan proclamava que o meio é a mensagem, o filósofo marxista, diretor de cinema e agitador político Guy Debord afirmava que a “sociedade de consumo”, apoiando-se nos meios de comunicação de massa, tornara-se a “sociedade do espetáculo”, ou melhor, o espetáculo tornou-se a forma de ser da sociedade de consumo.<sup>45</sup> O espetáculo — diz Debord — consiste na multiplicação de ícones e imagens, principalmente através dos meios de comunicação de massa, mas também dos rituais políticos, religiosos e hábitos de consumo da vida cotidiana, de tudo aquilo que falta à vida real do homem comum: celebridades, atores, políticos, personalidades, gurus, mensagens publicitárias — tudo transmite uma sensação de permanente aventura, felicidade, grandiosidade e ousadia.

O espetáculo é a aparência que confere integridade e sentido a uma sociedade esfacelada e dividida. É a forma mais elaborada de uma sociedade que desenvolveu ao extremo o “fetichismo da mercadoria” (a felicidade identifica-se ao poder de consumo). Os meios de comunicação de massa — diz Debord — são apenas “a manifestação superficial mais esmagadora” da sociedade do espetáculo, que faz do indivíduo um ser infeliz, anônimo e solitário em meio à massa de consumidores.<sup>46</sup>

Os movimentos políticos e culturais da juventude, no final dos anos 60, expressaram de maneira explosiva esse “mal-estar na cultura”. O trinômio sexo, drogas e *rock'n'roll* sintetizava sua aspiração a uma felicidade que não poderia mais ser adiada em benefício de uma sociedade socialista, que seria constituída em algum futuro incerto, nem condicionada pelo tamanho da conta bancária. O

<sup>44</sup> “A guerra nunca é algo menos do que a mudança tecnológica acelerada... o militarismo em si mesmo é a própria ida da instrução tecnológica e aceleração para áreas retardadas.” (*Understanding Media*, apud Sidney FINKELSTEIN, *McLuhan: a Filosofia da Insensatez*, p. 12)

<sup>45</sup> O livro *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord, lançado na França em novembro de 1967, foi traduzido e publicado no Brasil apenas três décadas depois, em 1997, pela Editora Contraponto, RJ, em uma edição que integra também o texto “Comentários sobre a sociedade do espetáculo”, escrito pelo próprio Debord, no começo de 1988.

<sup>46</sup> *Op. cit.*, parágrafo 24, p. 20-1.

problema central era retirar o indivíduo de seu estado de tristeza, solidão e alienação e recuperar (ou, pela primeira vez, criar de fato) o prazer de estar vivo. Já estavam colocados então, plenamente, a questão da solidão dos indivíduos na sociedade de massas, os impasses, equívocos e clichês no processo de comunicação entre indivíduo e sociedade.

Esse temas foram abordados por dois filmes magistrais produzidos nos anos 70, *O Enigma de Kaspar Hauser*, Werner Herzog, 1974, e *Muito Além do Jardim*, Hal Ashby, 1979. Eles são, cada um a seu modo, um diagnóstico da época e sob muitos aspectos mantêm a sua contemporaneidade. Vamos, agora, promover um diálogo entre os dois: como veremos, ele nos ajudará a entender um pouco melhor a natureza e a forma da “relação hipnótica” estabelecida entre a mídia e os homens.

Certo dia, por volta de 1828, Kaspar Hauser, um jovem de aproximadamente 18 anos, apareceu na cidade de Nurembergue, portando uma carta que explicava sua origem. Ele fora criado em um sótão, sem ter até então mantido qualquer contato direto com outros seres humanos. Acolhido por um criminalista local, um certo Feuerbach, Hauser começa a aprender o idioma alemão. Mas tudo o assusta, causa pânico, aguça a sua curiosidade: os movimentos das pessoas, os pequenos gestos do cotidiano, as casas e construções, os animais domésticos: mesmo uma galinha — como o pássaro no quadro “La Grande Famille”, de René Magritte (1947) — é, aos seus olhos, um ser apavorante. Suas reações deixam a comunidade em polvorosa. Atiçam a curiosidade, abalam certezas estabelecidas.

Hauser, encerrado em seu próprio mundo, é, de certa forma, uma versão extremada da própria comunidade de Nurembergue, tão provinciana quanto poderia ser um principado germânico no início do século XIX. Mas não é assim que a comunidade local o enxerga. Seus contemporâneos sentem a sua singularidade como peso insuportável: Hauser não se deixa submeter à lógica da linguagem, ao padrão de normalidade estipulado pelo discurso, pela narrativa de mundo tal como é praticada pelos demais habitantes de Nurembergue. Essa sensação de estranheza é melhor traduzida pelo título original do filme, *Jeder für sich und Gott gegen alle*

(*Cada um por si e Deus contra todos*<sup>47</sup>): Kaspar Hauser é o mensageiro do caos, do enigma, da suspeita de que por trás da aparente calma cotidiana o mundo talvez não seja assim tão estável. Seus gestos e atitudes provocavam a suspeita de que talvez a vida não passasse mesmo de “uma história contada por algum idiota, cheia de sons e fúria sem significado algum”.<sup>48</sup> Seu sentido de tempo e espaço é “deformado” — um mundo que talvez se possa representar, plasticamente, pelo quadro “A Persistência da Memória”, de Salvador Dalí (1931). A linguagem parece ter aí encontrado um limite:

Apesar de explicada pela linguagem, pelas palavras, por signos lingüísticos, enfim, a paisagem em que foi colocado Kaspar Hauser permanece turva e indecifrável. Tão turva quanto as sombras que se movem nos desertos de seus pesadelos. Conhecer o mundo pela linguagem, por signos lingüísticos, parece não bastar para dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar de Kaspar Hauser.<sup>49</sup>

A estranha (e verídica) aventura de Hauser dura cinco anos. Em 1833, ele é misteriosamente assassinado. Cientistas tentam decifrar o enigma por meio da dissecação de seu cadáver. Seu cérebro é meticulosamente analisado: talvez a matéria, a carne inerte, o corpo explique, com auxílio da ciência, aquilo que escapa à filosofia, à psicologia, ao senso comum. Talvez o jovem porte um “defeito de fabricação”, uma anomalia que o torne diferente de outros homens. Mas o esforço da ciência é vão. Kaspar Hauser não se dá ao conhecimento. Leva com ele o seu mistério.

Estranha inversão: Michelângelo, ao terminar “Davi”, deixa-se tomar pelo êxtase da forma perfeita e demanda que a estátua fale. Em vão. A incomunicabilidade — a impossibilidade de conceder à estátua o dom da fala — é a distância que separa o homem da condição divina. “Davi” será para sempre pedra, e nisso reside o fracasso do humano. Em Kaspar Hauser, a condição pétrea do ser morto, o ser falante que se cala, é prenhe de promessas reveladoras, que jamais se cumprirão.

<sup>47</sup> Izidoro BLIKSTEIN, *Kaspar Hauser...*, p. 12.

<sup>48</sup> William SHAKESPEARE, *Mcbeth*, Ato V, Cena V.

<sup>49</sup> *Op. cit.*, p. 17.



Em “Davi”, a linguagem era a esperança; em Hauser, o manifesto de uma imensa frustração.

O jardineiro de *Muito além do jardim*<sup>50</sup> tem uma história distinta. Nossa personagem, magnificamente interpretada por Peter Sellers, viveu toda a sua vida (quatro ou cinco décadas, a julgar pelas aparências) confinada em uma mansão. Como Hauser, não teve qualquer contato direto com o mundo externo. Mas, diferentemente de Hauser, conhecia o idioma e o mundo por meio da televisão. Tudo o que ele “sabia”, exceto cuidar das plantas, fora-lhe ensinado pela telinha. Mas o proprietário da casa morreu, e o jardineiro foi expulso de seu pequeno paraíso, para se ver, subitamente, atirado às ruas da grande metrópole. Leva com ele apenas uma mala contendo os ternos elegantes de seu antigo patrão.

Uma série de circunstâncias totalmente acidentais faz com que ele seja acolhido por uma riquíssima e poderosa família, que conta com a amizade de ninguém menos que o presidente dos Estados Unidos. A família o julga por sua elegante aparência. Quando indagado sobre o que fazia, ele responde: “Sou jardineiro” (“*I’m a gardener*”). Mas ele não se veste como um jardineiro, daí que seus novos amigos concluem que o seu sobrenome é Gardener. Ele passa a ser conhecido como “Mr. Gardener”, um ilustre membro dos Gardeners, tradicional família americana.

“Mr. Gardener” aceita sua nova condição, como aceita tudo o mais que lhe acontece, sem opor qualquer resistência. Ele não é sujeito consciente de suas próprias ações, mas continua assistindo à sua própria vida, passivamente, como se estivesse ainda diante da tela de televisão. Ele não se deu conta de que algo mudou – de que ele agora faz parte do mundo dos homens, não como simples espectador, mas como ser falante. Não há malícia em suas ações, que são puramente gestuais, estereotipadas. Suas frases são curtas e simples, como nos diálogos que ele sempre ouviu. Mesmo o ato sexual, quando acontece, é a mera reprodução de gestos mecânicos vistos em filmes de TV.

“Mr. Gardener”, ao contrário de Hauser, faz grande sucesso. Seus gestos, suas atitudes, suas palavras – clichês, jargões destituídos de qualquer profundida-

<sup>50</sup> O filme, intitulado originalmente *Being There*, foi baseado no livro *O videota*, de Jerzy Kosinski.



de ou senso crítico - acabam influenciando o comportamento de sua nova família e determinam até a forma de um pronunciamento do próprio presidente americano, em rede nacional de televisão. É que o mundo de “Mr. Gardener”, sua aparente “sabedoria” é perfeitamente adequada a toda uma sociedade que se “comunica” por meio de uma sucessão ininterrupta de clichês e chavões.

O mundo de “Mr. Gardener” é feito de respostas automáticas a problemas já “vividos” em alguma telenovela, de sonhos moldados por ícones consagrados do desejo autorizado pela máquina do consumo. É o mundo que, percebido visualmente (e virtualmente), anula a dimensão crítica, as ambivalências, as zonas de sombra, as perplexidades e contradições. É um mundo sem singularidades ou impressões digitais. No mundo de “Mr. Gardener”, o uso da máquina excluía do mundo até mesmo a existência concreta de outros homens – isto é, excluía do mundo o próprio mundo. Para “Mr. Gardener” não havia passado nem futuro. O tempo se mantinha suspenso, o presente repetindo incessantemente as imagens do passado: para a mídia eletrônica, nenhum registro é perdido definitivamente, tudo é gravado e mil vezes repetido<sup>51</sup>. Tampouco existe a indeterminação, o acaso que resulta da convivência diária com os outros homens. É o mundo em que o simulacro (a construção artificial e controlada de uma ordem que é a sua própria realidade) se opõe ao mundo da ilusão (no sentido nietzscheano, a percepção sensorial que não se deixa aprisionar por alguma ordem metafísica, mas que está em permanente mutação, fonte de surpresas e aventuras). O simulacro é o esgotamento, a exaustão do mundo vivido, o seu aprisionamento no mundo-clichê.

Para o hiperbólico Baudrillard, o mundo-simulacro criado pela televisão implicou o fim de toda e qualquer economia política, o fim do referente, do real, da política e do social<sup>52</sup>. Nessa perspectiva, a televisão aboliu a história. “Mr. Gardener” seria uma espécie de profeta e destinação do homem contemporâneo,

<sup>51</sup> É emblemático, a propósito, que a cantora americana Natalie Cole tenha regravado, em 1994, em dueto com seu pai Nat King Cole, o hit *Unforgettable*. King Cole, morto há três décadas, teve sua voz mixada à de sua filha por processos eletrônicos. Já não se trata mais de, por um milagre mecânico, podermos contemplar hoje as imagens de um filme de Charles Chaplin gravado no início do século, fazendo reviver na tela atores que há muito morreram, ou de podermos, indefinidamente, reproduzirmos a voz de cantores mortos. Agora, os mortos ganham uma estranha contemporaneidade com os vivos. Continuam atuando e gerando lucros em novas versões de seus antigos trabalhos: *Unforgettable* foi sucesso de venda nos Estados Unidos.

<sup>52</sup> Cf. Jean BAUDRILLARD, *Simulacros e Simulação*, e *The Perfect Crime*.

uma espécie de metáfora, “encarnação branda”, domesticada e passiva dos piores prognósticos de Adorno. Não por acaso, a profissão de “Mr. Gardener” torna-se o seu nome: sua função social, o lugar que a sociedade lhe designou, é o seu próprio ser (como na Patópolis de Walt Disney).

A identificação do ser ao lugar social por ele ocupado é um produto da sociedade contemporânea, em que, como diz Habermas, as ações humanas tendem a ser todas “estrategizantes”. “Os esquemas de racionalidade econômica e administrativa invadem os domínios tradicionalmente reservados à espontaneidade moral ou estética. É isso o que eu chamo de ‘colonização do mundo vivido’.”<sup>53</sup> Cada vez mais, as corporações privadas e o Estado passam a intervir e a disciplinar para o consumo áreas em que antes vigorava a “ação comunicativa” (a família, a organização do tempo livre, o espaço do lazer). Se o Estado burocratiza (impõe normas, regulamenta) essas áreas, a corporação monetariza as atividades (o fim do “craque” de futebol do bairro que jogava unicamente pelo prazer, substituído pelo garotão que sonha em “ser descoberto” e ganhar milhões é um exemplo típico). O resultado é a crescente “disciplinarização” da própria vida, a qual agrava os recalques e conflitos provocados pela vida em sociedade (o “mal-estar na civilização” de que fala Sigmund Freud).

*Being There*, o título original de *Muito Além do Jardim*, é uma excelente provocação. Onde é esse “there” que permitiria a “Mr. Gardener” ser? “There” é um lugar virtual, lugar nenhum, único cenário possível de sobrevivência de um “being” destituído de si próprio. Se, no caso de Kaspar Hauser, “conhecer o mundo pela linguagem, por signos lingüísticos, parece não bastar para dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar”, em *Being There* a linguagem e os signos lingüísticos curvam-se aos limites impostos pela imagem-clichê. “Fingem” que explicam o mundo e tudo desvendam, quando de fato apenas transformam a própria vida em um grande clichê.

Ao discutir as diferenças entre a informação recebida por meio de textos e imagens (entre a “educação” de Kaspar Hauser e a de “Mr. Gardener”, se quisermos utilizar aqui a nossa metáfora), Umberto Eco nota que a primeira ativa um

<sup>53</sup> Jürgen HABERMAS, *Filosofias – entrevistas do Le Monde*, p. 205.

campo semântico associado às diversas acepções do termo, incluindo as conotações afetivas. O processo de compreensão se realiza mediante a seleção, em determinado contexto, de uma acepção entre outras possíveis. No caso da imagem, acontece o inverso: ela comunica imediata e instantaneamente o complexo de emoções e significados a ela conexos, “um todo indiviso de significados e sentimentos, sem poder discernir e isolar o que me serve”. O texto, a palavra, gera um saber lógico, que produz efeitos comportamentais. Para utilizarmos o exemplo do próprio Eco: “Ao comando ‘dê-me um livro’, eu separo o exato significado da frase, e meu saber determina o comportamento conseqüente”, ao passo que a imagem propicia a visão de efeitos comportamentais em ação (a cena representada), que se tornam causas de um saber alógico, complexo, entretecido de reações fisiológicas (o que corresponderia, por via verbal, a exclamações imperativas, tais como “alto!”, “basta!”, “atenção!” e assim por diante).<sup>54</sup>

Se Kaspar Hauser representava um peso para a comunidade de Nurembergue, “Mr. Gardener” era a insustentável leveza do ser, o indivíduo esvaziado de densidade subjetiva. Ambos, nesse sentido, postulam um enigma, uma fronteira, um limite: o primeiro pela total opacidade, o outro pela transparência absoluta. Como no caso de Kaspar Hauser, “Mr. Gardener” vai parar nas mãos de um médico. Novamente, é o olhar da ciência que pretende atravessar e decifrar o enigma, cuidar cirurgicamente de um fenômeno da cultura. O que escapa à compreensão da medicina é que Kaspar Hauser e “Mr. Gardener” não pertencem ao mundo, no sentido atribuído por Martin Heidegger (a linguagem é o mundo do ser e nós vivemos na e pela linguagem), ou ao “mundo vivido” de que fala Jürgen Habermas (o mundo construído pela interlocução). Hauser e “Mr. Gardener” estão, em contextos distintos e por distintas razões, exilados do mundo criado pela linguagem e delimitado por um horizonte partilhado, por meio da linguagem, com outros homens. Nesse sentido, nunca se tornaram plenamente humanos:

Tomar-se ser humano é um acontecimento na e da história, sendo governado pela dinâmica da historicidade; é um evento da linguagem (...) A compreensão histórica não assenta num abandono total da experiência de cada um, mas na

<sup>54</sup> Umberto ECO, *Apocalípticos e Integrados*, p. 341.

compreensão de que cada pessoa é em si mesma um ser histórico; em última instância assenta na participação comum na vida, que cada pessoa faz com as outras. É esta compreensão já dada da vida, diz Dilthey, que nos permite compreender “manifestações da vida” na arte e na literatura. E quando encontramos e compreendemos essas manifestações da vida, chegamos também ao conhecimento de nós mesmos.<sup>55</sup>

É no mundo intangível da linguagem que estão inscritos os signos e símbolos que dão vida e visibilidade aos fatos materiais, como nos diz William (Prospero) Shakespeare, o mago das palavras e dos encantamentos, herdeiro de todas as artes e de todas as ciências:

Our revels now are ended. These our actors,  
As I foretold you, were all spirits and  
Are melted into air, into thin air:  
And, like the baseless fabric of this vision,  
The cloud-capp'd towers, the gorgeous palaces,  
The solemn temples, the great globe itself,  
Yea, all which it inherit, shall dissolve  
And, like this unsubstantial pageant faded,  
Leave not a rack behind. We are such stuff  
As dreams are made on, and our little life  
Is rounded with a sleep.<sup>56</sup>

Palácios, templos, o próprio globo terrestre: tudo se constrói e se dissolve na linguagem. É desse mundo, dessa linguagem que Hauser e “Mr. Gardener” estão excluídos, são seres exilados da história. É certo que Hauser aprendeu o idioma alemão, já em idade adulta, e que “Mr. Gardener” falava e entendia inglês. Mas isso não é suficiente, pois a linguagem não se reduz a um saber instrumental idiomático, mas é uma prática, social e historicamente determinada e determinante. O sistema de percepção de ambos está desaparelhado de uma prática social: é essa condição que determina o seu “déficit cognitivo”.<sup>57</sup> Em outros termos, a questão não é tanto saber como o mundo pertence a um sujeito humano (isto é, a capacidade de um sujeito apreender o mundo por meio da linguagem), mas sim o modo como um sujeito humano pertence ao mundo. E isso depende de uma prática soci-

<sup>55</sup> Richard E. PALMER, *Hermenêutica*, p. 181-2

<sup>56</sup> William SHAKESPEARE, *The Tempest* Act I, Scene I.

<sup>57</sup> Izidoro BLIKSTEIN, *Kaspar Hauser...*, p. 55.

al, que é histórica, datada, condicionada pela tradição, por hábitos e costumes cuja origem se perde na poeira dos tempos. É o modo como pertence ao mundo que informa suas convicções, certezas, percepções e idéias das “verdades” filosóficas e científicas ao seu próprio respeito e a respeito de seu tempo.

É a linguagem que condiciona sua forma de agir e de relacionar-se com o mundo e com os outros homens — com a cultura, enfim, aqui entendida em seu sentido mais amplo, como o ambiente construído pelos homens e que constrói os homens segundo seus próprios códigos, linguagens que agem sobre os corpos e delimitam o seu campo de percepção:

Pessoas de culturas diferentes não apenas falam línguas diversas mas, o que é talvez mais importante, habitam em diferentes mundos sensoriais. O peneiramento seletivo dos dados sensoriais admite algumas coisas, enquanto elimina outras, a tal ponto que a experiência, como percebida através de uma série de filtros sensoriais, culturalmente padronizados, é bastante diferente daquela percebida através de outros. O meio ambiente arquitetônico e urbano que as pessoas criam são expressões deste processo de filtragem-peneiramento. Na verdade, através destes meios ambientes alterados pelo homem, é possível descobrir como povos diferentes usam seus sentidos.<sup>58</sup>

É o caso já muitas vezes comentado da capacidade que tem o esquimó de identificar na neve várias tonalidades da cor branca, ali onde o comum dos mortais pertencente à cultura ocidental só enxergará um extenso e monótono deserto branco. O esquimó nomeia as dezoito tonalidades de branco (e, se o faz, é por uma necessidade de sobrevivência e por um saber transmitido pelos antepassados) e só por isso é capaz de diferenciá-las e enxergá-las. Para ele, é “natural” que as coisas sejam assim, tanto quanto é “natural” para o homem ocidental que só haja uma tonalidade do branco. Consideramos “real” e “natural” o universo definido pela linguagem. Identificamos as criações da linguagem com as da própria natureza e acabamos tomando umas pelas outras.

Não há uma “linguagem total”, um sistema de códigos que, abarcando tudo aquilo que o ser humano produziu como linguagem, conseguisse o máximo de aproximação entre a própria linguagem e o mundo (algo como o mapa de Jorge

<sup>58</sup> E. HALL, *A dimensão Oculta*, apud Izidoro BLIKSTEIN, *Kaspar Hauser...*, p. 75



Luis Borges, que de tão exato e minucioso deixou de ser um mapa para se confundir com o próprio território que ele pretendia representar). Michel Foucault fala do sonho de se chegar a constituir, “algum dia”, uma enciclopédia de todas as técnicas de interpretação que conhecemos. Mas — nota Foucault — o grande obstáculo à produção de tal enciclopédia são os limites da própria linguagem: “Creio que cada cultura, quero dizer, cada forma cultural da civilização ocidental, teve o seu sistema de interpretação, as suas técnicas, os seus métodos, as suas formas próprias de suspeitar que a linguagem quer dizer algo de diferente do que diz, a entrever que há linguagens dentro da mesma linguagem”.<sup>59</sup>

Nessa perspectiva, qualquer interpretação da história, assim como o enunciado de verdades filosóficas e científicas, é sempre uma representação formulada por um sujeito que mantém vínculos materiais, políticos e sociais com uma sociedade concreta. Retomando Nietzsche, Foucault observa, ainda, que as próprias palavras são já interpretações que não remetem a um “significado original”, mas a outras interpretações.

É também neste sentido no qual Nietzsche diz que as palavras foram sempre inventadas pelas classes superiores; não indicam um significado, impõem uma interpretação. Em consequência, não é por causa de uns símbolos primários e enigmáticos que havemos de dedicarmo-nos agora a interpretar, mas porque há interpretações, e porque não cessa de existir sob tudo o que fala uma enorme rede de interpretações violentas. E é por isto que há símbolos, símbolos que nos prescrevem a interpretação da sua interpretação, que nos prescrevem o dar-lhe a volta como símbolos. (...) É por isto também que para Nietzsche o intérprete é o verídico; é o “verdadeiro” não porque se adorna duma verdade adormecida que apregoa a vozes, mas que pronuncia a interpretação que toda a verdade tem como função recobrir. Talvez seja primazia da interpretação em relação aos símbolos o que dá um valor decisivo à hermenêutica moderna.<sup>60</sup>

Se Foucault denuncia a “violência da interpretação”, Roland Barthes chega a afirmar que o processo de nomeação das coisas pela língua tem uma característica “fascista”: o exercício da linguagem, se é condição indispensável para pertencer ao mundo dos homens, também condiciona o indivíduo a ver a realidade de

<sup>59</sup> Michel FOUCAULT, *Nietzsche, Freud & Marx*, p. 13-4.

<sup>60</sup> *Nietzsche, Freud...*, pág. 23-24



acordo com os estereótipos que ela mesma engendrou<sup>61</sup>. O estereótipo engessa, estigmatiza, aniquila o ser ou a “coisa” que ela nomeia. O estereótipo é capaz de petrificar até mesmo aquela que deveria ser a mais livre, imaginativa e desejável entre todas as relações humanas, o amor entre dois seres:

**Juliet.** Tis but thy name that is my enemy;  
 Thou art thyself, though not a Montague.  
 What's Montague? it is nor hand, nor foot,  
 Nor arm, nor face, nor any other part  
 Belonging to a man. O, be some other name!  
 What's in a name? that which we call a rose  
 By any other name would smell as sweet;  
 So Romeo would, were he not Romeo call'd,  
 Retain that dear perfection which he owes  
 Without that title. Romeo, doff thy name,  
 And for that name which is no part of thee  
 Take all myself.<sup>62</sup>

Os cirurgiões de Kaspar Hauser, intrigados por terem encontrado um ser que escapava ao estereótipo, e portanto ao mundo “natural” das coisas “como elas são”, procuraram em seu corpo a solução de seu “problema” — como se pudessem encontrar nos braços, na face ou em qualquer outra parte do corpo de Romeu algo que demonstrasse ser ele um Montechi (Montague). Queriam uma solução “biológica” para um enigma cultural. Curiosamente, o mundo científico contemporâneo está muito próximo a essa concepção “biologizante” do mundo e do homem, como mostram a profusão de pílulas e receituários químicos para “curar” depressão, obesidade, impotência sexual e outros sintomas do “mal-estar na cultura”. A indústria das imagens e da memória, obviamente, não escapa às pesquisas de laboratório. Ao contrário, constitui uma das mais promissoras vertentes de “tecnologias de ponta” do século XXI.

As máquinas da imagem (a televisão, o computador, as câmaras portáteis de filmar, as máquinas fotográficas digitais etc.) permitem que todas as atividades do cotidiano sejam transportadas para as telas e transmitidas por redes mundiais de informação (como a Internet); os radares “inteligentes”, as câmaras de vigilância

<sup>61</sup> Roland BARTHES, *Aula*, p. 14.

<sup>62</sup> William SHAKESPEARE, *Romeo and Juliet*, Act II, Scene II.

contra roubo nas lojas, os sistemas eletrônicos de segurança em bancos e zonas de segurança militar transformam a imagem em dígitos; os códigos de barra dos cartões de crédito, os sistemas alfanuméricos de identificação pessoal, a rede de informações sobre o crédito pessoal transformam a vida em um feixe de dados. A cada momento, e em todos os momentos, algo nos diz que fazemos parte de um imenso fluxo digital, de um gigantesco banco de dados.

Hoje, tudo passa pelas tecnologias: a religião, a indústria, a ciência, a educação, entre outros campos da atividade humana, estão utilizando intensamente as redes de comunicação, a informação computadorizada; e a humanidade está marcada pelos desafios políticos, econômicos e sociais decorrentes das tecnologias. A arte tecnológica também assume essa relação direta com a vida, gerando produções que levam o homem a repensar sua própria condição humana. (...)

Neste final de século, está se delineando uma simbiose homem-máquina e anunciando-se, para o próximo milênio, uma situação em que será cada vez mais difícil distinguir “a prótese no humano e a parte de carne na máquina”. Esta é aliás a perspectiva radical ditada por Stelarc, artista australiano que postula a obsolescência do corpo e alerta que o homem poderá até mesmo determinar o destino de seu DNA. Como diferenciar o que é humano neste enorme fading do orgânico e do inorgânico? Que subjetividade é esta que se transmite através de circuitos, na intimidade digital do ciberespaço? Cientistas nos previnem que no próximo milênio muitas mudanças estão ainda por vir. Com a ajuda das máquinas o homem poderá até mesmo mudar os programas mentais, diminuir o tédio, incrementar a memória. Talvez os amigos lamentem que nós estejamos mais parecidos com as máquinas do que com os seres humanos biológicos que uma vez fomos. Mas, “esta é a vida”.<sup>63</sup>

Não por acaso, o reino por excelência da linguagem publicitária são as máquinas de alta tecnologia, como os carros de corrida da Fórmula 1 – síntese do máximo que a indústria conseguiu produzir em termos de eficácia, rapidez e precisão. Junto com as máquinas da Fórmula 1 estão as poderosíssimas armas de guerra, que conjugam as qualidades tecnológicas com o fascinante ofício de matar e destruir. O fascínio estético exercido por essas armas – que vencem de antemão a guerra por meios psicológicos, pelo terror que provocam no inimigo antes mesmo de serem acionadas – é, sem dúvida, levado em consideração por seus fabri-

<sup>63</sup> Diana DOMINGUES, “A humanização das tecnologias pela arte”, in Diana DOMINGUES (org.), *A Arte no Século XXI: a humanização das tecnologias*, p. 17 e 29. Não estamos tão distantes da construção efetiva do “maquinomem”. O cérebro do psiquiatra Timothy Leary, morto em 1997, foi separado de seu corpo e congelado, à espera de uma oportunidade de retornar à vida acoplado a uma máquina. Esse procedimento, denominado “criogenia”, já é comum, principalmente entre milionários americanos.

cantes, que sabem que elas serão “vedetes” das emissões televisivas. Para os governos, isso tem grande interesse psicossocial: quanto maior o seu poder hipnótico sobre os telespectadores, com maior eficiência será apagado o custo em sangue do conflito. Esse mecanismo — nota Armand Mattelart — foi colocado em funcionamento com muita clareza durante a cobertura da Guerra do Golfo:

Da transposição em imagens da guerra aérea pelas forças armadas, sobressai uma representação: o triunfo dos “armamentos inteligentes”: mísseis de cruzeiro pilotados por seus próprios computadores de bordo; satélites de reconhecimento permitindo que, antes mesmo de subirem para seus aviões, os pilotos ficassem conhecendo os lugares da operação (cinco satélites sobrevoaram o Iraque e encaminharam, em tempo real, dados recolhidos pelos monitores dos analistas do Pentágono, fornecendo detalhes do tamanho de uma dezena de centímetros); sistemas de comando conectados em todos os aparelhos de combate e até mesmo nas próprias armas. Em suma, desenrola-se sob nossos olhos um sistema complexo de circuitos altamente sofisticados, “redes neuronais” e numerosos sistemas informáticos que vão do enorme IBM aos portáteis utilizados pelas unidades ligeiras etc., servindo como centro de decisão, elemento intermediário na análise dos dados ou simples elo de transmissão das informações para outros sistemas.

Além disso, através da impressionante logística da intendência — em cem soldados americanos, presentes na operação “Escudo do Deserto”, somente cinquenta e cinco eram combatentes — essa guerra das tecnologias de comunicação e informação é a primeira a ser administrada em “fluxos contínuos”. Nesse sentido, servem-se dos métodos de gestão aperfeiçoados pelos fabricantes de automóveis nipônicos (gestão informatizada, redução máxima dos estoques, requisição das peças necessárias, “por encomenda”, em curso de “produção”. Assim, noventa e cinco por cento das operações logísticas da US Air Force foram realizadas sem intervenção humana). A grande diferença relativamente à gestão de uma firma automobilística era a seguinte: em geral, esta última só administra, por dia, umas cem mil referências (ou tipo de peças diferentes), enquanto as forças americanas tiveram de administrar alguns milhões.<sup>64</sup>

As coberturas midiáticas da Guerra do Golfo e de conflitos militares subsequentes celebraram a “estética da guerra”, explorando ao máximo o fetichismo das máquinas mortíferas<sup>65</sup>. Foram, nesse sentido, uma demonstração perfeita da

<sup>64</sup> Armand MATTELART, *Comunicação Mundo – mudança das idéias e das estratégias*, p. 136-7.

<sup>65</sup> Em maio e junho de 1999, participei, como convidado, de vários programas dedicados a discutir a Guerra do Kosovo, na rádio CBN e na TV Cultura. Indagado sobre as razões que levaram “as máquinas” da Otan a errarem, atingindo alvos civis em Belgrado, eu indagava se então estava certo “as máquinas” acertarem os alvos militares – isto é, se o ataque da Otan era moral e juridicamente correto. A pergunta causava grande perplexidade, já que colocava a nu um mecanismo psicológico, orquestrado pela mídia, que transferia para o terreno puramente militar uma discussão que, de fato, pertencia à esfera do Direito Internacional. A idéia subjacente a esse mecanismo era a de a suposta “exatidão cirúrgica” dos ataques com “armas inteligentes” legitimavam, por si só, a operação militar.

síntese da mais avançada tecnologia com a ideologia mais reacionária e conservadora, ecoando, de forma bastante perceptível, os fundamentos da estética nazista. Claro que a cobertura da guerra feita nesses moldes não é um fenômeno isolado, mas se inscreve em um quadro geral de glorificação do desempenho tecnológico. A tecnologia – tanto a empregada nas máquinas que simulam pesos e inclinações de rampa nas academias de aeróbica até os procedimentos de criogenia já em fase de execução – tornou-se um instrumento de “colonização” do próprio corpo, no sentido de torná-lo mais eficaz, mais próximo ao funcionamento da máquina.

A “simbiose homem - máquina” foi o tema de *Blade Runner*<sup>66</sup>, certamente o maior clássico da ficção científica dos anos 80. No filme, a corporação Tyrell passou a introduzir em seus andróides (ou “replicantes”, robôs de aparência completamente humana) alguns *chips* de memória que lhes permitiam “lembrar” de fatos de uma vida em família que, na realidade, jamais existiu. O objetivo era torná-los ainda mais semelhantes aos seres humanos, dotando-os de “memória pessoal”. Antes do uso destes *chips*, era relativamente fácil identificar os andróides: eles não se lembravam de quem eram seus pais e irmãos, os lugares de sua infância, não portavam qualquer registro de relações afetivas. Com os novos *chips* vieram as “lembranças”, e as coisas se complicaram, porque eles adquiriram capacidade tecnológica de guardar a memória dos fatos vividos, como qualquer ser humano.

A mistura entre a memória do fato vivido com a de um passado integralmente fabricado, artificialmente implantado, criou uma situação híbrida, que fez deles um novo tipo de ser, uma espécie de “maquinomem”. Os “replicantes” eram, assim, angustiados quanto a um passado que sabiam ser falso — no sentido de não ser o “seu” passado — e quanto ao tempo de vida útil de seu corpo-máquina (quatro anos, garantidos pelo laboratório que os fabricou). Essa angústia era causada pela consciência de que tanto o seu nascimento quanto a sua “história de vida” e o momento de sua morte não passavam de dados submetidos ao controle do laboratório. A consciência, enfim, de que eles jamais deixariam de ser um “simulacro do humano”.

<sup>66</sup> *Blade Runner* (1982), dirigido por Ridley Scott, baseado no livro *Do Androids Dream of Electric Sheep?*, de Phillip K. Dick.

A memória artificial implantada nos andróides oferecia, apenas, uma simulação de sua “presença” no mundo em um tempo passado que nunca lhes foi contemporâneo, isto é, jamais experimentado como contingência. Eles já receberam um destino escrito, uma curiosa inversão de operação em relação à cartomante de Benjamin: na “rua de mão única”, alguém se sentia angustiado pelas indagações sobre o futuro. No caso de *Blade Runner*, é o passado, não o futuro, que se apresenta como angústia. O *chip* que contém as lembranças não adivinha o futuro, mas narra o passado como uma situação estanque, controlada e encerrada no tempo. Assim, a narrativa do outro é vivida como memória pessoal do próprio, uma construção exterior é experimentada como memória íntima.

Não há, nessa história artificialmente construída, a “imagem fulgurante” que, como o relâmpago, é capaz de iluminar toda a paisagem do passado revisitado pela memória, a iluminação que, segundo Benjamin, deve ser o norte do historiador. Há, ao contrário, uma sucessão de “fatos mudos”, costurados e alinhavados em um processo contínuo e coerente: é o texto que precede a existência, uma operação exatamente oposta àquela proposta por Benjamin: “Nas esferas em que nos movemos aqui, todo conhecimento tem a velocidade de um relâmpago. O texto é o trovão que se segue a esse relâmpago”.<sup>67</sup>

Quando o caçador de andróides Deckard pede à “replicante” Rachel que ela diga pela primeira vez “eu te amo”, isso cria um impasse, já que ela não tem armazenada em seu cérebro nenhuma informação sobre esse tipo de sentimento — e ela diz isso a Deckard. É na convivência com Deckard que Rachel aprende a articular esse verbo, incorporando-o como experiência psicológica, isto é, como parte de sua história própria. Ela passa a ter uma história — isto é, ingressa plenamente no humano — quando, através da linguagem, cria um mundo com Deckard, seu interlocutor.

*Blade Runner* e outros clássicos da ficção científica contemporânea americana — por exemplo, *Total Recall*<sup>68</sup> — falam muito mais de problemas já pre-

<sup>67</sup> Walter BENJAMIN, “Passagens de Paris”, apud Sérgio Paulo ROUANET, *As Razões do Iluminismo*, p. 44.

<sup>68</sup> *Total Recall* (1990), direção de Paul Verhoeven, baseado no conto *We Can Remember It for You Wholesale*, de Phillip K. Dick. No filme, fazer turismo dispensa o deslocamento físico: basta introduzir no cérebro alguns chips contendo a memória de paisagens e cenários que darão ao “viajante” a sensação que de fato es-



sentes do que sobre sociedades integralmente imaginadas em algum futuro distante. Isso talvez aconteça porque a relação entre os homens e a tecnologia esteja sendo transformada a uma velocidade maior do que a capacidade de compreensão possibilitada pelas ciências humanas. A situação ficcional da memória implantada em andróides é apenas uma metáfora, uma radicalização elevada ao limite, da tensão entre memória e amnésia que os indivíduos vivem hoje. O mundo contemporâneo é também o mundo da memória total – tudo se armazena, tudo compõe imensos bancos de dados, que podem ser acessados por qualquer computador pessoal conectado às redes.

Esse processo foi identificado pelos pensadores do pós-modernismo como uma espécie de “câncer da informação”, o crescimento exacerbado, sem sentido ou uso prático, da quantidade de dados colocada à disposição dos indivíduos e por eles acumulada e estocada, sob a forma de imagem e som, em fitas de vídeo, discos *laser*, ou ainda em discos rígidos de computador com capacidades astronômicas de armazenagem. Isso para não falar da memória transmitida *on line*, vinte e quatro horas por dia, pelas redes de televisão comercial, a cabo, digitalizada ou pelos serviços noticiosos, por meio das redes de computador. Ao mesmo tempo, é o mundo do esquecimento – tanto produzido pelo fato de que as informações são metabolizadas, digeridas e eliminadas com grande velocidade, ao ritmo do videoclipe, quanto pelo fato de que as informações são experimentadas em contextos narrativos transmitidos sob a forma do “show-narlismo”.

Bombardeado pela crescente velocidade das inovações técnicas, científicas e culturais, o homem sente o tempo presente como algo cada vez mais fugidio, criando um paradoxo: ao mesmo tempo em que o capitalismo contemporâneo concentra ao máximo as demandas de consumo no momento presente, ele o torna cada vez mais instável, inseguro de si, enfraquecendo a estabilidade da identidade dos sujeitos contemporâneos. O enfraquecimento do tempo presente é exacerbado pela perda da capacidade de interlocução de que fala Habermas. As ações praticadas com objetivo estratégico têm os seus olhos postos em algum futuro, esvazian-

---

teve por ali. Tudo será incorporado à sua memória pessoal como experiência por ele vivida: os cheiros, a arquitetura dos prédios, o relevo, a sensação física do sol em sua pele, a arquitetura urbana, as obras de arte.



do a qualidade das sensações experimentadas no momento presente. Os vínculos pessoais, familiares e afetivos são enfraquecidos, em benefício de outros vínculos que possam, eventualmente, trazer “lucros” e “fortalecimento de posições” na economia de mercado.

Na sociedade capitalista contemporânea, diz Andreas Huyssen, as atividades culturais são, em geral, avessas às noções tradicionais de nação, família, profissão e Estado. “Especialmente na cultura jovem ou nas subculturas, as identidades são provisoriamente construídas e articuladas através do estilo de vida e de elaborados códigos subculturais. Em geral a atividade cultural não é vista como proporcionadora de tranqüilidade e compensação para uma subjetividade desejosa em regenerar a estabilidade e o equilíbrio no exemplo de uma tradição unificada (ou reunificada).”<sup>69</sup> Ora, o processo de construção de “identidades provisórias”, mediante a abolição ou o enfraquecimento das tradições, coloca um problema novo para a humanidade, em geral, e para cada indivíduo específico. Rompe-se a íntima relação entre “tradição” e “memória”.

Poucos fenômenos poderiam explicitar melhor esse processo do que a mudança no estatuto do museu (por definição, o lugar que cultua a tradição) experimentada, com grande intensidade, nas três últimas décadas. De palco privilegiado da “história monumental” e articulador do tecido narrativo que explica a nação pela tradição, o museu tornou-se uma modalidade de espetáculo, um “fenômeno de massa”, uma “superprodução”. As exposições são procuradas por centenas de milhares de pessoas, mesmo em países com pouca ou nenhuma tradição de frequência a museus.<sup>70</sup>

O museu contemporâneo transformou-se em um local que serve, ao mesmo tempo, para diversão pública, boutique, meio publicitário de empresas que patrocinam exposições, ou para promover turismo e estimular políticas de urbanização ou recuperação de determinadas regiões urbanas. O “*show* da memória”, aliás, ultrapassa os muros dos museus e transforma as próprias cidades, com os projetos

<sup>69</sup> Andreas HUYSSSEN, *Memórias do modernismo*, p. 247-8.

<sup>70</sup> A exposição “*Monet, o mestre do Impressionismo*”, realizada no Masp, entre 27 de maio e 8 de agosto de 1997, atraiu 360 mil pessoas (no Rio, 400 mil). Em 1995, a mostra de Auguste Rodin, realizada na Pinacoteca

de “restauração” dos velhos centros urbanos e de cenários históricos, estimulando a proliferação de antiquários e a formação de “museus pessoais” por meio do vídeo e da totalização eletrônica do mundo em agendas eletrônicas e bancos de dados. O espectador, cada vez mais, busca experiências enfáticas, iluminações instantâneas, megaeventos e espetáculos de grande sucesso, em vez da apropriação meticulosa do conhecimento cultural.<sup>71</sup>

As opiniões se dividem quanto ao significado da indústria de “espetacularização da memória”. Huysen divide os modelos explicativos em três grandes vertentes: o “neoconservador” ou “hermenêutico”, o “pós-moderno” e a “Teoria Crítica”. No primeiro modelo, é a erosão da tradição que provocará, como reação, a celebração dos “órgãos de recordação”. O museu, nessa perspectiva, oferece ao sujeito instável formas tradicionais de identidade, ao simular que essas tradições não foram atingidas pela modernização. No segundo modelo, a “musealização” é vista como sintoma do “câncer terminal do nosso *fin de siècle*”. A obsessão pelo antigo, assim como a possibilidade de cada pessoa montar o seu próprio museu, principalmente por meios eletrônicos, é uma tentativa de preservar, controlar e dominar o real, assim expandindo a sua simulação e contribuindo para a sua agonia. A musealização mata, congela, esteriliza, “de-historiciza” e “de-contextualiza” (ecoando, aqui, a crítica formulada por Nietzsche à história monumental).

A “Teoria Crítica”, à qual se associa o próprio Huysen, absorve componentes dos dois modelos anteriores, mas sem cair no “pessimismo neoconservador” nem no “catastrofismo pós-estruturalista”. Huysen diz que os neoconservadores, ao lamentarem a perda da tradição, colocam-se à margem do mundo, já que não há mais como escapar a esse processo, a não ser por uma espécie de cultivo impotente da nostalgia. Por outro lado, o museu faz mais do que apenas simular a realidade, como dizem os “pós-modernos”:

---

do Estado de SP, atraiu 155 mil pessoas. Em 15 de novembro de 1999, uma exposição de Picasso no Masp atraiu um público recorde de 15 mil pessoas em um único dia.

<sup>71</sup> Cf. Andreas HUYSEN, *Memórias do modernismo...*, p. 232-6.

O nível de expectativa visual na nossa sociedade foi elevado a um grau em que o desejo pelas imagens se transforma em um desejo por alguma outra coisa. A diferença encontrada entre a televisão e os museus é que o objeto de museu é mais um hieróglifo histórico do que uma simples peça de informação. Sua leitura passa a ser um ato da memória e sua verdadeira materialidade assume sua aura de distanciamento histórico e transcendência no tempo. (...) Objetos que perduraram ao longo do tempo são por essa mesma qualidade localizados fora da circulação destrutiva das mercadorias destinadas ao lixo. Quanto mais antigo um objeto, maior presença ele pode arregimentar, e quanto mais distinto ele é da atualidade, em menos tempo será considerado obsoleto. Essa solidão deve ser suficiente para emprestar-lhe uma aura, para “reencantá-lo” acima de qualquer função instrumental que ele exerceu no passado.

O próprio fetichismo do museu carrega consigo uma espécie de dimensão anamnésica, um tipo de valor da memória. Quanto mais mumificado um objeto, mais intensa é sua habilidade de nos render experiências, um sentido do autêntico. Não importa o quanto seja frágil a relação entre o objeto do museu e a realidade que documente, pois de qualquer maneira ele é exibido ou está na mente do espectador. Sendo um objeto ele contém um registro da realidade que nem mesmo a transmissão ao vivo de uma televisão pode assegurar.

(...) A popularidade do museu, acredito, é o sintoma cultural principal da crise da fé ocidental na modernização enquanto uma panacéia.<sup>72</sup>

Heidegger, ao discutir o museu, ajuda a entender um pouco melhor o que é que confere força, encanto e magnetismo aos “objetos que perduram no tempo”. Se os objetos expostos estão dados no presente, o que foi que “passou”? O que neles há de “histórico”? Heidegger responde: “Nada mais do que o mundo, no seio do qual, pertencendo a um nexos instrumental, vinham ao encontro da mão e eram utilizadas por uma presença no mundo de suas ocupações. O mundo não é mais. O intramundano daquele mundo já não é mais simplesmente dado. Como instrumento de um mundo, o que agora é simplesmente dado pertence ao ‘passado’ ”.<sup>73</sup> Nos termos de Huyssen, ao procurar o museu, a massa busca algo que a grande mídia, principalmente a televisão, prometeu, mas é incapaz de cumprir: “um desejo irrealizável de experiência e acontecimentos, de autenticidade e identidade”.

<sup>72</sup> Andreas HUYSSSEN, *Memórias do Modernismo*, p. 238-251.

<sup>73</sup> Martin HEIDEGGER, *Ser e Tempo*, p. 183-6, vol. I.

## 2. Fatos e notícias

O advento e a expansão da televisão comercial produziram efeitos profundos e de grande importância sobre o conjunto da mídia, incluindo os jornais mais analíticos e tradicionais, como o *Guardian* britânico e o *Monde* francês<sup>1</sup>. “Os jornalistas e os jornais ‘sérios’ — nota Pierre Bourdieu — perdem sua aura e são, eles próprios, obrigados a fazer concessões à lógica do mercado e do *marketing*, introduzida pela televisão comercial, e a este novo princípio de legitimidade, que é a consagração pelo número e pela ‘visibilidade da mídia’.”<sup>2</sup> Em outros termos, a transformação de “fato” em “notícia” passa pela sanção do mercado. A notícia, como produto final, é o resultado de um pacto de cumplicidade: o mercado se vê refletido por uma mídia que, por sua vez, dá visibilidade aos eventos que reforçam a estrutura de mercado.

O “efeito de mercado” contamina os mais distintos campos de produção cultural, incluindo as ciências humanas e a filosofia, já que, para adquirirem visibilidade na mídia, devem provar-se sedutores e “vendáveis” como produto. Intelectuais, analistas, artistas, economistas e especialistas dos mais diversos campos do conhecimento não raro optam por restringir a autonomia e soberania de sua própria produção, em nome de serem aceitos pela mídia, que deles espera o discurso mais “adequado” às “expectativas do mercado”. Mesmo o intelectual ou artista “rebelde” acaba sendo “vendido” como tal, e portanto dele passa a se esperar um comportamento de contestação. É a sua “marca”.<sup>3</sup>

A televisão é um pólo ativo do processo de seleção e divulgação, não apenas das notícias, mas dos comentários e interpretações que delas são feitas. Ela não é mera “observadora” ou “repórter”: tem o poder de interferir ativamente nos acontecimentos. Esse fato foi reconhecido, em maio de 1993, pelo então secretário

---

<sup>1</sup> Um efeito imediatamente visível é a adoção de cores, diagramação mais “leve”, a ampla utilização de mapas e boxes didáticos, o aumento no tamanho do corpo dos caracteres, a recomendação aos colaboradores no sentido de escreverem parágrafos mais curtos etc.

<sup>2</sup> Pierre BOURDIEU, *Sobre a Televisão*, p. 111

<sup>3</sup> A comercialização incorpora até mesmo os casos extremos de produção cultural “marginal”, como foi o movimento *rap*, a partir dos hiperguetos americanos. O *rap* gera, hoje, receitas milionárias para a indústria fonográfica e audiovisual dos Estados Unidos.

geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali, durante uma conferência endereçada a correspondentes da rede CNN: “ ‘Today, the media do not simply report the news. Television has become a part of the events it covers. It has changed the way the world reacts to crisis.’ Boutros-Ghali accurately described the routine and consequence of coverage of the Yugoslav civil war: ‘Public emotion becomes so intense that United Nations work is undermined. On television, the problem may become simplified, and exaggerated.’”<sup>4</sup>

Se “a televisão tornou-se parte dos eventos que ela cobre”, o telenoticiário diário adquiriu o estatuto de uma peça política, cuja lógica é determinada pelas relações de determinado veículo da mídia com o sistema político do país ou da região em que ele se encontra. A notícia, como produto final, é uma síntese desse conjunto de relações. “As relações da imprensa, rádio e televisão com o sistema político são governadas, em cada país, pela natureza do sistema político e das normas que caracterizam a sua cultura política. A estrutura sócio-política e econômica das diferentes sociedades também determina a estrutura interna de seu sistema de mídia, os métodos de financiamento deste e, conseqüentemente, das relações intersistêmicas das diferentes organizações da mídia.”<sup>5</sup>

Essas relações ganharam ainda maior complexidade a partir de meados dos anos 80, já que a formação das redes planetárias de comunicação (como é o caso da CNN) e dos grandes conglomerados multinacionais criou um novo panorama político e estratégico internacional: a indústria da mídia não apenas se submeteu de forma cada vez mais intensa aos interesses do mercado mundial, no sentido estritamente econômico, como também aos jogos de poder que regulamentam esse próprio mercado. Assim como ela é parte dos eventos que noticia, também é parte do império oligopolizado da informação.

O horizonte de decisões empresariais e estratégias de cobertura jornalística tem de levar em conta os interesses corporativos em escala transnacional. Mas, já vimos, o poder está concentrado nas mãos da mídia americana.<sup>6</sup> Para essas corpo-

<sup>4</sup> “Dateline Yugoslavia: the Partisan Press”, Peter Brock, revista *Foreign Policy*, 1993, p. 155-6.

<sup>5</sup> Edward ARNOLD, *Mass Media and Society*, apud Octavio IANNI, *O príncipe eletrônico*, p. 12.

<sup>6</sup> Jeremy Tunstall, professor na City University de Londres, observa que a mídia, em qualquer país, é americana, “in much the same way that spaghetti bolognese is Italian and cricket is British” (*The Media Are American*, p. 14).



rações, em particular, a defesa da ordem econômica globalizada ultrapassa a questão ideológica. Tornou-se uma medida de sobrevivência, já que apenas um sistema internacional que permitiu a desregulamentação e a privatização dos veículos de comunicação na maior parte dos países pode garantir a própria existência das grandes corporações transnacionais.

É óbvio que a hegemonia do grande capital corporativo em geral, e americano em particular, tem sérias e profundas implicações sobre a seleção, distribuição e interpretação das notícias. Centros formadores de matrizes ideológicas liberais, as grandes corporações elaboram discursos e interpretações que reelaboram e reforçam diariamente a ideologia segundo a qual cabe ao “mercado” a resolução dos problemas e demandas de toda ordem — públicas e privadas, individuais e coletivas. Esses discursos e essas interpretações exercem um profundo e amplo efeito de contaminação em todos os setores de produção artística, cultural e ideológica:

Os efeitos que o desenvolvimento da televisão produz no campo jornalístico e, por meio dele, em todos os outros campos de produção cultural, são incomparavelmente mais importantes em sua intensidade e sua amplitude que aqueles que o surgimento da literatura industrial, com a grande imprensa e o folhetim, provocara, suscitando nos escritores reações de indignação ou de revolta, das quais saíram, segundo Raymond Williams, as definições modernas da “cultura”.

O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição de diferentes jornais e jornalistas segundo a sua autonomia com relação às forças externas, às do mercado de leitores e às do mercado de anunciantes. O grau de autonomia de um órgão de difusão mede-se, sem dúvida, pela parte de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob forma de publicidade ou de subvenções) e também pelo grau de concentração dos anunciantes.<sup>7</sup>

Nada melhor para exemplificar e explicitar esse “efeito de contaminação” do que a hegemonia que o discurso-para-o-mercado adquiriu nos anos 90. O mercado, por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras, criou o discurso-para-o-mercado, diariamente reproduzido e multiplicado, em escala internacional, pelas fontes emissoras de notícia e entrete-

<sup>7</sup> Pierre BOURDIEU, *Sobre a televisão*, p. 101-2.



nimento. Esse discurso, que frutificou na “era Reagan”, com a escalada do “neoliberalismo”, adquiriu, nos anos 90, a estatura de uma proposição indiscutível e consolidada, de um dado axiomático. Fredric Jameson nota uma “capitulação universal”, ainda que quase imperceptível, face ao discurso orientado para o mercado, que desautoriza, de forma imediata e implacável, qualquer tentativa de formulação alternativa.<sup>8</sup>

No Brasil, essa “capitulação universal” pode ser facilmente notada na retórica dos candidatos das eleições presidenciais de outubro de 1998. Não será necessário nenhum estudo exaustivo para mostrar que os discursos dos “presenciáveis” pouco se diferenciavam: todos — de FHC a Lula, exceção feita aos “radicais” do Prona e do PSTU — diziam-se “preocupados” com “questões sociais”, mas jamais colocaram seriamente em questão a legitimidade e a eficácia dos “mecanismos de mercado” como forma de organizar econômica e socialmente a sociedade. O termo “moratória” virou sinônimo de palavra maldita, ausente do discurso até mesmo de Lula.<sup>9</sup> Após as eleições, um claro consenso na mídia brasileira fez de Itamar Franco, o governador eleito de Minas Gerais, a própria encarnação de Lúcifer, cujo grande pecado foi ter decretado uma moratória de 90 dias em seu próprio estado. Jornalistas, comentaristas econômicos, “especialistas em finanças”, além, é claro, dos porta-vozes do governo, passaram a responsabilizar Itamar pelo conjunto dos problemas econômicos enfrentados pelo país.<sup>10</sup>

Mas não é simples explicar essa “capitulação universal”. Ela é o resultado de um longo e relativamente “suave” processo de sedimentação de valores que

<sup>8</sup> Fredric JAMESON, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* Ática, p. 271.

<sup>9</sup> Essa questão, precisamente, foi tema de uma “carta aberta” que enderecei a Luís Inácio Lula da Silva na revista *Caros Amigos* (novembro de 1998). Lula, bastante irritado com a carta, declarou apenas que “os tempos mudaram”.

<sup>10</sup> O *Le Monde Diplomatique* criou a expressão “jornalistas de mercado” (em oposição a “jornalistas críticos”) para designar um grupo (amplamente majoritário) de jornalistas que, espontaneamente, adotam as concepções e os métodos de análise neoliberais. Apenas para citarmos alguns exemplos, no Brasil: A rádio Eldorado, pertencente ao grupo do “Estadão”, concedeu a Itamar o jocoso troféu de “cara de pau”, ao lado dos vereadores corruptos da Câmara Municipal de São Paulo, por ter decretado a moratória; os jornalistas Carlos Sardemberg e Míriam Leitão, da Rádio CBN (parte do império Globo), chegaram a sugerir que “a moratória de Itamar” foi responsável até pela queda de alguns décimos de ponto da bolsa de Nova York. No início de junho de 1999, a FSP publicou que ... “a Bolsa de Nova York chegou a cair 1,25% (...) Operadores dizem que a situação brasileira foi agravada, no começo do ano, a partir da moratória decretada por Minas Gerais” (p. 2-4, 3.jun.99). A moratória também foi a “culpada” da crise na Rússia: “O número de desempregados na Rússia bateu recorde em abril, atingindo 10,4 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 28% em relação a

acabam constituindo uma determinada percepção de como as coisas devem ser no mundo. Ela é parte constitutiva do processo de construção e domesticação do imaginário coletivo levado a cabo pelas corporações da mídia. O imaginário construído pela mídia é composto por uma vasta rede de símbolos e signos, de referências culturais, sociais, políticas e artísticas que prefiguram a constituição de uma espécie de memória coletiva “globalizada” em um mundo cada vez mais desterritorializado.

Os ícones da mídia planetária são as grandes marcas de consumo — McDonald’s, Coca Cola, IBM, Benetton, Marlboro, Chevrolet, Ford, Microsoft, Disney etc. —, os ídolos do cinema — Julia Roberts, Sean Connery, Steven Spielberg etc. —, os músicos, as bandas de *rock*, os cantores — Madonna, Rolling Stones, Luciano Pavarotti etc. —, os ídolos do futebol — Ronaldinho, Maradona, Pelé etc. —, os estadistas — Bill Clinton, Boris Ieltsin, Helmut Kohl etc. —, escritores *best sellers* — Sidney Sheldon, Paulo Coelho etc. —, instituições econômicas — FMI, Banco Mundial, Bird etc. —, os corredores do Fórmula 1 — Ayrton Sena, Mikail Schumacher etc. As imagens e mensagens da mídia mundializada atingem os mais distantes pontos do planeta, excitando o desejo, educando percepções de vida, alterando os ritmos e as rotinas do cotidiano construídos por tradições locais e regionais.<sup>11</sup>

Tornou-se “natural”, um “fato do cotidiano” que não causa qualquer estranheza ou perturbação, saber que neste exato momento um rebanho de carneiros ocupa o centro de Melbourne, como parte de um protesto de fazendeiros contra a política econômica do governo; ou que está tudo bem com o telescópio bilionário Hubble, que neste preciso instante acaba de remeter mais alguns milhares de fotos de sinais luminosos que, compostos como num painel, vão nos informar sobre como era o universo há 10 bilhões de anos; ou, ainda, que foi arruinada a colheita

---

agosto de 98, auge da crise russa. (...) desencadeada pela moratória da dívida externa do país em meados de agosto do ano passado.” (p. 1-4, 1.jun.99).

<sup>11</sup> O “restaurante oficial” da Copa de Futebol de 1998, realizada na França, foi o McDonald’s. Considerando que a França tem uma das mais sólidas tradições de arte culinária do planeta, a indicação de uma rede de *fast food* é um claro sintoma do predomínio de um ícone mundial sobre uma riquíssima cultura local, para a profunda e justificada irritação dos franceses.

de arroz no Vietnã por um tufão que destruiu máquinas e casas e causou a inundação de milhares de hectares.

A mídia cria diariamente a sua própria narrativa sobre o mundo e a apresenta aos telespectadores – ou aos leitores de jornais – como se essa narrativa fosse a própria história do mundo. Os fatos, transformados em notícia, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos. Os telespectadores, passivamente embalados pelo “estado hipnótico” diante da tela de TV, acreditam que aquilo que vêem é o mundo em estado “natural”, é “o” próprio mundo.

Mas se é verdade que a “indústria de manipulação das consciências” adquiriu um enorme poder, não é verdade que esse poder seja total e absoluto. Primeiro, porque há limites e condições para que uma determinada interpretação seja aceita pelo público; segundo, porque a recepção das informações pelo público nunca é passiva (o público re-elabora aquilo que recebe, segundo suas próprias referências locais, culturais e tradicionais); finalmente, porque é possível o exercício da crítica.

A idéia de que a notícia é o “retrato do fato tal como ele realmente aconteceu” não surgiu com a “mídia planetária”. Ao contrário, é uma idéia que nasceu junto com a própria atividade jornalística, como mostram os tradicionais jargões do tipo “testemunha ocular dos fatos”, “a verdade dos fatos, doa a quem doer”, “jornalismo objetivo que leva os fatos até você” e assim por diante. Em certo sentido, essa percepção da mídia como “janela” para o mundo ecoa a idéia da arte romântica do século XIX, quando a “verdade” da imagem dependia de seu grau de fidelidade à paisagem observada, ou a do realismo, que pressupunha que o trabalho do artista deveria ser regido pela “experiência direta da realidade”, como condição para poder “retratá-la”<sup>12</sup>.

Desde sempre, os veículos de comunicação disputaram o mérito de ser aquele que “divulga os fatos” de maneira “exata”, “objetiva” e “verdadeira”, como uma espécie de espelho fiel dos “fatos objetivos”. Ou, como diz Peter Arnett, o celebrado correspondente da rede CNN durante a Guerra do Golfo, “o bom re-

<sup>12</sup> H. W. JANSON, *History of Art – A Survey of the Major Visual Arts from the Dawn of History to the Present Day*, p. 556-604.

pórter é como um espelho: deve retratar fielmente a realidade”. Tudo se passa como se “o fato” fosse uma espécie de troféu a ser caçado pelo “bom jornalista” e generosamente doado a um público que, de outra forma, dificilmente teria acesso ao conhecimento das coisas “tais como elas realmente aconteceram”. Essa noção do trabalho jornalístico não só é predominante entre os profissionais da reportagem, como tende a ganhar cada vez maior força, à medida que a imagem se torna o veículo preponderante de transmissão de informação.<sup>13</sup>

Para testar essa hipótese, perguntei “o que é notícia?” a vinte jornalistas situados nos mais diversos estágios da carreira profissional, de “veteranos” a “focas” (recém-egressos da universidade)<sup>14</sup>. Todos, sem exceção, afirmaram com convicção que notícia é a narrativa do fato, e que a notícia mais “verdadeira” é aquela que mais fielmente “retrata o fato”. O “fato” é sempre visto como um objeto fixo no tempo e no espaço, uma “coisa” unitária, como um bloco de argila, encerrado em si mesmo, jamais afetado pelo olhar do observador.

Em geral, para esses profissionais, pressionados pelo ritmo industrial de produção de notícias e com poucas oportunidades de refletir sobre essas questões, a mídia funciona mais ou menos como um espelho neutro, sobre o qual a realidade inscreve os seus traços.<sup>15</sup> É bastante representativo dessa “cultura da objetividade” o seguinte trecho, escrito em 1958 por Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Atahyde), que foi, durante décadas, um dos maiores nomes do jornalismo praticado no Brasil:

A objetividade é outro traço natural do jornalismo, como gênero literário. O importante é manter o contato com o fato. Tudo o mais deriva daí: a informa-

<sup>13</sup> O jornalista brasileiro Roberto Pompeu de Toledo, afirma, no prefácio que escreveu ao livro *Ao vivo do campo de batalha* (do Vietnã a Badá, 35 anos em zonas de combate de todo o mundo), de Peter Arnett: “São diversas neste livro as passagens em que Arnett diz que “aprendeu a escrever apenas o que vê”, ou que sua função é ‘dizer apenas o que vê’. Sobre os tempos do Vietnã, escreve: ‘Eu acreditava que a verdade devia ser buscada nos campos de batalha, não nas conferências de imprensa’. Buscar o fato onde ele está, levá-lo ao público com base apenas no que se vê: nada mais sensato. Como queríamos demonstrar, Peter Arnett é um jornalista dotado de rara sensatez”.

<sup>14</sup> Cinco com mais de trinta anos de carreira profissional; cinco de vinte a trinta anos de carreira; cinco com dez a vinte anos e cinco com zero a dez anos, todos trabalhando em São Paulo e formados em curso superior (exceto três dos mais velhos).

<sup>15</sup> Há, evidentemente, momentos excepcionais que desvelam a lógica instrumental que preside a adoção de determinada pauta e aguçam a sensibilidade dos profissionais da redação. Por exemplo, o veto a uma notícia que poderia contrariar interesses do dono do jornal, ou a opção por determinado candidato em período eleitoral etc.

ção do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O fato, o acontecimento é a medida do jornalista (...) O primado do objeto, pois, é soberano no jornalista. O jornalista que divaga em torno do fato ou o deturpa, toma-o apenas como pretexto, generaliza facilmente, ou está mal informado, não é um bom jornalista. (...)

Esse sentimento profundo do objeto é que aproxima o jornalista dos artistas plásticos, dos que lidam com as coisas, ou dos arquitetos, que estão sempre em relação com exigências funcionais. O jornalismo é uma arte pragmatista. Não se pode desprender nunca do seu resultado, nem se desligar do seu objeto. A veracidade, o realismo é a sua grande força. O mau jornalista é o sofisticado ou o fanático ou o mal informado, ou o divagante ou o vernaculista. Todos eles perdem de vista o objeto, o fato, a realidade, para se perder apenas no modo de o retratar ou nas suas segundas intenções, mais ou menos ocultas.<sup>16</sup>

Estamos, aqui, no extremo oposto ao pólo ocupado por Nietzsche, para quem “fatos não existem”, mas apenas interpretações. “Contra o positivismo, que se detém no fenômeno [de que] ‘há apenas fatos’, eu diria: não, são justamente os fatos que não existem, mas tão somente interpretações. (...) Se a palavra ‘conhecimento’ tem algum sentido, o mundo é cognoscível; na verdade, entretanto, é diversamente interpretável, não tem um sentido por trás de si, mas inúmeros sentidos – ‘perspectivismo’. São as nossas necessidades que interpretam o mundo: nossas pulsões e os seus prós e contras. Cada pulsão é uma forma de busca de domínio, cada uma tem a sua perspectiva, que gostaria de impor como norma a todas as outras pulsões.”<sup>17</sup>

Aceitar, pura e simplesmente, com Nietzsche, que “fatos não existem”, coloca questões realmente embaraçosas, até mesmo insolúveis, especialmente quando se trata de eventos que provocam impacto coletivo e que têm o poder de mudar a vida das pessoas e de sociedades inteiras: o Muro de Berlim caiu em 9 de novembro de 1989; os Estados Unidos, liderando uma coalizão multinacional, atacaram Bagdá, em janeiro de 1991; Fernando Henrique Cardoso foi reeleito presidente do Brasil, em outubro de 1998; as chuvas inundaram o Vale do Anhagabaú, em fevereiro de 1999 etc. Tais fatos ocorreram, mesmo que se discorde, em gênero, número e grau quanto à avaliação das causas que produziram a queda do muro,

<sup>16</sup> Alceu Amoroso LIMA, *O Jornalismo como Gênero Literário*, p. 65-6.

<sup>17</sup> Friedrich NIETZSCHE, “Nachgelasse Fragmente 1886-1887”, apud Wilson GOMES, *Verdade e perspectiva (a questão da verdade e o fato jornalístico)*, p. 63.



da legitimidade do ataque a Bagdá, do acerto de reconduzir FHC ao Planalto ou ainda das responsabilidades pelas enchentes em São Paulo.

Mas é igualmente insustentável a pretensão de que tais fatos possam ser “capturados objetivamente” e retransmitidos “fielmente” ao público, como se o jornal fosse mesmo um “espelho da realidade”. Sabemos, da mecânica quântica, que o olhar do observador altera a trajetória até mesmo de um elétron. Não apenas o olhar do observador é seletivo quanto ao evento presenciado, como ao relatar um evento o observador seleciona, hierarquiza, ordena as informações expostas sob a forma de texto ou imagem, fazendo aí interferir as suas estratégias de narração. Mesmo a mais exata e impessoal de todas as narrativas, a demonstração de um teorema, não é feita de maneira idêntica por dois matemáticos: eles seguem caminhos distintos para demonstrar o mesmo teorema, e nisso se revela o seu estilo.

Fatos existem, mas não como eventos “naturais”; eles se revelam ao observador — e são, eventualmente, por ele construídos —, segundo o acervo de conhecimentos e o instrumental psicológico e analítico que por ele podem ser mobilizados. Fatos existem, mas só podemos nos referir a eles como construções da linguagem. Descrever um fato é, ao mesmo tempo, interpretá-lo, estabelecer sua gênese, seu desenvolvimento e possíveis desdobramentos, isolá-lo, enfim, como um ato, uma unidade dramática.

Mas nada disso significa que, ao descrever um fato, o narrador possa manipular a linguagem com um grau absoluto de arbitrariedade. É o observador que designa o que é um fato, mas o faz limitado por contextos econômicos, culturais, sociais, ideológicos, políticos, históricos, psicológicos e por sua própria competência discursiva, colocada em jogo em uma disputa de discursos e saberes (os saberes produzidos por instituições, no sentido dado por Foucault), em que uma multiplicidade de sujeitos se digladiam, assim estabelecendo uma relação de poder simbólico — isto é, fundamentalmente uma relação política, no sentido mais amplo do termo.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> É insuficiente, nessa perspectiva, estudar o fenômeno da comunicação tomando como base a Retórica de Aristóteles. O seu conhecido e tradicional esquema Emissor-Mensagem-Receptor só pode ser operante no



O narrador (historiador, jornalista, cientista político) escolhe e singulariza determinado fato, motivado por aquilo que pretende, estrategicamente, demonstrar. Em um livro que narra a história do desenvolvimento da tecnologia militar, a explicação de determinado experimento científico, complexo, nada “sensacional” e de difícil compreensão, pode ser muito mais importante do que uma guerra que ocupou as manchetes dos jornais. Mas se é verdade que a escolha de um evento e de um determinado ponto de vista para analisar o evento depende integralmente do observador, isso não significa que ele tem o poder de alterar livremente os fatos.

Os fatos escolhidos por determinado narrador não existem isoladamente, mas são resultado de uma série de eventos (por exemplo, a eclosão da Guerra do Golfo, uma enchente, um assassinato). O trabalho jornalístico (ou o do historiador) será o de explicar, da melhor maneira possível, o encadeamento dos eventos que produziram um fato considerado relevante. Mas essa explicação não poderá falsear a ordem dos eventos: nenhuma interpretação poderá, com legitimidade, defender a tese de que foi a destruição de Hiroxima e Nagasáki que iniciou a Segunda Guerra. Se não há uma única “verdade histórica”, isso não significa que qualquer versão seja aceitável como “verdadeira”.

Os historiadores narram tramas, que são tantas quanto forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo (o qual é divisível até o infinito e não é composto de partículas factuais); nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História.

(...) Os acontecimentos não existem com a consistência de um objeto concreto. (...) Prefere-se afirmar que eles têm existência em si mesmos como um cubo ou uma pirâmide: nunca percebemos todas as faces de um cubo ao mesmo tempo, só temos um ponto de vista parcial; em contraposição, podemos multiplicar esses pontos de vista. Assim se passa com os acontecimentos: sua inacessível verdade integraria os inumeráveis pontos de vista que teríamos sobre eles, e todos seriam detentores de sua verdade parcial. Não é nada disso. A assimilação de um acontecimento a um geometral é enganosa e mais perigosa do que cômoda.

---

... mundo da universalidade abstrata, em que se admite a unidade psicológica do ego, assim como a linearidade e transparência da consciência. O Homem e a Linguagem são pensados como se apenas de maneira incidental fossem envolvidos pela história. Cf. Jeanne Marie Machado de FREITAS, *Comunicação e Psicanálise*, p. 14 - 44.

(...) Quanto ao acontecimento “batalha de Waterloo”, tal como um historiador descreverá, não é o geometral dessas visões parciais: é uma escolha daquilo que as testemunhas viram e uma escolha crítica. Se, iludido pela palavra geometral, o historiador se contentasse em integrar as testemunhas, encontrar-se-iam, entre outras, nessa estranha batalha, várias explosões romanescas provenientes de um jovem italiano e uma encantadora silhueta de jovem camponesa cuja origem seria idêntica. O historiador separa, nas testemunhas e documentos, o acontecimento tal como ele o escolheu; é por esse motivo que um acontecimento jamais coincide com o cogito de seus atores e testemunhas.<sup>19</sup>

Edward Said nota que o conhecimento é histórico e, portanto, baseia-se em julgamentos e interpretações. Isso não significa que fatos e dados não existem, mas sim que sua importância é medida pelo uso que deles se faz. As várias interpretações dos mesmos fatos — não raro, divergentes e até antagônicas — são a matéria de que os textos históricos são feitos e dos quais deriva o conhecimento da história.

For interpretations depend very much on who the interpreter is, who he or she is addressing, what his or her purpose is in interpreting, at what historical moment the interpretation takes place. In this sense, all interpretations are what might be called situational: they always occur in a situation whose bearing on the interpretation is affiliative. It is related to what other interpreters have said, either by confirming them, or by disputing them, or by continuing them. No interpretation is without precedents or without some connection to other interpretations. Thus anyone writing seriously about Islam, or China, or Shakespeare, or Marx, must in some way take account of what has been said about these subjects, if only because he or she wishes not to be irrelevant or redundant. No writing is (or can be) so new as to be completely original, for in writing about human society one is not doing mathematics, and therefore one cannot aspire to the radical originality possible in that activity.<sup>20</sup>

Mesmo sendo a interpretação algo “construído”, ela não é completamente independente do fato a que se refere. Sempre é possível verificar-se, em alguma medida, a materialidade dos fatos (os fatos sempre deixam vestígios, resíduos, testemunhos), assim como é sempre possível estabelecer os limites de interpretação quando o fato em questão for um fato textual, um outro texto.<sup>21</sup> Mesmo as

<sup>19</sup> Paul VEYNE, *Como se escreve a história*, p. 41-7.

<sup>20</sup> Edward SAID, *Covering Islam (how the media and the experts determine how we see the rest of the world)*, p. 154-5.

<sup>21</sup> É exemplar a história da “Doação de Constantino”, supostamente redigida por Constantino, o Grande (280? - 337), em que o imperador atribuía ao papa Silvestre I (314-335) e aos seus sucessores suprema

técnicas de digitalização contemporâneas, se permitem criar mundos — cenas, imagens — que são virtualmente reais, não são, por isso, capazes de substituir o mundo das relações humanas. Posso compor digitalmente um filme em que passeio com Natasha Kinski pelo Parque do Ibirapuera. O filme será real e verdadeiro como registro de meus desejos e minhas fantasias, mas será pura ficção apresentada como realidade imagética.

Raciocínio análogo se aplica ao texto jornalístico. A expressão “verdade da notícia” pode ser entendida de duas formas distintas, que correspondem às suas duas dimensões: ela é um texto (um discurso sobre o evento a que se refere) e também é uma tessitura expressiva, que remete a uma dimensão extratextual, ao fato propriamente dito. Assim, apreender uma notícia significa, em primeiro lugar, entender a notícia ou entender-se a seu respeito e, apenas em segundo lugar, apreender aquilo que é noticiado.

No primeiro caso a “verdade da notícia” é a compreensão verdadeira daquilo que a notícia é ou diz; verdade aqui é a desvelação daquilo que a notícia fala, tendo a ver portanto com o sentido verdadeiro do texto. Já no segundo caso, “verdade da notícia” é a verdade daquilo que fala a notícia acerca do fato; verdade aqui é a desvelação (na notícia) daquilo que a notícia fala, tem a ver, portanto, literalmente com a verdade do texto. No primeiro caso, temos claramente configurado um problema que diz respeito à teoria da interpretação, uma questão hermenêutica. No segundo, temos uma problemática que diz respeito à teoria do conhecimento e, em parte, à teoria da ciência, um horizonte de questões de gnosologia e epistemologia.<sup>22</sup>

Em uma polêmica sobre os limites da interpretação do texto literário, mantida por Umberto Eco tanto com os “pragmatistas” — para quem ler um texto é usá-lo, e é o uso que estabelece os limites da interpretação (não haveria sentido, nessa perspectiva, em aprofundar os estudos sobre os mecanismos e a estrutura da linguagem, já que esses estudos em nada alteram o “valor de uso” de um texto) —,

---

superioridade espiritual sobre todas as questões de fé, assim como o domínio temporal sobre Roma e o Império do Ocidente. A doação teria sido um ato de agradecimento de Constantino ao papa, que o teria curando da lepra e o convertido ao cristianismo. Em 1440, o filósofo, humanista e crítico literário italiano Lorenzo Valla provou que o documento era falso, já que o latim “rude” nele empregado e outras referências anacrônicas mostravam que ele não poderia ter sido escrito à época de Constantino. Sabe-se, hoje, que ele foi escrito entre os anos 750 e 800.

<sup>22</sup> Wilson GOMES, *Verdade e Perspectiva...*, p. 70.

como com aqueles que advogam liberdade absoluta de interpretação e até de “superinterpretação” (vale até desmontar, ou “desconstruir” um texto, pretendendo encontrar possibilidades combinatórias inusitadas; por exemplo, verificar quantas vezes o autor utilizou palavras começando com a letra “r” e daí tirar alguma conclusão “interpretativa”).

Contra os defensores da “superinterpretação”, Eco alega que, não raro, ela conduz a conclusões absurdas. Eis um divertido exemplo: “O Titanic colidiu com um iceberg e Freud viveu em Berggasse, mas tal analogia pseudo-etimológica não justifica uma explicação psicanalítica do caso do Titanic.”<sup>23</sup> Contra os pragmatistas, Eco mantém que o estudo da linguagem e da estrutura de um texto delimita o campo de validade das possíveis interpretações, da pertinência e adequação de uma interpretação. Retomando um exemplo dado pelo “pragmático” Richard Rorty, segundo o qual uma chave de fenda poderá ser usada para fixar um parafuso, abrir um pacote ou coçar o ouvido, Eco diz que...

Uma chave de fenda pode ser inserida numa cavidade e girada, e neste sentido poderia também ser usada para coçar o ouvido. Mas ela é também muito afiada e muito longa para ser manobrada com precisão milimétrica, e por isso em geral me abstenho de introduzi-la no ouvido. Um palitinho de dente com ponta de algodão funciona melhor. Isso significa que, assim como pertinências impossíveis, existem pertinências absurdas. Não posso usar uma chave de fenda como cinzeiro. Posso usar um copo de papel como cinzeiro, mas não como chave de fenda.<sup>24</sup>

Entre o pragmatismo, para quem uma chave de fenda serve também de cotonete, e a superinterpretação, que faz um jogo inexaurível de possíveis combinações de significados, existe a interpretação pertinente, aquela que não excede os limites propostos pelo próprio texto. Podemos ampliar esse raciocínio para a interpretação do texto noticioso em geral: os limites de interpretação são social, econômica, política e culturalmente determinados e delimitam um campo de pertinência que é absolutamente central para a atividade jornalística, pois remete ao problema da verdade da notícia e da credibilidade do veículo que a divulga.

<sup>23</sup> Umberto Eco, *Interpretação e superinterpretação*, p. 170.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 170.

Nem sempre são óbvias as razões que levaram um meio a considerar um evento como notícia. Mesmo em casos “espetaculares”, como as notícias sobre desastres naturais – terremotos, furacões, ciclones – há uma hierarquização nada transparente que atribui um certo grau de importância à notícia em relação ao conjunto total das notícias divulgadas naquele dia. Muitas vezes, a importância atribuída a determinado evento apenas indiretamente tem a ver com o próprio evento – por exemplo, no caso de uma catástrofe natural, não raro são os interesses culturais, políticos ou jogos de especulação imobiliária que determinam o tipo de destaque que se dá à notícia, mais do que a aparente preocupação pelo destino dos flagelados (daí ser comum que a morte de algumas pessoas como consequência de um ciclone em Miami ganhe muito maior destaque do que a morte de milhares de refugiados de guerra em Ruanda ou Burundi).

Há, ainda, a questão da articulação estabelecida entre o veículo de comunicação e o público a que se destina – o “seu” público. A mesma notícia sobre algum episódio da crise financeira mundial dada pelo *NYT* (ou pela *Economist*, *The Washington Post* ou ainda *CNN* etc.) e pela *Folha* (ou *Veja*, *O Globo*, *JB*, *O Estado de S. Paulo* ou ainda Rede Globo etc.) terá repercussões e impactos completamente diferentes, já que o público que lê o *NYT* (e / ou assiste a *CNN*) tem muito mais influência, em escala planetária, do que o público que lê a *Folha* (e/ou assiste a Rede Globo). O *NYT* é um jornal “globalizado” – destina-se a um público com preocupações e negócios globais e tem como interlocutores a Casa Branca e o Congresso dos Estados Unidos -, ao passo que a *Folha* é regional.

Disso decorre que a análise do que é publicado no *NYT* deve partir de pressupostos distintos daqueles assumidos quando se analisa, por exemplo, a *Folha*. Para os jornais locais e regionais, cobrir a política internacional é, no máximo, comentar a situação em dado país (exceto quando se trata de algum país sobre o qual a política externa brasileira exerça alguma influência, como no caso dos associados ao Mercosul); para o *NYT*, cobrir política internacional significa intervir no rumo dos acontecimentos, dada a influência da política externa americana sobre o conjunto do planeta. Assim, a análise do conteúdo de uma notícia pode mudar radicalmente quando se leva em consideração o público a que se destina.



Um jornal especializado em notícias econômicas poderá dar pouca importância a uma tragédia causada por uma enchente em um bairro de periferia, ao passo que um jornal sensacionalista dará pouca importância ao movimento na Bolsa de Valores em determinado dia. E mesmo que um jornal sensacionalista resolva dar uma notícia sobre algum assunto “sério”, ela será lida pelo seu público de maneira muito distinta daquela empregada pelo público de um jornal tradicionalmente “respeitável”. Por exemplo, uma notícia sobre a morte de alguma personagem famosa – como Lady Di, em setembro de 1997 – publicada no *Guardian* será provavelmente lida de forma diferente quando o jornal for o tablóide sensacionalista *The Sun*, do magnata Rupert Murdoch (o que não impede que um leitor do *Guardian* compre o *Sun* pelo prazer da fofoca e da sensação, nem impede que um jornal “respeitável” lance mão de expedientes sensacionalistas, como a reprodução da foto de Lady Di já morta, sob o pretexto de denunciar o sensacionalismo...).<sup>25</sup>

O valor da notícia, para um jornal, é sempre medido por sua capacidade de seduzir o consumidor que pertence ao “seu” público, cultivando assim uma relação de fidelidade ao jornal. Assim, um fato que para um jornal representa uma possível notícia, para outro nada representa. Já o leitor de jornal (ou telespectador) mobiliza os seus recursos intelectuais, culturais, emocionais e afetivos para, como um hermenêuta, interpretar as imagens ou os textos jornalísticos que lhe são oferecidos e julgar a veracidade ou não da notícia a que se reportam.

O grau de sofisticação da interpretação dependerá, evidentemente, da qualidade dos recursos que o leitor pode mobilizar. Nessa perspectiva, o leitor vai “garimpar” a “verdade da notícia” mediante a confrontação da versão que foi construída pelo jornalista, e que está expressa no seu trabalho, com a versão apresenta-

<sup>25</sup> No dia seguinte à morte da princesa Diana e de seu namorado Dodi, o *Sun* vendeu mais de 1 milhão de cópias extras, ou o equivalente a 50% de sua tiragem média normal, segundo divulgou, à época, o Audit Bureau of Circulations. Além do *Sun*, outros tablóides aumentaram suas tiragens na segunda. O *Daily Express*, com circulação média de 1,2 milhão, entregou às bancas um número de exemplares 20% superior. Já o *Daily Star* (669 mil), imprimiu 10% a mais. Também os jornais “de qualidade”, dirigidos a um público mais sofisticado e com reportagens mais profundas, venderam mais com o impacto da morte. O diário *The Times*, editado pelo mesmo grupo do *Sun*, teve um acréscimo de 50% em sua tiragem média de cerca de 680 mil. O *Guardian* (cerca de 400 mil) teve circulação 50% maior (Cf. FSP, 3.set.1997, p. 1-21).



da por outros veículos de comunicação e com os seus próprios conhecimentos e convicções. Eis como Umberto Eco coloca a questão:

Se na comunicação cotidiana a ambigüidade [do ato comunicativo] é excluída e na estética é proposital, nas comunicações de massa a ambigüidade, ainda que ignorada, está sempre presente. Temos comunicação de massa quando a fonte é única, centralizada, estruturada segundo os modos da organização industrial; o canal é um achado tecnológico que influi sobre a própria forma do sinal; e os destinatários são a totalidade (ou um número muito grande) dos seres humanos em diferentes partes do globo. Os estudiosos norte-americanos deram-se conta do que significa um filme de amor em technicolor, pensado para as senhoras dos subúrbios e projetado em seguida num povoado do Terceiro Mundo. Mas em países como a Itália, onde a mensagem televisiva é elaborada por uma fonte industrial centralizada e chega simultaneamente numa cidade industrial do Norte e num povoado agrícola do Sul, em duas circunstâncias sociológicas separadas por séculos de história, esse fenômeno se verifica dia-a-dia.

Mas basta também a reflexão paradoxal para convencer-nos deste fato: quando a revista *Eros*, aqui nos Estados Unidos, publicou as famosas fotografias de uma mulher branca e de um homem de cor, nus, se beijando, imagino que, se as mesmas imagens tivessem sido transmitidas por uma rede de televisão de grande difusão, diferente teria sido o significado atribuído à mensagem pelo governador do Alabama e por Alan Ginsberg. Para um hippie californiano, para um “radical” do Village, a imagem teria significado a promessa de uma nova comunidade, para um membro da Ku Klux Klan a mensagem teria significado uma tremenda ameaça de violência carnal.

O universo das comunicações de massa está repleto dessas interpretações discordantes; diria que a variabilidade das interpretações é a lei constante das comunicações de massa. As mensagens partem da fonte e chegam a situações sociológicas diferenciadas, onde agem códigos diferentes.<sup>26</sup>

O trabalho jornalístico (a reportagem televisiva ou o texto impresso) é sempre o resultado, portanto, de uma rede extremamente complexa de interesses que, no mundo contemporâneo, são determinados e enquadrados pela economia globalizada, pela ação das grandes corporações multinacionais e a tendência à formação de megaempresas de comunicação, pelas inovações da atividade jornalística que são fruto dos desenvolvimentos tecnológicos (do uso do computador em redação à comunicação por satélite), pela crescente fusão de interesses entre a empresa jornalística, outras empresas e o Estado, pela relação de determinado veículo com seu público.

<sup>26</sup> Umberto Eco, *Viagem na Irrealidade...*, p. 171-2.

Mas o poder de enunciar narrativas e discursos não é igualmente distribuído dentro de uma mesma sociedade. É óbvio que a mídia oligopolizada tem poderes muito maiores do que os pequenos jornais e emissoras, mais ainda do que os grupos e as associações de interesses (grêmios, sindicatos, entidades de defesa dos direitos humanos etc.) e incomparavelmente maior do que o dos indivíduos. O “mercado de trocas simbólicas” é resultado de uma relação de forças sociais, econômicas e políticas que, de fato, emoldura e condiciona, dentro de certos limites, o campo das trocas especificamente lingüísticas.

Esse modelo simples da produção e da circulação lingüística como relação entre os habitus lingüísticos e os mercados nos quais eles oferecem seus produtos não visa recusar nem substituir a análise propriamente lingüística do código; mas ele permite compreender os erros e os fracassos aos quais está condenada a lingüística quando, a partir de um só dos fatores em jogo, a competência propriamente lingüística, definida abstratamente, fora de tudo o que esta deve a suas condições sociais de produção, ela tenta dar conta do discurso em sua singularidade conjuntural. De fato, enquanto ignorarem o limite que é constitutivo de sua ciência, os lingüistas não têm alternativa senão buscar desesperadamente na língua o que está inscrito nas relações sociais nas quais ela funciona, ou fazer, sem o perceber, sociologia, isto é, com o perigo de descobrir na própria gramática o que a sociologia espontânea do lingüista importou inconscientemente para ela.<sup>27</sup>

O historiador ou o crítico da cultura, ao assistir a um telejornal ou ao abrir as páginas de um jornal, deve manter em seu horizonte de reflexão o conjunto de dados extralingüísticos que condicionam o uso de determinadas metáforas, expressões, jargões e clichês empregados na estruturação da narrativa, para melhor compreender o significado de determinada notícia dada por aquele veículo. Por mais que a mídia seja poderosa, não é verdade que seus poderes sejam absolutos nem que ela consiga impor livremente qualquer interpretação, quaisquer que sejam as condições dadas. Mesmo ditaduras totalitárias, como as de Adolf Hitler e Josef Stalin, tinham de basear sua máquina de propaganda em certos consensos aceitos pela sociedade a quem se endereçavam.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Pierre BOURDIEU, *A Economia das Trocas Lingüísticas*, p. 23-24.

<sup>28</sup> Hannah Arendt mostrou que Hitler, para caracterizar os judeus como fonte do Mal, partiu de preconceitos já existentes. E mesmo no auge do poder, Hitler teve dificuldades para impor o seu programa de “eugenia” (eliminação dos germânicos portadores de deficiência física e/ou mental). A fase inicial do programa (1937-1942) permaneceu secreta, tornando-se pública apenas quando as evidências eram tantas que já não mais adiantava negar. Stalin, para liquidar os líderes da Revolução de 1917, teve que forjar os Processos de Mos-

A Guerra do Golfo forneceu um magnífico e trágico exemplo de construção de uma metáfora interpretativa sobre um suposto “choque civilizatório” entre os Estados Unidos — portador dos valores cristãos, democráticos e pluralistas da civilização ocidental — e o Iraque — representante do Islã, uma religião intolerante, sustentada por fanáticos terroristas que ainda vivem no tempo dos camelos e obrigam suas mulheres a usarem véu. Durante seis meses, entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, a mídia despejou sobre o mundo pilhas de filmes, montanhas de fotos e quilômetros de textos em que se via a “face humana” dos soldados americanos indo para a guerra (despedindo-se da família, da namorada, dos filhos etc.), tendo como contrapartida imagens exóticas do “Oriente”, como feiras de camelos na Arábia Saudita, mulheres totalmente cobertas por véus e jovencinhos islâmicos armados até os dentes com poderosas metralhadoras e granadas. Os árabes simplesmente não existiam como seres humanos, mas apenas como uma idéia, um conceito ameaçador. Isso explica, aliás, por que tantos acreditaram que “ninguém morreu” na Guerra do Golfo. Os árabes já haviam sido culturalmente eliminados, antes de serem fisicamente exterminados.<sup>29</sup>

A metáfora do “Islã fanático”, no caso, foi adotada em grande escala pelo “mundo ocidental”.<sup>30</sup> O Islã e os islâmicos eram — e ainda são —, invariavelmente, apresentados pelo noticiário (na imprensa escrita e na televisão) como “vilões”, ou como seres exóticos de um mundo estranho e misterioso. Hoje, mes-

---

cou (1936-1938), procurando gerar consensos quanto ao fato de que eles eram “inimigos do socialismo” (Cf. *The Origins of the Totalitarianism*)

<sup>29</sup> À época, como editor de Exterior da *Folha*, eu procurava selecionar fotos que mostrassem que no “lado árabe” também havia seres humanos. Em geral, tais fotos não existiam. Edward Said mostra que a invenção de um “Oriente” exótico é um componente fundamental do processo de desumanização de toda uma parcela da humanidade. O *slogan* criado pelo movimento sionista no final do século XIX — “uma terra sem povo (a Palestina) para um povo sem terra (os judeus)” — sintetiza com clareza meridiana essa operação. Em 1995, durante a comemoração dos vinte anos do fim da Guerra do Vietnã, vários comentaristas lamentaram o fato de que a guerra havia matado 50 mil pessoas: seus cálculos levaram em conta apenas as perdas americanas.

<sup>30</sup> Basta considerar o seguinte exemplo, dado por um jornal brasileiro periférico (*O Estado do Paraná*, 25.dez.1998), para constatar o efeito de contaminação do preconceito. Em sua primeira página, aparecem duas fotos: a da esquerda, sob a vinheta “mundo cristão” e a da direita, “mundo muçulmano”. A foto “cristã” trazia uma visão panorâmica da praça de S. Pedro, abarrotada de gente com aparência festiva; a outra trazia uma multidão prostrada, na típica atitude de tocar o chão com a testa, imagem que para a cultura ocidental evoca humilhação e... fanatismo... As legendas diziam o seguinte: **Legenda 1** : *Na tradicional missa de Natal, rezada para milhares de fãs (sic) que se aglomeravam na Praça São Pedro, o papa João Paulo II pediu que o mundo cristão se volte para a “dolorosa situação no Oriente Médio e defenda os compromissos internacionais;* **Legenda 2**: *Duzentos mil muçulmanos rezaram em Jerusalém, durante a primeira sexta-feira do Ramadã. No dia de orações, repercutiu a mensagem do ativista Osama Bin Laden, que exortou os muçulmanos a matar americanos e britânicos por causa dos ataques ao Iraque.*

mo os mais comprometidos integrantes do *establishment* da mídia americana reconhecem que a cobertura da Guerra do Golfo foi tendenciosa, como mostra a seguinte análise da linha editorial da cobertura da guerra, feita por pesquisadores patrocinados pela Gannett Foundation (proprietária do jornal *USA Today*), após examinar os editoriais dos principais jornais americanos.

In examining the editorials discussed in this article, it becomes clear that each of the papers thoughtfully responded to the key policy decisions the president made throughout the crisis. As a whole, the editorials were respectful toward the president and generally supportive. When there was dissent, it was usually over tactics and timing, rather than goals and principles.

Of course, during the crisis there were those who felt the president did not communicate his agenda effectively. Even if this was to some extent true, it did not alter the fundamental reality of broad support for the president during the crisis from both the public and the editorial pages. Saddam Hussein proved to be the quintessential "bad guy" and this reality, perhaps more than any other, pervaded the crisis.<sup>31</sup>

E Lawrence Grossman, ex-presidente da rede de televisão *NBC*, uma das maiores redes de canal aberto dos Estados Unidos, coloca as coisas de forma um pouco mais direta:

There is no question that in war, reporters tend to be cheerleaders for their own side and their own country. They are patriots like everybody else and tend to have very conventional views of what is going on. But certainly in this war, which lasted for such a short time and was so intense, I think there was no question that we saw an unusually patriotic, supportive journalistic corps.

That perception, I think, was exacerbated by television. This was television's first live war, even though most of it occurred out of sight of cameras. But the local correspondents, the odd-ball weather men who came to Saudi Arabia, the "picture post-cards" from the troops and from the parents and children left at home, all gave this an aspect of a family affair. There was very little perspective from another side.

That perception was also helped enormously by the government. We heard a lot about censorship and restrictions, but to me the most interesting aspect of this war was the fact that the screen was filled up by material — briefings, press conferences, videotapes — that were supplied by the government. The issue was not so much keeping things away, but how much from one perspective dominated the screen. This was the ultimate in the cheerleading war.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> *The Media at War – the Press and the Persian Gulf Conflict*, Gannett Foundation Media Center at Columbia University, New York, jun.1991, p. 63. O grupo Gannett é proprietário do *USA Today* e de milhares de outros pequenos jornais nos Estados Unidos.

<sup>32</sup> *The Media at War...*, p. 65.

Mas a construção de metáforas da guerra entre o Bem e o Mal não se restringe ao noticiário diário. No caso específico da Guerra do Golfo, o noticiário, televisivo ou impresso, constituiu apenas uma parte da operação que dá vida e sentido às metáforas. As outras peças foram formadas por documentários supostamente “objetivos” para a televisão, pela opinião de “especialistas” em religião, história e ciências sociais, por “pesquisas de opinião pública” e por uma imensa quantidade de filmes produzidos em Hollywood (basta enumerar as aventuras de Indiana Jones ou comédias de ficção como *De Volta para o futuro* ou ainda uma quantidade imensa de filmes “sérios”, estilo drama e suspense, que têm por tema o “terrorismo islâmico”, para não falar do exotismo com que os estúdios Disney tratam o Oriente).<sup>33</sup>

As metáforas se transformam em convicções individuais apenas segundo determinadas circunstâncias históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas que não são totalmente controladas pela mídia. Isso não exclui – ao contrário, torna ainda mais pertinente — a afirmação de que o advento da mídia planetária e informatizada trouxe uma série imensa de novos problemas e indagações, especialmente no que se refere à sua capacidade de construção e manipulação do imaginário coletivo. Milhões de telespectadores acreditam que, praticamente, não houve mortes na Guerra do Golfo, porque viram na TV que se tratou de uma “guerra limpa”, mesmo quando eram advertidos de que as imagens haviam sido censuradas pelo governo dos Estados Unidos, por “razões de segurança nacional” (72% dos americanos usaram a televisão como sua principal fonte de informação sobre os “conflitos”, segundo constataram pesquisas de opinião realizadas por 51 em-

---

<sup>33</sup> Em 19 de abril de 1995, um atentado à bomba destruiu um edifício em Oklahoma (EUA), matando e ferindo centenas de pessoas. A mídia, imediatamente, passou a especular sobre quem teriam sido os responsáveis. Testemunhas afirmavam terem visto perto do local pessoas “com aparência de árabes” mais ou menos na hora em que a bomba explodiu. Disseminou-se a “certeza” os responsáveis eram “fanáticos muçulmanos”. Dois dias depois, políticos, jornalistas e intelectuais pediam a “punição” de “países que dão cobertura aos fundamentalistas”, em particular Irã e Líbia. Em 23 de abril, o FBI constatou que o atentado fora obra de um grupo americano. Desolado, o comerciante Nick Pagonis, de Oklahoma, declarou à rede CNN que “queríamos que fossem estrangeiros, iranianos, iraquianos, não importa, mais jamais americanos”. Os “estrangeiros” citados por ele são de países de maioria islâmica.



presas especializadas, nos Estados Unidos, entre 2 de agosto 1990 e 10 de março de 1991<sup>34</sup>).

Como é possível que uma grande parcela da humanidade tenha acreditado que não houve um morticínio, em uma capital de 4,8 milhões de habitantes, que, durante 40 dias consecutivos, foi alvo de um total estimado de 88,5 mil toneladas de bomba? Colocadas diante dessa questão, pessoas que, minutos antes, tinham a certeza de algo porque pensavam ter visto este algo acontecer, de repente se davam conta de que as coisas poderiam não ser exatamente assim como “viram na TV”.<sup>35</sup>

Alguma coisa não estava bem explicada, não era razoável. E isso que não estava bem explicado só poderia ser alguma coisa muito importante, já que colocava em questão uma das mais sólidas convicções do ser humano: eu confio naquilo que vejo, na realidade da imagem presenciada. Mas a TV não teria tal poder, se não lhe fosse garantida a cumplicidade dos telespectadores. As já mencionadas pesquisas de opinião constataram que...

An overwhelming majority of Americans supported military censorship, while also saying that they had the information they needed. Public discontent about censorship in the gulf was “fairly benign”, said Michael Kagay, director of surveys for the New York Times. “Every time we asked questions to determine whether the public was concerned, the issue of censorship did not seem to be very consequential.” In short, he said, “The press’s complaint about censorship never became the public’s complaint”.<sup>36</sup>

É um fato conhecido, mas pouco discutido: a “esmagadora maioria” dos americanos apoiou a censura militar aos meios de comunicação de massa durante a Guerra do Golfo. Impôs-se, então, uma situação que beirou o paroxismo: jornais e emissoras de televisão apresentaram suas queixas ao Pentágono contra a censura, mas para isso não contaram com a simpatia da maioria da opinião pública. Não é difícil adivinhar que o trauma nacional criado pela participação e derrota na

<sup>34</sup> *The Media at War...* p. 86.

<sup>35</sup> Essa afirmação não é meramente hipotética. Em muitas das palestras que proferi, sobre Oriente Médio e também sobre as relações entre mídia e poder, começava afirmando que “ninguém morreu na Guerra do Golfo”, para depois colocar os problemas. Invariavelmente, a reação do público era de perplexidade.

<sup>36</sup> *The Media at War...*, p. 83



Guerra do Vietnã ocupa um lugar central nesse processo que faz com que a mídia da população americana não quisesse tomar conhecimento daquilo que realmente acontecia no Golfo. A “opinião pública” não é “inocente”. Sabe-se, hoje, que pelo menos cem mil iraquianos morreram na Guerra do Golfo, entre soldados sem qualquer condição de combate (não raro descalços e municiados com armas obsoletas e rudimentares) e civis. Mas o manto de silêncio possibilitado pelo conluio entre a mídia e o governo relegou essas vítimas ao mais profundo esquecimento:

Yet the greatest moral failing of the Gulf war was not our late help to the Shiites and the Kurds. It was the refusal of the West to come to terms with, or so much as discuss, not accidental civilian deaths, but the 100,000 dead among the perfectly valid Iraqi military targets. Katherine Boo of “The Washington Monthly” has noted that throughout the war American news organizations ran rally boxes of the casualties, listing in one column how many American soldiers had perished and in another column how many Iraqi tanks, APcs, and planes had been “killed.” There was no mention of Iraqi deaths: as though the object of the exercise was merely to dispatch hunks of machinery, not human beings.

(...) Dozens of videos were released by the Pentagon showing smart bombs barreing into inanimate objects like missile bunkers; but it is surely worth remarking that so far there has not been released, about this war fought in the video age, a single foot of film depicting anything resembling combat involving human beings. Military censors went crazy when one field commander let reporters watch a gun camera video from an Apache gunship that snuck up on an Iraqi squad. In the tape, terror-stricken teenagers rush wildly in all directions as cannon rounds from the helicopter, which they can't see, slice their bodies in half. This video was quickly withdrawn from circulation. When I asked a senior Pentagon official why, he replied, “If we let people see that kind of thing, there would never again be any war”.<sup>37</sup>

A transmissão da Guerra do Golfo consagrou os jogos de simulação, a “fusão/confusão da informação com a informática”<sup>38</sup>. Os circuitos eletrônicos que alimentam a televisão e os computadores distribuem, indiferentes a qualquer distinção, imagens, tabelas estatísticas, modelos de simulação da realidade, enfim, uma profusão de dados que o receptor absorve sem estabelecer qualquer fronteira. Não se sabe mais onde termina a simulação e onde começa a realidade (daí a importância política dos jogos de simulação — eleitoral, de cenários de guerra, de

<sup>37</sup> “Operation Desert Shill”, de Greg Easterbrook, revista *The New Republic*, 30.set.1991, p. 42

<sup>38</sup> Paul VIRILIO, *A Arte do Motor*, p. 36

jogadas e esquemas de futebol etc. — que não apenas precedem o acontecimento real, mas preparam o real: são, eles mesmos, absorvidos como se fossem a própria realidade).

E a declaração do porta-voz do Pentágono sobre o provável impacto das imagens do massacre explicita, ainda que de forma bastante cínica, os limites com que a mídia opera. Mesmo a divulgação de uma cifra espantosa como essa — cem mil mortes em apenas 40 dias — não produz efeitos sequer longinquamente comparáveis aos que seriam criados caso fossem transmitidas as imagens de corpos sendo estraçalhados por rajadas de metralhadoras. Há limites para aquilo que as pessoas podem ou não ver e conhecer.<sup>39</sup> De outro lado, se já é uma proeza nada insignificante falsificar a cobertura de uma guerra, feito muito maior é ocultar um genocídio de tamanhas proporções. Esse fato, tão simples quanto estarrecedor, permite vislumbrar a dimensão que a discussão assume quando se trata da articulação de interesses entre as grandes corporações da mídia e o Estado.

Outro exemplo é o da cobertura das guerras e catástrofes ditas “naturais” na África. Continente marginalizado e de escasso ou nenhum interesse econômico e geopolítico após o fim da Guerra Fria (com raras exceções, como a África do Sul, a Nigéria e o Egito), a África tornou-se fornecedora de imagens “exóticas” da miséria humana. O tom das reportagens é sempre o do *déjà-vu* (mais uma guerra entre tribos em Ruanda e Burundi, outro período de seca no Sudão, nova peste consome a Uganda...), como se a tragédia africana fosse um dado inevitável da realidade, um imperativo do destino, e não consequência de determinadas políticas, em grande parte aplicadas pelo Ocidente.

Esse tipo de reportagem reforça a passividade e a letargia do telespectador, já que não oferece quaisquer perspectivas de resolução. O “labirinto africano” mostrado assim, sem a explicação de suas causas, torna-se grandioso e pesado

<sup>39</sup> Tornou-se lugar comum comparar a cobertura manipulada da Guerra do Golfo com a suposta “transparência” da cobertura da Guerra do Vietnã. Mas as coisas não foram bem assim: “Em seu estudo, publicado em 1986, o cientista político da Universidade da Califórnia [Daniel C. Hallin] demonstrou como o conflito vietnamita não foi a *living room war* que se pretende propagandear, ou seja, uma guerra travada ao vivo, todos os dias, diante dos olhos de todo o mundo. Mesmo inexistindo uma censura governamental, as *networks* ficaram longe de ter mostrado a *true horror war*, na medida em que foram guiadas por uma autocensura ditada por um tipo de relação não só com suas audiências, mas também com o governo e as forças armadas. Em outros

demais. É melhor esquecer, mudar de assunto. É possível, neste ponto, fazer uma analogia com a cobertura do problema da seca no Nordeste brasileiro. Se as causas da seca são naturais, então não há nada, ou quase nada, a ser feito. Mas se, ao contrário, há uma indústria que lucra com a seca, então as coisas podem ser mudadas. A ênfase das reportagens recai sobre a “natureza madrasta”...

Mas nem sempre os interesses que determinam o tom de tal ou qual cobertura são claros ou mesmo conscientes. No caso de uma guerra, por exemplo, os jornalistas tendem a “puxar a sardinha” para o lado de seu próprio país, como notou Lawrence Grossman.<sup>40</sup> E assim como o patriotismo tem o seu lugar na cobertura da guerra, o racismo e os preconceitos determinam, muitas vezes, a forma e o conteúdo das reportagens. Outra coisa é o fato de que interesses e preconceitos operam, sempre, sobre um mecanismo de elaboração de identidades e exclusões (o grupo étnico ou cultural a que pertencem se identifica por ser tudo aquilo que outro grupo não é).

Essa questão remete a um problema absolutamente central no mundo contemporâneo: com o fim da Guerra Fria, os Estados perderam seus vínculos propriamente ideológicos, perderam a identidade que os unia em campos aparentemente unitários (capitalista, socialista, não-alinhados). As relações entre os Estados, antes unidos por relações de compromisso mútuo ou de oposição, tornaram-se muito mais voláteis. Dentro de cada Estado, tomado individualmente, essa perda de identidade permitiu a eclosão de conflitos nacionais antes sufocados (como aconteceu na União Soviética e na Iugoslávia).

A nova realidade mundial exigiu uma redefinição das identidades nacionais na arena internacional. A Guerra do Golfo permitiu aos Estados Unidos construir o Islã como um novo “inimigo universal”, junto com o narcotráfico (o Panamá foi invadido em 20 de dezembro de 1989, supostamente para punir o narcotraficante

---

termos, a televisão foi muito mais um *follower* do um líder de opinião, mais um seguidor do que um dirigente” (Armand MATTELART, *Comunicação Mundo – história das idéias e das estratégias*, p. 136).

<sup>40</sup> Em 1994, participei de um programa *Roda Viva* (TV Cultura) cujo entrevistado era Peter Arnett. Confrontei-o com o fato de que ele havia sido âncora de uma grande farsa (a cobertura da Guerra do Golfo). Arnett respondeu que a farsa havia sido “imposta por Washington”, e que ele, como profissional, havia feito “o melhor possível, sem tomar partido”. Arnett retira da CNN e de seus ombros qualquer responsabilidade pela notícia veiculada. Posição tão conveniente quanto comum entre profissionais da mídia, cujo resultado prático é eliminar a “questão ética”.

Manoel Antonio Noriega), ocupando um lugar antes reservado ao comunismo, preservando simbolicamente seu papel de “xerife do mundo”. A Alemanha, a caminho da reunificação do país (consumada em 3 de outubro de 1990) teve de orquestrar uma ofensiva diplomática mundial para postular seu compromisso com uma “Alemanha européia” em oposição a uma “Europa alemã”. A França radicalizou sua tradição autocentrada (chegando a aprovar leis no Parlamento, em 1994, para estimular o uso do idioma francês na Internet). Brasil e Argentina, ao mesmo tempo em que se engajaram na construção do Mercosul, reacenderam uma disputa secular pela “liderança” da América do Sul. Todos os países do mundo, enfim, foram obrigados a se posicionar segundo novas linhas de identificações e clivagens.

Em todo o mundo, a perda da antiga identidade e a perplexidade provocada pela necessidade de sua reformulação estimularam o surgimento de correntes nacionalistas e chauvinistas — especialmente, mas não só, nos países abalados por problemas econômicos e conflitos políticos internos —, que logo souberam identificar nos “estrangeiros” os “culpados” pela crise. Essa foi a base sobre a qual se desenvolveram os movimentos neonazistas e neofascistas na Alemanha unificada (contra os turcos, os vietnamitas e os negros), na França e Espanha (contra os árabes magrebinos) e na Itália (contra os pobres da Sicília e pela fundação de uma nova república, que seria constituída pela região norte). E também foi o processo que causou a multiplicação de guerras civis na Rússia e nos Balcãs. O mesmo mecanismo explica a construção do Islã como o Outro do Ocidente, a África como o Outro do mundo globalizado, o Nordeste como o Outro de um Brasil que se pretende “moderno” etc.

Aparente paradoxo: a permanente criação e exclusão do Estrangeiro é emblemática do mundo dito globalizado. A mídia, obviamente, é fundamental para operar (e reforçar) tal mecanismo, que funciona como um poderoso instrumento de coesão e legitimação da Razão de Estado. Já mencionamos como funcionou, durante a Guerra do Golfo, o mecanismo de desumanização do árabe como o “estrangeiro”. A guerra civil na Bósnia, travada entre muçulmanos, sérvios e croatas no começo dos anos 90, fornece outro exemplo. Só que desta vez, curiosamente,

os “estrangeiros” não eram os muçulmanos, mas os sérvios, por razões de natureza geopolítica, como mostra um estudo sobre a cobertura que a mídia americana fez da Guerra da Bósnia, realizado por Peter Brock, editor do jornal *El Paso Herald Post* e especialista em Rússia e na antiga Europa do Leste (em particular Iugoslávia).

[Em março de 1993], several high-ranking U.N. officials in Belgrade, usually reserved in their criticisms, privately shared confidences with journalists — verified during subsequent interviews in Belgrade with the correspondents themselves. The correspondents reported that they had met obstructions from editors. They told of stories changed without consultation and in some cases totally revised to coincide with the journalist bias that prevailed in Western news bureaus.

“The American press has become very partisan and anti-Serbian. They are very selective and manipulative with the information they use”, said one U.N. official. “The reporters here have had their own wars with their editors. It was driving one literally crazy until she demanded to be transferred.”

“I’ve worked with the press for a long time, and I have never seen so much lack of professionalism and ethics in the press”, said another. “Especially by the American press, there is an extremely hostile style of reporting.” “A kind of nihilism has been established”, said yet another U.N. official.

“I was shocked when a relative read a story to me over the telephone”, added an American correspondent in Belgrade. “My byline was on top of the story, but I couldn’t recognise anything else.” Another reporter in Belgrade, previously singled out by one group of Serbian-Americans as especially one-sided, said he had argued with his editors at *The New York Times* until “they finally said I could write like it really was. I finished the story and moved to them. And after they read it, they killed it.”

Also killed in the Yugoslave was the professional mandate to get all sides of the story and to follow up on it — despite the obstacles. A British journalist angrily recalled how in May 1992 she had received an important tip in Belgrade: more than 1,000 Serb civilians — including men, women, children and many elderly — from villages around the southwestern Bosnian town of Bradina were imprisoned by Muslims and Croats in a partly destroyed railroad tunnel at Konjic, near Sarajev. “My editors said they were interested in the story”, the reporter said. “But I told them it would take me three days to get back. They said it would take too much time.” Months later, the same reporter was near Konjic on another story and managed to verify details of the earlier incident, though the Serb prisoners were no longer there. “The story was true, but several months had passed”, she said. “I did the story anyway, but it wasn’t played very well because of the late timing.”

By late 1992, the majority of the media had become so mesmerized by their focus on Serb aggression and atrocities that many became incapable of studying or following up numerous episodes of horror and hostility against Serbs in Croatia and later in Bosnia Herzegovina.<sup>41</sup>

<sup>41</sup> “Dateline Yugoslavia: the Partisan Press”, Peter Brock, *Foreign Policy*, Washington, 1993, p. 155-6.



O autor denuncia a multiplicação, na mídia ocidental, de reportagens fraudulentas sobre o curso dos conflitos e explica como funciona o sistema informal de punição e recompensa que marginaliza os correspondentes “não razoáveis” e premia os “confiáveis”. Eis alguns exemplos, entre muitos outros:

\* The August 17, 1992, *Time* cover photo, taken from a British television report, shows a smiling, shirtless, skeletal man who was described as being among “Muslims prisoners in a Serbian detention camp”. In fact, the man was a Serb - Slobodan Konjevic, 37, who, along with his brother Zoran, 41, had been arrested and confined on charges of looting. Konjevic, more dramatically emacipated than others who wore shirts in the picture, had suffered from tuberculosis for 10 years, said his sister in Vienna, who later identified her brothers in the picture.

\* The 1992 BBC filming of an ailing, elderly “Bosnian-Muslim prisoner-of-war in a Serb concentration camp” resulted in his later identification by relatives as retired Yugoslav Army officer Banko Velec, a Bosnian Serb held in a Muslim detention camp.

\* In its January 4, 1993, issue, *Newsweek* published a photo of several bodies with an accompanying story that began: “Is there any way to stop Serbian atrocities in Bosnia?” The photo was actually of Serb victims, including one clearly recognizable man in his red coat. The photo, with the same man in red coat, is identical to a scene in television footage from Vukovar a year earlier.<sup>42</sup>

Resta explicar porque os sérvios foram escolhidos para serem o lado “mau” da guerra — e não, por exemplo, os muçulmanos ou os croatas. Há razões de várias ordens para essa escolha. A mais importante é a questão geopolítica. A Sérvia é aliada tradicional da Rússia (que continuou a ser considerada “país rival” pelos Estados Unidos, mesmo após a dissolução da União Soviética<sup>43</sup>), e ocupa uma posição estratégica nos Bálcãs. “Neutralizar” a Sérvia é, por essa razão, um objetivo central da estratégia da Casa Branca para a Europa, ou mais precisamente para a Eurásia, como deixa claro Zbigniew Brzezinski, ex-assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Para Brzezinski, é vital que os Estados Unidos impo-

<sup>42</sup> Ibid., p. 154.

<sup>43</sup> O estatuto da Rússia como “país rival” foi explicitado, em 1992, por um documento confidencial do Pentágono, intitulado “Defense Planning Guidance”, do qual foram publicados extratos no jornal *The New York Times*: “Our first objective is to prevent the re-emergence of a new rival... First, the US must show the leadership necessary to establish and protect a new world order that holds the promise of convincing potential competitors that they will not aspire to a greater role or pursue a more aggressive posture to protect their legitimate interests.” (*NYT*, 3.ago.1992)

nham um “recuo” à Rússia, de tal forma que ela perca ou ao menos diminua sua grande influência sobre a Eurásia, por uma série de razões: “About 75 percent of the world’s people live in Eurasia, and most of the world’s physical walth is there as well... Eurasia accounts for about 60 percent of the wold’s GNP and about three-fourths of the world’s energy resources... After the United States, the next six largest economies and the next six biggest spenders of military weaponry are located in Eurasia. All but one of the world’s overt nuclear powers and all but one of the covert ones are located in Eurasia”.<sup>44</sup>

As mesmas razões levariam os Estados Unidos a orquestrar uma nova ofensiva contra a Sérvia, em 1999, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), agora sob o pretexto de proteger os albaneses kosovares que estariam sendo perseguidos pelo dirigente sérvio Slobodan Milosevic. Não é o caso de entrarmos aqui nos detalhes dessa questão. Basta assinalar que nas três primeiras semanas de ataque, a Otan causou mais vítimas entre os albaneses kosovares do que o número de vítimas das perseguições movidas pelas tropas de Milosevic nos três meses anteriores.

Todos os preconceitos construídos pela mídia contra os sérvios durante a cobertura da Guerra da Bósnia foram novamente mobilizados na cobertura da Guerra do Kosovo. Os fatos que, por meio da propagação midiática, inscrevem-se na memória coletiva — neste caso, a convicção de que os sérvios representam o Mal — são os fatos tornados visíveis pela televisão e “analisados” pelos jornais impressos, que assim construíram uma relação de cumplicidade com o público telespectador e leitor.

Se o público pôde aceitar com relativa facilidade a caracterização dos sérvios como a representação do Mal, é porque os sérvios apresentam uma série de características propícias: sua amizade secular com a Rússia faz ecoar os temores e preconceitos alimentados durante cinco décadas de Guerra Fria; seu alfabeto é o cirílico (croatas e muçulmanos da Bósnia adotam o alfabeto latino), o que os torna

---

<sup>44</sup> Zbigniew BRZERZINSKI, *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*, p. 31.

ainda mais “estrangeiros”; sua localização geográfica os situa mais na Ásia do que na Europa.

Nada disso quer dizer que Slobodan Milosevic seja inocente das acusações que lhe foram feitas pela Otan ou por Washington. Trata-se, apenas, de mostrar que os sérvios, como nação, reuniam condições culturais (além, é claro, da conveniência geopolítica) mais propícias do que croatas e muçulmanos para ocupar o lugar do Mal. As condições em que se estabelecem os limites para as interpretações do fato constituem uma discussão bastante complexa, que deve levar em conta o conjunto de valores simbólicos mobilizados em determinada operação midiática. John Thompson nota isso ao elaborar uma “teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”. Propõe um modelo de “economia política” do processo de produção, circulação e troca das “formas simbólicas” (por ele definidas como expressões lingüísticas, gestos, ações, obras de arte etc.), em que, segundo ele...

(...) A produção, construção ou emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente, envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos. Essas regras, códigos ou convenções variam desde regras de gramática a convenções de estilo e expressão, desde códigos que relacionam sinais específicos a letras, palavras ou situações concretas específicas (por ex.: o código Morse), até a convenções que governam a ação e interação de indivíduos que tentam expressar-se ou interpretar as expressões de outros (por ex.: as convenções do cortejo amoroso). Aplicar regras, códigos ou convenções na produção ou na interpretação de formas simbólicas não significa, necessariamente, estar consciente dessas regras, ou ser capaz de formulá-las clara e precisamente se tal lhe for requerido. Essas regras, códigos e convenções são, geralmente, aplicados em uma situação prática, isto é, como esquemas implícitos ou indiscutíveis para a geração e interpretação de formas simbólicas. Elas fazem parte do conhecimento tácito que os indivíduos empregam no curso de suas vidas cotidianas, criando, constantemente, expressões significativas e dando sentido às expressões criadas por outros. Muito embora seja geralmente tácito, esse conhecimento não obstante é social, no sentido de que é compartilhado por mais de um indivíduo e de que está sempre aberto a correções e sanções por parte dos outros. Se produzimos uma manifestação verbal que está gramaticalmente incorreta ou se expressamos nossas emoções de uma maneira anormal para as condições predominantes, nossa manifestação ou expressão podem ser corrigidas ou sancionadas de determinadas maneiras. A possibilidade de corrigir ou sancionar a produção e a interpretação de

formas simbólicas demonstra o fato de que esses processos tipicamente envolvem a aplicação de regras, códigos e convenções sociais.<sup>45</sup>

As formas simbólicas, para serem eficazes, devem estar em consonância com as atividades e convicções que os indivíduos colocam em prática em seu cotidiano. Versões e interpretações que podem ser adotadas como “verdadeiras” por determinados públicos ou culturas não necessariamente o serão por outros públicos e culturas. Se durante a Guerra do Golfo e nos anos seguintes havia uma parcela considerável da população dos países ocidentais disposta a considerar indiscutível o suposto fato de que todo islâmico é fanático, é óbvio que isso nunca foi aceito nos próprios países árabes ou de maioria islâmica. Neste final de milênio, muitos candidatos a Messias afirmam que o fim está próximo, baseando-se nas profecias de Nostradamus e passagens do Apocalipse bíblico, textos supostamente comprovados por uma série inequívoca de fatos (catástrofes naturais, índices de criminalidade, surgimento de novas pestes como a Aids etc.). Aceitar ou não que “o fim está próximo” como um fato comprovado por uma série de outros fatos depende muito da boa-fé (e do grau de desespero emocional e psicológico) de cada um. Tal enunciado messiânico pode ser expressão da mais pura verdade para uma seita religiosa, mas não ter significado algum para os céticos.

Se a mídia não tem poderes ilimitados de “criar” notícias, tampouco pode permanecer indefinidamente infensa aos fatos. Há fatos que, por sua força, acabam se impondo como notícia, às vezes contra a vontade de determinado veículo ou dos oligópolios em seu conjunto. Um brilhante exemplo foi a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República do Brasil, em 1984 (campanha Diretas Já), que aconteceu durante meses sem merecer maiores destaques por parte da televisão (a rede Globo simplesmente não registrava os comícios e as passeatas que faziam parte da campanha) ou de jornais impressos.

Nos Estados Unidos, os mais respeitados jornais e revistas, sob pressão dos anunciantes, simplesmente deixavam de registrar fatos importantes para a vida de seus leitores — entre eles, por exemplo, os malefícios do tabagismo. Entretanto,

---

<sup>45</sup> John B. THOMPSON, *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, p. 185-6.

apesar dos interesses imediatos dos jornais nos bilhões de dólares obtidos com publicidade, o assunto acabou virando notícia, depois de mais de três décadas de pesquisas realizadas por órgãos do governo e de denúncias por grupos de defesa do consumidor. Não dar destaque sobre os efeitos do cigarro no corpo humano, a partir do início dos anos 80, poderia significar perda total de credibilidade.<sup>46</sup>

Assim, há um espaço em que se estabelece o jogo de sedução entre mídia e telespectadores (ou leitores), que não podem ser considerados como mero elemento passivo, uma massa de argila pronta para ser modelada por uma mídia dotada de poderes absolutos. Muitos teóricos já se debruçaram sobre estudos que procuram entender o impacto da mídia globalizada nos usos e costumes locais e regionais, sem chegar a qualquer conclusão definitiva. Mas se esse espaço de sedução sempre existiu, a novidade, no mundo contemporâneo, é a importância adquirida pela prova da eficácia tecnológica.

Em um mundo em que a informação existe em abundância, para todos, tanto a rapidez e eficácia na capacidade de obter uma informação exclusiva quanto na de disseminá-la adquiriram uma urgência dramática, acirrando ainda mais a competição entre os vários veículos. Ser mais rápido tornou-se uma demonstração de prestígio, de poder financeiro e político. É por essa razão que toda a prática jornalística passa a ser orientada sob o signo da velocidade (não raro, da precipitação) e da renovação permanente.

Para a empresa jornalística, velocidade é cada vez mais importante. A notícia é, por sua própria natureza, uma mercadoria altamente perecível, torna-se antiga no instante mesmo de sua divulgação, especialmente em um mundo interconectado por satélites e bombardeado, a cada segundo, por uma imensa montanha de novos dados. Daí a importância que o “furo”, a prerrogativa de ter sido o pri-

---

<sup>46</sup> Ben H. BAGDIKIAN, *O monopólio da mídia*, p. 95-121. É também muito ilustrativo o filme *O Informante* (Michael Mann, Estados Unidos, 1999), sobre a história (verdadeira) de Jeffrey Wigand, principal testemunha numa ação de US\$ 246 bilhões movida pelos 50 Estados americanos contra a indústria do tabaco. Wigand, ex-chefe de pesquisa da empresa de tabaco Brown & Williamson, era a principal testemunha de acusação sobre os efeitos nocivos da nicotina. O cientista conta tudo em entrevista ao mais prestigiado programa de notícias da Rede CBS, *60 Minutes*. A Brown & Williamson ameaça liquidar judicialmente a CBS, que proíbe a veiculação da entrevista. Mas Lowell Bergman, produtor do *60 Minutes*, acaba “vazando” o seu conteúdo para outros veículos, furando o bloqueio.



meiro veículo a informar, adquire para as empresas de comunicação. Paradoxalmente, não importa se o “furo” será mesmo visto ou lido, ou muito menos compreendido pelos telespectadores e leitores, mas sim o fato de que uma empresa possa afirmar que ela foi mais rápida e eficaz do que as outras.

Ora, a “exaltação da novidade” cria outro paradoxo: a produção de uma quantidade brutal e incessante de informação também produz a “amnésia permanente”. É claro: se o que interessa é a “novidade”, e esta é produzida industrialmente — a cada dia, hora ou minuto —, o telespectador/leitor é convidado a abandonar qualquer reflexão sobre determinado evento, para sempre se entregar ao “novo”. Isso poderia dar a impressão de que a sociedade é beneficiada por uma pluralidade imensa de pontos de vista distintos, possibilitados pela disputa entre as empresas da mídia pela originalidade da notícia. Mas não é assim que as coisas acontecem, até porque a sensação de “falta de tempo” para entender a fundo uma notícia estimula o recurso ao clichê, ao preconceito, à reiteração de concepções já formadas. E mais, ainda:

A concorrência incita a exercer uma vigilância permanente (que pode ir até a espionagem mútua) sobre as atividades dos concorrentes, a fim de tirar proveito de seus fracassos, evitando seus erros, e de contrapor-se a seus sucessos, tentando tomar-lhes emprestado os supostos instrumentos de seus êxitos, temas de números especiais que jornalistas se sentem obrigados a retomar, livros resenhados por outros e dos quais “não se pode deixar de falar”, convidados que se precisa ter, assuntos que se deve “cobrir” porque outros os descobriram e mesmo jornalistas que são disputados, tanto para impedir que os concorrentes os tenham quanto pelo desejo real de os possuir. É assim que, neste como em outros domínios, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual se pode facilmente se convencer ao comparar os conteúdos dos grandes semanários ou das cadeias de rádio ou TV de vasta audiência.<sup>47</sup>

Uma das maneiras encontradas pelos veículos de comunicação de contornar o problema da “mesmice”, aparentando uma personalidade própria e original, foi apostar na criação de “âncoras” que apresentam telerjornais e jornalistas que assinam suas matérias, com grande autonomia (em alguns casos apenas aparente, em outros real) para manifestar suas opiniões. No caso dos jornais e de publicações

<sup>47</sup> Pierre Bourdieu, *Sobre a televisão*, p. 106-8.

“sérias” e de prestígio, os jornalistas que se apresentam como intelectuais (ou intelectuais que se apresentam como jornalistas) desempenham um papel de “vitri-  
ne” e merca, e que acabam adquirindo uma grande influência nos meios políticos  
e produtores de arte e cultura. Esse novo tipo de jornalista, nota Pierre Bourdieu,  
tornou-se peça chave da ligação entre a mídia, o público e o mercado. Espécie de  
“crítico cultural” ou de “consciência moral”, tem o poder de determinar o que  
deve ou não ser consumido, aceito e praticado pelos leitores/telespectadores, todos  
os campos (jurídico, literário, artístico, científico).<sup>48</sup>

Estes “intelectuais-jornalistas”, que se servem de seu duplo vínculo para  
esquivar as exigências específicas dos dois universos e para importar de cada um  
deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro, estão em condição de  
exercer dois efeitos principais: de um lado, fazer adotar formas novas de produ-  
ção cultural, situadas num intervalo mal definido entre o esoterismo universitário  
e o exoterismo jornalístico; de outro lado, impor, em especial através de seus jul-  
gamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, conferin-  
do a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do merca-  
do e ao reforçar a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores à  
“alodoxia”, tendem a fortalecer o efeito do índice de audiência ou de lista de  
“best sellers” sobre a recepção dos produtos culturais e também, indiretamente e  
a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas (as dos editores, por exemplo)  
por produtos menos requintados e mais vendáveis.<sup>49</sup>

Bourdieu considera que o efeito “contaminador” da mídia sobre o conjunto  
da produção artística, cultural, filosófica e sociológica é uma “ameaça” às aquisi-  
ções que se tornaram possíveis pela autonomia desses campos frente às exigências  
“mundanas”, hoje simbolizadas pelo índice de audiência. Diante dessa ameaça,  
diz Bourdieu, as duas estratégias possíveis e mutuamente excludentes, do ponto  
de vista dos produtores de conhecimento e arte, são tentar restaurar as fronteiras  
ameaçadas pela “intrusão” do modo de pensamento e ação jornalísticos, ou tentar  
servir-se de todos os meios disponíveis, nos campos especializados ou fora e no  
interior do próprio campo jornalístico, para tentar impor as aquisições e as con-  
quistas tornadas possíveis pela autonomia.

<sup>48</sup> No Brasil, ninguém ocupou esse lugar melhor do que Paulo Francis (1930-1997), comentarista da Rede Globo e articulista dos jornais *Folha de S. Paulo* (até o final dos anos 80) e *Estado de S. Paulo* (nos anos 90). Francis opinava sobre todos os assuntos possíveis e imagináveis, distribuindo críticas, às vezes ofensivas, e elogios. Seu texto era marcado por um estilo inconfundível.

<sup>49</sup> Pierre BOURDIEU, *Sobre a Televisão*, p. 112-3.

Mas qualquer ação voltada a dar um tratamento mais sério à pesquisa científica ou artística esbarra nos interesses dos oligopólios voltados para o mercado, que exige a simplificação, a vulgarização, o clichê. O mesmo tipo de mecanismo se estende aos políticos: “Daí decorre que a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes engajados no campo político a se submeterem à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e freqüentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa.”<sup>50</sup>

Os jornalistas-intelectuais constituem, obviamente, a exceção. Os jornalistas, em geral, não adquirem grande visibilidade nem têm autonomia real para escrever seus textos (mesmo quando assinados). As chances de que um “jornalista médio” apareça como autor autônomo de uma tese ou percepção de mundo serão maiores se ele trabalhar em um jornal ou participar de um programa televisivo destinado a um público mais intelectualizado. Dependem também de suas relações com os chefes e proprietários dos veículos para os quais trabalha e da qualidade e importância da informação que obtém com exclusividade. O trabalho do “jornalista médio” também depende das relações que determinado veículo mantém com o Estado, fonte privilegiada de informações. Finalmente, o critério supremo de seu trabalho será a sua aceitação pelo mercado.<sup>51</sup>

Os “critérios de mercado”, que impõem a simplificação do texto, a adoção de jargões e clichês, o recurso ao sensacionalismo, acabam tendo um efeito normativo sobre o conjunto da produção jornalística (exceto no caso dos “jornalistas-intelectuais”). Vamos ver, em seguida, como isso aconteceu no caso específico do jornal *Folha de S. Paulo*, no período abarcado por este trabalho.

---

<sup>50</sup> Ibid., p. 114.

<sup>51</sup> Ibid., p. 102-6.

### 3. Folha de S. Paulo (1984 –1992)

Em 30 de abril de 1984, a tiragem média da FSP era de aproximadamente 120 mil exemplares; em 19 de fevereiro de 1987, era de 200 mil <sup>1</sup> Entre o final de 1987 e o final de 1990, a tiragem estabilizou-se em uma média de 300 mil exemplares, dando um novo salto, para 400 mil, após um amplo, profundo e vigoroso processo de cadernização, reforma gráfica e colorização (cujo objetivo era transformar o jornal em uma “televisão impressa”). Esse crescimento tem como pano de fundo uma “revolução” operada pela FSP no mercado jornalístico brasileiro, cujo programa político e ideológico está expresso no “Projeto Folha”. Sua implantação introduziu no Brasil, em ritmo acelerado, uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista construiu ao longo de várias décadas nos Estados Unidos e na Europa.

O “Projeto Folha”, sinteticamente, significou a adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial. Não se deveu a uma mera coincidência o fato de sua implantação ter acontecido ao longo dos anos 80, embora ele já estivesse em gestação desde os anos 70. Foi a década de expansão do neoliberalismo, no cenário internacional, e de profundas transformações políticas no Brasil (1984 foi o ano das Diretas Já, momento em que a democratização do país exigia uma redefinição dos rumos que a imprensa nacional teria de adotar após duas décadas de ditadura). Nem foi um acaso a nomeação, em 24 de maio de 1984, de Otavio Frias Filho como diretor de Redação: apesar da retórica e dos métodos supostamente “modernizadores” adotados pela FSP, a empresa preservava seus traços fortemente marcados por uma estrutura familiar de poder.

Desde o início, o “Projeto Folha” caracterizava a notícia como mercadoria, cuja destinação era gerar lucros. Essa percepção exigia, obviamente, a “despoliti-

---

<sup>1</sup> Estes dados foram extraídos do livro *Mil dias – os bastidores de uma revolução em um grande jornal*, de Carlos Eduardo Lins da Silva, p. 29. O livro é o resultado do trabalho de livre docência apresentado à Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Seu autor foi um dos responsáveis pela implantação do “Projeto Folha”, entre 1984 e 1987, na qualidade de Secretário de Redação (cargo hierarquicamente inferior apenas ao de Diretor de Redação, ocupado por Otavio Frias Filho). Ainda na mesma página do livro lê-se: “Em 1985, a *Folha* tinha uma fatia de 18,7% do total de publicidade publicada em jornais diários em São Paulo; em 1986, sua participação subiu para 21,2% em consequência de um crescimento absoluto de 75% do espaço vendido entre um ano e outro”.

zação” da redação, uma das características mais fortes do jornalismo até então praticado no Brasil. Os jornalistas, em geral, tinham uma certa formação marxista ou de esquerda, até como reação ao autoritarismo, traço marcante da história nacional. A adoção do “Projeto *Folha*” impunha, portanto, um “saneamento ideológico” da redação. Um momento crucial para isso foi a famosa greve dos jornalistas de São Paulo, em 1979. O movimento grevista, estimulado pela crise da ditadura (1979 foi o ano da anistia), paralisou o conjunto da categoria, obtendo a adesão até mesmo dos jornalistas que ocupavam cargos de chefia. Os jornalistas exigiam, entre outras coisas, a “democratização das redações”, isto é, maior poder de decisão sobre as pautas e reportagens, e maior autonomia para redigir seus próprios textos.

A reação dos patrões, à época, foi violenta, com a execução de dezenas de demissões, mas os seus efeitos políticos, só perceptíveis com a passagem do tempo, foram muito mais marcantes e profundos. Um dos textos que serviram de base ao “Projeto *Folha*”, redigido em 1981 e intitulado “*A Folha* e alguns passos que é preciso dar”, constatava que nos anos 70 o jornal havia passado por uma “hipertrofia no plano político” – isto é, pelo elevado grau de politização dos profissionais que trabalhavam na redação do jornal, demonstrado durante a greve – e que isso teria de ser “contrabalançado”, nos anos 80, por uma ênfase muito maior “na parte técnico jornalística”.

Curiosamente, a própria FSP havia se beneficiado, nos anos 70, da tal “hipertrofia no plano político”. Grande parte de seu prestígio entre os setores mais democráticos da sociedade brasileira foi construído graças à abertura de suas páginas, a partir de 1974, a artigos assinados por intelectuais, políticos e personalidades identificados com a oposição ao regime militar. E mais: o jornal adotou algumas providências diretamente inspiradas pela experiência da “imprensa alternativa” – por exemplo, convidar representantes de vários setores da “sociedade civil” para participar de seu Conselho Editorial (criado em maio de 1978). Essas atitudes fizeram com que a FSP passasse a ser vista como uma espécie de porta-voz da “sociedade civil”. Muitos jornalistas que trabalhavam na FSP e que apoiavam com entusiasmo a postura política do jornal... “por certo se desiludiram ao



constatar que a *Folha* não deixara de ser empresa e que o modo de produção na sociedade brasileira não deixara de ser capitalista”.<sup>2</sup>

A direção do jornal inaugurava, com essas atitudes aparentemente contraditórias, uma prática ambígua, que marcaria toda a sua história posterior. A FSP aparecia, aos olhos da sociedade, como porta-voz da democracia, ao mesmo tempo em que, internamente, praticava uma política autoritária. O “paradoxo”, apenas aparente, resolve-se com a constatação de que a FSP apenas adotou a estratégia de transformar a luta pela democracia em *marketing*. Em outros termos, a FSP implantou na imprensa nacional a defesa da democracia-para-o-mercado.

Isso foi importante para que a *Folha* se diferenciasse, nos anos 70, de seu principal concorrente, o jornal *O Estado de S. Paulo*, propriedade da família Mesquita, conhecida por suas posições ideológicas conservadoras e por seus vínculos com as oligarquias mais atrasadas do país. A mesma estratégia possibilitou que o jornal desse o grande salto, nos anos 80, ao apoiar decididamente a campanha pelas Diretas Já. O jornal não apenas dava o máximo de divulgação às notícias sobre comícios e manifestações realizados no interior da campanha, como fazia convocações à participação de toda a sociedade.

O que estava então em curso não era a adesão da FSP a um projeto democrático de sociedade, mas uma estratégia de sedução do leitor. Os fundamentos dessa estratégia foram explicitados por Otavio Frias Filho em um artigo que traz o sugestivo título “Vampiro de papel”. O autor compara o ato de comprar ou assinar um jornal à disposição demonstrada pela vítima de, voluntária e espontaneamente, abrir a porta de sua casa ao conde Drácula, condição indispensável para assegurar a entrada do príncipe das trevas. Esse gesto é aqui qualificado como “relação de solidariedade objetiva entre imprensa e público”:

<sup>2</sup> Carlos Eduardo Lins da SILVA, *Mil dias...*, p. 7. Ao defender o caráter “modernizador” das reformas introduzidas pela FSP, Lins da Silva toma como referência central a história da mídia nos Estados Unidos (p. 29 a 38). O seguinte trecho é bastante ilustrativo: “Para ser rigoroso, o atraso [da imprensa brasileira] é ainda maior: em 1903, Edwin Shuman, um jornalista e teórico do jornalismo que trabalhava no ‘Chicago Record Herald’, já defendia num livro chamado *Practical Journalism* idéias que ainda hoje causam horror a muitos jornalistas brasileiros: ‘O jornal moderno é uma empresa de negócios e os homens que o dirigem são movidos em grande parte pelos mesmos motivos dos homens que conduzem uma loja de departamentos’ ” (p. 31).

A estratégia de mercado posta em andamento pela imprensa está firmemente ancorada na estrutura ideológica da notícia (qualquer notícia) e na relação de solidariedade objetiva entre imprensa e público. Em outras palavras,... não é a imprensa burguesa quem institui um público sujeito à estratégia de mercado e às manipulações que dela decorrem, mas... é o caráter mercadológico da notícia quem institui, numa ponta, a imprensa burguesa, na outra o público burguês, e entre ambos uma simbiose de interesses complementares.<sup>3</sup>

A grande arma do famoso conde, como se sabe, é a sedução. O ato de vender o jornal, portanto, é equiparado ao ato de seduzir o leitor, e é nesta relação de sedução que se estabelece uma suposta “simbiose de interesses complementares”. Significativamente, o ato de sedução, neste caso concreto, é equiparado ao de vampirismo, em que a vítima doa alma e sangue ao sedutor. Não há, entre Drácula e suas vítimas, nenhuma “simbiose de interesses”, não há uma relação simétrica de poder entre sedutor e seduzido. Mas não foi por “descuido” que Otavio Frias Filho usou uma metáfora “inadequada”: o próprio recurso à figura de Drácula foi um ato de sedução do leitor e de certo prazer narcísico. Ao ocupar, metaforicamente, o lugar de um ser maldito mas poderoso, andrógino e, em muitos aspectos, “pós-moderno” (solitário, destituído de ideologia e território, exilado do convívio solidário), ao mesmo tempo amado e odiado por suas vítimas, a FSP atribui a si própria uma aura que, de fato, está muito longe de possuir.

Quando o leitor adquire o jornal, isto é, quando ele se entrega à “simbiose de interesses complementares”, ele está apenas consagrando o seu interesse próprio, diz Frias Filho: o jornal passa a ser depositário de sua confiança, mais ou menos como o voto que elege o parlamentar, exceto pelo fato de que no caso do jornalismo esse voto de confiança deve ser diariamente renovado. Esse conceito ocupa um lugar central no aparato ideológico construído pela *Folha*, e é explicitado já na primeira versão do *Manual de redação*<sup>4</sup>, de 1984, no verbete Mandato do Leitor:

**Mandato do Leitor** — Nas sociedades de mercado cada leitor delega, ao jornal que assina ou adquire nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou

<sup>3</sup> Otavio FRIAS FILHO, “Vampiros de Papel”, FSP, Folhetim nº 394, 5.ago.1984, p. 3-4

<sup>4</sup> Após a primeira versão do Manual de redação, foram editadas outras em 1987, 1992 e 1996.

interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade dos mandatos que lhe são delegados.<sup>5</sup>

Vemos, aqui, cristalinamente exposto o princípio que rege o funcionamento da “mídia neoliberal”, discutido por Bourdieu: o mercado é, em qualquer hipótese, a melhor e mais adequada instância para julgar aquilo que a mídia produz e divulga. A “sanção do mercado”, agora teorizada como “mandato do leitor” é o filtro pelo qual devem passar os artigos, as reportagens, o próprio jornal como produto final. Em última instância, esse mecanismo de sanção selecionará, entre os intelectuais, articulistas e mesmo jornalistas, aqueles que deverão ou não adquirir visibilidade.

Essa linha implica, é óbvio, um cuidadoso trabalho de escuta dos anseios “da sociedade”, o que, traduzindo para a política empresarial do jornal, é sinônimo de setores de mercado a que o jornal se destina. No Brasil dos anos 80, essa preocupação se traduzia em uma aparência de vigor, rebeldia e juventude, em franco contraste com o “concorrente”, como era chamado, internamente, o jornal *O Estado de S. Paulo*. A “linha ideológica” também deveria produzir seus efeitos visuais, na forma de apresentação do jornal, princípio que iria nortear todo o processo de “cadernização” e reformas gráficas que a FSP introduziria ao longo dos anos 80. É essa linha de sedução que explica a participação da FSP na campanha pelas Diretas Já.

Há na campanha das Diretas Já outra dimensão que ajuda a explicar como se chegaria, depois, à proposta da manipulação da afetividade. Trata-se do prazer oriundo do poder de fazer história, ou seja, de poder manipular não apenas indivíduos leitores — como no mito do vampiro — mas também as massas — como no mito do Cidadão Kane. A campanha das Diretas Já, conduzida em grande parte pela “Folha”, recriou no mundo real a saga de Cidadão Kane, o filme de Orson Welles sobre o poder dos barões da imprensa, paradigmático do Projeto *Folha* e não por coincidência exibido regularmente em seu auditório.

Além de revolucionar a linguagem do cinema, Cidadão Kane firmou o mito do poder da imprensa escrita, na era do apogeu dos jornais. Seu personagem principal é tomado da vida real, o magnata da mídia William Randolph Hearst, que possuía mais de 50 jornais e provocou a guerra entre Estados Unidos e Espanha, para poder vender mais jornal. Com depoimentos de cinco protagonistas da vida de Kane, o filme vai desenrolando a história de um homem que tinha dinhei-

<sup>5</sup> *Manual geral de redação da Folha de S. Paulo*, 1ª ed., 1984, p. 58

ro e poder, mas tomou-se um fracasso espiritual, faltando-lhe os atributos essenciais da afetividade humana. Um homem atormentado (torturado?) por algo indizível, um trauma da infância, supostamente de cunho edipiano, que no filme é simbolizado pela última palavra que Kane diz ao morrer, “Rosebud”.

(...) Otavio Frias Filho o considera “o maior filme de todos os tempos, inclusive tempos futuros”, e diz que já o assistiu 20 vezes.<sup>6</sup>

Mas o problema que se colocou para a *Folha*, já no curso da campanha pelas diretas, era o que fazer para permitir ao jornal dar, no mercado, o grande salto que, no plano ideológico, já estava consumado. A empresa passou a se concentrar na reforma de seu parque tecnológico e organizacional, incluindo a adoção de cronogramas e mecanismos industriais de controle de produção de notícia. A FSP foi o primeiro jornal brasileiro a aposentar definitivamente a boa e velha máquina de escrever e a adotar o terminal de computador na redação, em abril de 1983.

As conseqüências dessa operação foram dramáticas, já que o impacto tecnológico se fez sentir em cheio não apenas no modo de conceber a produção do jornal, como também na relação dos jornalistas entre si e deles com a chefia. A primeira e a mais visível dessas conseqüências foi a imediata demissão de 72 jornalistas pertencentes à equipe de revisores. Os terminais de vídeo tornavam inútil o seu trabalho, já que o próprio redator passou a assumir a tarefa de revisar o texto, contando para isso com as inúmeras facilidades oferecidas pelo computador. A demissão dos revisores foi um acontecimento dramático, mas o de menor importância, à luz dos impactos de longo alcance produzidos pela chegada do computador. O mais importante deles foi a transformação da Redação em linha industrial de produção em série. O computador permitiu à Secretaria de Redação estabelecer um controle muito maior sobre o tempo médio de produção de um texto.<sup>7</sup>

Foi então estabelecido um programa industrial de “metas trimestrais”, cujo objetivo era diminuir o número de erros ortográficos e de erros de informação,

<sup>6</sup> “Jornalismo torturado”, revista *Teoria & Debate* n° 6, fevereiro de 1989, in Bernardo KUCINSKI, *A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro*, p. 76-7.

<sup>7</sup> “A adoção dos terminais ocasionou um ganho de tempo no processo industrial de, em média, quarenta minutos. Isso significa estar nas bancas e nas casas dos assinantes pelo menos quarenta minutos mais cedo. Mas houve outras vantagens: todos os jornalistas passaram a ter uma visão gráfica muito maior em virtude da necessidade que têm de escolher o corpo e a medida em cada texto que será fotocomposto; exige-se do jornalista um texto que possa ser considerado ‘final’, pois o bode expiatório do “erro de revisão” já não existe mais; as possibilidades de alteração mais rápida na estrutura do texto são muito mais amplas agora do que no passado de papel e máquina de escrever”. (Carlos Eduardo Lins da SILVA, *Mil Dias...*, p. 61-2.)

otimizar o desempenho de cada profissional e adiantar cada vez mais o horário de “fechamento” da edição. A idéia era chegar cada vez mais cedo às bancas, roubando compradores e assinantes da “concorrência”. Como boa parte dos jornalistas mais velhos não se adaptou ao novo processo, o jornal passou a contratar jovens profissionais, que apresentavam também a vantagem adicional de ganhar menos, exigir menos e submeter-se mais facilmente ao controle da Secretaria de Redação.

A própria Direção de Redação da *Folha* reconhecia a instauração de um sistema que estimulava uma extraordinária rotatividade de mão-de-obra<sup>8</sup>, embora, sintomaticamente, nunca tenha admitido publicamente que imperava, na redação, um clima de medo de medidas punitivas contra os que não atingissem “bons desempenhos” (entre as quais, a mais radical era a demissão; mas havia um sistema de avaliação do desempenho profissional de cada um, um sistema de “notas” que não raro era aplicado de forma humilhante e fazia com que a *Folha* em muito se assemelhasse a uma espécie de colégio interno).

A adoção de um manual de redação não era nada novo no jornalismo brasileiro e se inspirava, também ele, na tradição do jornalismo americano.<sup>9</sup> A “novidade”, no caso, foi a determinação com que a empresa resolveu implantar o manual – todas as outras experiências brasileiras fracassaram, por simples inércia ou como resultado de uma obstinada resistência dos jornalistas, que não aceitavam a imposição de normas industriais para a produção de seus textos – e a forte presença do ritmo industrial, assegurado em seus verbetes por definições que se adequariam ao uso de qualquer máquina ou linha de produção. Por exemplo, no verbetes dedicados à edição e ao fechamento do jornal, lemos:

**Edição** — É a forma em que o material jornalístico aparece para o leitor. O trabalho de edição consiste em moldar essa forma. Ele requer alguns procedimentos básicos: selecionar, hierarquizar, aglutinar. Reportagens, notícias, fotos, artigos, ilustrações, mapas, gráficos, tabelas, textos de apoio — tudo é objeto do

<sup>8</sup> “A taxa de ‘turn-over’ (rotatividade de pessoal) na redação da *Folha* é altíssima: 32% em 1984, 44% em 1985 e 55% em 1986, quando o ideal entre administradores de empresas é considerado algo em torno de 10%. Em 1984, pediram demissão ou foram demitidos 116 jornalistas; em 1985, 142 e em 1986, 187; nos dois primeiros meses de 1987, foram 29; num total geral de 474 em mil dias, o que dá a média de uma pessoa deixando a redação da *Folha* a cada 2,1 dias” (Ibid., p. 155-6).

<sup>9</sup> Ibid., p. 117.



trabalho de edição. Quem edita dispõe de uma série de instrumentos, estabelecidos neste manual e nas normas gráficas da Folha (títulos, legendas, olhos, entre-títulos, selos etc.), que o ajuda a conferir inteligência e plasticidade ao material que tem em mãos, devendo fazê-lo dentro de limites implacáveis de tempo e de espaço.

Quem edita tem autoridade para recusar, modificar, refazer, fundir e condensar o material jornalístico, respondendo à Direção de Redação pelas decisões que toma e consultando-a nos casos delicados. Quando se trata de textos assinados, qualquer alteração depende de consulta ao autor. Se não for possível localizá-lo, suprime-se a assinatura e fazem-se as alterações necessárias.<sup>10</sup>

**Fechamento** — É a conclusão do trabalho de edição. O fechamento é um ato de força. Exige disciplina, concentração, rapidez. Quem fecha precisa ter uma visão de conjunto da edição e de suas etapas, desde a *Produção* (v. *verbete*). Deve tomar uma série de decisões em curto período de tempo e fazê-las cumprir com energia. Deve prever problemas que podem vir a ocorrer, bem como os meios de solucioná-los caso ocorram. O que não é problema é rotina e deve ser fechado antecipadamente. Mas quem fecha tem que se dispor a reabrir o que já está fechado sempre que um imprevisto relevante assim o exigir.

O fechador deve programar e fechar suas páginas, jamais ser “fechado” pelo material que desaba, das agências e sucursais, na sua mesa. Fechar não é empilhar, é editar (v. *verbete Edição*).

O compromisso de quem fecha é duplo: com a qualidade da edição e com o horário estabelecido no cronograma industrial. Cada atraso no fechamento resulta em perdas de circulação. De nada adianta uma excelente edição se poucos vão lê-la.<sup>11</sup>

O uso de termos e expressões como “limites implacáveis de tempo e de espaço” ou a forte noção de hierarquia e disciplina presentes nos verbetes não é casual. Decorre de uma percepção segundo a qual produção de jornal deveria ser encarada como uma guerra diariamente travada entre, de um lado, a Direção de Redação e a “elite” do jornal (editores e fechadores) — que tinham a “missão” de implantar as normas do manual — e uma redação integrada por jornalistas pouco habituados a isso, ou por tradição ou por serem muito jovens.<sup>12</sup>

Frias Filho acreditava que, o fato de o jornal ter um projeto ideológico próprio, facultava à sua direção o direito de exigir fidelidade incondicional dos jorna-

<sup>10</sup> *Manual geral...*, p. 35

<sup>11</sup> *Manual geral...*, p. 39.

<sup>12</sup> Na versão de 1992 do Manual de redação, a própria direção da *Folha* reconhece a “característica militante” da versão de 1984: “Até pela característica militante, o texto de 84 era draconiano e impositivo. A versão de 87 abrandou esse aspecto, enriqueceu os conceitos, corrigiu falhas e acrescentou verbetes. Resultou num texto mais abrangente, com 214 páginas” (*Novo Manual de Redação*, p. 7-8). Frias Filho, ao referir-se aos problemas enfrentados para fechar diariamente o jornal, gostava de usar a metáfora da “guerra”, tanto em conversas particulares com o autor desta tese quanto em seminários internos, destinados à formação dos jornalistas.

listas que ocupavam “cargos de confiança” (secretários de redação, editores, subeditores e repórteres especiais). Cabia a esse “corpo de elite” implementar o projeto no dia-a-dia. Qualquer semelhança com o modo de funcionamento de um partido centralizado não é mera coincidência. A direção do jornal era plenamente consciente de que estava implementando um projeto político-ideológico e que seu sucesso dependia da capacidade de impor disciplina à redação (com o tempo, a sedimentação do projeto permitiu à direção do jornal estender ao conjunto da redação a exigência de “fidelidade”<sup>13</sup>).

A forte participação da FSP na campanha Diretas Já aumentou ainda mais o espaço de aparente ambigüidade ideológica em que o jornal operava, tanto entre os jornalistas que trabalhavam no jornal como entre parte de seu público leitor. De um lado, o jornal aparecia como um componente “progressista” da “sociedade civil”, até mesmo ostentando uma certa tendência à esquerda. Alguns de seus principais jovens talentos haviam sido cooptados nas fileiras do movimento estudantil contra a ditadura militar. De outro lado, o caráter cada vez mais empresarial do jornal não dava qualquer margem a dúvidas quanto à estratégia de seus donos. Esse quadro geral é sintetizado da seguinte forma por Bernardo Kucinski:

Mas a democracia, mesmo quando adotada como produto para venda, nunca foi aceita no interior das redações brasileiras. E é na redação da *Folha de S. Paulo*, esse jornal paradigmático do *fin de siècle*, mais do que em qualquer outra redação brasileira, que o processo social de construção da notícia, em vez de prazeroso, tomou-se doloroso, marcado por relações autoritárias e as mais altas taxas de rotatividade. Nesse tipo de redação exerce-se o medíocre micropoder do chefe sobre o subalterno, por meio do direito capitalista de demitir, de excluir o intransigente, de mexer nos textos dos repórteres e de os humilhar com controles quantitativos de produção. Trata-se de um padrão de relações de trabalho coerente com as novas ideologias *yuppies*, que justificam e enaltecem a luta do indivíduo contra seus companheiros de trabalho, erigindo a competição e o sucesso pessoal como valores superiores, no lugar da solidariedade e da identidade de classe.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> O verbete **Disponibilidade** (que não aparece na versão de 1984) regulamenta até mesmo o lazer dos profissionais empregados pela FSP: “O jornalista da *Folha* pode ser acionado pelo jornal a qualquer instante em caso de necessidade imperiosa. Mesmo que esteja em folga, licença ou férias, é obrigatório que seu superior saiba como localizá-lo se houver necessidade. O jornalista da *Folha* não interrompe em nenhum momento o mandato de que foi investido pelo leitor”.

<sup>14</sup> Bernardo KUCINSKI, *A Síndrome da Antena Parabólica...*, p. 78.

Essa aparente contradição foi, muitas vezes, mal compreendida entre os próprios jornalistas da casa e não poucos intelectuais que contribuíam com eventuais artigos e colunas diárias. O mal-entendido persistiu ao longo da década de 80. Muitos dos jornalistas da FSP eram militantes ou simpatizantes do PT, da Central Única dos Trabalhadores e de outras organizações de esquerda, e foram atraídos pelo jornal, pela aura “rebelde” com que a *Folha* se apresentava. E por isso mesmo era inevitável que as simpatias ideológicas dos jornalistas transparecessem nos textos, por mais que se seguissem todas as normas do *Manual de redação*.

Do ponto de vista da Direção de Redação, isso tinha o significado de uma catástrofe. A única ideologia tolerada pelo “Projeto Folha” era a ideologia da própria *Folha*. O “Projeto Folha” proclamava-se “pluralista” – por supostamente admitir, nas páginas do jornal, a expressão de uma pluralidade de opiniões – e “apartidário” – por não se filiar a qualquer partido. Mas não era bem assim: a FSP era o seu próprio “partido” (no sentido não institucional do termo), o que significava um limite muito claro à possibilidade do exercício do “pluralismo”. A direção do jornal tinha consciência disso:

O grupo de jornalistas que assumiu a direção da *Folha* sob o comando de Otavio Frias Filho em maio de 1984 não se contenta em fazer jornalismo. Tem se esforçado para formular também uma ideologia de jornalismo. Ideologia, no seu “significado fraco” como define Mario Stoppino, para diferenciar do “significado forte” que o conceito tem na escola marxista.

No “significado forte”, ideologia é entendida como “falsa consciência”; no “significado fraco”, designa sistema de “idéias conexas com a ação” que compreendem tipicamente “um programa e uma estratégia para a sua atuação” e destinam-se a “mudar ou a defender a ordem política existente” na definição de Carl Friedrich, ou “sistema de crenças explícitas, integradas e coerentes, que justificam o exercício do poder, explicam e julgam os acontecimentos históricos, identificam o que é bom e o que é mau...”, segundo Herbert McClosky.

É exatamente disso que se trata no caso do Projeto *Folha*. As pessoas que passaram a exercer o poder na redação do jornal a partir de maio de 1984 foram formulando ao longo dos meses um sistema de valores para legitimar o seu exercício de poder e, ao mesmo tempo, traçar roteiros de ação para seu mandato.

Jovens, inexperientes em funções de comando, politizados, esses jornalistas não dispunham de outras fontes de legitimação (como o carisma pessoal ou a

fama obtida no passado) que na tradição da imprensa brasileira justificam o poder de chefes de redação sobre o conjunto dos jornalistas de um veículo.<sup>15</sup>

O resultado prático disso tudo é que a implantação do projeto exigia uma “guerra contra a esquerda” dentro da redação.<sup>16</sup> Se é verdade que a *Folha* organizava concursos públicos para contratar novos jornalistas — e, nesse sentido, propunha uma prática mais transparente do que os métodos de contratação (em geral, “por amizade” ou interesses escusos) usualmente adotados na imprensa brasileira —, também é verdade que o candidato a uma vaga na *Folha* tinha de declarar sua opção ideológica, e isso contava fortemente — poderia ser decisivo — como critério de contratação. Lemos, no verbete **Engajamento**, do *Novo manual de redação*, de 1992:

**Engajamento** – A *Folha* considera que o engajamento em organizações político-ideológicas pode prejudicar o desempenho profissional do jornalista, em especial daquele que cobre a área política. Não se espera, com isso, que o jornalista não tenha ideologia, opinião e preferências, mas que tenha sempre em mente que o envolvimento partidário o torna vulnerável a paixões, parcialidade, falta de espírito crítico e mesmo ingenuidade.

O jornalista não deve desempenhar sua função ostentando símbolo de partido ou lobby; isso pode prejudicar o seu trabalho e até iludir ou agredir o entrevistado.<sup>17</sup>

Curiosamente, o verbete **Engajamento** não aparece na duas primeiras versões do *Manual* (1984 e 1987; a versão de 1987 anuncia o verbete em seu índice geral, remetendo o leitor à p. 108, mas, misteriosamente, não o define, nem naquela página nem em nenhuma outra). Ele foi, nitidamente, incluído no manual como o resultado de um processo prático de sedimentação das normas propostas pelo próprio manual. Da mesma forma, algumas das definições, termos ou expressões que constam do *Manual* de 1984 não aparecem na versão de 1992, por terem sido, supostamente, já incorporados como prática, dispensando sua explicitação.

<sup>15</sup> Carlos Eduardo Lins da SILVA, *Mil Dias...*, p. 180.

<sup>16</sup> Alguns jornalistas conquistaram um espaço de relativa autonomia, como era o caso de Paulo Francis e outros “jornalistas - intelectuais”. Nesse caso, a direção do jornal desenvolvia esforços de cooptação do “renitente”, que segundo o próprio Frias Filho poderiam ser desenvolvidos segundo três vetores: “Melhores salários (que já vêm sendo concedidos), adesão ideológica (que se tenta obter, com sucesso parcial) e menos esforço pessoal (que é difícil de se obter sem prejuízo da qualidade do produto)”, *Ibid.*, p. 158.

<sup>17</sup> *Novo manual de redação, Folha de S. Paulo*, 1992, p. 16-7.

Há, portanto, uma clara consciência de que a implantação do *Manual de redação* definiu uma “práxis” ideologicamente orientada e permanentemente checada pelos seus gestores. Lins da Silva descreve da seguinte forma o solo histórico sobre o qual se travou a luta ideológica no interior do jornal, e de sua direção com alguns colaboradores:

Não há dúvida de que a *Folha* é um jornal burguês. Também não pode haver grande discussão quanto ao fato de que o projeto do jornal se vale de uma lógica burguesa. Durante período histórico brasileiro em que os interesses de parte da burguesia se associaram aos dos movimentos populares o jornal chegou a ser visto como um aliado desses movimentos.

No mesmo período histórico, a *Folha* chegou mesmo a ser instrumentalizada em situações específicas por alguns desses movimentos através de jornalistas com concepções políticas revolucionárias. Com a consolidação do sistema representativo (burguês), que coincidiu com o início do estabelecimento do projeto na redação, as diferenças passaram a se tornar expressas novamente.

Muitas organizações e movimentos de esquerda que se haviam acostumado em ter a *Folha* como uma espécie de porta-voz de suas reivindicações inscreveram-se entre os primeiros críticos do projeto, seguindo a lógica do ataque à falsa objetividade jornalística e da distinção entre “liberdade de imprensa” e “liberdade de empresa”.<sup>18</sup>

De fato, muitos colaboradores e até jornalistas se sentiram “traídos”, quando notaram que o compromisso do jornal era com o sucesso empresarial. Era inevitável, portanto, que a estratégia programática e ideológica da *Folha* assumisse, em determinados momentos, o caráter de uma polêmica entre intelectuais que, normalmente, colaboravam com o jornal, e o próprio jornal. Lins da Silva situa corretamente, no plano político e social, o momento que marcou o início da ruptura entre a *Folha* e a “esquerda”: ela se deu com a “consolidação do sistema representativo (burguês)”.

A constatação é importante porque ela poderia sugerir um paralelo com o processo que Habermas descreve em relação à história da imprensa na Europa e nos Estados Unidos: foi com a formação de um “Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa” que a imprensa pôde assumir plenamente o seu caráter de empresa comercial. Mas o grande problema, talvez a maior fonte dos equívocos e mal-entendido é que esse paralelo não se



aplica ao caso brasileiro, pelo simples fato de que no Brasil nunca foi “consolidado” nenhum sistema representativo burguês.

A partir de 1984 houve, é inegável, uma certa autonomização da esfera pública em relação ao Estado, com a conquista de certas liberdades políticas formais. Mas a “sociedade civil” jamais foi suficientemente organizada neste país que, ao contrário, é profundamente marcado pelo autoritarismo, em grande parte herdeiro do escravismo.<sup>19</sup> Mesmo após 1984 e a conquista das eleições diretas, a fragilidade estrutural da “sociedade civil” brasileira fazia com que ela voltasse seus olhos para determinados órgãos de imprensa, na expectativa de que eles funcionassem como seus porta-vozes. No caso da *Folha*, a frustração dessa expectativa foi, à época, uma fonte constante de atritos e irritação.

Nesse sentido, um dos episódios mais célebres — e importantes para os problemas que esta tese pretende discutir — foi o debate, às vezes árido, que opôs o professor e filósofo José Arthur Giannotti e Otavio Frias Filho, em 1985. A discussão foi detonada pelo fato de que a FSP recusou-se a dar o seu apoio ao então senador Fernando Henrique Cardoso — como Giannotti, também ele colaborador do jornal —, quando disputava a prefeitura de São Paulo com Jânio Quadros.

Para piorar, Boris Casoy, que então ocupava um posto importante no jornal, fez uma pergunta a FHC, durante um debate eleitoral pela televisão, que, para muitos, foi decisiva para causar a derrota do candidato. Casoy perguntou a FHC se este acreditava em Deus. Responder que “sim” poderia desmoralizar a campanha do sociólogo, que se valia de seu *status* intelectual, de uma obra que dialogava com o marxismo, contra Jânio Quadros, que nessa ótica simbolizava a demagogia e o obscurantismo; mas responder que “não” significaria perder, automaticamente, milhares de votos de um eleitorado profundamente permeável à mensagem religiosa.

Os apoiadores de FHC, Giannotti entre eles, ficaram irados. Giannotti escreveu, então, na própria FSP, uma crítica feroz à ideologia que sustentava o pro-

<sup>18</sup> Carlos Eduardo Lins da SILVA, *Mil Dias...*, p. 100.

<sup>19</sup> No livro *Cinco séculos de Brasil - imagens e visões*, que escrevi em co-autoria com a historiadora Maria Helena Valente Senise (Editora Moderna, 1998, SP), defendo a tese central de que o Brasil ainda está por

jeto do jornal, dando início à discussão. O filósofo qualificou o jornal, entre outras coisas, de “cético” e “niilista”. O “ceticismo” ficava por conta de sua postura de desafiar todas as outras organizações políticas e “ideológicas” (a FSP, dizia Giannotti, colocava-se acima de todos os partidos políticos e contra a política), combinada com a condenação à marginalidade de todos os discursos “utópicos”. O “cínismo” ficava por conta de sua defesa do mercado e dos critérios mercadológicos como critérios válidos e legítimos para a seleção e publicação de notícias, incluindo o recurso ao sensacionalismo (o qual teria motivado a pergunta sobre a fé em Deus). A síntese redundaria, segundo o professor, em uma prática autoritária, já que definida por um campo ideologicamente autoreferenciado (a FSP definindo os limites da FSP).<sup>20</sup>

Frias Filho, ao responder, defendeu como virtude tudo aquilo que Giannotti criticava como vício.

Com ênfases diferentes, o registro do deslize é a lógica que constituiu a notícia ao longo da tradição e que distingue a notícia da multidão de eventos diários ignorados pela imprensa. Na massa dos acontecimentos visíveis, o jornalismo seleciona aqueles que aparecem marcados pela surpresa, pelo erro, pelo contraste, pelo paradoxo – numa idéia, pelo deslize. (...) O deslize que sensibiliza o leitor do jornal sensacionalista não é o mesmo que interessa o leitor do jornal “sério”. Mas ambos, e receio que até mesmo o professor Giannotti, estão atrás de deslizes quando abrem o jornal pela manhã.

(...) Formulada a Eduardo Matarazzo Suplicy, a pergunta teria sido “progressista”, feita para Fernando Henrique Cardoso ela era “reacionária”. Isso me parece o bastante para provar que o problema não estava na pergunta. (...) Para a imprensa partidária, que explora o jornalismo como técnica de convencimento, o ponto de vista a adotar é o do militante. Para a imprensa apartidária, que explora o jornalismo como técnica de conhecimento, o ponto de vista a adotar é o do eleitor. (...) Quais são os limites (da imprensa) afinal? É claro que eles não existem a priori; marcá-los depende de uma técnica de tentativa e erro e da jurisprudência que ela vai fixando.

(...) O jornalismo crítico deve funcionar como uma metralhadora giratória na expectativa de que esse procedimento permita explorar o terreno escuro da objetividade em todas as direções. Sabe-se que a objetividade é um resultado involuntário da atividade do pensamento. O saber objetivo são as ruínas daquilo que um dia foi o entrechoque ideológico. Nada disso assegura que o resultado seja “imparcial”, politicamente “neutro” ou qualquer coisa do gênero. Ao contrário, a política editorial da “Folha” parte justamente desse pressuposto, que é ao

---

completar o processo de abolição da escravidão, condição *sine qua non* de instituir, de fato, o estatuto da cidadania.

<sup>20</sup> José Arthur GIANNOTTI, “A imprensa antropofágica”, artigo na FSP, 29.nov.1985, p. 3

mesmo tempo um problema: não existe neutralidade nem objetividade. O problema não se encerra com essa verificação, que hoje não passa de um lugar-comum: ele começa nela.<sup>21</sup>

A polêmica ainda se estenderia por mais três artigos (dois de Giannotti e um de Otavio Frias Filho), que serviram apenas para reiterar os temas básicos já colocados. O mais importante nessa discussão, do ponto de vista desta tese, é o mero fato de ela ter existido. O debate já era, por si só, um sintoma dos “novos tempos”. A defesa do jornalismo como uma empresa capitalista, voltada para o mercado, gerou o desconforto, a estranheza e a quase ruptura entre o jornal e os seus colaboradores. Os argumentos levantados por Frias Filho constituem a defesa da concepção de um jornalismo integralmente voltado para o mercado, nesse sentido colocando a FSP em sintonia com o jornalismo praticado nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.<sup>22</sup>

O “deslize”, nessa concepção, é “a” notícia, é aquilo que, supostamente, “interessa ao leitor”. O jornal, como organização supostamente pluralista e partidária, fala em nome desse leitor, que está, também supostamente, em busca do diferente, do inusitado, da “novidade”. Claro que não foi a *Folha* quem criou essa conceituação. A busca do “deslize” como notícia também se inscreve na mais pura tradição da imprensa americana. É bastante conhecido – e praticado – entre os jornalistas americanos o aforismo segundo o qual o cão morder um homem não é notícia, mas a inversa sim.

Mas não é verdade que a única forma de se fazer jornalismo seja correr atrás do “deslize”. A busca do “deslize” não é uma consequência “natural” e inevitável do procedimento jornalístico, mas sim um resultado concreto e datado do sistema de sanções imposto pelo mercado. Aliás, é um embuste conceitual tentar englobar procedimentos tão distintos quanto os adotados por um jornal “sensacionalista” como o *Sun* e um “sério” como o *Guardian* sob a mesma categoria abstrata e genérica do “deslize”, embora ambos os veículos tenham os olhos postos no merca-

<sup>21</sup> “A política antropofágica”, artigo de Frias Filho na FSP, 3.dez.1985, p. 3.

<sup>22</sup> Curiosamente, menos de uma década depois, o já presidente FHC, apoiado por Giannotti, aplicou uma política de governo “neoliberal” em termos tão ou mais radicais que os defendidos desde 1984 pela FSP.

do. Um “deslize” não é igual ao outro, como sugere a argumentação de Frias Filho.

Jornais tradicionais como o *Le Monde* — que trazem matérias extensas, de caráter interpretativo, preocupadas com a pesquisa histórica —, para não mencionar uma infinidade de pequenos e desconhecidos tablóides, não fazem jornalismo, na ótica defendida por Otavio Frias Filho. Fazem imprensa “partidária” ou “militante”.<sup>23</sup> Aqui temos um problema muito interessante. Se, para Frias Filho, a chamada imprensa partidária ou militante tem, por função precípua, “convencer o seu leitor” e a “apartidária” é um “instrumento de conhecimento”, como a FSP se encaixa nisso?

Drácula, para entrar na casa de suas vítimas, deve antes seduzi-las. Assume, para isso, os mais variados disfarces. Seu estrategema é colocar em ação a fantasia, jamais o conhecimento de sua verdadeira natureza, de seus objetivos e métodos. Como um jornal pode, ao mesmo tempo, ser uma “técnica de conhecimento” e cultivar tal relação de sedução com o leitor? Há uma oposição irreduzível entre o jornalismo como “técnica de conhecimento” — se é que se possa aplicar adequadamente esse conceito ao jornalismo tal como ele é praticada na sociedade capitalista — e como jornalismo do “deslize” e da sedução entusiasticamente proposto pelo próprio Frias Filho.

Finalmente: o jornalismo praticado pela FSP está longe do “apartidarismo”. O jornal é o reflexo impresso de uma organização centralizada, dotada de um programa ideológico, formulador de uma práxis que impõe aos seus funcionários (de quem exige “fidelidade”) e com objetivos estratégicos claramente delimitados. Para além de qualquer interpretação de suas posições, a *Folha* explicita seu caráter abertamente “partidário” sob a forma do verbete **Desobediência Civil**, que aparece no *Manual* de 1992 (mas não no de 1984):

**Desobediência Civil** — Em circunstâncias excepcionais, a *Folha* admite a possibilidade de declarar-se em desobediência civil. Entende-se neste caso como desobediência civil a recusa à cooperação com agentes do governo e o não-

<sup>23</sup> Em várias ocasiões, durante conversas particulares que manteve comigo, Otavio Frias Filho manifestou sua preocupação com aquilo que ele qualificava como o “lemondismo” em meus textos e reportagens. Esse ponto sempre foi motivo de controvérsia em nossas discussões.

cumprimento de leis consideradas injustas. Cabe à Direção de Redação, autorizada pela Direção da empresa e ouvido o Conselho Editorial, declarar o jornal em desobediência civil.<sup>24</sup>

Percorrendo a mesma linha sinuosa que faz da FSP um jornal ideológico que censura as ideologias, partidário que rejeita os partidos e sensacionalista que acata o sensacionalismo (ou o “deslize”), chegamos ao problema da “objetividade” no jornalismo. Ainda que se admita verdadeira a tese de que o saber objetivo são mesmo “as ruínas daquilo que um dia foi o entrechoque ideológico”, seria necessário qualificar essa afirmação. Ruínas são, à sua própria maneira, monumentos aos vencedores, isto é, os resíduos e as marcas deixados pelos mortos e vencidos, para utilizar aqui uma imagem criada por Walter Benjamin e magnificamente imortalizada na sua Tese IX sobre o conceito de história.<sup>25</sup>

Nessa perspectiva, o “saber objetivo” é um saber que se construiu sobre os escombros de outros saberes, outros discursos derrotados. Assim, a sedimentação de um “saber objetivo” em dada época é muito mais uma indicação daquilo que deve ser indagado sobre as condições que produziram tal sedimentação do que a manifestação de alguma “verdade histórica” essencial. Daí ser, no mínimo, uma operação reducionista tomar “as ruínas do entrechoque ideológico” como manifestação do próprio “saber objetivo”. A questão da “objetividade” merece um verbete específico no *Manual de redação*:

**Objetividade** — Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isto não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento (v. verbete) e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Um cirurgião, por exemplo, deve ser frio mas não deve ser apático. Con-

<sup>24</sup> *Manual de Redação*, 1992, p. 16.

<sup>25</sup> “Há um quadro de Klee que se intitula *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. Tal deve ser o aspecto do anjo da história. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as joga a seus pés. Ele gostaria de deter-se para despertar os mortos e reunir os vencidos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.”



sultar os colegas na Redação e procurar lembrar-se de fatos análogos ocorridos no passado são dois procedimentos que podem auxiliar na ampliação da objetividade possível.<sup>26</sup>

Embora afirme, de início, que “não existe objetividade em jornalismo”, o *Manual* atribui ao jornalismo a missão de “retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram”. Voltamos, pois, ao “fato natural” que deve ser “retratado com fidelidade”. A subjetividade, segundo o *Manual*, existe apenas no momento de redigir ou editar um texto, mas o olhar do jornalista para o mundo pode — ou melhor, deve — ser exato, preciso, “cirúrgico”. Não por acaso, o *Manual* de 1984 recorre à figura do cirurgião para exemplificar o procedimento jornalístico. É a equipe médica que tentar extrair, com o bisturi, os segredos de Kaspar Hauser! A idéia fica ainda mais clara quando consultamos os verbetes **Fatos e Notícia** do mesmo *Manual*:

**Fatos** — São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles; é mais importante noticiá-los do que interpretá-los.<sup>27</sup>

**Notícia** — É a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro dos fatos sem comentários nem interpretações.

A eqüidade deve ser a marca registrada de cada notícia e a exatidão é seu elemento-chave. Vários fatos, descritos com exatidão, podem ser justapostos e apresentados de maneira tendenciosa. Suprimir uma informação ou inseri-la pode alterar o significado da notícia. O jornalista da *Folha* não deve usar semelhantes armadilhas.

A definição do interesse jornalístico depende de critérios flexíveis que variam em função do tempo, lugar, tipo de publicação etc.<sup>28</sup>

Ficamos sabendo, portanto, que notícia é “puro registro dos fatos sem comentários nem interpretações”. Resta saber como se “registra um fato” sem comentá-lo ou interpretá-lo. E o que significa, exatamente, “revelar um fato”? Será apenas isolá-lo e jogar sobre ele os holofotes, como uma unidade dramática, com começo, meio e fim, em meio a uma sucessão infindável de outros eventos, ou significará revelar a sua “essência” em oposição à sua “aparência”? Na primeira

<sup>26</sup> *Manual geral de redação*, 1984, p. 63.

<sup>27</sup> *Ibid.* p. 39.

<sup>28</sup> *Ibid.* p. 62.

hipótese, terá de ser, no mínimo, explicada a interpretação que fez daquele fato algo mais merecedor do “interesse jornalístico” do que infinitos outros eventos; na segunda hipótese, terá que ser explicada a interpretação que extraiu do fato analisado uma suposta “essência” que, por obra do jornalista, revela-se ao leitor (ou telespectador).

Mesmo a frase mais simples sobre o evento mais “objetivo” – algo como “choveu ontem” — terá de ser diagramada na página do jornal, ou situada em algum momento da grade de programação televisiva. A escolha do local da página — ou em que ponto da grade — será dada a notícia depende de uma interpretação, de uma hierarquização de outras notícias em relação a esta (ou seja, de um “comentário” plástico, não-verbal, sobre o que se passa em dada localidade e que tornou importante o fato de que “choveu ontem”).

O *Manual de redação* estabelece o objetivo de articular um discurso “neutro”, embora proclame ser isso impossível. A idéia de “neutralidade” como ideal a ser atingido — embora, na prática, diariamente negado — é importante como suporte da mistificação que apresenta o jornal impresso — ou a tela da televisão — como um espelho que reflete “democraticamente” todos os discursos que atravessam e conformam a realidade. É um discurso que se inscreve na tradição da mídia voltada para o mercado.

A concepção de “objetividade” sustentada pelo manual, quando articulada com as definições de “fato” e “notícia”, revela-se expressão de um discurso técnico e tecnicista, para o qual descrever “o fato real” é decompô-lo em suas partes mais elementares. É a pretensão de descrever o que foi uma partida de futebol mediante a multiplicação de gráficos e tabelas contendo dados sobre a velocidade média da bola, o número de faltas praticado pelos times, o número de chutes a gol, quantas vezes cada goleiro agarrou a bola, o número de escanteios e pênaltis, a velocidade média do vento etc. Não por acaso, o recurso aos gráficos — que aproxima, plasticamente, o jornal impresso dos ícones televisivos — tornou-se marca registrada da reforma gráfica que a FSP implementou no final dos anos 80.

Uma das críticas mais contundentes à concepção jornalística da FSP foi feita pela professora Marilena Chauí, durante um debate organizado na sede do jornal,

em 29 de fevereiro de 1988. O debate, que contou com a participação dos professores Giannotti (do Cebrap), Francisco Miraglia (Adusp), Eunice Durham (Ciências Sociais da USP) e da própria Marilena Chauí (Filosofia da USP), foi suscitado pela publicação, na FSP (21.fev.1988), da famosa “lista dos professores improdutivos na USP”. Sob a gestão de José Goldemberg, a reitoria da USP elaborou uma lista de professores que, supostamente, não apresentaram produção intelectual significativa entre 1985 e 1986.

Para a FSP, a publicação da lista correspondeu a uma operação estratégica da maior importância. Primeiro, ela explicitava, publicamente, a ruptura definitiva do jornal com um certo *establishment* intelectual de esquerda, consumando um movimento iniciado e desejado logo após a campanha pelas Diretas Já. Segundo, pretendia expor a “falência do Estado” na gestão de uma das mais prestigiadas instituições públicas e gratuitas do país — a USP —, angariando com isso a reputação de ser porta-voz de um “liberalismo modernizante”. Finalmente, cultivava como interlocutor um público leitor de classe média que estava saturado da incompetência dos governantes e que via na mensagem “neoliberal” uma saída. Era a mesma mensagem que levou Fernando Collor de Mello à Presidência, em 1989.<sup>29</sup>

Em sua intervenção, Chauí mostra que o *Manual* (ela se refere à versão de 1987), supostamente, reflete uma concepção liberal de mundo, mas que acaba se chocando com uma prática editorial autoritária, em um país autoritário. Retomando algumas das teses de Habermas sobre as relações entre sociedade e imprensa no Estado burguês liberal, Chauí dirá que o Brasil é uma sociedade essencialmente autoritária, em que um abismo separa democracia e liberalismo.

O Brasil nada tem de “liberal”, diz Chauí. Ao contrário, a sociedade brasileira é fortemente autoritária em suas práticas sociais, políticas e econômicas, marcada por prática de privilégios, favores, clientela, dependência pessoal e de hierarquia de mando e obediência, desconhecendo na política a prática da representação e na vida social o princípio da igualdade jurídica entre os cidadãos. Nes-

sas condições, o “liberalismo brasileiro” define o “privado” como “sociedade civil” e esta como esfera do mercado, e o público como Estado e suas relações com os cidadãos. Assim, as “violências cometidas na esfera do mercado”, ou das empresas, podem permanecer “secretas e impunes”, ao passo que o contribuinte tem o direito formal de ter acesso às ações do Estado referentes ao uso de seus impostos (no caso, a destinação das verbas asseguradas ao funcionamento da USP).

O princípio da publicidade do público só pode operar se sociedade no seu todo for liberal, se for regida por princípios liberais, se suas instituições foram reguladas por idéias, normas liberais, se a política for norteada por práticas liberais, se a educação, o costume, a moral, a cultura seguirem a ideologia liberal. Não se pode ser liberal em algumas coisas e não sê-lo em outras.

(...) O que acontece quando, num país como esse, alguns resolvem macaquear princípios liberais que estão ausentes das instituições, dos costumes, da moralidade e da ideologia? Acontecem farsas cruéis e grotescas. O que acontece num país como este, quando o princípio liberal da publicidade, do público não pode ser levado avante? Esse princípio, ao ser empregado no nosso contexto, transforma-se em delação de estilo fascista.

Assim, à minha pergunta, a confecção e divulgação de listas de professores da USP foi liberal, respondo enfaticamente: não.<sup>30</sup>

Em seguida, Marilena Chauí mostrará como a prática autoritária descarta até mesmo as normas que ela mesma estipula, instalando dessa forma o reino da arbitrariedade absoluta. No caso, trata-se de uma série de violações das normas contidas no *Manual de redação* da FSP que o próprio jornal deixa de lado, para publicar a “lista”:

Primeiro, no verbete “adjetivo”, à pág. 67, é dito que o jornalista deve evitar, tanto quanto possível, o uso do adjetivo... Donde minha enorme surpresa, pois durante uma semana o jornal trabalhou apenas com um adjetivo: “improdutivos”, e deu-lhe uma conotação de juízo de valor. Aliás, fez mais. Substantivou o adjetivo, porque passou a falar em lista de improdutivos.

(...) Segundo, no verbete “estados emocionais”, à pág. 76, é recomendado aos jornalistas que não especulem sobre os estados emocionais, pensamentos e intenções do personagem, exceto quando fizer análise ou interpretação. Se essa recomendação explica por que, por exemplo, o editorial de sexta-feira diz que os

<sup>29</sup> A FSP, segundo afirmou em várias ocasiões Frias Filho, tinha por ambição dialogar com a “Manhattan que existe dentro de São Paulo”. A idéia de “modernidade” sempre se manteve vinculada, na *Folha*, à idéia de um mercado consumista, no mais puro estilo americano.

<sup>30</sup> In FSP, 2.mar.1988, p. A-19.

docentes reagiram brasileiroamente, como corporativistas, que eles são atabalhoados, que querem mergulhar o debate em paixões, já não explica, por exemplo, na reportagem do dia 21 e na do sábado afirmações sobre o estado emocional das pessoas e sobre suas intenções. (...)

No verbete “exatidão”, à página 30, é dito que a informação inexata é informação errada e que a busca de informações corretas é a primeira obrigação do jornalista, e que a credibilidade do jornal depende da qualidade das informações que ele apura. Donde a minha surpresa, uma vez que a lista foi publicada com o jornal dizendo que ela era defeituosa, incorreta, imperfeita, que poderia cometer injustiças.

(...) À página 33, o manual diz que recebe mandato dos leitores, porque nas sociedades de mercado, ao comprar o jornal, o leitor delega tarefas informativas a este... Eu consultei Laudelino Freire, Aurélio, Larousse, Robert, Oxford, o Dicionário Etimológico de Latim de Einou e Mayie e o Dicionário Grego de Einou. Em todos eles, verifiquei que mandato possui duas acepções, com algumas que são meras especificações das duas principais. Primeiro, mandato, segundo as fontes pesquisadas, significa um contrato em que alguém explicitamente delega a outro o direito e o poder para agir em seu nome. Dois, o voto pelo qual os cidadãos constituem representantes e a eles delegam poder para falar e agir em seu nome. (...) Nenhuma das fontes consultadas afirma que o ato de compra e venda de uma mercadoria, o jornal é uma mercadoria, é uma relação de mandato.<sup>31</sup>

Em resposta, o secretário de Redação André Singer, que no debate representava a própria *Folha*, afirmou que...

De fato, a lista era defeituosa, imperfeita, nós mesmos dissemos isso ao publicá-la. Por que a publicamos? Porque ela é um fato, a lista existia. Essa lista era uma lista sigilosa, que estava sendo usada pela reitoria como uma forma de avaliação. Achamos que a existência dessa lista, quando tivemos acesso a ela, era de interesse público, era de interesse da sociedade saber que existia uma lista e era de interesse inclusive da comunidade universitária saber que existia essa lista, que era sigilosa. Então, nós nos sentimos no dever de publicá-la. Ressalvamos na publicação que a lista, de fato, era defeituosa, a lista não foi feita pela “Folha de S. Paulo”, não cabe à “Folha” fazer a lista. Uma vez publicando uma lista que é defeituosa, seguimos rigorosamente o manual e demos a voz a todas as pessoas implicadas nessa lista, como damos a voz a todos os que estão implicados em qualquer acontecimento, para que possam falar e fazer a sua defesa. Isso nós temos feito desde o primeiro momento, inclusive já no dia da publicação, porque detectamos que havia falhas nesta lista, que não deixava de ser um fato.<sup>32</sup>

A argumentação de Singer apenas reproduz a mesma operação mental e ideológica que levou a FSP a publicar a lista, sem responder a quaisquer das questões levantadas por Chauí, principalmente a mais importante: o fato de que não se pode

<sup>31</sup> In FSP, 2.mar.1988, p. A-19.

<sup>32</sup> Ibid., p. A-19



ser “liberal pela metade”. Não há como pretender a existência de um jornalismo liberal em uma sociedade que é autoritária, e é precisamente esta a questão que situa os limites do Projeto *Folha*.

A alegação de que os injustamente acusados teriam o direito de resposta é falaciosa, por várias razões. Primeiro, porque a FSP, com esse raciocínio, atribui a si mesma a função de fórum necessário para uma discussão que diz respeito a uma outra instituição, por sinal pública, gratuita e mantida pelo Estado. Segundo, porque esse é um típico caso em que a aparência de debate público – quando, de fato, não existe debate algum, já que até mesmo a confecção da lista foi “sigilosa”, fora de qualquer discussão transparente ou controle por parte dos maiores interessados – transforma a “notícia” em “delação de tipo fascista”. E terceiro, porque é um caso flagrante de abuso de poder, inclusive nos termos colocados pela própria FSP em seu *Manual*.

A intervenção de Chauí captou o centro do debate sobre o problema das liberdades democráticas no Brasil, entre as quais a de imprensa. Em geral, a liberdade de imprensa é discutida pelos próprios veículos da mídia, e mesmo por jornalistas, intelectuais, sindicalistas e professores universitários que se dedicam ao assunto, como se fosse a liberdade que têm os donos dos veículos de publicar tudo o que queiram. Liberdade de imprensa é confundida com liberdade de empresa. Mas a liberdade é pública, assim como o seu exercício, e não pode ser privatizada. Esse é, também, o centro da crítica de Noam Chomsky às grandes corporações da mídia americana. Se a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos protege os indivíduos contra os abusos do Estado, não há uma legislação para tipificar e punir a “fabricação do consenso” pelo poder corporativo e privado.

Um dos depoimentos pessoais mais lúcidos — e mais pungentes, em se tratando de ser o seu autor quem é — sobre os jornalistas e a imprensa brasileira nos anos 80 foi feito por Cláudio Abramo e consta de seu livro *A regra do jogo*, editado após a sua morte, em agosto 1987 (quando ele trabalhava como articulista da *Folha* e da revista *Senhor*). O livro foi construído a partir de dezenas de depoimentos de Abramo a vários jornalistas, ao longo de dez anos, entre os 70 e os 80. Trata-se de um documento importante da história do jornalismo brasileiro con-

temporâneo, já que Abramo foi, de certo modo, um de seus arquitetos (como diretor de Redação e responsável pela modernização do jornal *O Estado de S. Paulo*, nos anos 50, e da FSP, entre os anos 60 e 70) e um de seus mais ferozes críticos (já que a modernização por ele pretendida pressupunha a prática do pluralismo e do direito à opinião).

Mesmo que não cite explicitamente o *Manual de redação* da FSP, Abramo ataca ferozmente algumas de suas concepções centrais. Diz ser “uma bobagem” esperar que o jornalista tenha “uma atitude neutra, fria ou álgida diante das coisas”. Ataca a “atitude niilista” como “fruto da ignorância, que não conduz a nada”. Critica duramente a prática de premiar os jornalistas que melhor se adaptam às normas internas, renunciando ao próprio direito de pensar e opinar:

Para ter êxito atualmente no jornal, o jornalista tem de ser despido de qualquer opinião sobre qualquer coisa; isso se está exigindo intimamente, não só formalmente. É uma violação do direito íntimo de as pessoas terem opinião; uma equiparação da profissão a uma espécie de renúncia de si mesmo: não se tem opinião sobre nada, principalmente opinião política.<sup>33</sup>

Abramo também observa, com certa ironia, que enquanto os empresários brasileiros tentam aplicar os padrões de qualidade europeus e americanos, não conseguem oferecer no Brasil (por ele qualificado como “um país de vermes”) direitos e conquistas sociais consagradas. Em certas circunstâncias, diz Abramo, os interesses dos donos dos veículos de comunicação podem até convergir com os dos jornalistas (cita, como exemplo, a denúncia do assassinato de Vladimir Herzog, em 1975). Mas encerrado o período de convergência, tudo volta a ser como antes. “Em quarenta anos de jornalismo nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos do jornal.”

Às vezes me perguntam se sou censurado na *Folha*. Em minha coluna não sou, mas no resto fui censurado ultimamente, apesar de ter dirigido o jornal durante anos. Tudo bem, é uma empresa particular que não quer que certas coisas sejam ditas; é um direito dela. Ao longo de minha experiência de chefe de redação deixei de publicar coisas dos outros. É um direito lícito do dono.

<sup>33</sup> Cláudio ABRAMO, *A Regra do Jogo*, p. 114-120. O trecho citado está na p. 115.

Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. (...) Nunca fui impedido de dar nenhuma informação importante, mas já fui muito limitado no meu direito de opinar sobre certos assuntos. Isso é normal. Se o jornal não quiser publicar, não publica, mesmo porque não é meu. Acho até engraçado o constrangimento com que essas coisas são apresentadas a nós, jornalistas, pelos donos. Não se trata de censura: o jornal é deles e eles fazem o que quiserem. Não é uma propriedade pública, é uma propriedade privada.

(...) Escrevo de modos diferentes para a *Folha* e para a *Senhor*; nesta sinto-me mais livre, porque a revista tem uma circulação pequena. Se amanhã ela estiver numa posição de vender quinhentos mil exemplares, o arco de leitores a atender será muito maior, e naturalmente entenderei isso e eu mesmo limitarei mais minha liberdade. Isso é algo que o jornalista delimita, não é preciso que o patrão diga. É a regra do jogo.<sup>34</sup>

Quando fui contratado pela *Folha*, em 1984, tinha a ambição de desenvolver um trabalho jornalístico vigoroso, que poderia acabar tendo algum impacto ideológico ou político. No início, acreditei que isso seria possível e tinha fortes razões para tanto. Basta ler o seguinte trecho, extraído de meu primeiro trabalho de maior fôlego (entrevista exclusiva com Fúlvio Abramo):

1934, 7 de outubro. A insuportável tensão na praça transparecia cristalina na ansiedade das milhares de pessoas ali concentradas. (...) Um jovem trabalhador de feições enérgicas destacou-se da multidão e iniciou um discurso. Num tom grave, apontou uma outra concentração, situada dezenas de metros adiante e afirmou: “Companheiras, companheiros, trabalhadores, camaradas! Estamos aqui para impedir que eles tomem esta praça. Porque se hoje os fascistas tomarem esta praça, amanhã tomarão o Estado...”

Foi então que a fuzilaria começou. Os integralistas, que compunham o grupo mais adiante, começaram a atirar sobre a concentração democrática e antifascista. Pessoas tomabam mortas ou feridas. Houve correria, gritos e sangue por todo o lado. A tragédia havia começado.

Nesse dia, o movimento integralista brasileiro foi derrotado, impedido de fazer uma demonstração de força que, se bem-sucedida, teria alterado profundamente a história do país. (...) A derrota do integralismo só foi possível graças à unidade das forças democráticas e operárias do país, então agrupadas na Frente Única Antifascista (FUA). O jovem que iniciou o comício da Sé – e um de seus principais organizadores – era também o secretário-geral da FUA. (...) Seu nome: Fúlvio Abramo.

Cinquenta anos depois, Fúlvio Abramo, com seus 75 anos, continua forte, lúcido e ativo. Junto com Mário Pedrosa e outros antigos camaradas da LCI, esteve entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). (...) O combate ao lado dos trabalhadores e pela democracia não foi algo “episódico” na vida desse “velho” revolucionário trotskista. Por isso mesmo, a entrevista – que original-

<sup>34</sup> Ibid, p. 120

mente pretendia ater-se às jornadas antifascistas – acabou alongando-se, extrapolando seus limites originais e se impondo como um verdadeiro documento histórico.<sup>35</sup>

O trecho acima, escrito e publicado no início da implantação das normas estipuladas pelo *Manual de redação*, ilustra, de forma excepcionalmente clara, as diferenças de forma e estilo entre a FSP da época e o jornal atual. Jamais um jornalista da FSP poderia, hoje, empregar semelhante linguagem para descrever uma manifestação, ainda mais adotando um ponto de vista nitidamente simpático a “um dos lados”. E, menos ainda, invocar a militância “socialista e democrática” como justificava para dar as três páginas dedicadas a um “militante revolucionário”. Esse trecho também ilustra muito bem o clima ideológico que imperava na redação quando o *Manual* começou a ser implantado: nenhum de meus colegas de redação, à época, achou que esse texto estivesse excepcionalmente “forte”, “esquerdista” ou “ideologizado”. Ao contrário, foi encarado como um trabalho bem feito, profissionalmente correto. Eu mesmo fico surpreso ao reler esse material, quinze anos depois. Não me lembrava mais de ter algum dia utilizado na “imprensa burguesa” expressões tão fortemente marcadas por sua natureza ideológica.

Também me causou sincera surpresa ao rememorar a extensão e o conteúdo de uma grande quantidade de “dossiês” que produzi para a FSP, entre 1984 e 1985, sobre temas de política externa. Eram páginas inteiras dedicadas, por exemplo, à questão do direito e da aplicação da justiça na União Soviética e Leste Europeu<sup>36</sup>, à crise do “eurocomunismo” e dos Partidos Comunistas no Ocidente<sup>37</sup>, às “feridas” deixadas na Alemanha pelo nazismo, no 40º aniversário da morte de Hitler<sup>38</sup>, à vida e à trajetória de Joseph Mengele até a sua morte e exumação no Brasil<sup>39</sup>, ao ascenso da social-democracia na Alemanha<sup>40</sup>, à “modernização” da China.<sup>41</sup>

<sup>35</sup> Entrevista com Fúlvio Abramo, José Arbex, suplemento “Folhetim” nº 403 da *Folha*, (7.out.1984), p. 9-10.

<sup>36</sup> FSP, 27.jan.1985, p. 14.

<sup>37</sup> FSP, 4.abr.1985, p. 11.

<sup>38</sup> FSP, 30.abr.1985, p. 18.

<sup>39</sup> FSP, 22.jun.1985, p. 16.

<sup>40</sup> FSP, 27.out.1985, p. 18.

<sup>41</sup> FSP, 30.dez.1985, p. 8.

À época, a FSP ainda não havia adotado a estratégia de incluir grandes fotos nas páginas, que eram compostas, essencialmente, de textos. O tamanho dos tipos gráficos era relativamente pequeno, 20% menor, em média, do que o utilizado hoje. Um texto de 60 linhas de 70 toques (três laudas) era considerado “padrão”; hoje é considerado excepcionalmente grande. A liberdade para interpretar e narrar os fatos era, também, incomparavelmente maior. Em grande parte, a liberdade que me era dada devia-se ao fato de que a maioria de minhas matérias tinha como objeto a União Soviética e o Leste Europeu — a crítica, portanto, do stalinismo e do socialismo burocrático, o que, de certa forma, era conveniente a um jornal que se pretendia porta-voz do liberalismo burguês.

Isso tudo fez com que eu mesmo estivesse entre aqueles que Lins da Silva qualificaria como “iludidos” sobre o grau de liberdade e autonomia que o jornal poderia conceder aos seus profissionais. Isso não significa que, analisando retrospectivamente o meu próprio trabalho, eu tenha algum sentimento negativo ou de “fracasso”. Ao contrário, até porque tive a chance de desenvolver uma relação bastante honesta, muitas vezes conflituosa, com a direção do jornal, sem jamais ter sentido a necessidade de ocultar ou “disfarçar” minhas convicções.

Fui, nesse sentido, um profissional privilegiado e “atípico”, quando se considera a época e as condições em que trabalhei. E é justamente esse fato que atribui ainda maior complexidade e proveito à análise do processo de produção da notícia como mercadoria. Se eu tivesse sido vítima da “censura ideológica” ou proibido de escrever sobre determinados temas, este trabalho de tese seria muito mais simples e, em certo sentido, pobre. Seria como um teatro “pedagógico”, cujos atores são, de um lado, o jornalista bem-intencionado e cheio de “verdades” e de outro, uma direção de redação todo-poderosa que detém o total controle de tudo o que sai publicado. Eu me limitaria a denunciar o complô de que teria sido vítima.

Mas a realidade é muito mais complexa. Nem sempre as motivações da Direção de Redação e/ou dos editores para destacar ou cortar certas notícias são puramente “ideológicas”. Muitas vezes, são inconscientes, ou geradas por preconceitos e convicções de natureza muito mais estética e cultural do que política pro-



priamente dita. Outras vezes, ainda, interfere o acaso, a pressa do “fechamento” em ritmo industrial, a insegurança pessoal do responsável pela edição. Da mesma forma, o jornalista também é portador de preconceitos, de visões equivocadas, de ansiedades (em geral, ele acha que o evento que está cobrindo poderá “mudar o mundo” nas 24 horas seguintes). A maior ambição do *Manual de Redação*, aliás, é justamente a de restringir ao máximo a interferência do caos cotidiano e as oscilações ideológicas inerentes aos indivíduos que participam da produção do jornal. Nenhum manual conseguirá abolir o acaso.

Em alguns casos, não consegui publicar o que gostaria. Em outros, as matérias foram cortadas ou tiveram sua importância subdimensionada (segundo a minha opinião, obviamente) na página. Em outros, ainda, foram dadas exatamente como imaginei, mas ficaram muito longe de surtir o efeito que eu pensei que surtiriam. Passo, agora, a narrar alguns exemplos, apenas por acreditar que eles serão úteis para esclarecer um pouco mais como se dá o processo de produção, seleção e divulgação de notícias no mundo contemporâneo.

## 4. Nuestra América

Minha primeira cobertura jornalística fora do Brasil aconteceu na Nicarágua, entre 23 de fevereiro e 19 de março de 1986. Eu quis ir para a Nicarágua e o fiz por conta própria, durante minhas férias, contra o parecer da direção da FSP. O jornal não tinha o menor interesse no que se passava naquele país — a não ser, eventualmente, como palco de algum acontecimento extraordinário —, já que, vista através do prisma da FSP, a revolução sandinista era anacrônica, atrasada, típica de uma “república de banana”.

Essa percepção pode ser facilmente verificada. No dia 15 de março de 1986, por exemplo, a FSP publicou à página 23, com estardalhaço, uma matéria de agências internacionais, segundo a qual o então presidente Ronald Reagan teria feito um discurso condenando “todas as ditaduras” (de direita ou de esquerda). Praticamente a totalidade do texto refere-se à Nicarágua:

Em uma mensagem ao Congresso, o presidente Ronald Reagan disse ontem que os Estados Unidos se opõem a todos os regimes ditatoriais, sejam eles de direita ou de esquerda. E enumerou as formas de pressão que serão utilizadas por seu governo: gestões diplomáticas, ajuda econômica e apoio aos “combatentes da liberdade” — numa referência direta aos “contras”, os rebeldes anti-sandinistas que tentam depor o governo da Nicarágua. Pela manhã, falando a um grupo de 200 auxiliares, Reagan afirmou: “Eu também sou um ‘contra’.”

(...) Buscando o apoio para a sua política contra a Nicarágua, o governo Reagan fez esta semana um ataque à direita, condenando nas Nações Unidas o regime chileno. A condenação, a primeira desde que o general Augusto Pinochet assumiu a presidência (em 1973), afirma que opositores chilenos são seqüestrados, torturados e mortos.

No encontro com duzentos assessores, ontem pela manhã, Reagan disse (...) não acreditar que o governo nicaraguense irá promover reformas democráticas: “Vocês já ouviram falar em um regime comunista disposto a se transformar numa democracia? É como se um gambá dissesse estar disposto a se transformar numa rosa!” Segundo Reagan, sem o apoio aos “contras” um “bastião comunista será instalado em nossa retaguarda”.<sup>1</sup>

Qual o “fato” a que essa notícia se refere? A opção do editor poderia, muito justificadamente, incidir sobre a declaração em que Reagan — chefe de uma su-

---

<sup>1</sup> FSP, 15.mar.1986, p. 23.

perpotência — se diz um “contra”, interferindo abertamente nos assuntos internos de outro país; o título, neste caso, poderia ser algo do tipo: “Reagan viola princípio de respeito à soberania nacional”, ou “Reagan proclama sua adesão aos ‘contras’”. É óbvio que, nesse caso, a forma e o conteúdo da matéria seriam completamente distintos.

Ou, o jornal também poderia eleger, como fato principal, a ruptura, ao menos no plano da retórica, da Casa Branca com regimes que ela mesma patrocinou — as ditaduras do Haiti, das Filipinas e do Chile. O título, neste caso, seria algo como: “Casa Branca rompe com antigos aliados”. A notícia, neste caso, implicaria a produção de um balanço sobre a política externa americana durante a Guerra Fria, operação que permitiria situar a América Latina em um contexto geopolítico mais amplo.

A FSP preferiu enfatizar a postura aparentemente “liberal” de Reagan, que de uma hora para outra teria optado pela defesa radical da democracia, contra “todas as ditaduras”. Mesmo uma leitura distraída do texto notará que a *Folha* simplesmente “comprou” a versão de Reagan. O “caso” da Nicarágua é listado entre outros “casos”, como Haiti, Filipinas e Chile, como se se tratasse da mesma coisa. É possível afirmar que o governo sandinista praticava abuso de poder, mas é impossível compará-lo às ditaduras sangrentas e antipopulares dos Duvalier no Haiti, de Ferdinand Marcos nas Filipinas e de Augusto Pinochet no Chile. Os sandinistas foram alçados ao poder por um amplo movimento popular de oposição a uma sangrenta ditadura (a da família Somoza), e não por meio de golpes palacianos (não raro, armados pela CIA).

Uma das coisas que mais me surpreenderam, na Nicarágua, foi o fato de que os “comandantes” sandinistas andavam sem guarda pessoal pelas ruas de Manágua (embora houvesse uma situação de guerra civil no país) e celebravam frequentes reuniões com camponeses e populares que expunham publicamente suas reclamações e queixas contra o governo. Apesar da evidente diferença entre o regime sandinista e as três ditaduras sangrentas, a FSP não faz qualquer menção a essa singela questão. E mais ainda: somos informados pela matéria que Pinochet “assumiu a Presidência” do Chile em 1973, como se esse ato fizesse parte da nor-

malidade institucional chilena. Nada se diz sobre as circunstâncias em que isso aconteceu. Os títulos das outras matérias da mesma página providenciam a criação de um “clima” ideológico que acolhe favoravelmente a tese “vendida” pelo discurso de Reagan: “EUA votam pela 1ª vez contra o Chile na ONU”; “Brasil também condena o governo chileno”; “Washington aperta o cerco ao regime de Pinochet”; e um providencial “É prevista derrota dos socialistas na França”.

Uma das possíveis leituras, a mais fortemente sugerida por esse conjunto de títulos, é: o governo brasileiro, um regime democrático que, graças a um movimento nacional, acaba de sair de uma ditadura, assumiu a defesa do mesmo ponto de vista de Reagan (a defesa da democracia contra todas as ditaduras). Em contrapartida, regimes socialistas (como é o caso dos sandinistas) não têm mais futuro no mundo contemporâneo, como mostram os prognósticos sobre a derrota dos socialistas franceses.

Ninguém sugere, aqui, que algum editor tenha, maquiavelicamente, pensado nisso tudo para dar esses títulos, compondo assim essa espécie de “meta-comentário” sobre política externa, mesmo porque não teria tempo para isso. O que se pretende mostrar é o resultado prático de uma linha editorial e interpretativa que analisa, hierarquiza e edita a notícia de forma coerente. Essa linha é incorporada pelo editor, principal responsável pelo produto final no âmbito de sua editoria e, eventualmente, pelos jornalistas, que passam a aplicá-la nem sempre conscientes disso. Exemplos desse tipo poderiam ser indefinidamente multiplicados.

Quando a matéria sobre o discurso de Reagan foi publicada, eu estava em Manágua. Seria apenas muito natural — e até obrigatório, segundo o *Manual de Redação* — que a FSP pedisse que eu procurasse as autoridades sandinistas para conhecer a sua versão dos fatos. Se o editor não adotou essa providência — eu mesmo tomei conhecimento dessa notícia muito tempo depois, ao voltar para o Brasil —, isso só pode ser explicado pelo fato de que a versão sandinista era considerada irrelevante pela direção do jornal. Durante o mês em que permaneci no país, apenas uma vez a FSP publicou matéria por mim enviada de Manágua com grande destaque, no alto da página, e mesmo assim porque, em seu título — “Ni-

carágua diz que a guerra justifica censura à imprensa; oposição denuncia ‘totalitarismo’” —,<sup>2</sup> o governo sandinista admitia que praticava a censura à imprensa.

Não há como atribuir o desinteresse editorial à falta de notícias interessantes. Basta mencionar, como exemplo, a matéria “Revolução divide a Igreja na Nicarágua” (16.mar.1986, p. 17), em que entrevisto o padre Miguel d'Escoto, então ministro das Relações Exteriores da Nicarágua e ardoroso defensor da Teologia da Libertação (suspensão de suas funções sacerdotais por João Paulo II) e o cardeal Miguel de Obando y Bravo, fiel representante do papa no país e aliado incondicional de Washington. O jornal publicou apenas uma pequena parte do material enviado, ainda assim em uma página repleta de anúncios que ameaçavam tornar o artigo invisível. E, no entanto, o assunto era do maior interesse jornalístico, tanto pelo seu conteúdo histórico, doutrinário e filosófico, quanto pelo fato de que o estudo da aplicação prática da Teologia da Libertação na Nicarágua coloca questões que ajudam a entender de maneira muito mais sofisticada a relação da Igreja Católica com a nação brasileira (basta lembrar que, junto com o movimento sindical metalúrgico do ABC paulista, as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, formaram o alicerce sobre o qual se fundou o Partido dos Trabalhadores, em 1979).

Poucos na América Latina e no mundo supõem ou conhecem o alcance, as implicações e a profundidade da experiência que resultaram da aplicação da Teologia da Libertação durante os dez anos de regime sandinista. Foi uma experiência tão forte e perturbadora que, durante o pouco tempo em que estive na Nicarágua, fui levado, sob o seu impacto, a questionar algumas convicções filosóficas, ideológicas e teóricas. Para mim, então um jovem jornalista de formação marxista, a Teologia da Libertação era apenas uma reformulação oportunista da religião judaico-cristã. Ao desembarcar em Manágua, eu alimentava uma relação de franca hostilidade ideológica para com os “padres ministros” e as maiores desconfianças em relação à “vocação revolucionária” da FSLN. Boa parte do governo sandinista, incluindo postos ministeriais estratégicos, era formada por padres “libertários” ou por leigos influenciados pelo catolicismo militante. Cinco padres católicos ocupavam altos cargos públicos: Miguel d'Escoto (ministro do Exterior), Ernesto Car-

---

<sup>2</sup> FSP, 09.mar.86, pág. 12



denal (Cultura), o jesuíta Fernando Cardenal (coordenador-geral da Cruzada Nacional de Alfabetização e vice-coordenador da Juventude Sandinista), Edgar Parrales (embaixador da Organização dos Estados Americanos) Alvaro Argüello Hurtado (representante do clero no Conselho de Estado)<sup>3</sup>.

O primeiro “choque” entre minhas expectativas e a realidade prática aconteceu justamente quando entrevistei Ernesto Cardenal, Miguel d'Escoto e o gordo, perfumado e paramentado cardeal Obando y Bravo, representante oficial de Roma. Enquanto Cardenal e D'Escoto tinham uma atitude que aparentava muita franqueza, sinceridade e abertura às críticas, Obando y Bravo era dissimulado, arredio, uma figura sombria. Essas impressões pessoais não podem ser atribuídas aos meus preconceitos, já que, como disse, não alimentava qualquer simpatia pela Teologia da Libertação. Cardenal e D'Escoto diziam celebrar a “teologia da vida”, em oposição à “teologia da morte” da Igreja tradicional. Propunham uma “insurreição evangélica”.<sup>4</sup> Obando y Bravo não tinha o que dizer, a não ser denunciar seus adversários como “destruidores da Igreja” e “proponentes de um materialismo travestido de religião”. O cardeal, na prática, funcionava como “eixo de aglutinação da oposição não armada ao regime”.<sup>5</sup>

Se a figura repulsiva de Obando y Bravo apenas confirmava minhas piores opiniões sobre a hierarquia da Igreja, as invectivas dos teólogos da libertação causaram grande impacto. Tive a sensação de que elas funcionavam como uma bizarra Inquisição: um discurso axiomático, sectário e autoritário (já que religioso) havia sido construído não para manter a ordem canônica de Roma, mas para questioná-la, ainda que em nome dos mesmos ícones cristãos. Enviei uma matéria — jamais publicada — em que descrevia a procissão de milhares de camponeses pobres e a missa campal professada pelos padres ministros. Na escuridão noturna, tochas iluminavam as faces sofridas e sombrias dos camponeses, enquanto os sacerdotes pronunciavam discursos de conteúdo puramente marxista. Eram comuns as aproximações entre a figura de Ernesto “Che” Guevara e a de Jesus Cristo (fe-

<sup>3</sup> Em dezembro de 1982, o papa João Paulo II, que jamais tolerou a Teologia da Libertação, chegou a condicionar sua programada visita à Nicarágua à renúncia dos sacerdotes - ministros.

<sup>4</sup> FSP, 16.mar.1986, p. 16

<sup>5</sup> Ibid, p. 16

nômeno que voltaria a observar, nos anos 90, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil).

Senti-me transportado no tempo, imaginei se não seriam assim as manifestações lideradas por Lutero contra Roma, e fiquei como em estado de transe hipnótico. O meu sentimento era ambíguo. Por mais que me causasse revolta intelectual essa mistura de registros (o teológico e o político), por mais que eu conhecesse os riscos de assim ver reproduzida uma experiência de natureza totalitária, ao mesmo tempo era nitido que aquele seria o único discurso mediante o qual a massa imensa de pobres camponeses poderia absorver a noção de que a Igreja oficial era uma arma nas mãos dos mesmos latifundiários que sustentavam Somoza. Era também, provavelmente, o único modo de forjar uma certa identidade coletiva, um certo consenso sobre a forma mais correta de agir. Na Nicarágua, pude entender um pouco melhor a revolução liderada pelo aiatolá Khomeini no Irã, em 1979.

Apesar da força, da profundidade e da amplitude dessa experiência contemporânea, ela permanece ignorada no Brasil. Sempre que leio ou vejo na televisão brasileira alguém discutindo a questão religiosa e as alternativas no interior da Igreja Católica, noto a absoluta ausência de menção à mais poderosa e fantástica experiência de aplicação do catolicismo, segundo uma interpretação radicalmente distinta daquela praticada pelo Vaticano. Esse vácuo de referência, na maior parte dos casos, é fruto da pura e simples ignorância, já que a experiência da Teologia da Libertação no poder está registrada em uma imensa quantidade de publicações nicaragüenses da era sandinista, algumas dando maior ênfase aos aspectos políticos, outras ao aspecto doutrinário e teológico e outras, ainda, ao aspecto prático da “evangelização”.

Por exemplo, o livro *Ministros de Dios, Ministros del Pueblo*, de Teófilo Cabestrero (Ed. Ministério da Cultura, 1983), traz as reflexões dos três principais padres ministros — Ernesto Cardenal, Fernando Cardenal e Miguel d'Escoto — sobre questões teológicas e políticas. Analisam os conflitos com o Vaticano, com o colegiado de bispos da Nicarágua e explicam suas próprias posições sobre política, religião e evangelização. Outra obra, uma coleção de livros intitulada *El*

*Evangelio en Solentiname*, de Ernesto Cardenal, condensa os sermões e diálogos do autor com a comunidade camponesa católica de Solentiname, um arquipélago situado no Lago de Nicarágua. Reproduzo, em seguida, um trecho qualquer, tomado integralmente ao acaso, apenas para ilustrar o tipo de trabalho que era feito:

**El niño Jesús en el templo** (Lucas 2, 41-52) — “Cuando Jesús cumplió doce años, fueron todos a Jerusalén como era la costumbre en esta fiesta. Y al regresar ellos, cuando se terminó la fiesta, el niño Jesús se quedó en Jerusalén sin que su madre y José se dieran cuenta.”

Cominezan ablando los jóvenes.

**Primero Manuel:** Desobedeció, se les perdió, así el joven debe desobedecer cuando sus padres lo quieren tener sólo para ellos, lo quieren apartar de la comunidad, de su trabajo con los otros jóvenes, de su deber, de la lucha.

**Después Laureano,** que siempre habla de la revolución: Como los guerrilleros que se van a pelear contra la voluntad de sus padres.

Y habla uno de los viejos: Estaba correcto que un niño de doce años hiciera eso? No debía pedir permiso primero? No se le hubieran negado. Hay que ver también la pena que les dios después al andarlo buscando. María lo regañó...

**Y outro de los jóvenes:** Tal vez no le hubieran dado el permiso. Y por eso tuvo que haverlo así. Jesús nos da una lección aquí de independencia de la familia.

**Olivia:** También lo hizo para irlos preparando. Después se iba a alejar de ellos, y una vez María y los demás familiares lo llegaron a buscar y él les dijo que su familia era la comunidad. Y después a María se le perdió en la muerte, pero al tercer día, como en el templo, fue encontrado.<sup>6</sup>

Além dos registros sobre a experiência prática da Teologia da Libertação, foi publicada uma infinidade de livros, cadernos e álbuns de todos os tipos, mostrando a produção literária de jovens e camponeses nas “*tálleres* (oficinas) de poesia” abertas em Manágua e outras cidades, além de trabalhos culturais de natureza folclórica, de encenações de grupos de teatro, de mostras de artes plásticas recuperando motivos indígenas e do cultivo e fruição de uma variedade imensa de ritmos musicais, misturando salsa caribenha, sons indígenas e *rock*. Camponeses que nunca puderam freqüentar escolas, foram alfabetizados e tiveram a oportunidade de participar de grupos culturais.

O Ministério da Cultura divulgava uma coleção intitulada *Poesia Libre*, composta por cadernos com poemas de autores latino-americanos, africanos e nicaraguenses. Era comum a edição de livros como *Queremos Tanto a Julio - 20*

<sup>6</sup> Ernesto CARDENAL, *El evangelio en Solentiname*, p. 56.

*Autores para Cortazar*, em que autores latino-americanos homenageavam o escritor argentino. Não havia, portanto, nada que se assemelhasse ao cultivo de um sentimento “patrioteiro” ou nacionalista, a menos que se estendesse o conceito de “pátria” a toda a América Latina, em oposição ao “imperialismo ianque” (o que não impedia a colaboração e participação de escritores e artistas americanos, como mostram, por exemplo, os ensaios “*Julio, cronopio y patafisico*”, de Darwin J. Flakoll, e “*Conversación realimaginaria*”, de Margaret Randall, ambos dos Estados Unidos).

Claro que também se produzia muita coisa de pouca ou nenhuma qualidade literária, como alguns poemas que mais pareciam panfletos, enaltecendo o “combate ao inimigo” e a “glória de Augusto César Sandino”. Mas isso não era resultado de nenhuma “linha oficial”. Era, muito mais, uma espécie de reação psicológica, bastante compreensível no contexto de guerra civil, pobreza e bloqueio econômico que vivia o país. Também havia muita coisa bonita, além do aspecto comovedor de presenciar um jovem camponês pobre nascer para o mundo das letras e das artes, não raro freqüentando as *tálleres* ainda portando metralhadoras e fuzis com que participava dos treinos e das rondas contra as atividades dos “contras”. Apenas para ilustrar o tipo de poesia que era então feita, reproduzo em seguida dois exemplos, colhidos ao acaso, do livro *Poesia Campesina de Solentiname*, organizado e editado por Mayra Jiménez:

En el bus  
 una muchacha  
 de pie con un  
 ramo de flores.  
 Te recuerdo  
 aquella tarde  
 viniendo por el correo  
 comprando un  
 ramo de flores  
 rojas para mi.

(Myriam Guevara)<sup>7</sup>

Bonita vos com tu vestido a la moda

<sup>7</sup> Mayra JIMÉNEZ (org.), *Poesia campesina de Solentiname*, p. 122

por la Avenida Central  
pero más bonita sos en el acampamento  
com el uniforme y tu fusil.

(Bosco Centeno)<sup>8</sup>

É muito difícil descrever o ritmo frenético com que a vida estava se transformando na Nicarágua. Todos os costumes e as tradições estavam sendo profundamente questionados, colocados de pernas para o ar. As mulheres, até como decorrência de seu papel fundamental na luta de guerrilha, adquiriram uma enorme visibilidade social e política. Um exemplo comum: Nelba Blandón, 28 anos, capitã do Exército que ocupava o importante cargo de chefe do Serviço Nacional de Censura. Entrevistada por mim para a FSP<sup>9</sup>, recebeu-me em seu escritório, tipicamente usando uniforme militar e portando arma à cintura. Outro exemplo: a primeira-dama Rosario Murillo, mulher do então presidente Daniel Ortega. Elegante, poetisa com vários livros publicados, ela era também ativista e, como secretária-geral da Associação Sandinista dos Trabalhadores da Cultura, uma das principais responsáveis pela organização das “*tálleres de poesia*”.

Também jovens que mal haviam deixado a adolescência e eram chamados a ocupar cargos importantes nas “milícias populares” e nos órgãos de administração pública. Sete anos após a queda de Somoza, ainda havia um clima de inquietação cultural, um certo “frenesi” no ar. De fato, as pessoas estavam ainda se habituando a um clima de liberdade poucas vezes experimentado ao longo do século.<sup>10</sup> Não havia, em hipótese alguma, um clima opressivo. Ao contrário, fiquei surpreso com o grau de liberdade e abertura com que as pessoas, incluindo membros da oposição burguesa, faziam todo tipo de críticas ao governo, não apenas em conversas pessoais, mas também em programas de rádio, televisão e da imprensa escrita.

A censura incidia, fundamentalmente, sobre informações de natureza logística (aí incluindo os setores de abastecimento e controle das Forças Armadas), não

<sup>8</sup> Ibid., p. 58

<sup>9</sup> FSP, 9. mar. 1986, p. 12.

<sup>10</sup> Como viajei com meus próprios recursos, ao invés de hospedar-me algum hotel preferi a opção mais barata de alugar um quarto na casa de uma viúva. Ela e seus amigos — que não tinham qualquer razão para mentir ou “fazer propaganda” favorável ao governo — contaram que jamais haviam experimentado tal sensação de



se comparando, nem de longe, ao cerceamento das liberdades que experimentamos no Brasil após o 13 de dezembro de 1968 (AI-5). Pude constatar pessoalmente, enfim, as impressões também divulgadas por Noam Chomsky:

Through the 1980s, Nicaragua has been quite unusual in the openness of its society in a time of crisis. Hostile journalists who are hardly more than agents of the great power attacking Nicaragua travel and report freely throughout the country. Bitterly anti-Sandinista U.S. officials and other advocates of the U.S. terrorist attack are permitted to enter and deliver public speeches and news conferences, calling for the overthrow of the government, and to meet with the U.S. funded political opposition, segments of which declare the same ends and barely conceal their support for the contras. Domestic media that identify with the attack against Nicaragua and its purposes, and are funded by the foreign power attacking the country, have been subjected to harassment, censorship, and periodic suspension; but neither they, their editors and staff, nor opposition figures with the same commitments have faced anything remotely like the repression of media and dissidents in the U.S.-backed “fledgling democracies”, and the record compares favorably with that of the U.S.-allies or the United States itself, surprising as the conclusion may be to people who have not sought to determine the facts.

Furthermore, in a most remarkable display of arrogance and ignorance, none of this is so much as noticed in the United States. Similarly, it is considered obviously appropriate — and therefore requires no comment or even reporting in the national media — for the United States to impose barriers to freedom of travel unknown in a weak and tiny country under U.S. attack: to bar entry of tortured mothers from El Salvador who have been invited to speak in small towns, or opposition parliamentarians from Nicaragua who oppose contra aid, or critics of the Vietnam war, years after it terminated.<sup>11</sup>

Se havia uma terrível desinformação construída pela mídia internacional, particularmente americana, em relação à censura e ao grau de controle político exercido pelo regime, havia mais ainda em relação à natureza ideológica do programa da Frente Sandinista. O governo sandinista nunca pretendeu ser “comunista”, no sentido tradicional da palavra — cuja referência maior era o padrão stalinista implantado na União Soviética. Cuba tampouco era um “modelo” para o sandinistas, embora houvesse uma intensa relação de colaboração entre os dois países. Não apenas nunca houve qualquer tentativa de completa estatização dos meios de produção e controle do sistema financeiro, como partia do próprio go-

---

liberdade, e que essa sensação compensava todas as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país — em grande parte decorrentes do bloqueio econômico determinado pelos Estados Unidos.

<sup>11</sup> Noam CHOMSKY, *Necessary Illusions - Thought Control in Democratic Societies*, p. 324-5.

verno sandinista a proposta de estabelecer aquilo que eles qualificavam como “sistema de economia mista”, comportando um vigoroso mercado, mas regulamentado pelo Estado (uma espécie de social-democracia avançada e adaptada à sociedade nicaragüense).

Houve um setor da assim chamada burguesia nicaragüense que manteve uma relação de diálogo com os sandinistas, antes, durante e após a queda de Somoza. A guerra civil que se desenvolveu na Nicarágua nos anos 80 foi, muito mais, resultado das pressões de Washington, que formou e armou o exército dos “contras”, como ficaria claramente estabelecido durante as investigações do assim chamado escândalo Irã-contras, em 1987. Os próprios sandinistas tratavam de deixar isso muito claro. Reproduzo, em seguida, trechos de uma entrevista que fiz com o vice-presidente Sérgio Ramírez:

*Folha — Os empresários do Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep) acusam o governo de perseguir os proprietários das grandes indústrias. Qual a posição de seu governo diante disso?*

*Ramírez —* O problema é que estas organizações são da mais pura extrema direita. O Cosep, por exemplo, não aglutina empresários de várias opções ideológicas. Não se trata de uma organização pluralista, disposta a lutar com o governo no terreno das reivindicações econômicas. Este tipo de batalha, nós aceitamos com outros empresários que não pertencem ao Cosep. Ocorre que esta organização é pró-ianque, contrária a qualquer tipo de mudança na Nicarágua e por isso tem uma posição extrema. A Frente Sandinista defende economia mista, é um dos princípios de nossa proposta de Constituição. Defendemos o direito à propriedade privada. Queremos manter uma posição de equilíbrio, que aglutine as forças progressistas e democráticas de nosso país. Em torno de um programa pluralista, democrático, de economia mista e não-alinhamento. Esta posição choca-se com a extrema direita.

*Folha — A defesa da economia mista não é contraditória com a proposta sandinista de um governo operário e camponês?*

*Ramírez —* Nosso governo é operário e camponês na medida em que defende os interesses de 95% da população nicaragüense, composta de trabalhadores humildes, sem terra, assalariados do campo, operários de fábrica, trabalhadores de rua. Seria um absurdo se tivéssemos realizado uma revolução aqui para defender os interesses de 5% da população. Nosso governo, então, é popular, mas tem um sentido pluralista. Não é difícil entender isso. Nós não nos movemos por esquemas ideológicos, e procuramos construir um sistema adequado à Nicarágua. E, ao nosso ver, este sistema deve ser de economia mista, pluralismo político e não-alinhamento. Acreditamos que, com isso, poderemos unificar a sociedade

democrática nicaragüense e vencer este momento muito difícil de nossa história. Queremos provar que a mudança é possível na América Latina.<sup>12</sup>

Curiosamente, o título da entrevista, dado pelo editor, foi: “Nicarágua prega união latino-americana”. Não poderia ser mais ameno, “neutro” e insosso, já que qualquer político, de qualquer tendência ideológica, em qualquer época poderia ter dito exatamente a mesma coisa. Entretanto, mesmo uma leitura distraída só desse pequeno trecho da entrevista permitiria ao jornal, se quisesse, enfatizar questões muito mais interessantes e “quentes” — como, aliás, manda o *Manual de Redação*. Por exemplo: “Nicarágua defende direito à propriedade privada”; ou “Sandinistas querem socialismo com mercado”. O problema é que qualquer uma dessas opções fugiria à lógica adotada pela FSP em relação à Nicarágua. Não se trata de um “descuido” ou de uma “incompetência” do editor, mas de uma lógica politicamente determinada.

Uma objeção aparentemente sólida, nesse ponto, seria a seguinte: as declarações de Ramírez não passavam de pura retórica, por isso não mereceriam maior destaque. Essa linha de argumentação é insustentável, já que qualquer cobertura jornalística de eventos políticos, ou é uma cobertura da retórica sobre o evento político ou o evento político é a própria retórica. Qualquer principiante em jornalismo sabe que as mesmas palavras na boca de um cidadão anônimo, de um deputado da oposição e de um representante do governo têm conotações radicalmente distintas. Se o vice-presidente de um país diz representar um governo operário-camponês e diz, ao mesmo tempo, ser favorável à manutenção do regime de propriedade privada, isso tem importância jornalística, qualquer que seja a análise que se faça. Além disso, não eram palavras vazias. Elas se sustentavam em fatos. Vejamos o que diz, a esse respeito, o especialista americano Dennis Gilbert:

Yet, after nearly five years of Sandinista rule, most production remained in private hands (...) In the face of the bourgeoisie's clear hostility and undynamic economic performance, the FSLN continued to regard the mixed economy as part of its official line. “We want to create a country where social classes can co-exist”, National Directorate member Bayardo Arce told the *Miami Herald* in 1983. “The bourgeoisie has its future guaranteed in this country as never before.

<sup>12</sup> FSP, 19.mar.1986, p. 18.

Let them have their businesses, their money, their schools, their servants, their trips to Miami. We have never wanted to get rid of the bourgeoisie. We do not want to do it now. We are not going to do it.”

Arce’s words might be discounted because of their petulant tone and intended American audience. But in a concurrent interview published in Spanish and obviously aimed at an international leftist audience, his colleague Jaime Wheelock emphasized the importance of profit incentives; spoke of “long-term security” for producers “and their children”; and contended that as long as “revolutionary power” was in place, a “social transformation” might be based on selective expropriation of the means of production.<sup>13</sup>

Esse trecho já é suficiente para mostrar que, no mínimo, a posição dos sandinistas sobre a propriedade privada e as relações com a burguesia era muito mais complexa do que em geral sugeria a retórica de Washington e dos “analistas” internacionais. O medo do futuro era muito mais um estado de espírito burguês provocado pela perda do poder político do que resultado de uma suposta prática de expropriação sandinista. A “hostilidade” partia muito mais da burguesia do que dos sandinistas.

Eu pude comprová-lo, mediante uma série de entrevistas com empresários filiados ao já mencionado Cosep e outros, independentes, que mantinham negociações com os sandinistas (alguns chegaram a dizer que nunca haviam obtido tantos incentivos do governo como após a queda de Somoza). Esse material todo foi enviado à FSP, mas jamais foi publicado e se perdeu. O impressionante, nisso tudo, é a maneira pela qual o debate sobre uma questão tão importante — as relações possíveis entre um regime político “socialista” ou “cooperativo” e a economia de mercado — foi abortado ou impedido, não na Nicarágua, mas no Brasil e, de maneira geral, em todo o mundo.

A postura da FSP — e a dos demais jornais da “grande imprensa” brasileira — em relação à Nicarágua se explica, em parte, como um resultado do “consenso fabricado” pela mídia americana sobre o curso da revolução sandinista. Chomsky notou que, no início dos anos 80, a mídia americana dividia em duas grandes vertentes o debate sobre que atitude os Estados Unidos deveriam adotar em relação à

<sup>13</sup> Dennis GILBERT, “The Bourgeoisie”, in Thomas W. WALKER (org.), *Nicaragua - The First five Years*, p. 178-181. O livro é uma coletânea de análises especializadas sobre a Nicarágua. Seu organizador foi diretor do Departamento de Latin American Studies da Universidade de Ohio. Dennis Gilbert é sociólogo, professor no Hamilton College em Clinton (NY), PhD da Cornell University.

Nicarágua: uma das vertentes era representada pelos “pombas” e a outra, pelos “falcões”.<sup>14</sup> “Pombas” eram aqueles que achavam que Washington deveria pressionar o governo sandinista mediante sanções econômicas e ofensiva diplomática, sem lançar mão de recursos militares ou do uso da força (o “fantasma do Vietnã” era, então, invocado com frequência); os “falcões” advogavam o recurso a operações clandestinas e intensificação do auxílio aos “contras”.

Divididos entre “pombas” e “falcões”, ninguém jamais se lembrava de discutir o singelo fato de que os Estados Unidos não tinham o direito de intervir abertamente nos assuntos de outros países. Assim, o debate sobre a Nicarágua dava como estabelecida uma premissa que jamais era colocada em questão. A mídia nacional, incluindo a própria FSP, adotou uma linha colonizada e provinciana, que se limitava a refletir a percepção da mídia americana.<sup>15</sup> Basicamente, era muito mais cômodo aceitar a cobertura feita pelas grandes agências de notícia e pelos veículos americanos do que investigar o que de fato acontecia na “república de bananas” nicaragüense.

A aceitação provinciana de imagens e certezas preconcebidas sobre outros povos e culturas se deve, em parte, ao fato de que cultural e psicologicamente é muito mais fácil sustentar um preconceito do que desmontá-lo. Ao longo de minha carreira profissional, passei por vários “choques culturais” — como o que aconteceu na Nicarágua — e aprendi, a duras penas, que não há nada que forneça garantias intelectuais contra o preconceito. É muito difícil, talvez impossível, elaborar um conceito sobre outros povos e culturas que não seja profundamente afetado por “certezas” e imagens estereotipadas e reducionistas. Tampouco o contato direto com outras culturas garante, por si só, que o preconceito vá ser demolido.

<sup>14</sup> Cf. documentário *Noam Chomsky — Manufacturing Consent*, produzido pela televisão pública canadense e levado ao ar pela TV Cultura de São Paulo em março de 1996.

<sup>15</sup> Uma declaração curiosa e bem-humorada sobre o provincionismo da mídia nacional foi feita pelo jurista Dalmo de Abreu Dallari, durante um debate realizado na USP, em 25 de agosto de 1987: “Nós verificamos que na imprensa brasileira é muito comum, e a gente fica sem saber por quê, aparece uma notícia de que no Estado do Arizona uma mulher escorregou e quebrou o braço. Bom, e daí? E por que colocar isto em um jornal brasileiro? Qual é o interesse de um brasileiro saber que isto aconteceu? Será que não há nada mais importante a noticiar? Será que não está acontecendo nada no Brasil que mereça mais atenção? É claro, a gente fica com pena da mulher do Arizona que quebrou o braço, mas realmente é um pormenor insignificante em termos de interesse social brasileiro” (in José GOLDEMBERG e José Marques de MELO (org.), *Direito à Informação, Direito à Opinião*, p. 44-5).



Pode ser até reforçado, se não houver a disposição de se colocar em cheque os próprios valores.

Não raro, portanto, veículos da mídia participam do “consenso fabricado”, muito mais por inércia preconceituosa e ignorância intelectual do que por uma vontade política consciente. Muitos editores simplesmente não se dão conta de que poderiam haver outras alternativas, desde que fossem colocados em questão os pressupostos sobre os quais se baseiam as metáforas colocadas em circulação pelas agências internacionais e outras matrizes produtoras de narrativas. Não raro, portanto, uma cobertura jornalística é pobre, justamente por fazer parte do consenso.

Um mês na Nicarágua foi o suficiente para mostrar para mim mesmo que eu não sabia quase nada sobre aquele país. Não que me faltasse “informação” — ao contrário, eu estava, teoricamente, bem preparado para enfrentar uma cobertura jornalística da Nicarágua, por qualquer padrão de qualidade normalmente exigido: conhecia razoavelmente a história da Nicarágua e de suas relações com os Estados Unidos, o processo de formação do movimento sandinista, seus princípios teóricos, as “brigas” entre os vários grupos que compunham a Frente Sandinista e, claro, os postulados da Teologia da Libertação. Acompanhava o noticiário da época, por meio dos despachos das agências internacionais, de revistas especializadas como *The Economist* e dos noticiários de televisão. Estava, portanto, tão bem informado quanto fosse possível.

Mas faltava-me aquilo que hoje denominaria a “experiência do intramundo”, ou o acesso direto ao “mundo vivido” das pessoas que haviam sofrido sob a ditadura de Somoza e que experimentavam, na era sandinista, condições integralmente novas de vida. Comecei a me dar conta, na Nicarágua, de que não há cobertura da imprensa escrita ou “transmissão ao vivo” que substitua o diálogo com as pessoas que participam de determinado processo, não apenas porque existe no diálogo direto, pessoal, uma troca de afetos insubstituível por qualquer outro meio tecnológico de comunicação, mas também porque ao dialogar eu me tornava parte integrante do processo.

Não apenas a experiência “deles” me afetava, como a minha presença ali afetava, de uma forma ou de outra, a vida “deles”. Não é difícil imaginar a importância que adquiria, aos olhos de um garoto camponês pobre, a presença de um “periodista de Brasil” que se interessava pelo seu trabalho em alguma “*táller* de poesia”. Da mesma forma, é completamente diferente obter informações estatísticas sobre a vida na Nicarágua sandinista e conversar com pessoas que participavam diretamente da experiência, não apenas por uma questão de “confiabilidade da fonte”, mas por uma determinada percepção que só pode ser captada em uma relação de empatia. Se é importante perceber o temor e a hostilidade de um empresário em relação aos sandinistas, é igualmente fundamental colher as impressões de uma viúva, de uma jovem camponesa, de um comandante militar.

Essa troca de impressões — repleta de acidentes, de acontecimentos casuais, de trocas de olhares, de relações não-verbais — é que acabará formando a convicção mais profunda e duradoura em relação a determinado evento. Ninguém pretende afirmar, com isso, que para conhecer os processos históricos é absolutamente necessário nem sequer suficiente vivê-los pessoalmente. Semelhante afirmação implicaria abolir a possibilidade da linguagem. Nenhum de nós viveu no Egito dos faraós, mas temos uma razoável certeza de que o que sabemos sobre ele é verossímil, porque podemos entender o mundo que os egípcios criavam por meio da linguagem, e só podemos entendê-lo porque também nós criamos o nosso mundo da mesma forma.

Outra coisa é que a experiência concreta dos fatos, aquela que produz o choque entre o saber teórico prévio e a própria vida, permite que a própria leitura, assim amadurecida, adquira uma nova profundidade. Passa a admitir novas indagações, a questionar o senso comum, assim como rejeita explicações sistemáticas que parecem colocar tudo “em seu devido lugar”. Indaga, enfim, sobre o que não foi dito. É essa suspeita, é essa permanente inquietação que impulsiona o procedimento “arqueológico” de que fala Foucault — a escavação paciente e muitas vezes demorada de camadas e camadas de discursos que narram, sob ângulos distintos, o mesmo mundo.

Mas isso tudo é só uma parte do problema, já que o contrário também acontecia: muitas vezes, em minhas coberturas, fui extraordinariamente auxiliado pelo aparato conceitual teórico — interpretativo (no caso, marxista), na tentativa de apreender a situação política, social e econômica de determinado país. Não raro, o domínio desse recurso significou a diferença entre uma cobertura jornalística mediana e “morna”, sem qualquer brilho e ousadia, e a cobertura “arrojada”, motivada por hipóteses políticas não evidentes, por apostas em determinado rumo dos acontecimentos que orientavam os meus esforços de campo para fazer reportagens e obter determinadas entrevistas.

Assim, ao mesmo tempo em que aprendi a “desconfiar” dos sistemas ideológicos fechados e totalizantes — entre eles, o próprio modelo marxista —, também aprendi que em certas situações eles podem ser úteis, essenciais até. Se em Manágua fui forçado a constatar a imensa distância entre o conhecimento teórico e o acontecimento experimentado como mundo vivido, em Porto Príncipe, para onde me dirigi logo após deixar Manágua, vi como os sistemas teóricos podem ser úteis e necessários à compreensão dos fatos mais aparentes da vida cotidiana. Esse foi, portanto, o início de um longo aprendizado sobre a importância e o fracasso relativo dos sistemas e esquemas que tentam interpretar o mundo.

Fui enviado a Porto Príncipe pela FSP, em 19 de março de 1986, encerrando minha estadia na Nicarágua. O Haiti vivia, então, uma situação de transição política turbulenta. No dia 7 de fevereiro, caíra o presidente Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier, encerrando três décadas de uma sangrenta ditadura, iniciada em 1957 pelo seu pai, François “Papa Doc” Duvalier (morto em 1971, quando o poder passou ao seu filho). O fim do período “duvalierista” abriu um vácuo de poder no país, já que enquanto durou a ditadura, amplamente apoiada na brutal repressão exercida pelos *tonton macoute* (a temida guarda presidencial), não se formaram novas lideranças, à exceção de um pequeno grupo de pastores protestantes e padres católicos que exerciam suas atividades políticas no exílio, principalmente em Miami, onde foi criado o bairro Little Haiti.

Saber quem ocuparia o poder tornava-se, assim, uma questão central. Logo ao desembarcar em Porto Príncipe, presenciei uma cena impactante: em um ponto

da praça central da cidade, bem diante do palácio presidencial, uma pequena multidão se aglomerava em torno de um homem que erguia a camisa e mostrava o corpo cheio de feridas e marcas de tortura. Não era necessário entender uma palavra de *creole* para saber que ele estava denunciando os *tonton macoute* pela prática de tortura. A multidão reagia com fúria. Toda a situação política do Haiti estava concentrada naquela cena: um homem comum, visivelmente pobre, denunciava a polícia de elite do país (que não havia sido desmobilizada, bem diante da sede do poder, sendo apoiado por uma pequena multidão que o aplaudia sem dar qualquer sinal de medo.

O que se configurava era, claramente, uma clássica situação pré-revolucionária, descrita por Lênin segundo uma fórmula bastante sintética e precisa: “Os que estão em cima não podem manter a ordem e os de baixo já não suportam mais a opressão”. Não tive dúvidas: escrevi minha primeira matéria de Porto Príncipe orientado por esse norte, afirmando que a violência poderia irromper a qualquer momento nas ruas da capital:

Um mês e meio após a fuga do ditador Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier, o clima ainda é de intranqüilidade e tensão nas ruas de Porto Príncipe, a capital do Haiti. Basta que se pronuncie o nome “Baby Doc” para que os ânimos se exaltem. O toque de recolher continua em vigor, das 23h às 5h, e a presença da polícia é ostensiva. Muitos muros da cidade estão pichados com inscrições contra os Duvalier (...). Uma delas, escrita em crioulo (o idioma local, uma mistura de francês com inglês e dialetos africanos), diz: “*Krab a Aje Likite Dan Aba Makout*” (“Nós não queremos os ‘tonton macoute’ nunca mais”). Esta expressão de ódio contra a antiga polícia política dos Duvalier sintetiza o estado de espírito da população.<sup>16</sup>

E no dia seguinte:

O ministro da Justiça do Haiti, Gérard Gourge, demitiu-se ontem de seu cargo. Ele era o único dos cinco membros do Conselho Nacional de Governo (CNG) que não se identificava com o regime de Jean-Claude Duvalier (“Baby Doc”). Os outros quatro — general Henry Namphy, presidente do CNG, os coroneis Max Vales, William Regala, Prosper Avril e o engenheiro Alex Cineas — eram todos homens de “Baby Doc”. A presença de Gourge no CNG era um dos

<sup>16</sup> FSP, 20.mar.1986, p. 33.

argumentos centrais do governo para responder aos que acusavam Namphy de chefiar um “duvalierismo sem Duvalier”.

Sua demissão tira do CNG a aparência de “renovação” e coloca o novo governo diante de uma situação de fato: ou aponta uma saída democrática para a crise política, o que envolveria a punição de “Baby Doc” e dos odiados “tonton macoutes”, ou terá que se utilizar da repressão para conter uma explosão social cujas manifestações são latentes no cotidiano de Porto Príncipe, a capital.

(...) Os líderes da oposição não são capazes de oferecer saídas. Há uma reivindicação básica que unifica a oposição: a extradição de “Baby Doc” e todos os oficiais ligados ao seu regime asilados no exterior (entre eles o coronel Albert Pierre, asilado em Fernando de Noronha, Brasil), seu julgamento e punição imediata pelos seus crimes. Ontem mesmo, antes de renunciar, Gourge havia anunciado a decisão de pedir ao Brasil a extradição de Pierre.

(...) Na realidade, há um vazio de poder no Haiti, criado pela fuga de “Baby Doc” e a subsequente formação de um governo que não conta com respaldo popular. O movimento de massas que provocou a fuga do ditador, por seu lado, não reconhece a liderança de nenhuma organização ou partido político. O vazio de poder combina-se, assim, com a ausência de líderes e perspectivas.

A Igreja Católica, nesse contexto, desempenha um papel central. Suas comunidades de base, criadas em 1980, hoje atuam em todo o país. Mas isso ainda é muito pouco para enfrentar a crise política.<sup>17</sup>

As duas reportagens foram mais do que suficientes para provocar a “ira sagrada” da direção da FSP. Recebi uma advertência verbal, por telefone, em Porto Príncipe. Os argumentos eram os seguintes: 1) a FSP é um jornal cujas reportagens se baseiam em fatos, não em interpretações; 2) nenhuma das agências internacionais ou jornais que cobriam o Haiti estavam falando em “vazio de poder” e muito menos em “movimento de massas” e “revolução”; 3) eu não estava escrevendo para um “jornal de centro acadêmico”, mas para uma publicação séria, e por isso não deveria estar utilizando conceitos e “linguagem marxista”.<sup>18</sup>

Junto com a advertência, recebi também a ameaça de ser imediatamente retirado de Porto Príncipe, a menos que eu passasse a reportar “os fatos”, e não minhas “interpretações”. Vemos aqui, portanto, a própria aplicação prática do *Manual de Redação*, em todo o seu esplendor. A questão central, novamente, é: o que era, onde estava o “fato” e onde estava a “interpretação” naquelas circunstâncias? A resposta, também neste caso específico, está dada pelo “consenso” internacional

<sup>17</sup> FSP, 21.mar.1986, p. 20.

<sup>18</sup> A reportagem só foi publicada nos termos em que foi escrita por um desses acasos que às vezes acontecem. Como o material foi enviado durante o fim de semana, parte da direção de redação estava de folga. Isso — mais um certo “clima de feriado” que toma conta das redações aos sábados e domingos — fez com que o material não fosse lido com o rigor habitual.



criado pela mídia — os despachos das agências internacionais e as reportagens de outros jornais (isto é, basicamente o *NYT*, *The Washington Post*, *The Economist* e o telenoticiário). O “consenso fabricado” adquire um caráter normativo, mesmo tendo o jornal um correspondente no local.

Se na cobertura da política nacional ser “diferente” pode ser, eventualmente, uma virtude, algo que diferencia o jornal da concorrência, na cobertura de política externa a “diferença” era, e continua sendo, algo muito preocupante, uma quase heresia. Querendo ou não as agências internacionais, o “vazio de poder” era, para mim, um fato nítido e central, ao qual se subordinavam todos os outros fatos. Assim, mantive o meu ponto de vista, mas já antevendo a hipótese de fazer as malas muito antes do que estava previsto.

Em Porto Príncipe, mais do que em Manágua, senti a violência implicada nesse processo de imposição normativa. Enquanto ninguém questionou o que eu escrevi a partir de Manágua — simplesmente, o jornal não publicava, ou o fazia com pouco destaque —, em Porto Príncipe o que estava em questão era minha capacidade de julgamento. A partir do momento em que cometi a heresia de diferir do consenso, tornei-me uma espécie de “pária”.

A diferença entre as duas situações era a seguinte: enquanto a situação política e ideológica já estava relativamente estabilizada na Nicarágua (os campos em luta já estavam definidos e equacionados pela lógica da Guerra Fria), no Haiti a situação era muito mais incerta. Abria, nesse sentido, muito mais espaço para o jogo entre várias linhas possíveis de interpretação, algumas privilegiando o poder mobilizador e desestabilizador das massas em luta, outras enfatizando o jogo na esfera do poder político institucional, que tinha como referência a estratégia definida por Washington (que apoiou, inicialmente, o governo chefiado por Henry Namphy, em nome da estabilização do “regime democrático”).

A sorte me ajudou. Poucas horas depois da advertência que sofri da FSP, uma série importante de fatos tornou irrefutável a minha linha de interpretação. O general Namphy destituiu a junta e assumiu sozinho o poder, em meio a dezenas de manifestações, passeatas, barricadas e luta entre populares, o Exército e “ton-tons macoutes”. Porto Príncipe, em resumo, virou um pequeno inferno, sem que

ninguém soubesse muito ao certo quem é que estava no poder. Todos os fatos se precipitavam com extraordinária rapidez.

O Conselho Nacional de Governo (CNG), formado a 7 de fevereiro, após a fuga do ditador Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier, foi dissolvido ontem pelo general Henry Namphy, 53, que se proclamou presidente do Haiti. Namphy, que chefiava o Estado-maior do Exército haitiano até assumir o comando do CNG, anunciou em entrevista no palácio presidencial de Porto Príncipe, a capital, que presidirá uma nova junta de governo, integrada por mais dois membros (ambos ex-aliados de Duvalier). A entrevista foi concedida às 13 horas, quando mais de três mil pessoas protestavam diante do palácio, gritando slogans como “não queremos mais Namphy, não queremos os leopardos (tropas de elite do Exército)”. A manifestação foi dissolvida por soldados e policiais, que dispararam tiros e lançaram bombas de gás lacrimogêneo. À noite, informou-se que pelo menos dez pessoas morreram.

(...) Nas últimas 48 horas, os haitianos realizaram dezenas de manifestações de rua, erguendo barricadas, incendiando pneus e lutando contra a polícia. A principal reivindicação da população é a punição de Jean-Claude “Baby Doc” Duvalier e dos “tontons macoutes”, responsabilizados pelas mortes de milhares de opositoristas e pela miséria do país, o mais pobre do Ocidente e onde 80% da população são analfabetos. Não se trata de um movimento organizado, mas de protestos espontâneos, provocados por ódio acumulado e pela fome. Os partidos de oposição, tanto os moderados como os de esquerda, não sabem o que fazer e sua participação nos protestos é nula. A repressão é violenta e tiros são ouvidos em todos os bairros de Porto Príncipe. No final da tarde de ontem, antes do toque de recolher que começa a vigorar às 20 horas, um grande número de manifestantes continuava reunido em frente ao palácio presidencial.<sup>19</sup>

E para mostrar como as relações políticas na “cúpula” se manifestavam nas relações cotidianas, enviei, no mesmo dia, a seguinte história:

Um militar a paisana dirige um carro preto da marca Subaru, tendo ao lado a sua mulher, no subúrbio de Martissant, ao sul de Porto Príncipe. O carro é então ultrapassado por um “tap tap” (um tipo de ônibus coletivo), cujo motorista dirige ao militar um olhar furioso. O militar persegue o “tap tap” e, depois de passar à sua frente, estaciona o carro atravessado na rua, impedindo a passagem do ônibus. Os dois motoristas trocam socos. A multidão aglomera-se e alguém grita: “Assim não é possível!” Como se ouvisse uma senha, a multidão avança contra o militar, que foge. Logo, chegam muitos soldados, que começam a disparar. Cinco mortos e 22 feridos, são as cifras oficiais.

Isso aconteceu no dia 19. Vinte e quatro horas depois, os estudantes da Universidade do Haiti, em greve, realizaram uma manifestação junto com os motoristas de “tap tap”.

<sup>19</sup> FSP, 22.mar.1986, p. 25.

Ontem, após uma série de incidentes políticos, o toque de recolher que vigorava a partir das 23h foi subitamente antecipado para as 20h. Escritórios e lojas foram fechados às pressas, enquanto as pessoas corriam para as suas casas com o medo estampado no rosto. Foram ouvidos tiros durante toda a madrugada.<sup>20</sup>

É óbvio que a “explosão” política no Haiti poderia ter demorado alguns dias ou semanas mais para acontecer. Nesse caso, muito provavelmente, eu não estaria mais em Porto Príncipe e talvez nem estivesse na *Folha*. Outra coisa é que se houve maior receptividade às reportagens que eu enviava sobre a situação política e os conflitos de rua, isso não significa que o Haiti passou a interessar como cultura nacional.

Por exemplo, fiz pelo menos duas extensas reportagens “culturais” que jamais foram publicadas, apesar de seu óbvio interesse para o público brasileiro. A primeira era sobre o vudu: o que era, como era o ritual, as semelhanças e as diferenças em relação à macumba e outros rituais afro-brasileiros, assim como a impressionante influência que os sacerdotes do vudu tinham sobre a sociedade haitiana, incluindo a elite governante e empresarial do país. A segunda era sobre o fato de o Haiti ter sido o único país da América Latina onde houve uma revolução dos escravos; a idéia era mostrar como esse fato deixou seus vestígios na cultura do país, não apenas sob a forma de grupos de militantes que reivindicam o vínculo com a revolta e com as raízes africanas, mas também sob a forma de um certo orgulho difuso daqueles que conhecem a própria história, apesar da miséria extrema em que o Haiti foi mergulhado.

Não há explicação propriamente jornalística para o material não ter sido publicado, já que era a primeira vez em três décadas, após a queda dos Duvalier, que esses temas poderiam ser discutidos com relativo grau de liberdade. Essas reportagens poderiam ser dadas sob a forma de dossiê, ou matéria especial na edição dominical, em geral dedicada a temas mais densos e “frios”. Nada disso aconteceu. Os países latino-americanos simplesmente não interessam — exceção feita, nos anos 90, à Argentina, após a criação do Mercosul, como consequência de interesses prioritariamente empresariais.

---

<sup>20</sup> FSP, 22.mar.1986, p. 25.

O que estava em questão, tanto no caso da Nicarágua quanto no do Haiti, não era apenas a cobertura de eventos excepcionais em países da América Latina, mas a opção ou não, pela mídia, da busca de um entendimento mais profundo sobre a própria história contemporânea brasileira. Mas para articular essa operação seria necessário ter como ponto de partida o fato de que o Brasil faz parte geográfica e culturalmente do hemisfério latino-americano. Ou, mesmo que não se considere essa relação de pertinência, seria necessário ter como ponto de partida a possibilidade — ou a necessidade — de se construir narrativas segundo parâmetros e critérios que não necessariamente refletissem o consenso internacional.

Mas a elite brasileira, por formação intelectual e por força de vínculos econômicos e culturais historicamente construídos, está muito mais vinculada aos centros de produção cultural dos Estados Unidos e da Europa do que do próprio país. Trata-se de uma elite que jamais logrou construir uma epistemologia própria, capaz de dar conta dos fenômenos sociais, culturais e políticos latino-americanos em geral e brasileiros em particular. No livro que resultou de seu trabalho de livre-docência, a professora Maria Ligia Coelho Prado colocou da seguinte forma essa questão:

Brasil e América Latina: dois pólos que se atraem e repelem. Edmundo O’Gorman, em seu clássico livro “A Invenção da América”, afirma que, sem contradição lógica, a América é e, ao mesmo tempo, não é a Europa, “condição dramática de sua existência e chave de seu destino”. Penso que podemos afirmar também que o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina. O Brasil afirmou-se e afirma-se como América Latina em determinadas e variadas manifestações políticas, mas também nega sua identidade, ignorando, desqualificando e formando estereótipos negativos relacionados ao mundo hispano-americano. No Brasil, os estudiosos da história da América Latina vivem intensamente essa dicotomia e precisam, de início, assumir os problemas dela decorrentes.

Sem dúvida, é extremamente difícil permanecer na rota dos estudos latino-americanos num país que insiste preferencialmente na Europa e nos Estados Unidos como modelos intelectuais. A América Latina comumente é considerada uma área menor ou secundária, em que as paixões políticas se sobrepõem ao estudo sério. Assim, o historiador comprometido com a análise das temáticas latino-americanas e interessado em pensar o Brasil nesse quadro mais amplo necessita de cuidados maiores para afirmar seus trabalhos.

(...) Na medida em que a história de cada país da América Latina corre paralelamente às demais, atravessando situações bastante semelhantes — a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, para citar apenas alguns marcos

tradicionais — não há, do meu ponto de vista, como fugir às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é muito mais estimulante, para o pesquisador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.<sup>21</sup>

Finalmente, o deserto de informação na mídia sobre a vida nacional dos povos, em benefício da notícia que privilegia o jogo das potências políticas e econômicas ou o aspecto meramente espetacular e inusitado — o “deslize” —, funciona ao mesmo tempo como espelho e motor desse alheamento, o qual está perfeitamente integrado ao processo de globalização da economia. O professor Milton Santos desenvolveu essas idéias de forma bastante precisa e sintética:

A gente quer repetir a interpretação do Brasil através do que aprendeu na Europa e nos Estados Unidos (...) O dia-a-dia era considerado pela antropologia e sociologia oficiais como algo que impedia qualquer vocação para o futuro. Quando é o contrário, porque quando tenho todos os dias que renovar o meu estoque de impressões, de conhecimentos, de luta, que é o que o povo faz, sou obrigado a renovar também a minha produção filosófica, vamos dizer assim. Quer dizer, todos os dias o povo se renova, e num país como o Brasil, essa urbanização tão galopante, tão rápida, essa mudança de lugar (reivindico o assunto para a minha área) tem um papel extraordinário na produção desse outro homem, já não tão seguro, ainda que ao mesmo tempo lhe ensinam que o consumo é bom, e o façam crer que ele vai poder consumir. Há o bombardeio da informação, a tirania da informação, que é um dos esteios centrais da globalização. Nunca foi assim. E essa tirania da informação, essa ditadura da informação...<sup>22</sup>

Milton Santos fala do mundo em 1998, doze anos depois, portanto, dos fatos discutidos neste capítulo. Mas isso não altera a pertinência de suas observações, já que a globalização (ou o “globalitarismo”) apenas acentuou o quadro de distanciamento cultural e intelectual historicamente presentes entre a elite e a nação, no Brasil e, de maneiras diferenciadas, em toda a América Latina. Quando deixei Porto Príncipe, após duas intensas semanas de cobertura, eu não estava abalado tanto pela quantidade de coisas que eu, evidentemente, desconhecia sobre a América Latina, quanto pela sensação de incerteza sobre tudo o que eu julgava saber sobre o mundo, a história e as sociedades.

Claro que eu já havia tido contato com o processo de filtragem e seleção das notícias, até mesmo porque a cobertura da campanha pelas diretas, em 1984, foi

<sup>21</sup> Maria Lígia Coelho PRADO, *América Latina no século XIX — tramas, telas e textos*, p. 19-20.

<sup>22</sup> Revista *Caros Amigos*, nº 17, agosto de 1998, p. 22-7.



exemplar a esse respeito. Mas uma coisa é saber que certas notícias serão censuradas simplesmente porque afetam direta e imediatamente determinados interesses políticos e econômicos; outra coisa é verificar na prática que o registro de experiências fascinantes simplesmente não interessa, é descartado como lixo por um processo de pura exclusão cultural, por força de um olhar extremamente dirigido, instrumental e voltado para fins estratégicos. E mais perturbador ainda foi perceber que, não importa a qualidade do material enviado, ele passaria necessariamente por esse filtro. A partir do momento em que fiz essa constatação, fui obrigado a admitir que a experiência como correspondente internacional teria de percorrer dois caminhos distintos: um era aquele voltado exclusivamente para a produção de notícias; o outro era voltado para a formação pessoal. Esses caminhos eram às vezes complementares, na maior parte das vezes antagônicos e, não raro, um perturbava o outro.

A consciência — ou melhor, a sensação difusa — de divisão entre o “jornalista” e o “ser humano” colocava em questão, para mim mesmo, a legitimidade ou validade de meu trabalho. Hoje sou forçado a constatar que o que me movia, apesar e acima de tudo, era muito mais a curiosidade do que qualquer sentido de “missão profissional”. Era o desejo de conhecer o mundo, no sentido de “mundo vivido” ou “intramundano”. Não os fatos estatísticos, não a “notícia”, mas as situações vividas pelas pessoas em circunstâncias culturais, sociais e políticas excepcionais.

Isso tudo também me fez relativizar muito os “estudos de mídia comparada” baseados em dados estatísticos, do tipo: tal jornal publicou tantos centímetros de matéria sobre determinado país, o dobro do publicado pelo outro jornal no mesmo período, daí inferindo que a cobertura de um é melhor do que a do outro. Isso é pura besteira “sociologizante”. Pode-se publicar centenas de páginas sobre a Nicarágua sem nada informar de realmente significativo a respeito do país. Ou pode-se publicar poucos parágrafos, descrever uma pequena cena do cotidiano que abra a possibilidade de múltiplas indagações e interpretações. A questão central, novamente, é desmontar, atravessar, colocar em crise as narrativas, assim permitindo o surgimento de vozes que, de outra forma, permaneceriam ocultas e esquecidas.

O maior problema, para o historiador do contemporâneo, é tornar visível não apenas o que está oculto, censurado ou ausente como texto ou imagem, mas o que as tecnologias televisivas tornam aparentemente visível por um processo de exposição extrema que, fingindo tudo mostrar, de fato nada revela (por exemplo, as cenas de um assassinato diante das câmaras de televisão). A “engenharia do consenso” opera com armas muito mais sutis e eficazes do que a censura bruta: sua matéria-prima são nossos próprios preconceitos, nossas convicções, nossas certezas, assim como nosso temor de enfrentar a instabilidade em um mundo cada vez mais complexo.

Em 1986, fiz ainda uma outra cobertura em país latino-americano, o Paraguai, entre 28 de maio e 3 de junho. Dessa vez, não foi difícil convencer a direção da FSP sobre a pertinência jornalística da proposta. Começavam a aparecer os primeiros sintomas de decomposição da ditadura de Alfredo Stroessner (entre os quais, os constantes atritos entre o governo paraguaio e a embaixada dos Estados Unidos no país), até como resultado do impacto do fim do regime militar no Brasil. E como se tratava do Cone Sul, região de importância estratégica para militares e empresários brasileiros, o envio de um jornalista ao Paraguai foi encarado pela FSP como investimento institucional - isto é, como carreador de prestígio.

Stroessner havia sido uma espécie de “sócio menor” da ditadura brasileira (e foi de acordo com essa equação política que os militares brasileiros praticamente impuseram ao Paraguai a construção da barragem de Itaipu<sup>23</sup>), e tentava, desesperadamente, resistir à onda de “democratização” que começava a tomar conta da América Latina. Era visível o fato de que seu regime começava a verter água por todos os lados. Essa foi a tônica da primeira matéria que enviei de Assunção, no dia 27 de maio:

O Partido Colorado, liderado pelo presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner, 73, realizou ontem o que pretendeu ser uma demonstração de força

<sup>23</sup> A doutrina geopolítica militar brasileira previa a “captura” do Paraguai para a “esfera de influência” do Brasil, com o objetivo de isolar a Argentina — então vista como potencial “inimigo” — no Cone Sul. A operação de “captura” foi feita mediante a garantia de acesso do Paraguai a Paranaguá através da BR-277, que une por asfalto a cidade portuária brasileira a Assunção (capital paraguaia), e construindo conjuntamente com aquele país a usina de Itaipu (o que, à época, causou ferozes protestos da ditadura argentina). Cf. Golbery do Couto e SILVA, *A geopolítica do Brasil*.

política e unidade. Cerca de três mil representantes colorados de três dos mais importantes Departamentos do país (Guairá, Catapá e Caagazu) desfilaram com seus lenços vermelhos, percorrendo 400 metros da Praça dos Heróis, no centro de Assunção, a capital, até o Palácio do Governo, ao longo da avenida El Paraguay Independiente. O objetivo do ato era mostrar que o Partido Colorado está unido em torno de Stroessner, qualificado pelas faixas e cartazes como o “líder da nacionalidade paraguaia” e “tocha acesa que ilumina o caminho”.

Mas o simples fato de que seja hoje necessário fazer uma demonstração de apoio colorado a Stroessner revela aquilo que é o aspecto central da conjuntura do país: a crise política atingiu e provocou graves divisões entre os colorados, a coluna vertebral de sustentação da ditadura Stroessner. A divisão foi reconhecida publicamente, ontem, pelo ministro da Saúde e Bem-Estar Social, Adam Godoy Jimenez, que chegou a pedir a expulsão dos “traidores do partido”.<sup>24</sup>

E dois dias depois:

Foi realizada ontem em Assunção, capital do Paraguai, a maior manifestação de oposição nos 32 anos de regime do general Alfredo Stroessner. A marcha silenciosa, convocada por organismos laicos da Igreja Católica e pela Federação dos Religiosos do Paraguai, saiu da Igreja do Perpétuo Socorro e caminhou em silêncio 1.500 m através da rua Taquary, atravessando todo o centro da cidade. Iniciada com 1.600 pessoas, a marcha foi concluída com mais de três mil (um terço dos quais padres e freiras), na Igreja de São Roque, onde foi recebida sob aplausos. Durante o trajeto, pessoas choravam. No ato litúrgico o padre Ignacio Gorgoz, presidente da federação, utilizou um provérbio do profeta Isaías para advertir os que praticam “suborno, mentiras, vícios, corrupção e, em benefício próprio, pisoteiam o povo”.<sup>25</sup>

Dado o momento explosivo da conjuntura paraguaia, a cobertura acabou se caracterizando, sobretudo, por um aspecto “sensacional”. A inesperada exposição que o regime estava tendo à opinião pública brasileira, por meio da FSP, irritou demais o general paraguaio. Três dias após o início de meus trabalhos, fui ameaçado de morte por Aníbal Fernandez, assessor da Presidência. Uma semana antes, uma equipe de televisão da Alemanha havia sido espancada por “militantes do Partido Colorado”. Permaneci no Paraguai, mas com a garantia de que o jornal daria grande visibilidade editorial às matérias por mim enviadas (coisa que só foi possível graças à providencial ajuda do chefe da agência de notícias *Efe* em Assunção: eu enviava o meu material a Madri e de lá ele era remetido à FSP).

<sup>24</sup> FSP, 28.mai.1986, p. 21

<sup>25</sup> FSP, 31.mai.1986, p. 17

Como resposta às ameaças de Stroessner, a FSP publicou, no dia 1º de junho, todo o material que enviei, resultando em uma página inteira de pesadas denúncias contra o regime, sob o título geral “Paraguai rompe imobilismo, após 32 anos de ditadura”. Uma caricatura imensa, de Paulo Caruso, mostrava Stroessner como um velho decrépito, ostentando dezenas de medalhas em seu uniforme e se mirando em um espelho que, em vez de refletir a sua imagem, mostrava a face do general Francisco Franco (ídolo declarado do ditador paraguaio). Bastam os dois primeiros parágrafos para dar o tom da reportagem:

O Paraguai — submetido há 32 anos à ditadura do general Alfredo Stroessner, 73 — é um país pobre, cultural e economicamente atrasado, e repleto de disparidades na distribuição da renda nacional. Setenta por cento de sua economia dependem, direta ou indiretamente, de contrabando de produtos produzidos principalmente no Brasil (carros, alimentos, artigos de consumo diário) e, secundariamente, na Argentina, nos Estados Unidos e no Japão (nestes dois últimos, material eletrônico). Esses produtos são comercializados por uma “classe média” — funcionários públicos ou ligados ao Estado, às Forças Armadas e ao Partido Colorado, oficial — concentrada em Assunção (capital), única cidade que tem infra-estrutura urbana.

Menos de 1% da população de 3,5 milhões de habitantes, composta em 70% de jovens de menos de 25 anos, chega à universidade, e 25% completam o secundário. Mais de 60% dos habitantes vivem em áreas rurais, mas apenas 5% das terras aráveis estão sendo cultivadas. A população indígena (não há dados disponíveis sobre quanto representa atualmente) começou a ser desalojada em massa de suas aldeias, há duas décadas, com a chegada das primeiras rodovias ao interior do país. Não há planos do governo para garantir a existência de reservas indígenas, e milhares estão sendo mortos, segundo denúncias de organizações religiosas.<sup>26</sup>

A reportagem prossegue nesse tom. Descreve, com detalhes, como se organizava a oposição, quem eram os seus principais líderes e partidos. E levantou uma lebre que, à época, causou um certo mal-estar: a denúncia do “imperialismo brasileiro”, simbolizado pelo controle da usina de Itaipu. O Itamaraty foi obrigado a se pronunciar, rejeitando as acusações, feitas pela oposição paraguaia, de que o governo brasileiro estaria praticando uma política de ingerência sistemática nos assuntos internos do país.

---

<sup>26</sup> FSP, 01.jun.1986, p. 22

Depois disso, minha permanência em Assunção começou a se tornar insustentável. Ainda fiz duas outras reportagens sobre corrupção e influência de antigos oficiais nazistas no governo, mas a vigilância e a perseguição sistemática dos agentes de Stroessner tornavam os meus movimentos cada vez mais difíceis. Tornou-se impossível conseguir entrevistas com gente interessante, já que, até por um dever ético, eu não poderia, ainda que involuntariamente, conduzir os agentes do governo até os locais onde iria me encontrar com essas pessoas, colocando-as em risco de vida ou de perda da liberdade. Assim, fui praticamente expulso do Paraguai.

Quando cheguei a São Paulo, aguardava-me uma última surpresa: Stroessner havia enviado uma longa carta à FSP, em que contestava as reportagens, qualificando-as como “uma verdadeira montanha de mentiras”. A resposta do jornal não poderia ter sido mais lacônica:

**Nota da Redação:** A Folha publica a carta acima, na íntegra, em consideração ao direito de o governo do presidente Stroessner manifestar seus pontos de vista e vê-los publicados. Mas nada tem a retificar nos textos do jornalista José Arbex, que os preparou e redigiu de acordo com as técnicas consagradas pelo bom jornalismo.<sup>27</sup>

É claro que isso tudo foi interessante para mim, e não só por razões profissionais (a dor de cabeça que causei a Stroessner, mais o fato de ter tido meu nome incluído em uma lista de “indesejáveis” de Augusto Pinochet são motivo de grande orgulho). Mas tinha, apesar de tudo, uma forte sensação de estar apenas participando de um espetáculo pirotécnico. Se a ditadura foi denunciada, os milhares de indígenas que estavam sendo exterminados ganharam pouca ou nenhuma visibilidade; a vida cotidiana dos paraguaios — sobre o que conversavam, seus problemas diários, que imagem eles tinham de si mesmos e do Brasil, que projeção eles faziam do seu próprio passado e de seu futuro etc. — permanecia tão desconhecida dos leitores quanto sempre fora. Houve um certo “barulho” contra a ditadura de Stroessner, mas o “barulho” logo seria esquecido, e os indígenas continua-

---

<sup>27</sup> FSP, 3.jun.1986, p. 19



riam a ser trucidados, o contrabando continuaria rendendo lucros fabulosos, e os nazistas continuariam à solta.

A Assunção histórica era infinitamente mais rica do que sugeria o seu estereótipo como capital de mais uma republiqueta de banana. Ela foi palco de cinco séculos de tensões entre espanhóis e portugueses, foi quartel-general da conquista espanhola do sul do continente e posto estratégico de resistência à expansão portuguesa para o oeste, a partir do Brasil. Foi capital, em 1812, da primeira república da América do Sul. Ali foi criado, em 1855, o primeiro curso de treinamento de professores, construída a primeira estrada de ferro do Prata, instalada a primeira usina de fundição de ferro e erguida a primeira linha telegráfica do Prata. Depois houve a Guerra do Paraguai (1865 - 1871), responsável pelo massacre de algo como 300 mil paraguaios (de uma população de 525 mil) e, em 1932, a Guerra do Chaco, contra a Bolívia. E, finalmente, a ditadura.

A riqueza dessa história, a sua densidade dramática, a intensidade com que personagens a viveram — penso, por analogia, em *Cien Años de Soledad* de Gabriel García Marquez, *Sobre Héroes y Tumbas* de Ernesto Sabato, e *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa — e a sua profunda imbricação com a história do Brasil deixavam uma óbvia sensação de superficialidade do meu trabalho. O que me perturbava era excesso de rapidez com que éramos obrigados a formular narrativas sobre vidas e sociedades inteiras. E mais: queríamos produzir a sensação, em nossos leitores, de que a partir de nossos textos (ou das imagens) eles conheceriam um pouco melhor a situação de determinado país, já que, supostamente, estavam recebendo informação confiável e em primeira mão.

Encerrado o meu trabalho no Paraguai, eu sentia que, pessoalmente, conhecia um pouco melhor a América Latina — pelo menos o suficiente para imaginar o tanto que eu não conhecia —, mas também sentia que quase nada daquela experiência fora passada aos leitores. De uma forma ainda bastante incipiente, difusa e confusa, eu começava a perceber que a mídia, ainda quando relatasse acontecimentos reais, criava meras fabulações simplificadas, com o objetivo de oferecer aos leitores / telespectadores alguma sensação de ordem em relação a um mundo que, de fato, é complexo em demasia.

## 5. Gorbatchov, ilustre desconhecido

Quem foi Mikhail Gorbatchov e qual o significado de seu governo para o mundo contemporâneo? A resposta é aparentemente simples e amplamente conhecida. Gorbatchov foi um “reformista” que pretendeu “democratizar” a União Soviética, no sentido da instauração de uma “economia de mercado”. Em seu trajeto, sofreu uma forte resistência por parte da ala mais “dura” e “conservadora” do Partido Comunista da União Soviética, resistência que acabou provocando a sua queda e o fim do próprio país. No cenário político mundial, isso significou o fim da Guerra Fria e o início de uma nova era — a chamada Nova Ordem Mundial, e depois a “globalização” —, sob a supremacia absoluta dos Estados Unidos. Gorbachov, nessa perspectiva, aparece como um dirigente fracassado, um visionário que sucumbiu ao peso do passado — representado pelos burocratas do PCUS —, um líder talvez bem-intencionado mas incapaz de “modernizar” a União Soviética — e por “modernizar” entende-se, aqui, introduzir a “economia de mercado”.

Essa percepção, amplamente divulgada pela mídia internacional e mais ou menos sedimentada como consenso na opinião pública, é excessivamente simplista e unilateral. Mais oculta do que revela, por uma razão muito simples: nela, não há história. Tudo se passa como se Gorbachov fosse uma espécie de “aventureiro reformista” repleto de boas intenções (ou, ao contrário, “traidor” de seu país), ou algum “neoliberalista” convicto de que o mercado seria o caminho para resolver os imensos problemas sociais, políticos e culturais enfrentados pela União Soviética, e que de uma hora para a outra resolveu implantar suas reformas (a *glasnost*, transparência, e a *perestroika*, reconstrução), tendo fracassado por uma espécie de fatalidade ou “erro de cálculo estratégico”. Ou há uma história contada de forma muito caricata, uma história que, no fundo, aceita a idéia de que a consagração do regime capitalista representa mesmo o “fim da história”, percepção segundo a qual o comunismo foi, no máximo, um “desvio de percurso”.

*The New York Times* oferece um excelente exemplo dessa maneira de entender e explicar as reformas na União Soviética. Na introdução ao livro *The Co-*

*llapse of Communism*, que reúne o trabalho de 26 correspondentes daquele jornal nos países socialistas entre 1988 e 1989, lemos que “in Moscow, Mikhail Gorbachev, the chief apostle of Communist reformation, was spearheading a move to introduce limited representative government on a western parliamentary model that not so long ago was reviled as bourgeois democracy”.<sup>1</sup> Algumas linhas mais adiante, Serge Schmemmann, autor do primeiro artigo assinado da coletânea, conta uma anedota muito em voga naquela época: “In the Communist world, the underground joke is often the best index of conditions. ‘What is Communism?’ asks one that has recently been making the rounds. ‘Communism,’ goes the reply, ‘is the longest and most painful route from capitalism to capitalism.’ That joke, heard in Moscow, would be immediately understood in Beijing, Budapest or any other Communist-ruled capital where a battered economy, systematic repression and chronic corruption are prompting fundamental and wrenching reappraisal”. Serge Schmemmann explica, em seguida, que as reformas foram o reconhecimento do “fracasso moral e político que fizeram naufragar a sua causa”.<sup>2</sup>

Essa é uma maneira muito caricatural de colocar a questão. Primeiro, porque é impossível compreender a “era Gorbatchov” e o seu significado para o mundo mediante a utilização de rótulos tão grosseiros. Qualificar Gorbatchov de “democrata burguês” deixa escapar, como logo veremos, o significado mais profundo de sua visão de mundo e de sua estratégia política. Segundo, porque para entender as propostas de Gorbatchov e o que realmente se passou na União Soviética, nos anos 80, é preciso indagar com seriedade a própria história soviética, e não tratá-la como mero acidente de percurso. Gorbatchov foi, ele próprio, um resultado da história soviética, e não um dirigente a ela estrangeiro, “ocidentalizado”, portador de uma perspectiva “liberal” ou hostil ao regime implantado em

<sup>1</sup> Bernard GWERTZMAN e Michael T. KAUFMAN (org.), *The Collapse of Communism, by the correspondents of The New York Times*, p. 3.

<sup>2</sup> A citação completa é: “To get the sense of how Communists now see themselves and their movement in a rapidly changing world, 26 correspondents of The New York Times had extensive interviews with 50 Communists from 23 countries. The aim was to hear the voices of individual Communists - leaders, intellectuals, ordinary party members, including some in countries where Communists are out of power and still regard themselves as revolutionaries - to hear their reflections on the newly acknowledged moral and political failures that have beset their cause”. (Bernard GWERTZMAN e Michael T. KAUFMAN, *The Collapse...*, p. 4)

1917. Sua era foi muito mais complexa e colocou um número infinitamente maior de questões do que aquele propagado pela mídia e sugerido pelo senso comum.

O surgimento e o colapso da União Soviética foram os marcos de um acontecimento central no mundo contemporâneo, diz Eric Hobsbawn, para quem o “breve século XX” começou em 1914 (início da Primeira Guerra) e terminou em 1991 (com o colapso da União Soviética).<sup>3</sup> Nenhum macroevento cultural, político e social do mundo contemporâneo pode ser adequadamente analisado sem se levar em conta a história e os destinos da Revolução de 1917. Todos os setores da vida, da arte e da cultura foram imediatamente afetados pela revolução, que liberou uma formidável explosão de criatividade. A poesia de Vladimir Maiakovski, o cinema de Sergei Eisenstein, as pinturas de Casimir Malievitch e Vasili Kandinski, o teatro de Vsevolod Meyerhold e Konstantin Stanislavski, os inumeráveis experimentos literários, os novos espaços de liberdade conquistados pelos corpos — é desnecessário enumerar aqui a profusão de fatos culturais e estéticos criados naqueles anos inaugurais, cujas reverberações até hoje produzem impacto no mundo.<sup>4</sup>

Essa extraordinária explosão de arte e criatividade foi abortada pelo advento do stalinismo. Entre 1924 (morte de Vladimir Ilitch Lênin) e 1938 (fim dos “Processos de Moscou”), Josef Stalin eliminou completamente qualquer possibilidade de oposição ao seu poder político, que passou a ser absoluto. Mesmo no campo das artes, a produção foi completamente normatizada pelo Realismo Socialista, canonizado como “linha oficial do partido” por um Congresso de Escritores Soviéticos, realizado em 1934 e presidido por Máximo Górkki. Manifestações artísticas consideradas “burguesas” ou “decadentes” — entre as quais se inclui, por exemplo, o surrealismo ou a arte abstrata — foram proibidas.

Stalin instituiu o “culto à personalidade” (era cantado em verso e prosa, seu retrato aparecia em praças públicas, nas escolas, em festividades e comemora-

<sup>3</sup> “O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, por exemplo na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos opostos binários, ‘capitalismo’ e ‘socialismo’ como alternativas mutuamente excludentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante” (Eric HOBSEBAWN, *Era dos Extremos*, p. 14)

<sup>4</sup> Cf. Boris SCHNAIDERMAN, *Os escombros e o mito*.

ções). Era, oficialmente, adorado como um semideus. Seus escritos eram inquestionáveis, portavam uma autoridade bíblica. Essa prática seria depois também adotada por Adolf Hitler, Mao Tsé-tung e outros regimes de natureza totalitária. Seu regime, de absoluto terror, durou até 1953, quando morreu. Stalin, em síntese, governou a União Soviética com os mesmos poderes absolutos e a mesma sanha terrorista com que os antigos czares governavam a Rússia.

No âmbito da política planetária, o surgimento da União Soviética criou uma polarização ideológica e moral (entre “capitalistas” e “socialistas”, entre o “Bem” e o “Mal”) que fez do século XX um século de “lutas religiosas” no sentido atribuído por Hobsbawn (“mesmo os que propalavam o pluralismo de suas não-ideologias acreditaram que o mundo não era grande o bastante para uma existência permanente com religiões seculares rivais”<sup>5</sup>). Essa polarização atingiu o auge durante o período de Guerra Fria, iniciado ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a frágil aliança entre comunistas e liberais que derrotou Adolf Hitler foi rompida e o mundo, dividido em blocos antagônicos.

A Guerra Fria foi um dos períodos mais complexos e mal compreendidos da história, exatamente porque tanto a sua gênese quanto os seus mecanismos e resultados parecem ser simples e “transparentes”. A compreensão mais comum que se tem da Guerra Fria realça o seu aspecto militar: foi um jogo de equilíbrio geopolítico (o “equilíbrio do terror”) entre duas potências nucleares, sintetizado pela brilhante fórmula de Raymond Aron (“guerra improvável, paz impossível”). É certo. Mas ela foi infinitamente mais do que uma disputa meramente militar.

A Guerra Fria elevou ao máximo de tensão a simbologia religiosa da luta do “Bem” contra o “Mal”, pólos que mudavam os sinais conforme a propensão ideológica do narrador da fábula. A permanente sombra do “holocausto nuclear” sedimentou também a noção da fragilidade da vida individual e a de que a morte era uma possibilidade política e tecnológica: bastaria que os líderes apertassem o famoso “botão vermelho” e começaria a “guerra final” (e isso quase aconteceu, em pelo menos duas ocasiões: a Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, e a crise dos

---

<sup>5</sup> Eric HOBBSBAWN, *Era dos Extremos*, p. 14.



mísseis cubanos, em 1962). Auschwitz e Hiroxima já haviam demonstrado do que a humanidade era capaz.

A Guerra Fria, herdeira de Auschwitz e de Hiroxima, sedimentou e aprofundou a crise da noção mesma de cultura e civilização, destruiu a credibilidade do discurso político (os líderes falavam em “paz”, mas engordavam os estoques nucleares), instituiu o cinismo na vida pública, esvaziou o diálogo entre pensamentos distintos, acelerou vertiginosamente o desenvolvimento da tecnologia e lhe atribuiu o lugar simbólico de uma nova espécie de religião da competência, secular e darwinista (a “vitória final” seria assegurada pelo sistema mais desenvolvido tecnologicamente; daí a importância psicossocial do voo de Iúri Gagarin, em 1961, e do passeio de Neil Armstrong na Lua, em 1969). A Guerra Fria criou, enfim, o ambiente de desumanização contra o qual se voltaram os jovens dos anos 60, em Paris, Washington, Praga e Woodstock.<sup>6</sup>

No quadro da polarização criada pela Guerra Fria, intelectuais e políticos, em todo o mundo, eram obrigados a se posicionar em relação ao regime soviético. Para a “direita” capitalista, o stalinismo, a ditadura do partido único e o “terrorismo vermelho” eram consequência, decorrência necessária do marxismo, o qual jamais teria passado — na melhor das hipóteses — de uma vã e louca tentativa de controlar a história. União Soviética, China, Cuba e outros Estados comunistas seriam, nessa perspectiva, a demonstração prática de que o “socialismo” era incompatível com a “liberdade”. Francis Fukuyama levou esse raciocínio até o limite, ao proclamar, em 1988, o “fim da história”: a humanidade teria encontrado no liberalismo político, conjugado com a economia de mercado, a sua melhor forma de organização social.

As correntes políticas e ideológicas de “esquerda” se dividiram em uma miríade de facções. Stalinistas, novos e antigos, intelectuais, partidos e grupos pró-soviéticos justificavam a ditadura de partido único e a prática de corrupção na União Soviética (isto é, quando admitiam sua existência) como “mal menor” face

<sup>6</sup> Seria impossível e fora de propósito fazer neste trabalho uma reflexão pormenorizada sobre a Guerra Fria e os seus impactos no conjunto da produção social, cultural, política e ideológica. Entre as muitas obras já escritas a esse respeito, remeto o leitor à já citada *Era dos Extremos* (p. 223-253) e à obra *Guerra Fria - terror de Estado, política, cultura*, de José Arbex Jr.

ao avanço que a Revolução de 1917 significou para a humanidade em seu conjunto.<sup>7</sup> Trotskistas e outras correntes marxistas afirmavam que o stalinismo era uma “aberração”, uma espécie de degenerescência burocrática do marxismo e preconizavam a “revolução política” para “líquidar o stalinismo” e dar novo impulso à revolução mundial.

Anarquistas, sem fazer qualquer diferenciação entre as várias correntes marxistas, criticavam a ditadura do partido e preconizavam a destruição do Estado — tanto o soviético quanto o capitalista, pouco importa. A crítica anarquista associava-se, em certo sentido, aos movimentos de jovens que nos anos 60 agitavam o trinômio “sexo, drogas e *rock 'n' roll*”, descartando o jogo maniqueísta das ideologias fabricadas pela Guerra Fria.

Assim, de uma forma ou de outra, todos eram obrigados a se posicionar face à mera existência da União Soviética. Bem ou mal, um regime se apresentava como alternativa ao capitalismo, impunha limites ao mercado, lançava desafios à compreensão da história, colocava indagações sobre o futuro. Isso explica o fascínio (quase sempre sob a forma de medo e repulsa) exercido pelos seus dirigentes no mundo ocidental. Explica também a popularidade internacional de Mikhail Gorbatchov, um dirigente que assumiu o poder relativamente jovem (tinha 54 anos e uma semana, em 11 de março de 1985, quando foi designado secretário-geral do PCUS). Simpático, bem-humorado, elegante e casado com uma intelectual igualmente simpática e elegante, Gorbatchov emprestou um aspecto “ocidental” e “civilizado” ao Kremlin.

A aparência “ocidental” de Gorbatchov foi um grande filão explorado pela mídia, que não perdia ocasião de comparar o estilo do novo dirigente ao de seus antecessores. Essa operação criou uma sensação de falsa familiaridade da opinião pública mundial com “Gorbi”. Dava ao mundo a impressão de que ele era um líder bem conhecido, interpretado e compreendido. Mas nada poderia estar mais distante da realidade. Em muitos aspectos, Gorbatchov foi tão mal compreendido e falsamente conhecido quanto a própria Guerra Fria. Gorbatchov acreditava, sin-

<sup>7</sup> Esse foi, por exemplo, o raciocínio proposto por Maurice Merleau-Ponty, em *Humanisme et Terreur – essai sur le problème communiste*, para defender o regime soviético após os “Processos de Moscou” (1936-1939).

ceramente, que poderia construir um Estado de Direito na União Soviética — e este era o objetivo central de sua estratégia. Não via antagonismo entre “socialismo” e “liberdade”. Acreditava na possibilidade de um “mercado regulado”, compatível com a justiça social. Coerente com suas convicções, Gorbatchov nunca reprimiu os opositores (ao contrário, libertou os presos políticos); nunca enviou tropas para sufocar manifestações; nunca invocou a Razão de Estado para sufocar o Estado de Direito.

Mas a cobertura feita pela mídia nunca permitiu que essa dimensão da “era Gorbatchov” fosse claramente compreendida. As expressões *perestroika* e *glasnost* passaram rapidamente ao vocabulário internacional e se tornaram conceitos de uso corriqueiro e aparentemente familiar para todos os que se interessavam minimamente por política externa ou mesmo para os que se limitavam a assistir aos telenoticiários. Todos “sabiam”, ainda que difusamente e sem entender muito bem do que se tratava, que algo muito importante estava acontecendo em Moscou. Mas a vasta e monumental problemática política, social, cultural e econômica logo foi reduzida, pela mídia, a um debate entre “socialismo” e “livre mercado”, entre “conservadores” e “reformistas”. A simplificação aniquilou o riquíssimo debate proposto pelo próprio Gorbatchov, dentro e fora da União Soviética.

De fato, a cobertura desenvolvida pela mídia internacional serviu, entre outras coisas, para demonstrar que exibir imagens à exaustão ou narrar fatos em profusão sobre uma determinada região ou sobre personagens da vida política, econômica e cultural podem contribuir mais para ocultar do que para explicar, mais para produzir o esquecimento do que para recuperar ou elaborar a memória sobre determinado tema. Nem sempre a censura se faz por ocultação. A saturação de imagens, de informações, de dados estatísticos sobre determinado processo político, social, econômico e/ou cultural produz a redundância e a banalização das notícias. Em meio à torrente de informações, o que acaba prevalecendo é o sensacional, o exótico, a caricatura. *Perestroika* e *glasnost* viraram palavras vazias, destituídas de seu enorme poder subversivo.

O primeiro grande lance de Gorbatchov na arena política mundial foi a declaração de “moratória nuclear” unilateral (isto é, a suspensão imediata e total dos

testes nucleares subterrâneos, para fins civis e militares), no 40º aniversário do ataque a Hiroxima e Nagasáki, em agosto de 1985. A idéia era criar um programa para livrar a humanidade das armas nucleares até o ano 2000: “La Unión Soviética propone acciones por etapas y en forma consecutiva, realizar y concluir el proceso de librar de las armas nucleares a la Tierra en los próximos 15 años, hasta el fin de este siglo”.<sup>8</sup> Essa declaração, recebida com perplexidade em todo o mundo, iniciou o processo de desmantelamento dos arsenais atômicos das superpotências e fez dele um ícone dos movimentos pacifistas. A iniciativa, é evidente, foi muito mal recebida pelo “complexo industrial militar” dos Estados Unidos, que durante todo o período de Guerra Fria recebera vultosas subvenções do Estado americano. Ronald Reagan, eleito com base no apoio recebido por esse complexo, fez o que pôde para tentar romper a moratória e dar novo impulso à corrida armamentista. Gorbachov denunciou essas tentativas, mas manteve a moratória unilateral.<sup>9</sup> A União Soviética nunca mais detonaria um artefato nuclear.

Uma versão corrente entre jornalistas e historiadores é a de que Ronald Reagan acelerou a corrida armamentista como um meio de impulsionar as reformas na União Soviética, já que sua combalida economia não mais suportaria manter a corrida nos níveis atingidos no início dos anos 80. Enquanto os Estados Unidos dedicavam cerca de 7% de seu Produto Interno Bruto ao complexo industrial militar, calcula-se que a União Soviética destinava algo entre 14% e 20% de sua produção total à indústria militar, segundo relatórios oficiais americanos e soviéticos.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Declaración del Secretario General del CC del PCUS, in Mikhail GORBACHOV, *La Moratoria*, p. 12.

<sup>9</sup> “Hace unos días, Estados Unidos llevó a efecto una nueva explosión nuclear. Para todos nosotros es evidente que el momento elegido para esa explosión no fue casual. Se produjo en vísperas de la terminación del plazo de la moratoria declarada por la Unión Soviética en forma unilateral. Ayer supimos que los Estados Unidos tiene el propósito de explosionar outro artefacto nuclear próximamente, en los próximos días. (...) En cuanto a nuestra moratoria unilateral, lo que puedo decir es que va a continuar, como se había anunciado, has el 31 de marzo de 1986. Pero tampoco después de esta fecha, como tenemos dicho, efectuaremos explosiones nucleares, si Estados Unidos procede de igual manera.” (declaração de Gorbachov na TV soviética, 29 de março de 1986, in *La Moratoria*, p. 77 - 81)

<sup>10</sup> Nos relatórios soviéticos, esse percentual oscilava, dependendo do órgão que divulgava a informação. Um informe de Gorbachov ao Congresso dos Deputados do Povo, em 30 de maio de 1989, estabelece a cifra de 77,3 bilhões de rublos, algo em torno de 15%. Em 7 de junho de 1989, o então premiê Nicolai Rijkov descreveu da seguinte forma o perfil dos gastos militares soviéticos: 32,6 bilhões de rublos para compra de armas e material de guerra; 15,3 bilhões para pesquisa e *design* de novas armas; 20,2 bilhões para manter o Exército e a Marinha de Guerra; 4,6 bilhões para a construção militar; 2,3 bilhões para pagar aposentadorias e 2,3 bilhões com outros gastos. A proposta do governo era reduzir estes gastos à metade, até 1995, e dobrar os in-

Essa versão, que no Brasil teve no jornalista Paulo Francis um dos principais divulgadores<sup>11</sup>, ganhou força em 1983, quando Ronald Reagan anunciou o programa industrial militar Iniciativa de Defesa Estratégica (*Strategic Defense Initiative*), popularmente conhecido como “Guerra nas Estrelas”, cujo objetivo era construir um fantástico escudo em torno da Terra, com o duplo objetivo de tornar obsoleto o arsenal nuclear até então existente e proteger a Terra de ataques eventualmente desfechados por ETs enfurecidos. O custo da primeira fase de implantação do projeto foi estimado em US\$ 1,5 trilhão (à época, o triplo do PIB brasileiro).<sup>12</sup> Sua execução exigiria a formação de um grande consórcio internacional.

O projeto não foi levado adiante, pelo menos na forma proposta por Ronald Reagan, mas foi um impulsionador de pesquisas na área de tecnologia de ponta (o setor que financiou a sua candidatura à Presidência dos Estados Unidos), em particular a indústria de telecomunicações. É claro que, no quadro da Guerra Fria, o projeto “Guerra nas Estrelas” foi, efetivamente, um elemento de pressão sobre a combatida economia soviética.<sup>13</sup> Mas, esse dado, por si só, é incapaz de explicar o sentido histórico da estratégia política adotada por Ronald Reagan, como mostra Eric Hobsbawn:

A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-Estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a “palavra iniciada com L”, usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo.

Como a URSS ia desmoronar pouco antes do fim da era Reagan, os propagandistas americanos naturalmente afirmariam que fora derrubada por uma militante campanha americana para quebrá-la e destruí-la. Os EUA tinham travado e ganho a Guerra Fria e destruído completamente o inimigo. Não precisamos levar

---

vestimentos na produção de bens de consumo (In *Congreso de Diputados Populares de la URSS, Documentos y Materiales*, 25.mai - 9.jun, Editorial de la Agencia de Prensa Novosti, p. 77)

<sup>11</sup> “Gorbachev gostaria de aplicar parte do dinheiro que gasta em armas em investimentos domésticos, os quais melhorariam o nível de vida popular e permitiriam a modernização da economia do país, em especial no setor de tecnologia civil e da produção de bens de consumo (...) Da mesma forma, para impedir estes investimentos, Reagan quer manter uma corrida nuclear com a URSS que impeça Gorbachev de desviar dinheiro para fins não-militares, ou seja, levando a URSS à ruína, se possível, já que os EUA são muito mais ricos.” (Prefácio de Paulo Francis ao livro *Tempo para a Paz*, de Mikhail Gorbachov, p. 13-4). Francis repetiria esse argumento à exaustão, em seus artigos nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*.

<sup>12</sup> José ARBEX JR., *Guerra Fria...*, p. 49-50.

<sup>13</sup> No seu já mencionado informe ao Congresso dos Deputados do Povo, Rijkov afirma que... “Al diseñar el plan estatal para los años 1986-1990, nos vimos obligados, en virtud de la situación internacional y nuestra doctrina militar, a estipular un incremento más rápido de los gastos militares con respecto al crecimiento de la renda nacional”. (*Congreso de Diputados...*, p. 77)



a sério essa versão anos 80 das Cruzadas. Não há sinal de que o governo americano esperasse ou previsse o colapso iminente da URSS, ou estivesse de alguma forma preparado para ele quando veio. Embora sem dúvida esperasse pôr a economia soviética sob pressão, fora informado (erroneamente) por sua própria espionagem de que ela estava em boa forma e capaz de sustentar a corrida armamentista com os EUA.<sup>14</sup>

A difusão do mito do governo Reagan como o estrategista de uma “cruzada” anti-soviética teve uma dupla função: por um lado, servia para “dourar a pílula” da destruição do edifício social-democrata criado por Roosevelt e, por outro, servia como luva às técnicas narrativas do telejornalismo, que descrevia a Guerra Fria como a luta do “Bem” contra o “Mal”. Não por acaso, a “era Reagan” fabricou Rambo (personificado pelo ator Sylvester Stallone), o guerrilheiro símbolo da luta contra o comunismo e portador dos ideais da Grande América.<sup>15</sup> Nesse contexto, as propostas de desmantelamento dos arsenais nucleares apresentadas por Gorbachov eram muito mais vistas como estratagemas de um império que se esfacelava do que a manifestação de uma política que realmente procurava subverter a lógica da mútua aniquilação instituída pela Guerra Fria.

Em abril de 1986, oito meses após o anúncio da moratória nuclear unilateral, Gorbachov de novo surpreenderia o mundo, graças à abertura com que permitiu a cobertura de imprensa, soviética e internacional, do desastre na usina atômica de Tchernobill, na Ucrânia. Não houve censura à imprensa dentro da União Soviética nem restrição à liberdade de movimento dos correspondentes internacionais. Foi o primeiro grande sinal das mudanças que estavam por vir também no plano da política interna.

Depois disso, praticamente todos os dias havia alguma notícia bombástica vinda de Moscou: libertação, em dezembro de 1986, do histórico dissidente Andrei Sakharov (físico e Nobel da Paz de 1975), condenado ao exílio na cidade de Gorki, a partir de 1980, por ter protestado contra a invasão do Afeganistão pela

<sup>14</sup>Eric HOBBSBAWN, *Era dos extremos*, p. 245-6.

<sup>15</sup>Para Hobsbawn, a simbologia colocada em jogo pela “era Reagan”, assim como a truculência de suas ações internacionais (invasão de Granada, em 1983; o maciço ataque aéreo à Líbia, em 1986; o contínuo cerco à Nicarágua etc.) também tiveram como objetivo “varrer a mancha da humilhação” que “lacerou” os Estados Unidos nos anos 70: o escândalo de Watergate e a renúncia de Richard Nixon, a derrota no Vietnã, a revolução na Nicarágua (assim como a resistência da revolução cubana) a ocupação da embaixada americana em Teerã e os fracassos na tentativa de libertar os reféns. (*Era dos Extremos*, p. 244)

União Soviética; permissão para a comemoração dos mil anos da Igreja Ortodoxa Russa (primeiro semestre de 1988), que desde 1917 passou a ter as suas atividades proibidas ou estreitamente vigiadas por Moscou; realização do primeiro concurso de beleza em Moscou (junho de 1988); crítica à burocracia do PCUS e propostas de democratização do partido (na 19ª Conferência do partido, entre junho e julho de 1988); retirada soviética do Afeganistão (agosto de 1988); liberação dos costumes, com a permissão de *shows* de *rock* e possibilidade de artistas exporem livremente seus trabalhos no calçadão Arbat.

A vida econômica também passou a ser completamente transformada, com novas leis que permitiram o surgimento das primeiras cooperativas (na cidade e no campo) e o estímulo ao lucro, assim como a desburocratização da gigantesca máquina administrativa, que, além de ineficaz, alimentava um complexo sistema de corrupção dos funcionários do Estado e do Partido. A urgência dessas reformas pode ser melhor compreendida mediante a análise do quadro descrito, em 1986, pelo economista Abel Aganbeguian, um dos principais inspiradores da *perestroika*:

No espaço de quinze anos, o ritmo de crescimento do rendimento nacional diminuiu 2,5 vezes, e esse número testemunha não só uma queda relativa mas também uma diminuição absoluta desse crescimento.

(...) No décimo-primeiro quinquênio (1981-1985), praticamente não houve crescimento econômico, surgiu uma situação extraordinária de estagnação da economia, situação anunciadora da crise. Esta situação surge, sobretudo, no período de 1987-1992, quando a produção diminuiu em volume para 40% dos produtos industriais expressos em quantidades físicas. A agricultura degradou-se (ao longo de todos estes anos, o nível da produção global não atingiu o nível de 1978). Reduziu-se sensivelmente o aproveitamento das capacidades de produção e degradaram-se todos os indicadores de rendimento da produção social: a produtividade do trabalho praticamente não aumentou, baixou a eficiência dos investimentos e o rendimento do capital deteriorou-se fortemente.<sup>16</sup>

O quadro que se delineia, portanto, é impressionante. De um lado, havia um Estado policial e corrupto, dominado por um único partido que, por sua vez, era controlado por uma casta burocrática inamovível. De outro, uma economia que declinava aceleradamente e era incapaz de assegurar uma vida minimamente de-

<sup>16</sup> Abel AGANBEGUIAN, *A Revolução na Economia Soviética: a Perestroika*, p. 15-7.

cente à população. Não se estranha, portanto, o tremendo impacto causado pelas reformas de Gorbatchov nem o fato de ter produzido efeitos “sensacionais” também nos outros países do “bloco socialista”. Suas visitas a Pequim e Berlim Oriental, em maio e outubro de 1989, foram decisivas para impulsionar os movimentos sociais, políticos e religiosos que exigiam a democratização da China <sup>17</sup> e da Alemanha Oriental <sup>18</sup>.

Mas, a extrema visibilidade de Gorbatchov na mídia teve, como contrapartida, a quase total ignorância do público telespectador (ou leitor de jornais) sobre seu programa político, sua visão de mundo, suas estratégias para a União Soviética e para o equilíbrio entre as nações. As reformas por ele impulsionadas representaram algo absolutamente fora do comum, extraordinário. Em apenas seis anos de governo, Gorbatchov impulsionou a prática da democracia em um país com fortes características paternalistas, centralistas e autoritárias, fruto de quatro séculos de dominação czarista (de Ivã, o Terrível, a Nicolai Romanov, o último czar) e sete décadas de ditadura absoluta do partido único (comunista).

Nesse país, que jamais viveu um período democrático (exceto, talvez, os nove meses entre a queda do czar Nicolai Romanov e a Revolução Russa de outubro de 1917), Gorbatchov estimulou o debate, a liberdade de imprensa, as manifestações políticas, a liberdade de criação. Jamais ordenou a prisão, a intimidação ou perseguição de qualquer opositor ou dissidente, apesar de muitos desafiarem abertamente o seu poder. É impossível descrever adequadamente, neste trabalho, o impacto que as reformas de Gorbatchov tiveram no país, mesmo que não se considere o passado czarista do império que tinha a Rússia como sede, mesmo que só

<sup>17</sup> “Pequim foi paralisada, ontem, o terceiro dia da visita do presidente Mikhail Gorbatchov à China, pela manifestação contínua, nas ruas, de pelo menos dois milhões de pessoas, que exigiam a democratização total do país, punição dos funcionários corruptos do aparelho de Estado e do partido comunista e o fim dos privilégios dos dirigentes (...) Gorbatchov disse, ontem, que as manifestações estudantis constituem um fenômeno que pode surgir também na União Soviética, e que se isso ocorresse procuraria uma solução através de negociações.” (FSP, 18.mai.1989, p. A-12)

<sup>18</sup> “O presidente soviético Mikhail Gorbatchov assumiu ontem uma surpreendente ofensiva pública em defesa das reformas na Alemanha Oriental. Em contato com jornalistas e jovens alemães-orientais, disse que um governo deve adaptar-se às exigências de sua época, ao fazer uma avaliação sobre o êxodo de pelo menos 45 mil alemães-orientais para a Alemanha Ocidental no último mês. Gorbatchov chegou ontem a Berlim Oriental para participar das comemorações, ontem e hoje, do 40º aniversário de fundação da Alemanha Oriental. (...) Todos já esperavam que ocorressem choques fortes entre Gorbatchov e Honecker. Mas ninguém esperava que o soviético fosse expressá-los claramente. Mesmo no discurso oficial, pronunciado ontem à noite, no Palácio da República (centro de Berlim Oriental), Gorbatchov enfatizou muito a necessidade que sejam assegurados aos indivíduos todos os seus direitos.” (FSP, 7.out.1989, p. A-8)

se considere a Rússia após a Revolução de 1917. A razão é tão simples quanto trágica: a Rússia viveu três décadas sob a ditadura totalitária de Josef Stalin.

Apenas para efeito de uma analogia, vamos lembrar que a Alemanha do pós-guerra tenta, até hoje, digerir os doze anos de ditadura nazista. Uma vasta produção intelectual e estética foi dedicada à reflexão sobre o nazismo, sem que jamais se tenha chegado a uma conclusão satisfatória, a um ponto em que o trabalho de reflexão parece ter sido concluído. Sempre resta a questão: mas como isso foi possível? Pois bem, a União Soviética não teve, até Gorbatchov, um tempo para fazer o seu próprio metabolismo da era stalinista. As denúncias dos crimes de Stalin feitas por Nikita Khrushov no famoso 20º Congresso do PCUS, em 1956, tiveram um caráter muito limitado, já que os próprios denunciadores haviam participado ativamente dos crimes. E mesmo assim, Khrushov seria deposto, em 1964, por Leonid Brejnev, que representava o *establishment* corrupto e burocrático do PCUS, cuja principal ação política foi revogar as limitadas reformas introduzidas por Khrushov e restaurar o terror policial na URSS (ainda que não nas dimensões atingidas na era de Stalin).

Em um país dominado por um único partido, e em que a economia do mercado negro era a única que realmente funcionava, a prática da mentira, da delação, do suborno e da corrupção generalizada era vista como medida de sobrevivência do indivíduo, contra tudo e contra todos. Assim, quando Gorbatchov falava em Estado de Direito, estava remando totalmente contra a maré, pois tinha de enfrentar uma cultura do medo e do burocratismo que vicejara em seu país durante sete décadas. O próprio Gorbatchov descreve essa dificuldade:

... Todavia, os muitos hábitos que se tornaram rotineiros não podem ser removidos num único golpe. Hábitos psicológicos que se enraizaram ao longo dos anos não podem ser abolidos por decreto, nem mesmo pelo mais violento deles. Infelizmente, ainda precisamos nos livrar das formas antiquadas de se lidar com o povo, ligadas à nossa tendência para campanhas ideológicas e arengas grandiloqüentes. Vamos precisar de uma longa e intensa luta neste campo, uma luta contra a burocracia, o ufanismo, os slogans abstratos e a freqüente ostentação. O importante é não gerar ilusões de bem-estar, não permitir que a burocracia e o formalismo restrinjam a fonte de vida incessante da iniciativa popular.

(...) O que se precisa é de maior ordem, mais consciência, maior respeito mútuo, mais honestidade. Devemos seguir os ditames de nossa consciência. É

bom que o povo compreenda isso. E mais, que o aceitem com seus corações e mentes. Isso é muito importante. Há uma política, há um governo que está lutando por essa política e há pessoas que a apoiam, o que é fundamental. Tudo o mais virá a seu tempo; a campanha de reestruturação abrirá caminho e gerará resultados.

(...) A observância da lei é uma questão de princípio para nós, e temos uma ampla e fundamentada visão sobre o assunto. Não pode haver observância da lei sem democracia. Ao mesmo tempo, a democracia não pode existir e se desenvolver sem a lei, pois ela se destina a proteger a sociedade dos abusos de poder e garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, seus sindicatos e unidades de trabalho. Foi por essa razão que tomamos uma posição firme nesse sentido. Sabemos por experiência própria o que acontece quando há desvios.<sup>19</sup>

Um dos processos que mais profundamente transformaram a União Soviética foi a formação e eleição do Congresso dos Deputados do Povo (CDP), aprovadas pela já citada 19ª Conferência do PCUS, por iniciativa de Gorbachov. Até àquela época, o Parlamento da União Soviética (Soviete Supremo) não passava de uma caixa de ressonância das decisões do Comitê Central do PCUS. As decisões que o Soviete Supremo aprovava, sempre por unanimidade, eram na verdade adotadas pelo Comitê Central do PCUS e depois submetidas ao Parlamento, apenas para votação formal. Os deputados do Soviete Supremo eram, praticamente, indicados pelo partido.

O CDP acabou com isso. O novo Parlamento era tricameral, cada câmara composta por 750 deputados. Apenas 100 dos 2.250 eram indicados pelo Comitê Central do PCUS. Todas as outras cadeiras eram abertas para disputas, e as candidaturas eram livres, embora não existissem outros partidos. Para alguém ser candidato, tinha de conseguir o apoio de 500 pessoas no bairro, ou dos associados de organização ou sindicato. Não havia restrição ideológica. As primeiras eleições ao CDP foram realizadas em 26 de março de 1989. Sua preparação foi uma loucura. Havia discussões por todas as partes. Em alguns casos, 24 candidatos disputaram uma só vaga.

Um dos casos exemplares foi o processo de eleição de Andrei Sakharov. A cúpula da Academia de Ciências (uma das instituições mais prestigiadas do país), conservadora, tentou vetar a candidatura de Sakharov. Após uma passeata de 5 mil cientistas, algo até então sem precedentes no país, a direção da Academia foi

---

<sup>19</sup> Mikhail GORBACHEV, *Perestroika — novas idéias para o meu país e o mundo*, p. 119-120.



obrigada a recuar. Fatos semelhantes, envolvendo os mais diversos personagens e cenários, reproduzir-se-iam por toda a União Soviética. Em 24 de março de 1989, os apoiadores de Ieltsin realizaram uma passeata por Moscou e no final fizeram um ato com 15 mil pessoas diante da Prefeitura, a escassos quatrocentos metros da Praça Vermelha. Era algo realmente inédito. Um dos oradores, após dizer seu nome e local de trabalho, desafiou a KGB a prendê-lo. Terminou seu discurso com uma frase que parecia sintetizar a qualidade histórica da conjuntura: “Acabou a era do medo na União Soviética”.

Foram também eleitos ao CDP, além de Ieltsin, Sakharov, o ex-dissidente Roy Medvedev e a grande maioria dos reformistas, incluindo Iúri Afanasiev, então chefe do Instituto dos Arquivos Históricos da União Soviética e um radical crítico das conhecidas falsificações amplamente praticadas pela historiografia oficial do país. Afanasiev propôs, e conseguiu, que o ensino de história nas escolas secundárias fosse suspenso em 1989 e que novos livros, mais próximos aos fatos históricos, já “depurados” de sua herança stalinista, fossem escritos.

O clima moral e político nas ruas de Moscou era de uma alegria, quase euforia contagiante. Por todas as partes formavam-se, espontaneamente, grupos que discutiam a situação política do país. A liberdade de discussão combinava-se com a de manifestação artística. Grupos de *rock* tocavam no parque Gorki. Teatros exibiam peças baseadas nos métodos de Vsevolod Meyerhold, dramaturgo executado por Stalin em 1938. A maior galeria de arte de Moscou (Tretiakov) expusera, em janeiro de 1988, os trabalhos de Casimir Malievitch, perseguido em seu país, mas decisivo na inspiração do *design* industrial contemporâneo. A mesma galeria iria expor, no verão de 1989, a obra de Vasili Kandinski, um dos principais mestres da pintura abstrata e professor da Bauhaus.

Na TV, o programa *Zvgliad (Visão)* discutia, semanalmente (às sextas-feiras), absolutamente todos os problemas sociais, da prostituição às perseguições de burocratas do PCUS contra pessoas que queriam, por exemplo, melhorar a vida em seu bairro mediante mutirões; da falta de moradia às ações da máfia no mercado negro. O cinema recebeu, igualmente, o impacto das reformas. A ênfase inicial incidu sobre a problemática social, em particular as angústias represadas de uma

juventude perplexa e atemorizada. O filme *A pequena Vera*, por exemplo, discute com franqueza quase cruel os problemas provocados pela falta de moradia na vida de casais que não tinham opção, senão dividir seu espaço com sogros amargurados e frustrados.

Na imprensa escrita, os semanários *Notícias de Moscou* e *Ogoniok (Faisca)* discutiam estratégias políticas sob os mais diversos pontos de vista (e não apenas as linhas oficialmente permitidas pelo partido), denunciavam tramóias da burocracia do PCUS, propunham sofisticadas discussões estéticas (incluindo uma nova avaliação de tendências antes condenadas pelo realismo socialista como “burguesas decadentes”, como o surrealismo). O semanário *Argumenti i Fakti* multiplicaria sua vendagem, em três anos (de 600 mil para 23 milhões de exemplares!), graças a uma linha de divulgação de denúncias de leitores que serviriam de base a reportagens investigativas. Todos os setores da vida, enfim, começaram a ser revolucionados. Nada mais podia ser imposto, escondido ou amordaçado sob qualquer pretexto. Ao contrário, a audácia crescente passou a ser a tônica na mídia.

As atividades da máfia que controlava o mercado negro, em particular, passaram a ganhar destaque na imprensa, a partir do verão de 1988, e nunca mais abandonaram o noticiário. A máfia era uma associação gigantesca de funcionários do Estado e do PCUS e gangues que exploravam a prostituição, o mercado negro. Os soviéticos tiveram uma demonstração de suas dimensões em setembro de 1988. Era o auge da luta interna, no PCUS, entre os apoiadores da *perestroika* e os que queriam manter o velho sistema autoritário e corrupto. Gorbachov levou a julgamento Iúri Tchurbanov, genro de Leonid Brejnev (que promovera, entre 1964 e 1982, uma era de burocracia, corrupção e desastres políticos). Os promotores Telman Gdlian e Nicolai Ivanov provaram, após cinco anos de investigações, que Tchurbanov estava envolvido em corrupção até o pescoço. Era membro da “máfia do Uzbequistão”, especializada em desviar a produção de algodão e cítricos para o mercado negro, além de fazer contrabando de toda espécie. Tchurbanov foi condenado a doze anos de cadeia.

A prostituição tornou-se outro tema de discussão permanente. Oficialmente, nunca existira, até 1987, a prática da prostituição no país.<sup>20</sup> Mas a Aids obrigou as autoridades soviéticas a colocar a discussão de maneira bastante forte, também sob forte pressão da Organização Mundial de Saúde. Além disso, o afluxo de centenas de milhares de estrangeiros (turistas, empresários, correspondentes) criava um novo problema: um dos negócios mais prósperos na União Soviética dos anos 80 era a prostituição. O salário médio era de 200 rublos — isso valia, em geral, para professoras, médicas, psicólogas, arquitetas etc. Em setembro de 1990, data em que deixei o país, 200 rublos eram equivalentes a dez dólares no mercado negro (e a 320 dólares no oficial). Isto é, se uma jovem médica se prostituísse uma vez por mês, por cem dólares (preço médio de um “programa”, à época), ganharia o equivalente a dez salários mensais.

A primeira sessão do CDP foi aberta no dia 25 de maio de 1989. Pela primeira vez, os trabalhos seriam transmitidos, diretamente, por rádio e TV. Nas ruas, as pessoas se aglomeravam para ouvir os debates por rádio, em alguns locais improvisaram a instalação de aparelhos de televisão, tudo se assemelhava ao Brasil em clima de Copa do Mundo. Na primeira semana, um dos deputados, o ex-campeão de halterofilismo Iúri Vlasov, um sujeito que gozava de muita popularidade, pediu o desmantelamento da KGB. Era algo absolutamente inacreditável.

Era, sem dúvida, uma dessas raras situações históricas que, em seu conjunto, evocava a reflexão proposta por Hannah Arendt sobre o “tesouro” que se encontra quando as pessoas, motivadas por preocupações políticas, apropriam-se do espaço público, vivendo uma dimensão que transcende as preocupações com a própria sobrevivência e o bem-estar individual para projetar-se como parte integrante dos destinos e da vida de toda uma comunidade.<sup>21</sup> Pela primeira vez na história da Rússia, havia um espaço público, não colonizado pelo Estado ou pelo partido, mas aberto ao pluralismo e à explosão criativa. Palavras tinham importância, a busca

<sup>20</sup> “Um tema tabu na sociedade soviética, a prostituição começou a ser reconhecida oficialmente em 1987. Em julho daquele ano, em medida inédita, o Soviete Supremo da Rússia promulgou uma lei estabelecendo multas no valor de cem rublos (cerca de US\$ 150 ou NCz\$ 150) para as acusadas de prostituição. Antes as prostitutas eram presas acusadas de parasitismo ou embriaguês.” (FSP, 18.mar.1989, p. C-3).

<sup>21</sup> Cf. Hannah ARENDT, *Entre o passado e o futuro*.

da verdade histórica tornara-se algo vital após décadas de falsificações stalinistas, o diálogo e a interlocução eram transformadores da vida.

Na sessão de maio, o CDP reelegeu Gorbatchov à Presidência e definiu seu próprio regimento interno. O CDP seria convocado duas vezes por ano. A vida parlamentar cotidiana seria feita por meio do Soviete Supremo, composto por 472 deputados eleitos entre os 2.250, uma espécie de Câmara executiva do CDP. O Soviete Supremo se reuniria pelo menos uma vez a cada dois meses. Ali aconteceria os grandes embates políticos. Quando os trabalhos foram encerrados, em 9 de junho de 1989, algo muito profundo já havia transformado a União Soviética.

Gorbatchov mandara instalar no plenário do CDP um sistema de votação moderno, com painéis eletrônicos. Na hora de votar, os deputados deveriam apertar o botão correspondente (sim, não, abstenção). Houve confusão, no início. Brincando, Gorbatchov disse que essa era uma das desvantagens da democracia. Antes, bastava só levantar a mão e dizer “sim, senhor”. Todos riram, incluindo os saudosos do “sim, senhor”. Em maio, quando os 2.250 deputados do CDP debatiam as regras para a eleição do Soviete Supremo, a delegação da República da Lituânia resolveu retirar-se em bloco, em sinal de protesto contra o encaminhamento dos debates. A primeira reação de todos foi de perplexidade. Gorbatchov apenas disse: “Eles têm o direito. Continuemos os trabalhos”.

O grande desafio de Gorbatchov no CDP foi a convivência com o bloco de oposição formado por Ieltsin e integrado pelos “reformistas” (isto é, pela ala que queria a aceleração e o aprofundamento das reformas). A existência do bloco já era um sintoma de que uma espécie de pluralismo político havia se instalado na União Soviética, ainda que não o pluralismo pleno, com liberdade partidária. Nas repúblicas, a sensação de pluralismo era muito mais acentuada pela existência e atuação das Frentes Populares (FP). As FP eram organizações nacionalistas que abrigavam no seu interior pessoas de todas as tendências (inclusive comunistas). O que unia essas pessoas era o desejo de independência.

A primeira FP surgiu na Estônia, em meados de 1988, como resultado de um movimento ecologista centralizado por um programa de televisão. Os apresentadores desse programa recebiam cartas de espectadores que denunciavam

agressões ao meio ambiente. Constatou-se que as indústrias soviéticas de extração de minério estavam contaminando com mercúrio o lençol freático da república e poluindo gravemente a bacia do Báltico. Foram realizados atos pelo desmantelamento dessas indústrias. O movimento cresceu e construiu a FP. A Lituânia e a Estônia logo seguiriam o caminho, e depois as outras repúblicas.

As FP concorreriam, no início de 1990, aos novos Parlamentos republicanos, cujas eleições obedeciam a regras relativamente democráticas, semelhantes às que regulamentaram as eleições ao CDP. Na prática, isso significou que pelo menos dois partidos disputavam os Parlamentos: o PC da república e a FP. Dentro das FP, formaram-se outros agrupamentos, reivindicando programas social-democratas, democrata-cristãos, liberais etc. A conquista do pluralismo foi assegurada, portanto, por um processo irreversível, que começava no CDP e se desdobrava nas repúblicas.

Em fevereiro de 1990, reconhecendo uma situação de fato, Gorbachov fez com que o Comitê Central do PCUS aprovasse a revogação do artigo 6º da Constituição, segundo o qual o PCUS era a única força dirigente da sociedade. Em março daquele ano, o artigo seria revogado numa histórica sessão. Imediatamente, surgiram à luz do dia pelo menos 200 mil organizações em todo o país, 2 mil das quais com pretensões partidárias. Toda essa atividade política estava, até àquela data, represada, mantida na clandestinidade.

Isso dá uma idéia do clima de desmoralização que impregnava a atividade política no país, pelo menos até meados dos anos 80. Havia dois países claramente demarcados: a União Soviética oficial, onde o partido mandava, não havia inflação nem desemprego, e a União Soviética clandestina, onde proliferava a atividade política e a sociedade estava repleta de problemas e caos. A *perestroika* permitiu a eclosão da União Soviética de verdade na vida institucional. No limite, levaria à destruição um Estado que só poderia existir com base na mentira. As reformas de Gorbachov foram, de fato, uma “fonte de luz em tempos sombrios”, no sentido dado por Hannah Arendt:



Se a função do âmbito público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por “fossos de credibilidade” e “governos invisíveis”, pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido.<sup>22</sup>

A formação do CDP e a amplitude dos debates foram os dados sinalizadores para que no Leste europeu se desenvolvessem movimentos reformistas, que culminariam, em 9 de novembro de 1989, com a queda do Muro de Berlim. Gorbachov promovia, em todas as frentes, o desmantelamento do próprio império. Em 1987, como parte integrante de sua estratégia anti-imperialista, Gorbachov anunciou sua proposta de formar uma Casa Comum Européia, com o desmantelamento das alianças militares que dividiam a Europa (Pacto de Varsóvia e Organização do Tratado do Atlântico Norte). Significativamente, o anúncio dessa política foi feito durante uma visita sua a Praga, a capital que, em 1968, fora invadida pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

Continuamos a opor-nos categoricamente à divisão do continente em blocos militares opostos, à acumulação nele de armamentos, a tudo quanto seja fonte de perigo de guerra.

À luz da nova mentalidade, formulamos a idéia da “Europa, nossa casa comum”. (...) O conceito de “casa comum européia” significa, antes de mais nada, o reconhecimento de uma certa integralidade do continente, embora se trate de países pertencentes a sistemas sociais diferentes e membros de alianças político-militares opostas. Este conceito combina os problemas que hoje se colocam e a existência de possibilidades reais de os solucionar.

A Europa, com a sua elevada densidade populacional e alto nível de urbanização, está hipersaturada de armas, sendo ainda foco de contraposição de exércitos de três milhões de efetivos cada um. Mesmo uma guerra “convencional” seria fatal para o continente, não só porque as modernas armas “convencionais” ultrapassam muitas vezes, pelo seu potencial destruidor, as da Segunda Guerra Mundial, mas ainda porque o continente concentra cerca de 200 reatores instalados em centrais atômicas e uma rede ramificada de potentes empresas químicas, cuja destruição tornaria o continente impróprio para qualquer forma de vida.

Existe mais um problema: o da poluição do meio ambiente. As proporções da industrialização e do desenvolvimento dos transportes no continente europeu elevaram já o perigo ecológico a um ponto crítico. O problema ultrapassou largamente as fronteiras nacionais, adquirindo um caráter pan-europeu.

<sup>22</sup> Hannah ARENDT, *Homens em Tempos Sombrios*, p. 8.

(...) A Europa “compreendida entre o Atlântico e os Urais” é também uma noção histórico-cultural de elevado sentido espiritual. Foi aqui que a civilização humana se enriqueceu com as idéias da Renascença e do Iluminismo, que receberam um forte impulso as tradições humanistas, e se criou a teoria socialista, através dos esforços de gênios de todas as nações européias, um fundo de valor inestimável em todos os ramos do conhecimento científico e da concepção artística do mundo.

Sintetizando, propomos à Europa, em vez do crematório nuclear, o desenvolvimento pacífico da cultura tão variada e, ao mesmo tempo, tão semelhante. Os nossos conceitos de “casa comum européia” não significam, em absoluto, que a Europa feche as portas a quem quer que seja. Ao contrário, o seu progresso permitir-lhe-ia dar um contributo ainda maior para o progresso do resto do mundo. A Europa não deve subtrair-se à participação na resolução dos problemas da fome, da dívida, do subdesenvolvimento e dos conflitos armados.<sup>23</sup>

Em agosto de 1988, Gorbatchov promoveu a retirada das Forças Armadas soviéticas do Afeganistão (concluída em fevereiro de 1989), para onde haviam sido enviadas por Brejnev, em 1979. A saída do Exército Vermelho do Afeganistão era uma das condições impostas pela China para reatar as relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas três décadas antes. Pelo menos 15 mil soviéticos morreram na Guerra do Afeganistão (e mais de um milhão de afegãos), que custou ao país uma quantia não revelada de rublos, mas estimada em vários bilhões. Os custos sociais foram formidáveis. Milhares de veteranos da guerra jamais conseguiram adaptar-se à vida normal, como aconteceu nos Estados Unidos com os egressos do Vietnã.<sup>24</sup>

Em quatro anos de *perestroika*, Gorbatchov mudou radicalmente o mapa geopolítico da Ásia (retirada do Afeganistão, reatamento de relações com a China, paz entre Vietnã e Cambodja, em setembro de 1989), estimulou as reformas no Leste europeu, além de ter promovido a retirada das tropas cubanas da África,

<sup>23</sup> Mikhail GORBATCHOV, *Por uma “casa européia comum”, por uma nova mentalidade*, p. 28-30.

<sup>24</sup> Cobri o início da retirada soviética. Na frente de batalha (em Herat, a oeste, e Mazar-el-Sharif, a noroeste), entrevistei os soldados. “Eram incrivelmente jovens, quase adolescentes. Em alguns casos, sofriam tremendamente sob o calor infernal. (...) Iúri Mitienev, 20, da Sibéria (Novosibirski), diz que sente saudades do clima (gélido) de sua cidade, algo que soa quase cômico sob esse sol inclemente de 40 graus. Outros, segurando metralhadoras e sobre blindados, falam da expectativa de encontrar suas namoradas e familiares.” (FSP, 9.ago.1988, p. A-12) A seguinte cena foi particularmente emocionante: “Em Cabul, enquanto os tanques soviéticos iam embora, milhares de adolescentes em uniforme escolar jogavam flores de despedida. Uma dessas meninas me chamou e escreveu algo em seu idioma (dari) no meu caderno de notas. Com auxílio de intérprete que traduziu o pequeno texto, soube, depois, que ela não queria estar ali jogando flores, mas sim bombas. ‘Eu não queria estar aqui jogando flores para eles. Fui forçada a fazer isso, como todos em minha escola. Os soviéticos estão saindo daqui por que nós, os mujahedin, os expulsamos. No passado, nós expulsamos os ingleses. Agora, eles. Nós não vamos deixar que ninguém domine nossa terra’”. (FSP, 9.ago.1988, p. A-12)

contribuindo para ampliar as chances de equilíbrio na região. O fim das intervenções militares externas permitiria desviar recursos para a combatida economia e eliminava inúmeras fontes de tensões sociais. Em síntese, no plano externo, as atitudes de Gorbachov mudavam a face do mundo, contribuindo para criar um novo ambiente de diálogo e distensão. Pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, havia sinais concretos e realistas de que a corrida armamentista estimulada pela Guerra Fria estava com os dias contados.

Mas eram crescentes os sinais de tensões internas e instabilidade política do governo de Gorbachov. A renúncia de um de seus principais apoiadores, o chanceler Eduard Shevardnadze, em dezembro de 1990, provocou um pequeno abalo sísmico. Os ataques americanos ao Iraque na Guerra do Golfo (janeiro de 1991) atingiram pontos a apenas 400 km das fronteiras soviéticas, e isso deixou os generais do Exército Vermelho mais irritados do que já estavam com o encolhimento de seu prestígio e do orçamento a eles dedicado. Além do mais, Washington ampliava sua presença no Oriente Médio enquanto Moscou encolhia.

Mas o limite do tolerável, do ponto de vista do *establishment* burocrático-militar soviético foi ultrapassado no início de 1990, quando Gorbachov anunciou o novo Tratado da União. Pela primeira vez, um dirigente do PCUS não apenas aceitava, mas propunha formalizar um tratado entre os vários países-membros da União Soviética, que concedia a esses países uma ampla autonomia de decisões, estabelecendo uma relação de horizontalidade entre todos.

A estratégia adotada por Gorbachov foi uma resposta à “explosão” da Europa do Leste, simbolizada pela queda do Muro de Berlim. O colapso do socialismo no Leste Europeu agitava o fantasma do fim da própria União Soviética. Para evitá-lo, Gorbachov articulou uma estratégia de crescente concessão de autonomia às repúblicas soviéticas, procurando mantê-las no quadro de um único país. Tinha, em suas mãos, o trunfo do poderio econômico da Rússia, principal fornecedora de petróleo e matérias-primas para as repúblicas vizinhas. Se as repúblicas permanecessem no quadro da União Soviética, dizia Gorbachov, elas poderiam contar com insumos econômicos a preços baratos, proteção militar de seus

territórios e uma ampla autonomia de decisão. Caso se separassem, teriam de pagar um preço político e econômico muito alto por isso.

Com essa estratégia, Gorbatchov formulou o Tratado da União, que deveria ser assinado em 21 de agosto de 1991. O golpe de Estado desferido dois dias antes, clara manifestação do chauvinismo imperial da “mãe Rússia”, abortou essa possibilidade. Os golpistas permaneceram menos de 72 horas no poder. O presidente da Rússia, Boris Ieltsin, que em maio de 1991 havia sido reeleito, desta vez pelo voto direto, tornou-se o grande herói da resistência aos golpistas. Gorbatchov ainda tentou manter a estratégia do Tratado da União, mas já era tarde demais. Nos dias seguintes ao golpe, as repúblicas do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia) proclamaram sua independência. Nos meses seguintes, todas as outras repúblicas adotariam o mesmo caminho.

Finalmente, em 8 de dezembro de 1991, Ieltsin proclamou, oficialmente, o fim oficial da União Soviética, com a formação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), junto com a Ucrânia e a Belarus. Em 21 de dezembro, as antigas repúblicas da União Soviética, exceto as bálticas e a Moldova, ratificaram a decisão. A União Soviética não mais existia.

A análise panorâmica e distanciada da “era Gorbatchov” mostra como o dirigente operou um movimento político exatamente inverso ao realizado pelos bolcheviques nos anos iniciais da Revolução de 1917. Primeiro, os bolcheviques proibiram outros partidos, depois, dissidências internas. Estruturaram, em seguida, sua ditadura na Rússia e com base nela criaram um império. Gorbatchov começou liberando o debate no PCUS, depois liberou os partidos e, com base na democratização da Rússia, liquidou o império. O tempo todo, a obsessão de Gorbatchov foi construir na União Soviética um Estado de Direito. Como as duas coisas eram incompatíveis, a União Soviética teve de ser radicalmente transformada. Mas o processo escapou ao controle de todos, resultando no desmantelamento do país.

Tive alguns contatos próximos com Gorbatchov, em entrevistas coletivas e na cobertura de eventos. Seu carisma pessoal era incrível. Seu desprezo pelas normas burocráticas, marcante (ao final deste capítulo, apresento trechos de uma entrevista que fiz com Gorbatchov, instando-o a falar sobre alguns dos temas aqui

desenvolvidos). Gorbatchov sempre rompia os protocolos e as normas de segurança. Certa vez, foi a Vilna (capital da Lituânia), onde 300 mil pessoas protestavam nas ruas. Gorbatchov chegou perto do local e ali, diante das câmaras de TV, discutiu com um jovem que carregava uma faixa que o comparava a Stalin e pedia a sua renúncia. No final da discussão, o manifestante guardou a faixa.

É muito provável que, para além de suas características pessoais, a ojeriza de Gorbatchov à violência e à ilegalidade teve como forte componente suas primeiras e únicas experiências como advogado. Formou-se em Direito na Universidade de Moscou, onde conheceu Raïssa, em 1955. Foi incumbido, como recém-formado, de participar do processo de reabilitação das vítimas do stalinismo, com base nas denúncias apresentadas por Khrushov, em 1956. Os procedimentos da Justiça soviética à época de Stalin causaram profunda impressão no jovem advogado, por sua parcialidade evidente, sua instrumentalização nas mãos do partido. O princípio consagrado pelo promotor nomeado por Stalin, Andrei Vichinsky, de que todos eram culpados perante o Estado, até que provassem sua inocência — isto é, o ônus da prova cabia ao réu, não ao acusador — era ensinado como cânone na Universidade de Moscou e adotado na prática diária do Direito.

Gorbatchov foi educado segundo esses princípios, que não resistiram, do ponto de vista ético, à revisão dos processos de milhares de vítimas. Como estudante, Gorbatchov havia sido militante sério e dedicado ao partido. Não fumava, não bebia e era temido por seus companheiros (acreditava-se, sem que nunca se tenha confirmado, que

era informante da KGB). Sua primeira experiência como advogado parece ter abalado profundamente sua fé no partido e no sistema. Mas também era evidente que Gorbatchov tinha traços marcadamente paternalistas e autoritários — apenas não permitia, na maioria das vezes, que eles prevalecessem. Muitas vezes, Gorbatchov recorreu ao questionável recurso de concentrar poderes em nome da continuidade das reformas, como ao fazer-se reeleger “superpresidente” no CDP, com poderes excepcionais, em 14 de março de 1990. Era candidato único, sabia que era insubstituível naquele momento em sua função, e se impunha com essa condição.



Curiosamente — e este é um dos grandes mistérios da história recente da União Soviética —, a equipe de Gorbachov foi formada por Iúri Andropov, dirigente do PCUS entre 1982 e 1984. Foi Andropov quem apresentou Gorbachov a Shevardnadze, e com eles discutia a situação política do país. O “mistério” é que Andropov não era nenhum democrata. Era embaixador na Hungria em 1956, quando o Exército Vermelho invadiu Budapeste, e era chefe da KGB em 1968, quando o Exército Vermelho invadiu Praga. Estava no poder quando o Exército Vermelho derrubou um avião civil da Coreia do Sul (1983), sob a alegação de que havia invadido seu espaço aéreo. No máximo, Andropov chegava a falar em “experimentos econômicos”, mas algo muito limitado, circunscrito apenas a algumas regiões da União Soviética. Nada indicava um projeto como o configurado pela *perestroika*. Aparentemente, a equipe de Andropov, incluindo Gorbachov, teve de lidar com problemas de muito maior envergadura do que os imaginados pelo próprio Andropov. As circunstâncias específicas, dentro e fora da União Soviética, impuseram a lógica das reformas. O mérito de Gorbachov foi o de ter lido com precisão os sinais dos tempos, e a eles ter-se submetido.

Gorbachov foi o primeiro e único dirigente soviético que se cercou de artistas e intelectuais. Khrushov, camponês típico, os desprezava. Stalin os fuzilava. Partiu de Gorbachov a iniciativa, em 1986, de telefonar a Sakharov, para comunicar-lhe que estava livre. O físico morreria em outubro de 1989, de ataque cardíaco, após uma discussão com Gorbachov no CDP. Milhares foram ao seu enterro — ele era considerado a “consciência ética” da oposição. Gorbachov lhe fez uma homenagem póstuma no Parlamento. Partiu de Gorbachov, na 19ª Conferência do PCUS, a proposta de limitar o mandato dos dirigentes do partido (o que incluía o seu próprio mandato). Também partiu dele, nessa conferência, o desafio a todos os membros do Comitê Central, no sentido de que enfrentassem eleições contra outros candidatos aos cargos de governo.

Alguns registros instantâneos de sua atitude em relação aos golpistas de agosto ajudam a ilustrar os traços mais característicos de sua personalidade. Ao chegar a Moscou de volta da Criméia (às 2h20 do dia 22 de agosto), Gorbachov condenou qualquer perseguição ou “caça às bruxas”. No dia 23, quando Ieltsin

assinou um decreto suspendendo o PC russo, Gorbatchov condenou o gesto e pediu a Ieltsin que fosse “democrático até o fim”. Quando, após o fracasso do golpe, a União Soviética começou a desmoronar, partiu de Gorbatchov a iniciativa de lutar pela assinatura de um novo Tratado da União para regulamentar os processos de secessão. Não se tratava de destilar ilusões na eficácia de um instrumento jurídico, mas sim de criar um quadro de diálogo para evitar explosões nacionalistas. Ieltsin, ao contrário, adotou uma linha de enfrentamento. Disse que as repúblicas limítrofes à Rússia que quisessem se separar não poderiam anexar territórios russos, e que, se fosse necessário, faria uma revisão de fronteiras. A Ucrânia, que é limítrofe à Rússia, respondeu que não aceitaria isso. Começava a se formar um novo foco de tensão.

Quando Estônia, Letônia e Lituânia tiveram sua independência reconhecida pela Comunidade Européia (27 de agosto) e por Washington (2 de setembro), só restou a Gorbatchov fazer o mesmo (em 6 de setembro). Mas Gorbatchov fez isso com sua elegância típica. Desejou “sucesso e felicidade” ao primeiro-ministro da Estônia, Edgar Savisar.

Se algum político pode ser qualificado como porta-voz da modernidade, Gorbatchov é o homem. Ninguém pode, seriamente, contestar o seu lugar como um dos principais estadistas do século XX. Um reflexo desse reconhecimento foi sua premiação com o Nobel da Paz de 1990 — o mesmo que, quinze anos antes, consagrava a luta de Sakharov contra o despotismo brejnevista. As bases mínimas para a construção de um Estado de Direito conquistadas pelas reformas de Gorbatchov certamente não foram uma ficção para os soviéticos. A cobertura da *perestroika* e da *glasnost* feita pela mídia internacional ofereceu apenas um quadro excessivamente superficial do significado e da natureza das reformas. É como se tudo pudesse ser resumido na e simbolizado pela abertura de uma loja da rede McDonald’s em Moscou (em janeiro de 1990), ou como se a única questão importante fosse a restauração ou não da economia de mercado.

As reformas começaram a construir um senso sem precedentes de dignidade individual, de noção de cidadania. Não é nenhum acaso o fato de que em 5 de setembro, na sua penúltima sessão como Parlamento da União Soviética, o CDP te-

nha votado uma declaração dos Direitos e Liberdades do Homem, em que diz que “os interesses de nenhum grupo, partido ou Estado podem ser colocados acima dos interesses do indivíduo”. A polêmica “socialismo *versus* mercado” é secundária diante do fato fundamental de que os soviéticos conquistaram o direito de discutir suas opções fora da tutela do Estado e do partido. A *perestroika* tornou possível um processo legítimo e soberano do exercício da opinião pública.

A súbita queda de Gorbachov, precipitada pelo fracassado golpe de 19 de agosto de 1991, causou um imenso prejuízo teórico e político para toda a humanidade. Poucos entenderam isso. A “direita” apressou-se em festejar o fim da União Soviética, não raro apresentando-a como uma vitória da “cruzada Reagan”, e o ingresso da Rússia no mercado. A “esquerda” condenou a *perestroika* como “traição”. Entre os risos e a ira, uma riquíssima experiência permanece enterrada sob os escombros da União Soviética.

Hoje, a Rússia privatizada é um dos poucos países em que a mortalidade infantil cresce com a mesma rapidez com que cai a expectativa de vida média de seus cidadãos. Seu PIB atual representa 60% do que era em 1989. Em suas cidades, dominadas pela máfia, vicejam a prostituição, os cassinos, o narcotráfico. A distância que separa esse quadro desolador da proclamação leninista de 25 de outubro de 1917 é a própria síntese da história do século. Como disse Eric Hobsbawm, a Revolução de 1917 foi o evento singular mais marcante do mundo contemporâneo. Sua grandeza e tragédia continuarão a desafiar a compreensão de intelectuais, políticos e historiadores no século XXI.

Antes de dar este capítulo por encerrado, faço aqui uma reflexão de caráter mais “pessoal”. A cobertura que fiz da *perestroika* e da *glasnost* para a *Folha de S. Paulo* foi um evento singular, porque foi a primeira vez que um jornal brasileiro teve uma sucursal em Moscou. Tentei, ao máximo, mostrar a amplitude e profundidade das reformas, procurando escapar ao lugar-comum e à ótica de veículos como o *NYT*. A FSP deu destaque ao meu trabalho, por várias razões. Primeiro, por uma questão ideológica. O debate sobre o “fim do socialismo” era muito adequado ao perfil liberal burguês que o jornal procurava “vender” aos seus leitores. Segundo, porque abrir uma sucursal em Moscou representou um investimento re-

lativamente grande para um jornal brasileiro, que só poderia ser justificado, à luz de um balanço cru da relação custo/benefício, se trouxesse retorno sob a forma de prestígio. Terceiro, porque os acontecimentos na região eram, de fato, monumentais e mereciam grande destaque jornalístico.

Assim, a maior parte do que produzi foi publicado. Claro que houve inúmeros problemas de edição do material, provocados principalmente pela incompreensão dos editores sobre o processo que estava em curso, assim como erros graves de julgamento por parte da direção do jornal (por exemplo, a já mencionada decisão de não dar manchete para a queda do Muro de Berlim, mas sim para a renúncia de Sílvio Santos à disputa da Presidência). Ainda assim, posso dizer que eu me reconheço nas páginas publicadas pelo jornal. Só que isso remete a uma questão realmente perturbadora: de tudo o que escrevi, o quê, exatamente, deixou marcas? O quê foi compreendido, metabolizado e absorvido pelos leitores?

É impossível, obviamente, encontrar uma resposta inequívoca. Mas resta uma impressão nada alentadora de que ficou muito pouco. Sinto que não consegui passar a idéia de que a *perestroika* foi muito mais do que uma “reforma capitalista”, apesar de centenas de páginas de jornal escritas (e com letras pequenas, em corpo 10). O material que produzi era lido (estatísticas internas do jornal indicavam que meu nome era espontaneamente citado por um número significativo de leitores), mas não tenho certeza de qual seria o resultado de uma análise qualitativa dessa leitura. Ainda assim, acredito que tenha sido um trabalho importante, pelo menos como um documento, um testemunho escrito que difere da versão comum e corrente. Mas hoje sei que meu trabalho tinha para mim um significado completamente distinto daquele que tinha para a direção do jornal. De meu ponto de vista, era um esforço de reflexão sobre fatos monumentais que estavam agitando o mundo no final do século XX. Do ponto de vista da direção do jornal, era apenas uma questão de investimento em imagem e prestígio.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Isso não é só uma especulação. Um membro da direção do jornal, cujo nome prefiro não revelar, fez em 1989 o seguinte comentário, durante uma conversa privada: “Você não percebeu que pouco importa o conteúdo daquilo que você escreve? Para nós, o importante é a grife, é o selo que sai escrito no alto de cada matéria tua: José Arbex, de Moscou. Isso é tudo.”

## Apêndice: entrevista com Mikhail Gorbatchov

Entrevistei Mikhail Gorbatchov em 27 de novembro de 1992, em Moscou, às vésperas de uma visita que ele faria à América Latina, incluindo o Brasil. A entrevista foi publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 28 de novembro, à página 1-13. Reproduzo, em seguida, trechos relevantes para esclarecer alguns pontos tratados neste capítulo.

*Folha* — *A Rússia está privatizando suas empresas e isso cria muitos problemas sociais, como também acontece no Brasil. Qual a sua avaliação sobre isso?*

*Mikhail Gorbatchov* — O problema não é tanto se se faz ou não a privatização, mas sim de que forma, que deveria ser a mais democrática possível. Na Rússia, Stalin quis estatizar a economia por decreto e de uma só vez. Decretou-se que todos os homens são iguais, coletivizou-se a terra. Mao Tsé-tung fez isso na China, com o chamado “grande salto adiante”. Eles achavam que, com isso, iriam despertar o entusiasmo por cem anos na população. O entusiasmo, se existiu, durou cem dias. Boris Ieltsin, agora, quer fazer o contrário, decretar a existência da propriedade privada e do mercado. Assim como não funcionou antes, não funciona agora. É preciso, antes de mais nada, garantir a democracia.

*Folha* — *O sr. pode detalhar melhor o que está saindo errado na experiência de privatização na Rússia?*

*Gorbatchov* — Basta analisar o sistema de cupons criado por Ieltsin. Está tudo errado, ninguém sabe o que fazer com os cupons, simplesmente porque não há capital que garanta o seu valor, nem há pessoal administrativo com formação necessária e suficiente para gerenciar as transações com títulos. É o caos absoluto.

Quando a *perestroika* estava em desenvolvimento, as pessoas queriam que eu agisse com aquilo que eles achavam ser mais firmeza e mais coragem. Queriam uma solução rápida para as coisas. Ieltsin aparecia como um homem enérgico e capaz de resolver tudo rapidamente, capaz de criar em questão de meses uma economia de mercado num país de 300 milhões de habitantes completamente estatizado. Eu queria fazer as coisas de forma gradativa, desmonopolizar aos poucos a economia.

Coragem não é sinônimo de temeridade. Bem, os resultados estão aí. À época da *perestroika*, enfrentávamos dificuldades, mas não havia uma queda brutal do nível de vida, como agora.

*Folha* — *Mas o sr. acredita ser possível haver um processo de privatização e liberalização da economia combinado com justiça social?*

*Gorbatchov* — Poderíamos, para responder a essa questão, discutir o exemplo da Alemanha. Ninguém duvida de que lá a economia seja fortemente privatizada. Mas isso não impede que o Estado invista muito na política de bem-estar social. A razão é simples. O bem-estar social tornou-se um dado indispensável ao bom funcionamento da economia, à sua eficácia. E é a empresa privada que tem que pagar por isso, em seu próprio benefício.

Elimina-se, assim, o antagonismo entre os diversos setores da vida social. Além do mais, os mecanismos políticos, quando há democracia, podem e devem corrigir distorções. Assim, por exemplo, quando os social-democratas estão no



poder, eles aplicam os seus programas com ênfase social. Quando chega a vez dos empresários, eles tentam revogar as conquistas sociais e provocam reações.

Este é o jogo democrático que deve ser feito para que a sociedade atinja o equilíbrio adequado. Ninguém tem a resposta pronta. Os comunistas, assim como outras correntes totalitárias, achavam que tinham receitas. Não funcionam. Apenas criam elites de burocratas privilegiados. O principal é que cada indivíduo tenha o direito de optar, o direito de se organizar como quiser e de expressar suas opiniões. Este é o ponto básico. O resto se discute.

*Folha — Mas os países desenvolvidos reúnem melhores condições para aplicar este tipo de perspectiva.*

*Gorbatchov —* Não se esqueça de que todos os passos liberalizantes adotados recentemente pelos países desenvolvidos só foram possíveis como consequência de um longo processo de lutas sociais e da luta pelo socialismo. Trata-se de um processo de equilíbrio macroscópico, em que o mérito não está neste ou naquele regime, mas na possibilidade de existir uma harmonia dinâmica.

*Folha — O sr. se considera socialista?*

*Gorbatchov -* Como posso responder a essa questão? Atravessei um grande caminho para chegar à compreensão da atual civilização e das causas que determinaram uma divisão ideológica dos Estados do mundo em blocos antagônicos. Simplesmente, não há resposta nos velhos modelos que pretendiam explicar o mundo através da luta de classes.

Voltamos ao mesmo ponto, sempre: que critérios devemos adotar para julgar determinado sistema? Será um critério ideológico, ou a existência ou não da total e absoluta liberdade de opção pelos indivíduos? Qualquer um tem o direito de poder optar pelo socialismo, pelo liberalismo, pelo budismo, pelo cristianismo. Quanto mais pobre é a política, mais doutrinária, mais radical, mais tenta impor os seus pontos de vista.

*Folha — O sr. concordaria com a tese de que o problema das nacionalidades foi o principal responsável pelo fracasso da perestroika?*

*Gorbatchov —* Esta é uma questão muito profunda e complexa. A *perestroika* surgiu no interior do regime mais totalitário do mundo e abriu caminho para a sua transformação democrática. Deu uma chance para que fosse implementada a atividade política e social de cidadãos livres. Todos os problemas da sociedade foram denunciados e expostos. Nós sabemos a intensidade das situações dramáticas criadas neste período. Algumas das regiões da União Soviética deram um salto para a frente, outras ficaram para trás, as desigualdades foram explicitadas.

Mas nós imaginávamos que a União Soviética era outra coisa. Imaginávamos que funcionava como um mecanismo perfeito, que corre sobre os trilhos e no qual não poderia haver um desequilíbrio grave.

Por isso acho que chegamos tarde, era preciso ter transformado muito antes um Estado tão fortemente centralizado, para dar oxigênio às minorias étnicas.

*Folha — Os que eram contra a perestroika souberam se utilizar disso.*

*Gorbatchov —* Claro, estávamos para assinar um Tratado da União, em agosto de 1991, para estabelecer as novas bases de um Estado multinacional realmente democrático, mas os golpistas, incompatíveis com a democracia, fizeram tudo para abortar esse processo.

Os que queriam a separação apenas retomaram os argumentos de sempre, contra o “império”, os mecanismos imperiais etc. Contribuíram para fragmentar o país e a alma das pessoas. Hoje, não há uma relação normal e humanitária entre

as repúblicas que compunham a União Soviética e nada lhes oferece qualquer garantia democrática.

*Folha - Mas a perestroika está intimamente vinculada ao ressurgimento da questão nacional na Europa e no mundo, não?*

*Gorbatchov* — Como o nosso “novo pensamento político”, abrimos caminho para o diálogo e para o fim da Guerra Fria. Liberamos as relações internacionais do fardo que representava a questão ideológica e colocou-se, dessa forma, para cada país, a possibilidade de liberdade de opção. Cada nação, cada povo voltou-se para a sua própria história e passou a indagar de novo o seu lugar no mundo.

Assim, os problemas nacionais que surgiram não podem ser atribuídos à *perestroika*, ao contrário, este talvez tenha sido o seu maior mérito: permitir a explicitação de questões que estavam sufocadas. E agora, o que se pode fazer? Voltar à Guerra Fria e congelar de novo as relações? Acho que não.

A saída está em construir novos mecanismos, mundiais e regionais, para resolver este problema. As Nações Unidas têm este dever. Também é positiva a tendência à formação de grandes blocos, como o Mercosul, a Comunidade Europeia, o Nafta. Em qualquer hipótese, em primeiro lugar está o ser humano.

*Folha — Mas com questão nacional também surgiu o neonazismo.*

*Gorbatchov* — De fato, existe uma tendência à pulverização dos Estados em feudos regionais que contraria a tendência à aglutinação da economia mundial. O ressurgimento de tendências nazistas corresponde a um processo dessa natureza. O melhor meio de compatibilizar as aspirações nacionais e a democracia não é a criação de feudos e guetos nacionais. Qual país, afinal das contas, é etnicamente puro? No fundo, todos os países são multinacionais.

O problema é criar mecanismos que permitam o desenvolvimento das nações no quadro institucional dos Estados. Aqui se coloca um problema da maior gravidade: até que ponto vai a soberania do Estado em face da independência dos indivíduos e das nações? Temos que relativizar todos os conceitos, à luz daquilo que nos diz a experiência. A economia deve fortalecer, e não contrariar os vínculos entre os povos.

## Conclusão

Em 1986, a empresa General Electric, àquela época a décima maior corporação dos Estados Unidos, comprou a rede de emissoras RCA, a qual incluía a poderosa NBC. A compra suscitou um grande debate sobre o futuro da democracia no país. As razões eram e são óbvias. A GE fabrica reatores nucleares, turbinas para aviões a jato, mísseis nucleares, locomotivas e uma infinidade de materiais destinados a instalações elétricas (é a maior fabricante de lâmpadas). Quando um gigante dessas dimensões adquire uma das principais redes de informação e entretenimento dos Estados Unidos, a questão da democracia imediatamente se coloca. Se, tradicionalmente, uma das principais funções sociais e políticas dos veículos de comunicação era a de “vigiar” os abusos do poder de Estado e denunciar os eventuais ataques ao interesse público por parte de empresas e indivíduos, como se coloca essa questão quando uma empresa que tem relações íntimas com o Estado, ainda mais em um setor tão sensível como o de armamentos, torna-se dona de um gigante da mídia?

Se essa simples questão coloca em pauta, necessariamente, o problema do exercício do poder de censurar a informação, agora praticado pelas corporações privadas e não pelo Estado (notícias que “podem” ou que “não podem” ser divulgadas, segundo os interesses da empresa), ela também remete a uma esfera um pouco mais sutil e sofisticada e, num certo sentido, muito mais importante: a capacidade adquirida pelas corporações de recriar sua própria imagem e a imagem do mundo, mediante a manipulação do imaginário coletivo.<sup>1</sup>

O dado “novo” não é o fato de que grandes empresas usem seu poder econômico e financeiro para “vender” sua imagem ao público consumidor. Isso, de certa forma, sempre existiu. A “novidade”, no caso, é a total fusão de interesses

---

<sup>1</sup> O prestígio de determinada empresa depende de que ela veicule uma imagem “politicamente correta”, isto é, preocupada com os direitos do consumidor, com a preservação do meio ambiente etc. Uma rede como a NBC dá aos “engenheiros do consenso” todas as condições para criar uma boa imagem da corporação, apagando o que possa haver de “negativo” em sua história. O caso da própria GE é muito interessante, porque ela se envolveu em uma impressionante série de fraudes e escândalos, incluindo um acordo ilegal com a Krupp, um dos principais fornecedores de equipamentos para o Exército de Adolf Hitler, denunciado em 1941. (Cf. Ben H. BAGDIKIAN, *O monopólio da mídia...*, p. 249-251)

entre os veículos de comunicação de massa e as grandes corporações, que deixam de comprar espaços na mídia para comprar os próprios veículos de comunicação. E isso, como vimos, tem uma importância decisiva para o desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de comunicação, que demandam crescentes investimentos, razão pela qual as fusões entre empresas de comunicação e grandes corporações, totalizando dezenas ou centenas de bilhões de dólares, continuaram acontecendo ao longo das décadas de 80 e 90, como também já tivemos oportunidade de mostrar. “Mídia” tornou-se sinônimo de bilhões de dólares em investimentos, com todas as implicações políticas, sociais, financeiras e econômicas.<sup>2</sup>

Outro dado “novo”, típico dos anos 90, é o fato de que a extraordinária expansão da indústria da imagem alcança dimensões planetárias gigantescas, que tende a se multiplicar graças ao surgimento da Internet. Calcula-se que existiam no mundo, em 1999, algo como 1,26 bilhão de televisores (mais de 200 milhões a cabo), aproximadamente 60 milhões ligados a uma rede digital. A World Wide Web (WWW), criada em 1990, atraiu em apenas nove anos cerca de 150 milhões de usuários, 6 milhões no Brasil.<sup>3</sup> Os conteúdos que circulam na mídia, e mais especificamente na televisão, mobilizam o imaginário de bilhões de pessoas. Trata-se de um novo tipo de problema, que coloca questões inéditas mesmo para pesquisadores e intelectuais que tradicionalmente refletem sobre o tema, como Chomsky, Habermas e outros.

No Brasil, especificamente, a relação entre mídia e público é “formatada” pela extrema desigualdade social: enquanto as quatro maiores redes de televisão (Globo, SBT e Bandeirantes) têm, juntas, um público telespectador da ordem dos 60 milhões, os cerca de quatrocentos jornais diários publicados no país (dos quais os três mais importantes são a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O*

---

<sup>2</sup> A última grande aquisição deste tipo realizada até o momento em que encerrei a redação desta tese aconteceu em janeiro do ano 2000, quando a *Time-Warner* (proprietária da gravadora dos discos de Madonna e Cher, dos canais de filmes, desenhos e notícias mais assistidos — HBO, Cartoon Network e CNN —, uma rede de TV a cabo com mais de 13 milhões de residências filiadas e 32 títulos de revistas, dentre as quais a campeã *Time*) foi comprada pela *American On Line* (AOL, empresa criada em 1989, proprietária do provedor mais utilizado do planeta, com um total mundial de 22 milhões de clientes, incluindo 54% dos usuários de Internet paga nos Estados Unidos). A operação envolveu a módica quantia de US\$ 166 bilhões.

<sup>3</sup> Revista *Ciberlegenda* n° 2, 1999, <http://www.uff.br/mestcii/diniz.htm>

*Globo*) não conseguem vender, todos juntos, mais do que 7 milhões de exemplares. A disparidade entre número de telespectadores e de leitores mostra que apenas uma elite muito reduzida mantém o hábito de ler. A fonte principal de informação, no Brasil, é a televisão. Se isso é assim em todo o mundo, aqui a disparidade atinge níveis singulares. De fato, o Brasil situa-se na 102ª posição com relação a número de exemplares de jornal por habitante, 1/23, enquanto na Grã-Bretanha, por exemplo, esse índice é de 1/4.<sup>4</sup>

O número de jornais diários pode dar a impressão de que, apesar de tudo, existe um certo pluralismo político e ideológico na imprensa escrita brasileira, mas essa impressão é falsa. Primeiro, porque os três maiores jornais dão o tom, praticamente ditam a pauta daquilo que será publicado pelos demais, como reflexo de seu prestígio e poder político, e também porque eles funcionam como agências que fornecem notícias aos jornais menores, que não têm meios de manter equipes independentes de repórteres<sup>5</sup>. Basta acompanhar os noticiários de televisão e rádio de fim de noite e matinais para notar que eles sempre divulgam as principais matérias, editoriais e manchetes dos “três grandes”. O Estado também exerce um grande poder de uniformizar e impor a informação, já que a maioria dos quatrocentos jornais diários morreria sem as verbas oriundas de publicidade paga pelo governo em todos os níveis (municipal, estadual e nacional).

O segmento das revistas semanais é liderado, de longe, pela *Veja* (1,1 milhão de tiragem, uma das mais vendidas no mundo), *Época* e *IstoÉ*. Apesar de manterem sua própria estrutura de reportagem, as revistas semanais tendem a funcionar como uma espécie de “resumo informativo” do que foi publicado pela imprensa diária. Estão, nesse sentido, muito longe de constituir uma fonte alternativa (crítica, reflexiva, pluralista) de informações. Ao contrário, as grandes editoras apostam na segmentação do público de revistas, criando títulos para

<sup>4</sup> Cf. Bernardo KUCINSKI, *A síndrome da antena parabólica*, p. 16-18.

<sup>5</sup> Somente trinta jornais podem ser considerados economicamente sólidos no Brasil, com capital seguro e circulação estadual ou nacional. Os quatro mais vendidos são *Folha de S. Paulo*, *O Dia*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, todos restritos às duas maiores capitais do país. Outros oitenta circulam em cidades médias, com tiragem e inserção medianas. Os quase trezentos diários restantes, inviáveis economicamente, com circulação pequena e sustentados pelo trabalho de pouquíssimos profissionais, acabam dependendo quase que completamente das facilidades fiscais concedidas pelos governantes ou da máquina pública. (Bernardo Kucinski, *A síndrome...*, p. 16-18)



mercados específicos (análises econômicas, informática, esportes, ciência, turismo, meio ambiente etc.), além daquelas dirigidas ao público feminino e infantil. O que se acentua, assim, é o caráter puramente mercadológico e completamente despolitizado dos veículos.

Assim, no Brasil como no resto do planeta, uma análise um pouco mais cuidadosa do emaranhado de publicações, programas de televisão e todo tipo de “veículo especializado” revela, de fato, um núcleo muito pequeno que produz os conteúdos que serão depois divulgados e reverberados. Os empresários e *publishers* que controlam esse pequeno núcleo, formado pelos grandes veículos de comunicação de massa, ou mesmo os jornalistas que adquirem visibilidade e uma certa autonomia dentro desses veículos são pessoas que, necessariamente, identificam-se com esse sistema ou que são, no mínimo, por ele toleradas, não importa por quais razões. São essas pessoas que selecionam, editam e divulgam as notícias, criando e recriando, diariamente, as imagens do mundo, segundo um esquema que tem como matriz a grande mídia, cujas afirmações e análises são reproduzidas e reiteradas por uma imensa cadeia de veículos menores.

In short, the major media — particularly, the elite media that set the agenda that others generally follow — are corporations “selling” privileged audiences to other businesses. It would hardly come as a surprise if the picture of the world they present were to reflect the perspectives and interests of the sellers, the buyers, and the product. Concentration of ownership of the media is high and increasing. Furthermore, those who occupy managerial positions in the media, or gain status within them as commentators, belong to the some privileged elites, and might be expected to share the perceptions, aspirations, and attitudes of their associates, reflecting their own class interests as well. Journalists entering the system are unlikely to make their way unless they conform to these ideological pressures, generally by internalizing the values; it is not easy to say one thing and believe another, and those who fail to conform will tend to be weeded out by familiar mechanisms.<sup>6</sup>

Os tais “mecanismos conhecidos” de que fala Chomsky construíram a hegemonia do “pensamento único” nos anos 90, o discurso “neoliberal” incessantemente propagado pela mídia internacional — provavelmente, a principal marca distintiva, no plano ideológico, da história da mídia nos anos 90.

A extrema violência ideológica e intelectual inerente à hegemonia do “pensamento único” não foi tão impactante no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos, por uma razão histórica. Aqui, a elite é facilmente identificada à minúscula minoria que concentra a riqueza, constituindo a “república dos coronéis”. O autoritarismo é inerente à produção e divulgação das idéias, destinadas desde sempre a um público diminuto e pouco habituado ao debate político. Este, sempre ficou circunscrito às elites.

Nos Estados Unidos e países europeus mais ricos, onde não havia, até o início dos anos 80, uma discrepância tão gigantesca da distribuição da renda nacional — até como consequência de vigorosas políticas voltadas para a democracia social adotadas no pós-Guerra —, a dominação e o controle das elites eram mediados por complexos mecanismos sociais e culturais, que envolviam uma constante negociação de poder. A relação de poder entre elites e o público passava pelos processos de interlocução, muitas vezes longos, dramáticos e penosos, com partidos, centrais sindicais, organizações de consumidores, movimentos de minorias etc.

Nada disso significa que as elites têm vocação menos autoritária nos Estados Unidos e na Europa do que no Brasil. Ao contrário, Chomsky mostrou, exaustivamente, que mesmo a sólida democracia americana existe apesar de suas elites. O problema é que a partir dos anos 80, e principalmente após a queda do Muro de Berlim, as elites se tornaram muito mais agressivas e explicitamente autoritárias, particularmente nos Estados Unidos, nota Christopher Lasch. As elites — os “engenheiros do consenso” — devotam um crescente desprezo à imensa maioria de excluídos dos círculos socialmente privilegiados, alimentando valores e concepções de mundo que nada têm a ver com a democracia, muito ao contrário.<sup>7</sup> Só que são essas mesmas elites, diz Lasch, que controlam o fluxo internacional de dinheiro e de informações, assim como administram e controlam as instituições de pesquisa e de ensino superior e os instrumentos de produção cultural. São elas, portanto, que estabelecem os termos do debate público e criam

---

<sup>6</sup> Noam CHOMSKY, *Necessary Illusions (Thought control in Democratic Societies)*, p. 8.

<sup>7</sup> Cf. Christopher LASCH, *A Rebelião das elites e a traição da democracia*.

condicionamentos culturais e “hábitos mentais” que tendem a reforçar o consumismo e os valores das próprias elites.

A “rebelião das elites” encontra na mídia globalizada o canal adequado, perfeito para implementar as estratégias do consenso. A “novidade”, aqui, não reside tanto no fato de que os donos das grandes corporações defendam o seu ponto de vista e procurem seduzir leitores e telespectadores, mas sim na complexa tecnologia da sedução mobilizada por essas corporações, que passa, de um lado, pela abolição das fronteiras entre os vários gêneros de programas veiculados pela mídia (entretenimento, notícia, publicidade e propaganda) e de outro pela “internalização” dos valores pelos jornalistas, artistas, apresentadores de programas, intelectuais e críticos contratados ou divulgados pela mídia.

Não é por acaso que a tecnologia — sinônimo de eficácia e precisão “cirúrgicas”, de rapidez e economia de energia — tornou-se a grande coluna de sustentação dessa engenharia do consenso, toda ela construída para fazer a apologia do mundo de “vencedores” (*winner*s). Mostramos que a cobertura da Guerra do Golfo marcou a entrada em uma nova era da história da mídia, que coloca a celebração da tecnologia (tanto a tecnologia dos armamentos e aparatos de guerra quanto a tecnologia utilizada pela própria mídia para cobrir os eventos) no centro do grande *show*. Também notamos o parentesco que essa celebração da tecnologia tem com a concepção nazista de um mundo eficaz, puro, preciso. Trata-se de uma concepção “higiênica” do mundo e da vida, que não cede lugar ao erro, ao impreciso, ao frágil (a não ser como objeto de riso e sensação em programas de televisão como o do “apresentador” Ratinho). É o reinado do social-darwinismo em seu sentido mais pleno.

Ora, o modo autoritário, sedutor e persuasivo de reconstruir diariamente o mundo por meio de técnicas de publicidade e propaganda implica, necessariamente, a supressão da reflexão, da crítica, da memória. Na mídia contemporânea, a imagem fabricada não se limita a “embelezar” a dura realidade da vida, mas a substitui pela relação entre homem e vida encenada pela mídia. “Mr. Gardener” é o telespectador ideal dos “engenheiros do consenso”. Ele não tem passado nem futuro. Sua vida é virtual. Multipliquemos “Mr. Gardener” pelo

bilhão e teremos a materialização do sombrio mundo ambicionado pelo Big Brother: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”. A mídia produz a abolição da memória mediante a sua substituição pelo *show* da memória.

O quadro que daí emerge é sombrio. Exibe os contornos de uma sociedade totalitária, mas um totalitarismo de novo tipo, cujos campos de concentração são imagens de sedução.

Sixty years ago, Aldous Huxley published his novel *Brave New World*, a nightmare vision of the twenty-fifth century when whole populaces would be conditioned and controlled by high technology in the hands of a central power. We may be moving toward that chilling vision far faster than even Huxley imagined.

Although the mass media have properly kept our eyes glued to the dismal results of centralized control by political dictators, such as Hitler and Stalin, they remain virtually silent about the contemporary threat — the same kind of nightmare of mass conformity envisioned by Huxley but this time created by a family of powerful private corporations and four hundred years before Huxley's twenty-fifth-century prediction.

A few combinations of high-tech corporations already are organizing to inundate the world populations with what comes to them as second nature, making maximum profits through their closely held control of the coming world cultural and informational systems, second nature also is their goal — to shape the global message with a view to creating mass conditioning of the young and the old on every continent. If that sounds alarmist, one need only look on the track record of the mass media operators in the United States, which is the model for replication around the world.<sup>8</sup>

A possibilidade de crítica reside em escapar às armadilhas sedutoras das imagens, reconstruindo a história segundo uma perspectiva pluralista e não autoritária. A já consagrada idéia de ouvir as vozes emudecidas e dar visibilidade aos vultos e fatos tornados invisíveis pelos processos históricos vitoriosos ganha, agora, uma nova urgência e amplitude. Se antes era relativamente fácil identificar uma “falsificação stalinista da história”, baseada na supressão grosseira de imagens e idéias, ou na inclusão de afirmações mentirosas em verbetes de enciclopédias,<sup>9</sup> agora a tarefa do historiador tornou-se muito mais complicada,

<sup>8</sup> Ben H. BAGDIKIAN, “Brave New World Minus 400”, in George GERBNER, Hamid MOWLANA and Herbert I. SCHILLER, *Invisible Crises, what conglomerate control of media means for America and the World*, p. 7.

<sup>9</sup> É amplamente conhecida, até mesmo emblemática desse período, a foto, falsificada por Stalin, em que Leon Trotsky simplesmente “desaparece” de um comício, em Moscou, em que estava ao lado de Lênin.

pois as técnicas de digitalização e fabricação de imagens não deixam vestígios: elas constituem uma realidade fabricada. Nenhum cadáver foi suprimido das imagens veiculadas da Guerra do Golfo: ele simplesmente não existiu.

O problema maior é que a “engenharia do consenso” prepara as condições históricas, culturais e sociais para que todos aceitem as imagens transmitidas. O historiador participa do mundo. Ele também é portador dos preconceitos e percepções mobilizados pela mídia. Para fazer uma leitura crítica da mídia, do ponto de vista historiográfico, ele será obrigado, antes de mais nada, a identificar os mecanismos utilizados pelos “engenheiros do consenso” para produzir determinado efeito. Esse processo coloca em pauta, necessariamente, uma reflexão sobre os seus próprios preconceitos. Ora, essa é uma tarefa muito difícil, de realização quase impossível no âmbito de uma reflexão solitária. Em outros termos, a leitura crítica da mídia contemporânea requer ao máximo, do historiador, o exercício da interlocução. Trata-se, para utilizar novamente a metáfora, do movimento inverso ao realizado por “Mr. Gardener”. Ali onde ele se isola do mundo, substituindo a realidade pelo *show*, o historiador deve buscar a interlocução do mundo e entender a mídia como parte integrante desse mundo que deve ser estudado e entendido.

A interlocução do historiador com o mundo não deve nem pode ser hostil à utilização das novas tecnologias da comunicação. Muito ao contrário, deve utilizá-la ao máximo, como forma de multiplicar e otimizar as potencialidades de pesquisa. A Internet é um instrumento fundamental, nesse sentido, como aliás demonstrou, dramaticamente, a experiência dos indígenas de Chiapas (sul do México). Sua rebelião foi anunciada ao mundo no dia 1º de janeiro de 1994, na mesma data em que o México celebrava a adesão ao Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). O Exército nacional mexicano já havia montado uma operação de cerco aos indígenas, e um massacre poderia acontecer a qualquer momento. A chacina só foi evitada porque os indígenas conseguiram “furar o bloqueio” por meio de apelos feitos pela Internet. Esse instrumento de comunicação com o mundo tende a criar novas e imensas possibilidades de pesquisa.



O fundamental é o historiador aceitar o fato de que se ele, dominado pelos seus próprios preconceitos, simplesmente mantém uma postura passiva face à versão propagada pela mídia (por exemplo, a de que os árabes não são seres humanos plenos, no sentido do que significa ser humano do ponto de vista “ocidental”), ele não terá qualquer indagação a fazer sobre as narrativas hegemônicas que pretendem descrever os fatos do mundo. O preconceito cega e impede que a história seja contada.

Essa cegueira, muitas vezes causada pelo excesso de luz (informação), explica, em grande parte, a inércia das sociedades quando confrontadas a uma infinidade de situações absurdas do cotidiano. Por exemplo, o silêncio nacional face à tragédia de 10 milhões de seres humanos vítimas da indústria da seca no Nordeste brasileiro, em 1999, ou a inércia que garante impunidade daqueles que provocaram o massacre do Carandiru, em 1992. Nos dois casos, as vítimas — negros e nordestinos — pertencem a um mundo invisível, homens sem face, sem destino nem história, habitantes de uma região “maldita” e explorada sensacionalmente pela mídia.

É no processo de interlocução com o outro, no exercício cada vez mais difícil de saber identificar e escutar outras vozes, que o historiador pode resgatar a memória dos fatos para além de sua representação, encontrando as perguntas certas que deverão orientar o seu trabalho de investigação. A memória dos fatos narrada por outras vozes é a possibilidade de escapar ao “discurso único”, à versão pasteurizada propagada pelas elites. A memória é o segredo da história — diz o professor Octavio Ianni. “É pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento. (...) Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável. Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes.”<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> “A ditadura militar no cárcere”, artigo de Octavio Ianni na revista *Caros Amigos* n° 32, nov.1999, p. 10.

Mas o ato da memória é altamente instável, pois a representação dos fatos passados é sempre contemporânea àquele que lembra, e como tal é condicionada pela cultura, pelo momento — e também pela versão narrada pela mídia. Isso é ainda mais verdadeiro no mundo “pós-moderno”, que fez explodir a crise moderna da tradição como fonte de sabedoria e autoridade. A memória tende a ser “encurtada” — ou obliterada — pelo ritmo frenético da vida condicionada pelo mercado, pelas imagens televisivas mostradas em ritmo de videoclipe, pela dissolução do espaço público, com a atomização do indivíduo que se retira para manter relação com as máquinas.

A “crise da tradição” não é nada recente. Ao contrário, ela já era sentida com intensidade suficiente para que Alexis de Tocqueville escrevesse que “desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas”.<sup>11</sup> Hannah Arendt comenta essa frase com uma brilhante análise de parábola “Ele”, de Franz Kafka. Na parábola, um homem é acossado por dois adversários: um por trás, o outro pela frente. Ele luta com ambos. É o futuro que empurra o ser humano para trás, para o passado, diz Arendt. O indivíduo busca na sua própria experiência pessoal, e na experiência cultural acumulada sob a forma de tradição, as respostas para os novos desafios. Mas o passado também empurra o indivíduo para a frente, para o futuro, em busca de novos caminhos, conquistas e conhecimentos. O ser humano pode construir a sua consciência no interior desse quadro de tensão estabelecida entre passado e futuro. “A função da mente é compreender o acontecido, e essa compreensão, de acordo com Hegel, é o modo de reconciliação do homem com a realidade; seu verdadeiro fim é estar em paz com o mundo.”<sup>12</sup> O problema surge quando não há uma tradição que forneça respostas aceitáveis.

É essa “crise da tradição” que, do ponto de vista de Hannah Arendt, torna vitais instituições que possam manter a sua independência no ato de cultivar e celebrar a memória, como são os casos do Poder Judiciário e da Universidade. E é essa mesma “crise da tradição”, digo eu, que transforma o ato de memória em um

---

<sup>11</sup> Hannah ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 32.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 34.

ato político. Lembrar, simplesmente lembrar, adquiriu o *status* de uma ação de resistência contra o ritmo frenético, o “bombardeio do passado e do futuro pelo tempo presente” imposto pela mídia. Para o historiador, “lembrar” pressupõe a interlocução, não apenas para ouvir as múltiplas vozes sociais que não têm eco na mídia, mas também para colocar em cheque os seus próprios preconceitos. Apenas a interlocução pode criar um espaço de liberdade em que se pode construir uma perspectiva de narração da história diferente da história escrita pelas elites e imposta por uma mídia monodiscursiva. Se não há mais uma tradição que resista aos assaltos à história que as elites orquestram por meio da mídia, há uma prática libertária possível, a prática política de cultivar a memória.

A historiografia — isto é, a história como relato, disciplina ou gênero com regras, instituições e procedimentos próprios —, não pode, volto a insistir, suplantar a memória coletiva nem criar uma tradição alternativa que se possa compartilhar. Mas a dignidade essencial da vocação histórica subsiste e, inclusive, me parece que seu imperativo moral tem na atualidade mais urgência que nunca. No mundo em que hoje vivemos, já não se trata de uma questão de decadência da memória coletiva e da declinação da consciência do passado, e, sim, a violação brutal do que a memória pode, todavia, conservar da mentira deliberada por deformação de fontes e arquivos, da invenção de passados recompostos e míticos a serviço dos poderes das trevas. Contra os militantes do esquecimento, os traficantes de documentos, os assassinos da memória, contra os revisores de enciclopédia e os conspiradores do silêncio, contra aqueles que, para retomar a magnífica imagem de Kundera, podem apagar um homem de uma fotografia para que nada fique dele com exceção de seu chapéu, o historiador, o historiador somente, animado pela austera paixão dos fatos, das provas, dos testemunhos, que são os alimentos de seu ofício, pode velar e montar guarda.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Y. YERUSHALMI, “Reflexiones sobre el olvido”, apud Loiva Otero FÉLIX, *História e Memória (a problemática da pesquisa)*.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Cláudio.** *A Regra do Jogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988 (1ª reimpressão).
- AGANBEGYAN, Abel.** *A Revolução na Economia Soviética: a Perestroika*. Lisboa, Publicações Europa – América, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Movendo a Montanha*. São Paulo, Best Seller, 1989.
- AGANBEGYAN, Abel (org.).** *Perestroika (1989)*. New York, Charles Scribner's Sons, 1988.
- ALBERT, P. e TERROU, F.** *História da Imprensa*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- ADORNO, Theodor W.** *Sobre Walter Benjamin*. Madrid, Catedra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Dialéctica negativa*. Madrid, Taurus Ediciones, 1975.
- ARANTES, Otilia B. Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo.** *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- ARBEX JR., José.** *Guerra Fria – terror de Estado, política, cultura*. Moderna, São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Islã, um enigma contemporâneo*. Moderna, São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O poder da TV*. Scipione, São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Revolução em 3 tempos (URSS, Alemanha, China)*. São Paulo, Moderna, 1994.
- ARBEX JR., José e TOGNOLLI, Cláudio Júlio.** *Mundo Pós-Moderno*. São Paulo, Scipione, 1996.
- ARENDT, Annah.** *The Origins of the Totalitarianism (vols. I, II e III)*. New York, Harvest, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, sd.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, sd.
- \_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *The Human Condition*. Chicago, University of Chicago, 1989.
- ARNETT, Peter.** *Ao vivo do campo de batalha (do Vietnã a Bagdá, 35 anos em zonas de combate de todo o mundo)*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- ARRIVÉ, Michel.** *Linguística e psicanálise (Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros)*. São Paulo, Edusp, 1994.
- ASH, Timothy G.** *Nós, o povo (a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- AUMONT, Jacques.** *A imagem*. Campinas, Papyrus, 1993.
- BAGDIKIAN, Ben H.** *O monopólio da mídia*. São Paulo, Scritta, 1993.
- BANN, Stephen.** *As invenções da história (ensaios sobre a representação do passado)*. São Paulo, Unesp, 1994.
- BARTHES, Roland.** *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1980.
- BATAILLE, Georges.** *O Erotismo*. São Paulo, L&PM, 1987.
- BAUDRILLARD, Jean.** *À sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A transparência do mal (ensaio sobre os fenômenos extremos)*. Campinas, Papyrus, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Da sedução*. Campinas, Papyrus, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Simulacros e Simulação*. Lisboa, Relógio d'Água, 1991.
- \_\_\_\_\_. *The Perfect Crime*. New York, Verso, 1996.
- BAUDRILLARD Jean e outros.** *Guerra Virtual, Guerra Real*. Lisboa, Passagens, 1991.
- BENJAMIN, Walter.** *Magia e Técnica, Arte e Política (Obras Escolhidas, vol. 1)*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

- BENJAMIN, Walter.** *Rua de Mão Única (Obras Escolhidas, vol. 2).* São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BLECHER, Nelson e MARTINS, J. R.** *O império das marcas.* São Paulo, Marcos Cobra, 1996.
- BLIKSTEIN, Izidoro.** *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.* São Paulo, Cultrix, 1990.
- BOURDIEU, Pierre.** *Sobre a televisão.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.  
 \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Lingüísticas.* São Paulo, Edusp, 1998.
- BROCKMAN, John.** *Einstein, Gerturde Stein, Wittgenstein e Frankenstein (reinventando o universo).* São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- BZERZINSKI, Zbigniew.** *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives.* New York, Basic Books, 1997.
- BUCCI, Eugênio.** *Brasil em tempo de TV.* São Paulo, Boitempo, 1996.
- BURKE, James e ORNSTEIN, Robert.** *O presente do fazedor de machados (os dois gumes da história da cultura humana).* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter (org.).** *A escrita da história - novas perspectivas.* São Paulo, Unesp, 1992.
- CABESTRERO, Teófilo.** *Ministros de Dios, Ministros del Pueblo.* Manágua, Ed. Ministério da Cultura, 1983.
- CANCLINI, Néstor García.** *Culturas Híbridas (estratégias para entrar e sair da modernidade).* São Paulo, Edusp, 1998.
- CARDENAL, Ernesto.** *El Evangelio en Solentiname.* Manágua, Nueva Nicaragua, 1983.
- CHOMSKY, Noam.** *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies.* Boston, South End Press, 1989.  
 \_\_\_\_\_. *The Culture of Terrorism,* Boston, South End Press, 1988.  
 \_\_\_\_\_. *World Orders (Old and New),* New York, Columbia University Press, 1996.  
 \_\_\_\_\_. *Letters from Lexington: Reflections on Propaganda.* Monroe (Maine), Common Courage Press, 1993
- CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S.** *Manufacturign Consent (the political economy of the mass media).* New York, Pantheon, 1988.
- CONNOR, Steven.** *Cultura pós-moderna (introdução às teorias do contemporâneo),* São Paulo, Loyola, 1989.
- DEBORD, Guy.** *A sociedade do espetáculo.* São Paulo, Contraponto, 1997.
- DOMINGUES, Diana (org.).** *A Arte no Século XXI (a humanização das tecnologias),* São Paulo, Unesp, 1997.
- DORFMAN, Ariel e MATTELART, Armand.** *Para Ler o Pato Donald (comunicação de massa e colonialismo).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (2ª ed.).
- DOSSE, François.** *A História em Migalhas (dos Annales à Nova História).* Campinas, Unicamp, 1992.
- ECO, Umberto.** *Apocalípticos e Integrados.* São Paulo, Perspectiva, 1993.  
 \_\_\_\_\_. *Viagem na Irrealidade Cotidiana.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.  
 \_\_\_\_\_. *Interpretação e Superinterpretação.* São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- FÉLIX, Loiva Otero.** *História e Memória (a problemática da pesquisa).* Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 1998.
- FERNANDES, Ismael.** *Telenovela Brasileira (memória).* São Paulo, Brasiliense, 1994 (3ª ed.).



- FINKELSTEIN, Sidney. *McLuhan: a filosofia da insensatez*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo, Educ, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche, Freud & Marx*. São Paulo, Princípio, 1997.
- FOUGEYROLLAS, P. e COHEN-SÉAT, C. *La Influencia del Cine y la Televisión*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1967.
- GABLER, Neal. *Vida, o Filme (como o entretenimento conquistou a realidade)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.
- GERBNER, George, MOWLANA, Hamid e SCHILLER, Herbert J. (org.). *Invisible Crises (what conglomerate control of media means for America and the World)*. Boulder, Westville, 1996.
- GILDER, George. *A vida após a televisão*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.
- GOLDEMBERG, José e MARQUES DE MELO, José (org.). *Direito à Informação, Direito à Opinião*. São Paulo, ECA-USP, 1990.
- GOMES, Wilson. *Verdade e perspectiva (a questão da verdade e o fato jornalístico)*, in *Textos de Cultura e Comunicação – vol. 29*, Salvador, UFBA, 1993.
- GOODWIN, H. Eugene. *Procura-se ética no jornalismo*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1993.
- GORBATCHOV, Mikhail. *Glasnost (a política da transparência)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *La Moratoria*. Moscou, Novosti, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O golpe de agosto (a verdade e as lições)*. São Paulo, Best Seller, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Perestroika (novas idéias para o meu país e o mundo)*. São Paulo, Best Seller, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Tempo para a Paz*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Por uma “casa européia comum”, por uma nova mentalidade*. Moscou, Novosti, 1987.
- GROSSMAN, Lawrence K. *The Electronic Republic (re-shaping Democracy in the Information Age)*. New York, Penguin, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.
- HEIDEGGER, Martin. *Que é Metafísica?* São Paulo, Duas Cidades, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Ser e tempo - vols. I e II*. Petrópolis, Vozes 1998 (6ª ed.).
- HERE, Jeffrey. *O Modernismo reacionário (tecnologia, cultura e política na República de Weimar ao 3º Reich)*. São Paulo, Ensaios, 1993.
- HIPPOLITE, Jean. *Introducción a la filosofía de Hegel*. Buenos Aires, Calden, 1970.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- HUYSEN, Andreas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- IAKOVLEV, Alexandre. *O que queremos fazer da União Soviética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

- IANNI, Octavio.** *O príncipe eletrônico*. Campinas, Unicamp, col. Primeira Versão, 1998.
- JAMESON, Frederic.** *As marcas do visível*. Rio de Janeiro, Graal, 1995.  
 \_\_\_\_\_. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- JANSON, H. W.** *History of Art – A Survey of the Major Visual Arts from the Dawn of History to the Present Day*. New Jersey, Prentice – Hall, 1982 (2<sup>nd</sup> ed).
- JAPPE, Anselm.** *Guy Debord*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- JIMÉNEZ, Mayra (org.)**. *Poesia Campesina de Solentiname*. Manágua, Ministerio de Cultura, 1985 (3<sup>a</sup> ed.).
- JOSÉ, Emiliano.** *Imprensa e poder (ligações perigosas)*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- KREMER-MARIETTI, Angèle (org.)** *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- KUCINSKI, Bernardo.** *A síndrome da antena parabólica (ética no jornalismo brasileiro)*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- LACOSTE, Jean.** *A filosofia no século XX*. São Paulo, Papirus, 1988.
- LASCH, Christopher.** *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.  
 \_\_\_\_\_. *O mínimo eu (sobrevivência psíquica em tempos difíceis)*. São Paulo, Brasiliense, 1987 (4<sup>a</sup> edição).
- LE GOFF, Jacques.** *História e memória*. Campinas, Unicamp, 1996.
- LÉVY, Pierre.** *As tecnologias da inteligência (o futuro do pensamento na era da informática)*. Rio de Janeiro, 34, 1994.  
 \_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro, 34, 1996.
- LIMA, Alceu A.** *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo, Edusp, 1990.
- LOPARIC, Zeljko.** *Heidegger Réu – um ensaio sobre a periculosidade da filosofia*. Campinas, Papirus, 1990.
- MACHADO, Arlindo.** *Máquina e imaginário*. São Paulo, Edusp, 1993.  
 \_\_\_\_\_. *Pré-cinemas e pós-cinemas*. Campinas, Papirus, 1997.
- MACHADO DE FREITAS, Jeanne Marie.** *Comunicação e psicanálise*. São Paulo, Escuta, 1992.  
 \_\_\_\_\_. *Bemaldivida*. São Paulo, Edusp, 1992.
- MARCONDES FILHO, Ciro.** *Cenários do novo mundo*. São Paulo, NTC, 1998.  
 \_\_\_\_\_. *Jornalismo fin de siècle*. São Paulo, Scipione, 1993.  
 \_\_\_\_\_. *Sociedade tecnológica*. São Paulo, Scipione, 1994.  
 \_\_\_\_\_. *Super ciber (a civilização místico-tecnológica do século 21)*. São Paulo, ECA-USP, 1997.  
 \_\_\_\_\_. *Televisão*. São Paulo, Scipione, 1994.  
 \_\_\_\_\_. *Televisão – a vida pelo vídeo*. São Paulo, Moderna, 1988.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org.)**. *Política e imaginário nos meios de comunicação de massa no Brasil*. São Paulo, Summus, 1985.
- MARCUSE, Herbert.** *Eros e civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- MATOS, Heloiza (org.)**. *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo, Scritta, 1994.
- MATOS, Olgária C. F.** *A Escola de Frankfurt (luzes e sombras do Iluminismo)*. São Paulo, Moderna, 1993.

- MATTELART, Armand.** *Comunicação mundo (história das idéias e das estratégias)*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- MATTELART, Armand, DELCOURT, Xavier e MATTELART, Michèle.** *Cultura contra democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MCLUHAN, Marshall.** *The Medium is the Message: An Inventory of Effects*. New York, Bantam Books, 1967.
- MORAES, Dênis de.** *Planeta mídia (tendências da comunicação na era global)*. Campo Grande, Letra Livre, 1998.
- MORAES, Dênis de (org.).** *Globalização, mídia e cultura contemporânea*, Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- MOTA, Carlos G. e CAPELATO, Maria H.** *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres, 1981.
- NIÑO, Hugo (org.).** *Queremos tanto a Julio - 20 autores para Cortazar*. Manágua, Nueva Nicaragua, 1984.
- ORTIZ, Renato.** *Um outro território (ensaios sobre a mundialização)*. São Paulo, Olho d'água, 1996.
- PALMER, Richard E.** *Hemernêutica*, Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.
- PARENTE, André (org.).** *Imagem máquina (a era das tecnologias do virtual)*, Rio de Janeiro, 34, 1993.
- PEREIRA DA CUNHA, Maria Clementina (org.).** *O Direito à Memória – patrimônio histórico e cidadania*, São Paulo, Depto. do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, 1992.
- POMERANZ, Lenina (org.).** *Perestroika (desafios da transformação social na URSS)*, São Paulo, Edusp, 1990.
- PRADO, José L. A.** *Brecha na comunicação: Habermas, o Outro, Lacan, Hacker*. São Paulo, 1996.
- PRADO, Maria L. C.** *América Latina no século XIX (tramas, telas e textos)*. São Paulo, Edusp, 1999.
- ROUANET, Sérgio Paulo.** *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998 (5ª reimp.).
- \_\_\_\_\_. *Édipo e o anjo (itinerários freudianos em Walter Benjamin)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.
- ROZITCHNER, León.** *Freud e o problema do poder*. São Paulo, Escuta, 1989.
- SAID, Edward.** *Covering Islam (How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World)*. New York, Pantheon, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Orientalism*. New York, Random House, 1979.
- \_\_\_\_\_. *The Question of Palestine*. New York, Random House, 1979.
- SANTAELLA, Lúcia.** *Cultura das mídias*. São Paulo, Experimento, 1996.
- SANTOS, Milton.** *A natureza do espaço (técnica e tempo, razão e emoção)*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SARLO, Betariz.** *Paisagens imaginárias*. São Paulo, Edusp, 1997.
- SCHAMA, Simon.** *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SCHNAIDERMAN, Boris.** *Os Escombros e o mito (a cultura e o fim da União Soviética)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

- SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge, Harvard University Press, 1995.
- SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo, Loyola, 1992.
- SHAKESPEARE, William. *Mcbeth, The Tempest e Romeo and Juliet in An Introduction to Shakespeare*. Chicago, Scott, Foresman and Company, 1952.
- SILVA, Carlos E. L. da. *Mil dias - os bastidores de uma revolução em um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.
- STEINER, George. *No castelo do Barba Azul (algumas notas para a redefinição de cultura)*. São Paulo, Companhia. das Letras, 1991.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna (teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa)*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado (história oral)*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- TOLSTYKH, Valentin (org.). *Culture and Perestroika*, Moscow, Progress Publishers, 1988.
- TOSCANI, Oliviero. *A publicidade é um cadáver que nos sorri*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.
- TUNSTALL, Jeremy. *The Media Are American*. London, Constable, 1977.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, UnB1998 (4ª ed.).
- VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Inércia Polar*. Lisboa, D. Quixote, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Guerra e cinema*. São Paulo, Scritta, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro, 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Velocidade e política*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- WALKER, Thomas W. (org.). *Nicaragua (The First Five Years)*. New York, Praeger, 1985.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- WHITROW, G. J. *O tempo na história (concepções do tempo da pré-história aos nossos dias)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- WOOD, Donald. *Post-Intellectualism and the Decline of Democracy (The Failure of Reason and Responsibility in the Twentieth Century)*. Westport, Praeger, 1996.
- WURMAN, Richard Saul. *Ansiedade de informação*. São Paulo, Cultura, 1991.

## Outras fontes:

### *Jornais diários*

*Folha de S. Paulo* (1984 - 1992).

*The New York Times* (artigos de correspondentes, todos publicados entre 1988 e 1989, reunidos no livro *The Collapse of Communism*, editado por Bernard GWERTZMAN e Michael KAUFMAN. Ramdon House, New York, 1990).

### **Revistas**

*The New Republic* (30.set.1991). Washington, semanal.

*Foreign Policy*. Veículo trimestral do *Carnegie Endowment for International Peace*, Washington.

*The Economist*. London, semanal.

*Caros Amigos*. São Paulo, mensal.

### **Programas de Televisão e Telejornais**

Série *Você Decide*. Rede Globo de Televisão.

*Jornal Nacional*. Rede Globo de Televisão.

Telenoticiário diário da CNN (*Cable News Network*), em especial durante a Guerra do Golfo (jan. 1991 - fev. 1991)

Telenovela *De corpo e alma*. Rede Globo de Televisão, de agosto de 1992 a março de 1993.

### **Outras publicações e documentos**

*Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (edições de 1984, 1987 e 1992). São Paulo, Ed. Folha de S. Paulo.

#### **Nicarágua:**

*Poesia Libre* (1980 - 1986). *Revista de Poesía* del Ministerio de Cultura. Manágua, Nicarágua.

*Nicarauac* (1980 - 1986). *Revista Bimestral de Cultura* del Ministério de Cultura. Manágua.

#### **União Soviética:**

*Moscow News* (1988 - 1990). Semanário. Versão, no idioma inglês (também encontrada em russo, espanhol e francês), das principais notícias divulgadas pela imprensa soviética. Órgão da União das Sociedades Soviéticas para a Amizade e Relações Culturais com Países Estrangeiros, Editora Novosti, Moscou.

Discursos de políticos e dirigentes, registros de reuniões do Partido Comunista e do Soviete Supremo da União Soviética, dados sociológicos e econômicos publicados pela Editora Novosti, Moscou, entre 1986 e 1990.